



Título do Projeto: Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.	
Instituição responsável pelo projeto: Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- FAPUR	
Endereço da Instituição executora - UENF: Av. Alberto Lamego, 2000, CCH/ sala 101, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ.	
Telefone: (22) 99741-9818; (22) 99731-6289	
Coordenador do projeto: Silvia Alicia Martínez silvia-martinez@hotmail.com	
Período de abrangência deste relatório: De 18/04/2017 à 31/10/2017	Data de envio deste relatório: 30/11/2017

Bolsistas do Projeto

Carolina dos S. O. Viana - IC/UENF
Gilberto Azeredo Gomes - IC/UENF
Jéssika Rodrigues de Paula - IC/UFF
Dra. Luceni M. Hellebrandt - Pós- Doc/UENF
Dr. Marco A. C. Marinho - Pós-Doc/UENF
Mariana Sena Lopes - IC/UENF
Mariana Alcantara Vetromille - IC/IFF
Sintyque L. de Moraes Servulo - IC/UENF

Pesquisadores Contrapartida

Deisimara B. P. G. Moraes - Mestranda/UENF
Dr. Geraldo M. Timóteo - Prof. UENF
Dra. Joseane de Souza - Prof. UENF
Dr. Leandro Garcia Pinho - Prof. UENF
Dr. Marcelo C. Gantos - Prof. UENF
Dr. Roberto Dutra Torres Junior - Prof. UENF
MSc. Suelen R. de Souza - Doutoranda/UENF
Dra. Tatiana Walter - FURG

Secretária/Administradora

Cíntia Rodrigues Bach – UENF
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

1. Andamento do projeto em relação aos objetivos

O presente relatório, relativo ao primeiro semestre de execução do projeto “Mulheres na Pesca: mapas dos conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, visa retratar o andamento dos objetivos propostos no plano de trabalho. Como se observa nas próximas páginas, o planejado foi operacionalizado, conforme o cronograma de execução mensal. Em alguns casos, identifica-se atividades em execução, mas com certo grau de atraso comparado ao planejado, explicitados em cada objetivo.

Em termos gerais, o início do projeto foi permeado de expectativas. Assim, parte da equipe de trabalho foi composta e a pesquisa vem se desenvolvendo conforme o planejado, mas com ajustes necessários. É importante destacar que o grupo constituído é coeso, responsável e entusiasmado, o que torna o cotidiano muito prazeroso.

Os principais desafios iniciais, além da constituição de parte da equipe de trabalho, foi a relação burocrática administrativa com a instituição parceira, Fundação de Apoio À Pesquisa Científica e Tecnológica da UFFRRJ – FAPUR, situação que vem entrando em sintonia ao longo dos primeiros meses.

A seguir, descrevem-se as atividades realizadas e os resultados alcançados no período deste relatório, de acordo os objetivos específicos previstos no plano de trabalho deste projeto.

Objetivo Específico1

Realizar revisão bibliográfica teórica, conceitual e histórica do conflito social e socioambiental, do racismo ambiental e da condição feminina na pesca no Brasil.

Resultados Esperados A1.1

Construção do marco-teórico que vai orientar a pesquisa empírica e as categorias do banco de dados.

Coordenação das atividades: Roberto Dutra.

Colaboradores: Deisimara B. P. G. Moraes, Geraldo Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Marcelo Carlos Gantos, Marco A. C. Marinho, Luceni M. Hellebrandt; Mariana Sena Lopes; Silvia Alicia Martinez, Sintyque L. de Moraes Servulo; Suelen Ribeiro de Souza, Tatiana Walter.

Resumo do Status: Em andamento. No resultado esperado, referente as atividades (A1.1.1, A1.1.2, A1.1.3, A1.1.4): Construção do marco teórico. Há a necessidade de prorrogar por mais 6 meses, tendo em vista a complexidade e aprofundamento teórico que está se realizando e, ainda, vale ressaltar que os meses de janeiro e fevereiro, previstos para o trabalho de campo no cronograma, não são apropriados para este fim com as comunidades com as quais trabalhamos, devido aos meses de verão. Nesse período será dada continuidade à construção do marco teórico, finalizando os critérios semânticos para o banco de dados no mês 12.

Justificativa: Os estudos sobre conflitos de gênero e conflitos socioambientais não foi finalizada porque nova literatura, parte da qual conhecemos depois de elaborar e iniciar o projeto, foi incorporada às leituras. Isto não irá impactar o cronograma do projeto, já que as leituras e discussões desta literatura adicional não precisam estar encerradas para o andamento das outras fases do projeto, como as idas ao campo, por exemplo.

Atividade A1.1.1 – Levantamento da bibliografia nacional e internacional sobre conflitos sociais, condição feminina, racismo ambiental e relações de gênero na pesca.

Atividade: Seleção da bibliografia nacional e internacional sobre conflitos sociais e conflitos socioambientais.

Status: Em andamento, pois a fase de estudo sobre o conceito de conflitos nas ciências sociais foi finalizada com a atividade descrita acima. A fase de estudos sobre conflitos de gênero e conflitos socioambientais está em andamento.

Resultados: A bibliografia sobre conflitos sociais é uma parte do conjunto maior de leituras sobre conflitos socioambientais envolvendo atividade pesqueira e gênero. A opção por começar os estudos com algumas leituras clássicas e contemporâneas sobre conflitos nas ciências sociais atende ao propósito de construir uma base conceitual sólida sobre o significado geral de conflito social, levando em conta, simultaneamente, suas diferentes formas de emergência e desenvolvimento em distintas esferas da sociedade. A abrangência, a busca de conceitos e formulações dotadas de precisão e capacidade

delimitadora foram os principais critérios na escolha desta bibliografia. Sendo assim, dividiu-se o material em duas unidades, na primeira estudaram-se as “Teorias do conflito social na História”, na segunda unidade “Conflitos socioambientais”, definindo as bases teóricas do conflito socioambiental/ambiental. Ademais selecionamos alguns livros importantes para compor o acervo bibliográfico do projeto.

Unidade I: Teorias do conflito social na História

Texto 1: WEBER, Max. “Classe, estamento e partido”. In: WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1982 P. 211-228. (Página do arquivo 105-114).

Texto 2: SIMMEL, Georg. La lucha. In: SIMMEL, Georg (Ed.). Sociología: estudios sobre las formas de socialización. 2. ed. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977 [1908]. v. 1, p. 265-355.

Texto 3: LUHMANN, Niklas. “Contradição e conflito”. In: Sistemas Sociais. Petrópolis: Vozes, 2016.

Texto 4: HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

Texto 5: BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. European Journal of Social Theory, n. 2(3), ago. 1999, p. 359-377. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/136843199002003010>.

Texto 6: SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

Texto 7: CRAMER, Christopher. Does inequality cause conflict? In: Journal of International Development J. Int. Dev. 15, 397–412 (2003). Disponível em: http://www.development.wne.uw.edu.pl/uploads/Courses/L13_stud_paper2.pdf.

Unidade II: Conflitos socioambientais

Texto 8: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Texto 9: ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2016.

Recurso: O serviço de comunicação e identidade visual está em elaboração, fato este que impossibilitou o uso do recurso, e que será utilizado no 2 semestre. Quanto à Manutenção de equipamentos e TI: Este recurso está sendo utilizando conforme a demanda.

Contrapartida: Nesta atividade usou-se da infraestrutura da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF: Sala de Professores, biblioteca, laboratórios de línguas, telefone, internet e Pesquisadores (Professores, Mestranda e Doutoranda) vinculados ao Projeto, bem como a Pesquisadora e Professora da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.

Atividade A1.1.2 – Identificação, estudo sistemático e discussão em grupo das principais ideias e vertentes teóricas sobre os temas acima.

Atividade: Leitura individual e estudo em grupo, dividido em encontros semanais, de textos sobre conflitos sociais de autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais como Max Weber, Georg Simmel, Axel Honneth, Niklas Luhmann, Luic Boltanski, Gayatri Spivak, entre outros. E sobre conflito socioambiental, como Acselrad.

Status: Em andamento. A fase de estudo sobre o conceito de conflitos nas ciências sociais foi finalizada, como descrito acima (Atividade A1.1.1). A fase de estudos sobre conflitos de gênero e conflitos socioambientais está em andamento.

Resultados: Os resultados até aqui obtidos com a parte teórica do projeto podem ser sintetizados como se segue:

Buscou-se, em primeiro lugar, delimitar o próprio conceito de conflito social, evitando o hábito retórico de confundir conflitos reais travados pelas pessoas pesquisadas com o desejo dos pesquisadores de ver estes conflitos emergirem e se desdobrarem. Assim, as leituras de Axel Honneth, Niklas Luhmann e Luic Boltanski convergem em definir o conflito como a ocorrência de seleções de cursos de ação que entram em contradição com outras seleções. Na sua forma mais elementar, o conflito é um “não”.

Em segundo lugar, estas leituras ajudaram a sistematizar teoricamente um aspecto importante na relação entre conflito e desigualdade social: embora as múltiplas formas de desigualdades (incluindo as desigualdades de gênero e as desigualdades socioambientais) sejam fontes importantes para a emergência e desenvolvimento de conflitos, principalmente quando se pode pôr estas desigualdades em contradição com expectativas de igualdade, certos níveis ou padrões de desigualdade podem afetar gravemente a capacidade de indivíduos e grupos desprivilegiados (negativamente privilegiados, como diria Weber) de promover e sustentar conflitos com os demais indivíduos e grupos, já que

esta capacidade depende de recursos (como poder, dinheiro, influência na mídia, e direitos) distribuídos entre os indivíduos e grupos também de modo desigual e excludente. Em terceiro lugar, as leituras também ajudaram na construção de uma abordagem multidimensional do conflito social, na qual a emergência e o desenvolvimento de conflitos podem ocorrer em diferentes esferas ou subsistemas da sociedade, segundo diferentes lógicas (política, econômica, moral, familiar, jurídica etc.), em torno de distintos tipos de recursos (poder, renda, status, afeto, estima, direitos etc.) e com distintos desdobramentos (judicialização dos conflitos, repressão dos conflitos, “sentimentalização” dos conflitos etc.).

No que tange aos conflitos socioambientais, buscou-se amparar o conceito na visão de Acsehrad, que trabalha com o termo “conflito ambiental”, pois entende que na relação do homem com o meio ambiente o social já está intrínseco. No entanto, adotou-se para esse trabalho e os demais a expressão “Conflito Socioambiental”, buscando um alinhamento com o projeto.

Sendo assim, as leituras nos ajudaram a entender que a construção da base conceitual geral funciona como um ponto de partida, o estudo teórico e a análise empírica de conflitos de gênero e/ou conflitos socioambientais como tipos específicos de conflitos sociais. Na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. [...]. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica, pois, o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio ecológicos. (ACSELRAD, 2004). Encontra-se, portanto, em pauta, no início do século XXI, todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração dos recursos ambientais discutidos em instituições regulatórias e políticas na esfera pública [...], trazendo “a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais”.

É na esfera simbiótica que se desenvolve a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização. [...]. (ACSELRAD, 2004). Sendo assim, entende-se por conflitos ambientais, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes

do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (ACSELRAD, 2004). Percebeu-se também que os impactos indesejados são mal distribuídos, acirrando os conflitos, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento. Nesse caminho, Acselrad (2010), afirma que ao “evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros”. O autor, ainda, expõe que “os rejeitos [são] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110).

O movimento que incorpora o conceito de Justiça Ambiental – originado nos Estados Unidos da América -, além de denunciar a permanência das desigualdades ambientais, problematiza “as políticas de alocação socioespacial dos riscos ambientais, procurando retirar poder aos agentes capazes correntemente de transferir os custos ambientais para grupos de menor renda e menos capazes de se fazer ouvir nas esferas de decisão” (ACSELRAD, 2004, p. 17), como é o caso dos pescadores e das pescadoras artesanais.

Atividade A1.1.3 – Escolha das principais definições conceituais e hipóteses que vão constituir o marco-teórico / metodológico.

Atividade: Nesta atividade, predominou o esforço de síntese conceitual entre os diferentes autores a fim de construir hipóteses teoricamente articuladas sobre os conflitos sociais trabalhados neste projeto, das leituras citadas na atividade A1.1.2.

Status: Em andamento. As definições conceituais e hipóteses gerais sobre conflitos sociais foram formuladas. Àqueles referentes aos conflitos especificamente de gênero e socioambientais estão em andamento.

Resultados: Os principais conceitos trabalhados e definidos foram os seguintes:

Conflito social: as leituras convergem em definir o conflito como a ocorrência de seleções de cursos de ação que entra em contradição com outras seleções. Na sua forma mais elementar, o conflito é um “não”;

Desigualdade social multidimensional: distribuição desigual de recursos sociais/ de chances de participar das diferentes esferas sociais e ter acesso a seus recursos que resulta em hierarquias de posições e/ou pessoas nestas esferas;

Reconhecimento social: forma atribuição de valor social a pessoas e grupos por meio de sua inclusão nas práticas de diferentes esferas de reconhecimento como família, economia, direito etc. O conceito de reconhecimento social descreve como estruturas de desigualdade afetam, positiva ou negativamente, a identidade pessoal dos indivíduos, sua “auto-compreensão”, como diria Axel Honneht.

Luta por reconhecimento: conflito social orientado pela negação de expectativas de reconhecimento social em distintas esferas da sociedade.

Diferenciação societal: constituição, existência e reprodução de esferas diferenciadas da sociedade, com valores, lógicas, interesses, recursos, formas de reconhecimento, desigualdades e conflitos específicos, tais como economia, direito, política, família, religião etc.

As principais hipóteses desenvolvidas são as seguintes. As hipóteses 5 e 6 foram formuladas a partir de análise do Censo Pescarte (2015-2016).

H1: Desigualdades sociais são fontes de conflitos sociais;

H2: Nem todo nível e padrão de desigualdade favorece à emergência e desenvolvimento de relações conflituosas entre as partes desiguais, pois certos níveis e padrões de desigualdade afetam a capacidade de promover e sustentar conflitos de alguns indivíduos e grupos;

H3: Existem desigualdades percebidas como legítimas por todas as “partes envolvidas” e que, por conta desta percepção, são neutralizadas enquanto fonte de conflito;

H4: o sentido da relação entre conflitos e desigualdades (se de promoção ou inibição de conflitos, por exemplo) depende do modo como se organiza e se estrutura a semântica de percepção das desigualdades, principalmente se a percepção justifica ou crítica as desigualdades identificadas como sociais;

H5: possíveis conflitos de gênero envolvendo mulheres da atividade pesqueira são apenas um, entre muitos outros, aspectos da vida social destas mulheres.

H6: conflito envolvendo mulheres que trabalham na pesca são lutas por reconhecimento em diferentes esferas. Pleitos como o reconhecimento do status das atividades econômica despenhadas, o reconhecimento jurídico das atividades e seu exercício (através do RGP,

por exemplo), o acesso a direitos sociais como o Seguro Defeso, o acesso a mercados e segmentos de mercado de insumos, consumidores etc., o acesso a financiamentos e indenizações, conflitos sobre a atribuição das tarefas domésticas e dos papéis de gênero em geral, podem ser tratados como conflitos que se desenvolvem em diferentes esferas da sociedade.

Atividade A1.1.4 – Discussão dos critérios semânticos de classificação da informação do banco de dados relacional

Atividade: Discussões sobre as categorias semânticas para guiar a coleta de dados nas atividades de campo. As discussões neste primeiro semestre ocorreram de forma a orientar a classificação dos dados que serão coletados, através da definição de categorias semânticas para subsidiarem novas entradas no campo.

Status: Em andamento. Esta atividade será aprofundada no próximo semestre, visando o aprofundamento das atividades de pesquisa de campo, usando novas rodadas de pesquisa de campo.

Resultados: Neste momento, as categorias semânticas definidas visam à coleta de imagens no campo exploratório. Tais categorias possuem base conceitual nas atividades pesqueiras realizadas ao longo da cadeia produtiva da pesca, a saber: “Reparos”; “Captura”; “Beneficiamento”; “Comercialização”; “Outros”.

Resultados Esperados A1.2

“Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil”

Coordenação das atividades: Luceni Hellebrandt e Silvia Alicia Martinez

Colaboradores: Carolina dos S. O. Viana, Cíntia Rodrigues Bach, Deisimara Moraes, Gilberto Azeredo Gomes, Jéssika Rodrigues de Paula, Marco Antônio Couto Marinho, Mariana Sena Lopes, Mariana Alcantara Vetromille, Sintyque de Moraes Servulo, Geraldo M. Timóteo, Joseane de Souza, Marcelo Carlos Gantos, Roberto Dutra Torres Junior, Suelen R. de Souza.

Resumo do Status: Concluído

Atividade A1.2.1– Organização e realização de um seminário convidando especialistas nacionais que pesquisam o tema da mulher pescadora

Atividade: Nos dias 12 a 14 de setembro de 2017, foi realizado no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro CCH/UENF o “Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil”.

Status: Concluído

Resultados: Toda a equipe do projeto se envolveu e colaborou com as atividades de organização e realização do evento. Ademais contou-se com o apoio das bolsistas do Projeto de Educação Ambiental – PEA-Pescarte, vinculados a Unidade Experimental de Som e Imagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UESI-UENF), conforme se observa na Fotografia 1.

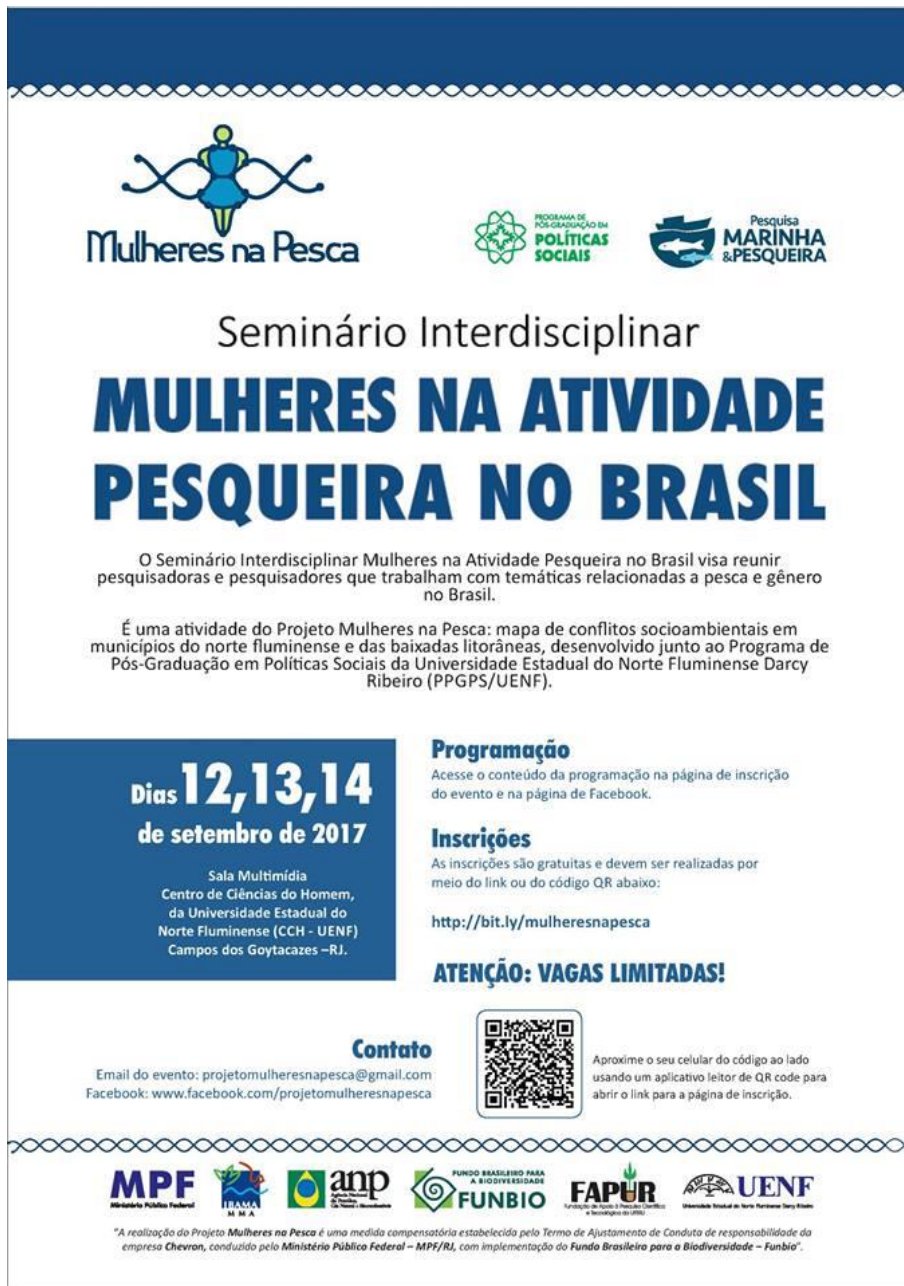
Fotografia 1 - Equipe do Projeto Mulheres na Pesca e colaboradores da UESI



Fonte: Projeto Mulheres na Pesca.

A divulgação do “Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil” foi feita através de cartazes (Fotografia 2) os quais foram fixados nas Universidades de Campos dos Goytacazes, além de um “evento” no Facebook, vinculado à página do Projeto “Mulheres na Pesca” do Facebook, disponível no link <https://www.facebook.com/events/128437847781467/>.

Fotografia 2 - Cartaz de divulgação do Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil



Mulheres na Pesca

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Pesquisa MARINHA & PESQUEIRA

Seminário Interdisciplinar MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

O Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil visa reunir pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com temáticas relacionadas a pesca e gênero no Brasil.

É uma atividade do Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF).

**Dias 12,13,14
de setembro de 2017**

Sala Multimídia
Centro de Ciências do Homem,
da Universidade Estadual do
Norte Fluminense (CCH - UENF)
Campos dos Goytacazes - RJ.

Programação
Acesse o conteúdo da programação na página de inscrição do evento e na página de Facebook.

Inscrições
As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas por meio do link ou do código QR abaixo:

<http://bit.ly/mulheresnapesca>

ATENÇÃO: VAGAS LIMITADAS!

Contato
Email do evento: projetomulheresnapesca@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/projetomulheresnapesca

Aproxime o seu celular do código ao lado usando um aplicativo leitor de QR code para abrir o link para a página de inscrição.

MPF **ANP** **FUNBIO** **FAPUR** **UENF**

A realização do Projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

Fonte: Projeto Mulheres na Pesca

Participaram do seminário 76 pessoas, num total de 30 horas de atividades, contendo 19 palestras que abordaram casos de diferentes regiões do Brasil, conforme sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 - Convidadas e convidados palestrantes no seminário e seus respectivos temas

Palestrante	Apresentação	Palestras ministradas
Carmem Imaculada de Brito (UENF)	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF)	Uma análise socio-histórica da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP).
Carolina dos Santos Oliveira Viana (UENF)	Formanda de Ciências da Computação na UENF, bolsista do projeto Mulheres na Pesca.	Caracterização do município de Quissamã.
Cibele Silveira (UFSC)	Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2015). Possui mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos pela Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH/UNL) – Portugal.	Gênero, classe e trabalho pesqueiro: reflexões sobre interseccionalidade e desenvolvimento rural. (Governador Celso Ramos / SC)
Eline Almeida Santos (UFS)	Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS). Leciona Geografia na rede municipal de Indiaroba. Pesquisadora do GEOPLAN (Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial).	Conflitos socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe.
Geraldo Marcio Timóteo (UENF)	Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF), no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA); Editor Chefe da Revista Eletrônica Agenda Social; Coordenador do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.	O projeto Pescarte.
Jéssika Rodrigues de Paula (UFF)	Graduanda na Universidade Federal Fluminense. Tem pesquisa em andamento na área da pesca.	Caracterização do município de Cabo Frio; Caracterização do município de São Francisco de Itabapoana.
José Colaço Dias Neto (UFF)	José Colaço é professor adjunto no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional de Campos dos Goytacazes. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (2005), Mestre (2007) e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2012), tem se dedicado ao estudo	“Pesca é coisa de mulher, sim senhor”: Algumas reflexões sobre o papel da mulher na atividade pesqueira no Brasil e em Portugal.

	de povoados pesqueiros e conflitos em áreas de interesse ecológico.	
Luceni Hellebrandt (UENF)	Doutora em Ciências Humanas pela UFSC, atualmente é Pós-doutoranda do projeto Mulheres na Pesca e trabalha com a temática de pesca artesanal desde 2008, focando nas relações de gênero desde 2012.	O camarão que “come” as mãos e outras lutas: mulheres da Colônia Z3 – Pelotas / RS.
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE)	Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pesquisa gênero e pesca artesanal desde 2004, coordena o grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE. Doutora pela Universidad Complutense de Madrid, Pós-Doutorado na UFSC, Investigadora Visitante na Universidade de Lisboa	Gênero e cidadania: trabalho e meio ambiente; Mulheres, trabalho e relações de poder na pesca artesanal em Pernambuco.
Mariana Sena Lopes (UENF)	Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, bolsista do projeto Mulheres na Pesca	Caracterização do município de Macaé; Caracterização do município de São João da Barra.
Patricia de Araújo Silva (CPDA/UFRRJ)	Formada em oceanologia pela FURG/RS com especialização em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social da UERJ/RJ, é mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ onde atualmente desenvolve o doutorado.	Resistência e pobreza: o trabalho das mulheres na produção do marisco em Jurujuba / Niterói / RJ.
Regina Celia Di Ciommo (UESC)	Bacharelado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1972), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Araraquara (1990), Doutorado em Sociologia pela mesma Universidade (1998) e Pós-Doutorado em Ecologia Humana pela UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos.	Gênero, meio ambiente e mulheres nas comunidades de pescadores artesanais; Mulheres nas comunidades de pescadores da Resex do Corumbau – BA e da APA Cananéia – Iguapé – SP.
Sandra Pereira Palheta (IDSM)	Mestre do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia desde (2016) Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela Universidade Federal do Pará (2010). Pesquisadora do Grupo de Estudos Territórios, Identidades, Gênero e Ambiente (GEPTIGAM).	Mulheres em Ação: o processo de construção de uma agência de pescadoras na Colônia Z-32 de Maraã_Amazonas.
Silvia Alicia Martinez (UENF)	Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Graduada em Ciências da Educação (Mar del Plata, 1986), Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993; 2000). Fez Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa.	O projeto “Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.”
Síntyque Lemos de Moraes Servulo (UENF)	Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, bolsista do projeto Mulheres na Pesca	Caracterização do município de Arraial do Cabo.
Suelen Ribeiro de Souza (UENF)	Licenciada em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ. Mestre em Políticas Sociais pela UENF.	Uma análise dos conflitos socioambientais das comunidades de pescadores de Campos dos Goytacazes

	Doutoranda em Políticas Sociais e membra do Grupo de Pesquisa "Mulheres na Pesca".	(RJ) descritos no censo Pescarte.
Tatiana Walter (FURG)	Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e graduada em Oceanografia pela Universidade Federal do Rio Grande. Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande e integrante do Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro.	Pescadores e pescadoras artesanais: conflitos ambientais e processos de resistência na zona costeira; Mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – RS.
Valdir Júnio dos Santos (UCAM)	Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM). Pós-Doutor pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF (PPGPS - PESCARTE), Doutor em Política Social e Trabalho pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2014).	Relações de gênero e trabalho na cadeia produtiva da pesca artesanal.

Fonte: Elaborado com base nos resumos enviados pelas/os autoras/es.

Ainda durante o evento ocorreu uma mostra fotográfica: “Cotidiano da pesca nas Comunidades de Atafona e Gargaú” conforme evidenciado na Fotografia 3.

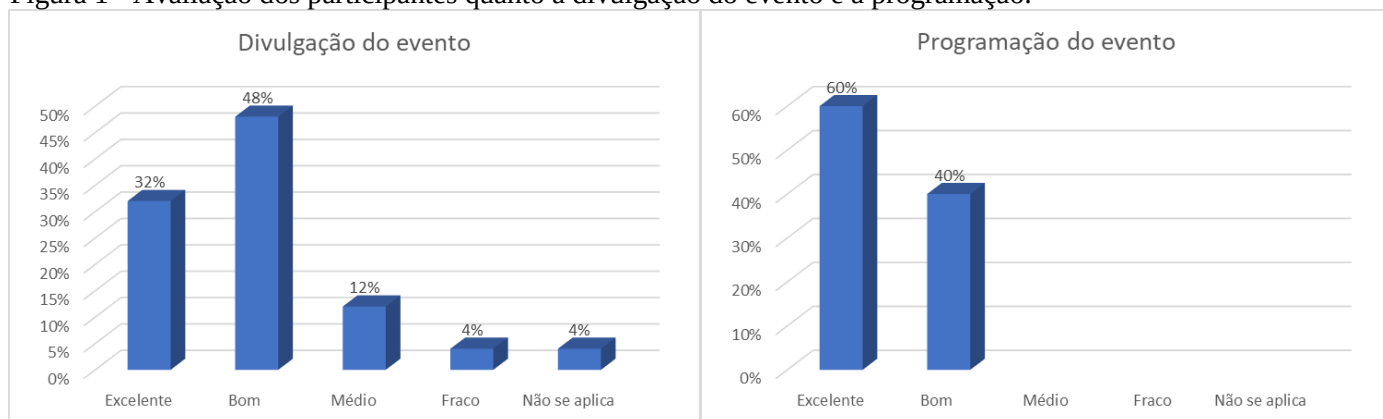
Fotografia 3 - Mostra fotográfica: Cotidiano da pesca nas Comunidades de Atafona e Gargaú



Fonte: Projeto Mulheres na Pesca.

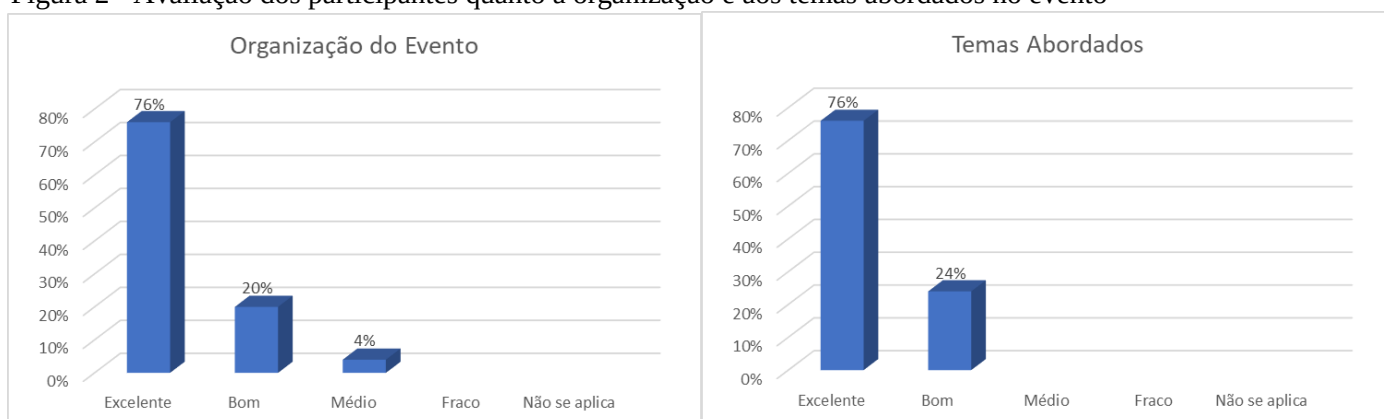
Ainda durante o evento, foi realizada uma avaliação com os participantes, apresentando os seguintes resultados:

Figura 1 - Avaliação dos participantes quanto a divulgação do evento e a programação.



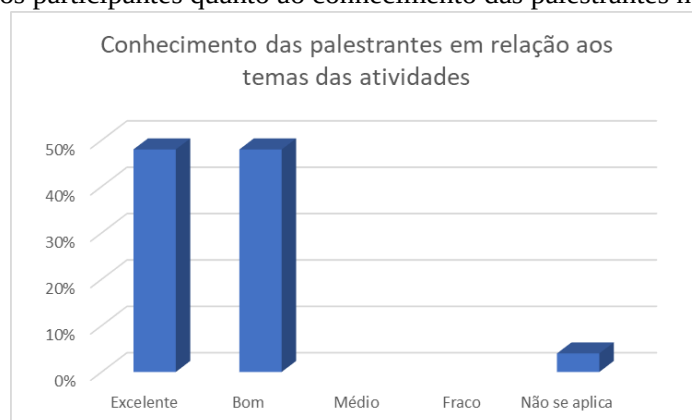
Fonte: Projeto Mulheres na Pesca

Figura 2 - Avaliação dos participantes quanto a organização e aos temas abordados no evento



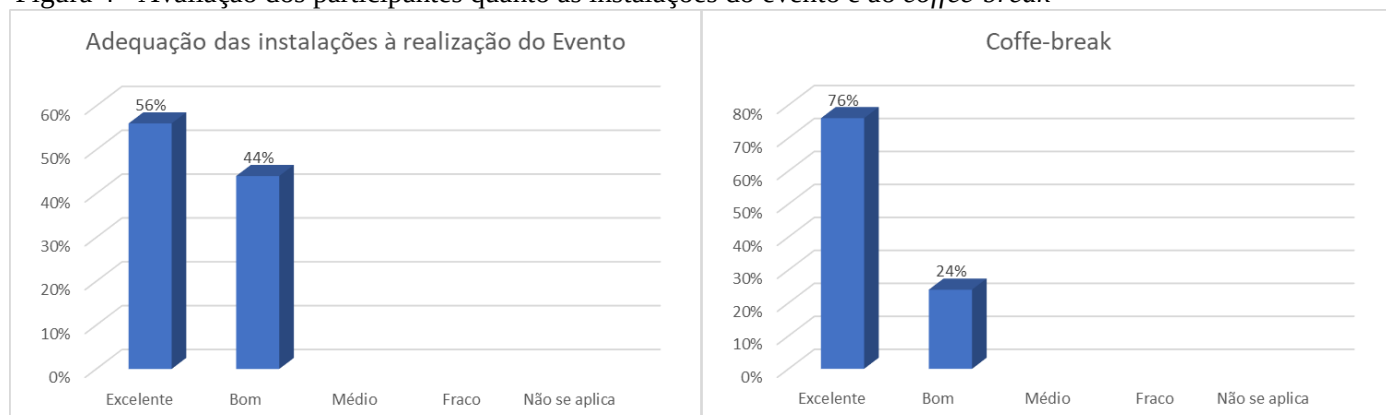
Fonte: Projeto Mulheres na Pesca.

Figura 3 - Avaliação dos participantes quanto ao conhecimento das palestrantes nos temas abordados



Fonte: Projeto Mulheres na Pesca

Figura 4 - Avaliação dos participantes quanto as instalações do evento e ao *coffee-break*



Fonte: Projeto Mulheres na Pesca

O evento foi filmado em parceria da UESI-UENF (material está em edição com previsão de finalizar em dezembro de 2017), com a participação das bolsistas do PEA-Pescarte. Está prevista ainda a publicação de uma coletânea que reúne os trabalhos apresentados no evento para o ano de 2018.

Contrapartida: Nesta atividade usou-se a infraestrutura da UENF: sala multimídia para realização do evento, bem como uso de internet, e equipamentos de áudio e vídeo (Datashow, microfone, caixa de som).

Objetivo Específico 2

Seleção e formação da equipe de pesquisadores bolsistas

Resultados Esperados A2.1

Seleção da equipe para trabalho de campo, por meio de edital (indicador: equipe selecionada).

Coordenação das atividades: Silvia Alicia Martinez

Colaboradores: Cíntia Rodrigues Bach, Geraldo Timóteo, Joseane de Souza, Leandro Garcia Pinho, Marcelo Carlos Gantos, Marco Antonio Couto Marinho, Michelle Nascimento, Roberto Dutra, Luceni Hellebrandt

Resumo do Status: Em andamento.

Replanejamento: No resultado esperado, referente as atividades (A2.1.1, A2.1.2): Seleção da equipe para trabalho de campo por meio de edital. Há a necessidade de prorrogar por mais 6 meses, haja vista que a ausência de candidatos com perfil adequado no primeiro edital de seleção de bolsistas, assim como a saída de alguns selecionados, principalmente em nível de IC, foi parcialmente contornada com a elaboração e publicação de um segundo edital, pois ainda temos algumas vagas de bolsa. Sendo assim, será necessário realizar novo edital.

Atividade A2.1.1 – Análise de currículo e entrevista

Atividade: Os processos seletivos para bolsas se deram por meio de edital 001/2017 e 002/2017 (anexo A e B). A análise teve como base a verificação dos currículos, do Coeficiente de Rendimento (para os/as candidatos/as de Iniciação Científica), da titulação (para os/as candidatos/as a Pós-doutorado) e da coerência dos planos de trabalho propostos com o escopo da pesquisa e entrevistas.

Status: Os editais 001/2017 e 002/2017 estão concluídos, mas haverá novo edital.

Resultados: No edital 001/2017 foram oferecidas seis vagas de Iniciação Científica (IC), em quatro perfis distintos, três vagas de Pós-doutorado, com três perfis distintos, com o intuito de abranger todas as análises necessárias para a pesquisa, conforme demonstrado resultado em ata no anexo C (Ata 01). Dentre os candidatos/as inscritos/as foram aprovados/as sete candidatos/as de IC, ficando uma candidata na lista de espera. Quanto aos candidatos de Pós-doutorado, dentre os candidatos/as inscritos/as quatro foram aprovados/as para dois dos perfis, ficando dois na lista de espera. Para preenchimento do perfil de número três será publicado novo Edital com 1 vaga de pós-doutorado.

Já no edital 002/2017 foram oferecidas cinco vagas para IC, com dois perfis distintos, uma vaga para Apoio Técnico, uma vaga de Doutorado e uma vaga de Pós-doutorado com o intuito de abranger todas as análises necessárias para a pesquisa. Foram inscritos/as duas candidatas para IC e uma candidata para Apoio Técnico, uma candidata para Doutorado, e quatro candidatos/as para Pós-Doutorado. Dentre os candidatos/as inscritos/as foram aprovados/as uma candidata de IC, uma candidata de Apoio Técnico, e uma candidata de Doutorado, conforme anexo D (Ata 02).

Com objetivo de concluir esta atividade, será lançado o edital 003 no decorrer do segundo semestre.

Quanto à bolsista de Apoio Técnico - Cíntia Rodrigues Bach, não houve processo seletivo externo, haja vista que a mesma esteve inserida desde a formulação deste Projeto para concorrer ao edital do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Atividade A2.1.2 – Contratação de bolsistas

Atividade: Aos aprovados selecionados foi solicitada a documentação necessária para a implementação da bolsa.

Status: As contratações referentes aos editais 001/2017 e 002/2017 estão concluídos, mas haverá novo edital.

Resultados: Listagem dos aprovados e convocados nos editais, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Resultado dos editais 001/2017 e 002/2017.

Inscritos	Tipo de Bolsa	Edital	Status	Observação
Carolina dos Santos Oliveira Viana	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	
Gilberto Azeredo Gomes	Iniciação Científica	001/2017	Aprovado/ Convocado	
Jéssika Rodrigues de Paula	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	Desvinculada a pedido da mesma
Luiza Tavares da Silva Fernandes	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	Desvinculada a pedido da mesma
Mariana Alcantara Vetromille	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	Desvinculada a pedido da mesma.
Mariana Sena Lopes	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	
Síntyque Lemos de Moraes Servulo	Iniciação Científica	001/2017	Aprovada/ Convocada	
Luceni Medeiros Hellebrandt	Pós-doutorado	001/2017	Aprovada/ Convocada	
Marco Antônio Couto Marinho	Pós-doutorado	001/2017	Aprovado/ Convocado	
Mayara Silva de Almeida	Iniciação Científica	002/2017	Aprovada/ Convocada	
Letícia Sanz Barreto	Apoio Técnico	002/2017	Aprovada/ Convocada	Não implementada a pedido da mesma
Suelen Ribeiro de Souza	Doutorado	002/2017	Aprovada/ Convocada	

Fonte: Projeto Mulheres na Pesca.

Observação: Dos aprovados na modalidade IC no edital 001, dois acabaram declinando depois de dois meses de bolsa, por terem optado por um trabalho com carteira assinada, sendo incompatível com esta modalidade de bolsa. E houve a desistência de outra aprovada no início do projeto. No edital 002/2017 a candidata Letícia Sanz Barreto aprovada, para a bolsa de Apoio Técnico, desistiu da implementação da mesma (23/10/2017).

Recursos: A sobra de recursos nesse quesito ocorreu por diversas causas: 1) devido ao desligamento de bolsistas; 2) por diferença entre os valores unitários propostos no projeto, seguindo tabela de agência de fomento diferente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os quais, por orientação do FUNBIO, foram modificados para adotar a tabela de valores de bolsas do CNPq como referência; e, 3) pelo não preenchimento da vaga de pós-doutorado, apesar de dois editais publicados. Sendo assim, no segundo semestre será lançado novo edital, buscando preencher os perfis necessários às demandas do projeto.

Atividade A2.1.3 – Contratação de celetistas

Atividade: Contratação, por meio de análise de três currículos.

Status: Concluído

Resultados: A contratação da colaboradora Michelle Nascimento Weissmann como secretária, se deu por meio de análise de três currículos, no qual priorizou-se a experiência dessa candidata em processo de gestão de projetos.

Com a necessidade de substituição da mesma, priorizou-se a anterior bolsista de Apoio Técnico, Cíntia Rodrigues Bach, considerando que sua participação no Projeto é importante para alinhar o conhecimento da necessidade da conexão da lógica da pesquisa com os processos burocráticos de planejamento, compra e logística, haja vista sua formação em Administração e seu conhecimento da parte burocrática do projeto.

Recurso: A FAPUR faz o pagamento dos celetistas por uma conta bancária específica para este procedimento, depois debita das contas de seus respectivos projetos. Por conta disso há um saldo nesta rubrica.

Resultados Esperados A2.2

Formação da equipe completa de trabalho

Coordenação das atividades: Roberto Dutra, Suelen Ribeiro de Souza e Luceni Hellebrandt

Colaboradores: Carolina dos S. O. Viana, Cíntia Rodrigues Bach, Deisimara Moraes, Gilberto Azeredo Gomes, Jéssika Rodrigues de Paula, Marco Antônio Couto Marinho, Mariana Sena Lopes, Mariana Alcantara Vetromille, Silva Alicia Martínez; Sintyque de Moraes Servulo, Joseane de Souza, Marcelo Carlos Gantos.

Resumo do Status: Em andamento

Atividade A2.2.1 – Seleção e elaboração de material didático

Atividade: A seleção dos textos, a organização do material e a preparação do cronograma foram discutidas em reunião conjunta de pesquisadores. Após esse momento foi necessário preparar as cópias dos materiais para todos os membros do Grupo de Estudos.

Status: Em andamento, pois a seleção e discussão sobre conflitos socioambiental, gênero e gênero e pesca ainda estão sendo realizadas.

Resultados: Vinculado a atividade a A1.1.1, foi elaborado uma coletânea de textos sobre conflitos e conflitos socioambientais, que serviu de base para a discussão no grupo de estudo (atividade A2.2.2), bem como a elaboração do marco teórico (atividade A1.1.2).

Recursos: O item referente a contratação do pacote office em fase de contratação, e os demais itens estão sendo comprados conforme a necessidade de uso. Porém, observou-se uma necessidade para os próximos semestres de remanejar uma rubrica para a realização de fotocópias e encadernação, visto que muitas bibliografias utilizadas são em formato de artigos científicos.

Atividade A2.2.2 – Realização de grupos de estudo temáticos

Atividade: Durante o primeiro semestre de projeto, junho a agosto, realizou-se o grupo de estudo “Conflitos Sociais e Conflitos Socioambientais”.

Status: Em andamento, pois a seleção e discussão sobre conflitos socioambiental, gênero e gênero e pesca ainda estão sendo realizadas.

Resultados: Nas reuniões semanais, cada integrante do grupo (bolsistas, professores e contrapartida) ficou responsável por realizar uma leitura mais apurada do texto indicado

para a semana, além de preparar uma apresentação e resumo, que serviu de base para a elaboração do marco teórico. As discussões foram muito profícuas, proporcionando aos participantes momentos de reflexão e questionamentos sobre a realidade do campo, os dados do censo e as formas de inserção nas comunidades (justificativa metodológica). No entanto, como previsto no plano de trabalho, ainda é necessária, para compor o quadro teórico conceitual, a discussão de outras temáticas: 1) Estudos de gênero; 2) Gênero e pesca. Previstas para realização durante o segundo semestre do projeto.

Atividade A2.2.3 – Formação em metodologias quantitativa e qualitativa, em registros audiovisuais e em cartografia georreferenciada

Atividade: Realização de reuniões para preparação do cronograma da coleta bibliográfica no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e demais formações. Participação na disciplina Tópicos especiais em Metodologias (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas (LEEA-24003).

Status: Em andamento, pois as formações metodológicas e em registros audiovisuais serão aprofundadas no próximo semestre. Além do início da formação em cartografia georreferenciada.

Resultados: Entre os primeiros meses de formação da equipe de bolsistas ocorreu uma formação metodológica sobre pesquisa bibliográfica através do uso do Portal de Periódicos da CAPES com objetivo de fazer um levantamento bibliográfico referente à temática do Projeto, buscando identificar os textos em português sobre “gênero e pesca”. Em seguida, nova pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, obedecendo à demanda do seminário (Atividade A1.2), na qual as bolsistas responsáveis por preparar uma caracterização da atividade pesqueira dos municípios contemplados no projeto selecionaram os textos vinculados à atividade de pesca com a abordagem nas ciências humanas.

No que tange à formação em registros audiovisuais, os bolsistas integrantes do projeto participaram da disciplina Tópicos especiais em Metodologias (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas (LEEA-24003) oferecida no curso de Graduação em Ciências Sociais, da UENF, pelo Prof. Marcelo Carlos Gantos¹. Como

¹ LEEA – Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico.

resultado dessa disciplina, realizou-se uma saída de campo (visita técnica) nas localidades de Atafona, São João da Barra e Gargaú, com a finalidade de registrar alguns momentos espontâneos da vivência das pescadoras e/ou trabalhadoras da pesca.

Em outubro ocorreu um *workshop* com os bolsistas sobre regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e preenchimento do currículo Lattes, visando futuras publicações da equipe do Projeto (Fotografia 4), bem como a estruturação dos artigos para a coletânea, resultado do Seminário (Atividade A2.1), que será preparada no próximo ano.

Fotografia 4 - Workshop sobre regras da (ABNT) e preenchimento do Currículo Lattes



Fonte: Projeto Mulheres na Pesca

Objetivo Específico 3

Caracterizar as condições de vida das mulheres pescadoras com base em dados secundários de variados repositórios:

Resultados Esperados A3.1

Caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios selecionados e da população pesquisada.

Coordenação das atividades: Joseane de Souza.

Colaboradores: Gilberto Azeredo Gomes, Marco Antônio Marinho e Roberto Dutra Torres Junior, Tatiana Walter.

Resumo do Status: Em andamento. As atividades desse objetivo, especificamente, nos resultados esperados do objetivo 3, caracterizar as condições de vida das mulheres pescadoras com base em dados secundários de vários repositórios: Censo Pescarte, IBGE etc:

A3.1, referente as atividades (A3.1.3, 3.1.2, A3.1.3): Caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios selecionados e da população pesquisada.

A3.2, referente as atividades (A3.2.1, 3.2.2, A3.2.3, A3.2.4): Análise dos processos de seletividade no mercado da pesca de cada município a partir do Censo Pescarte.

A3.3, referente as atividades (A3.3.1): Análise de conflitos vinculado à condição feminina no mercado de trabalho da pesca, a partir do Censo Pescarte.

A3.4, referente as atividades (A3.4.1): Construção da estrutura do banco de dados.

Necessitam da compilação de indicadores simples e compostos, pois parte dos indicadores já foi estimada, porém ainda se precisa de uma análise mais complexa. Necessitando de prorrogação de mais 6 meses.

Atividade A3.1.1- Levantamento de informações demográficas (sexo, idade, cor) no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010) e no Censo do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte (2015-2016).

Atividade: Levantamento de informações demográficas, Censo do BGE (2010), e sobre a atividade na pesca, Censo do Pescarte (2015-2016), de todos os municípios contemplados pelo projeto.

Status: Concluído.

Resultados: Os dados levantados nos censos, citados, estão sintetizados no anexo E.

Atividade A3.1.2 - Levantamento de informações socioeconômicas (escolaridade, situação no mercado de trabalho e rendimento)

Atividade: Levantamento de informações socioeconômicas sobre a atividade na pesca, Censo do Pescarte (2015-2016), de todos os municípios contemplados pelo projeto.

Status: Em Andamento. O levantamento de informações socioeconômicas sobre escolaridade, situação no mercado de trabalho e rendimento está sendo realizado com uso dos dados do Pescarte (2015-2016) e do Censo Demográfico do IBGE (2010).

Resultados: Identificação da comunidade e mulheres a serem entrevistadas pelos pesquisadores nos municípios que o projeto abrange. Os dados levantados no recenseamento indicado estão dispostos no anexo E. Ademais, pode-se validar algumas informações por meio das saídas de campo exploratória, além do levantamento fotográfico feito na disciplina do Prof. Marcelo Gantos, citado na Atividade A2.2.3.

Recursos: A sobra do recurso relacionado a esse item se deu em função da composição da equipe de bolsistas e do período de formação dos mesmos.

Atividade A3.1.3 - Elaboração de indicadores (simples e/ou compostos)

Atividade: Preparação dos índices simples e compostos.

Status: Em andamento. A viabilidade da elaboração de indicadores compostos está sendo analisada pela equipe de pesquisadores.

Resultados: A partir dos dados demográficos e socioeconômicos coletados no Censo Pescarte foram elaborados indicadores simples para caracterização demográfica e socioeconômica da população dos municípios estudadas, para analisarmos os processos de seletividade no mercado da pesca e pontos de possíveis conflitos vinculados à condição feminina no mercado de trabalho da pesca. Ressalta-se que o Censo Pescarte é a nossa principal fonte de dados para a elaboração dos indicadores, que estão sintetizados nas Tabelas 1 a 6 e mais explicados no Anexo E – Caracterização Socioeconômica dos Municípios.

Tabela 1 – Dados populacional dos municípios de abrangência do projeto

Município	Localização	Habitantes (2010)	Proporção homens para cada 100 mulheres
Arraial do Cabo	Baixada Litorânea	27.715	96,7
Cabo Frio	Baixada Litorânea	186.227	95,2
Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	463.731	NI
Macaé	Norte Fluminense	206.728	NI
Quissamã	Norte Fluminense	20.242	98,5
São Francisco de Itabapoana	Norte Fluminense	41.354	101,3
São João da Barra	Norte Fluminense	32.747	98,3

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010). NI: Não informado.

Tabela 2 - PIB e IDHM dos Municípios de abrangência do projeto

Município	PIB per capita (2014)	IDHM (2010)	Faixa de desenvolvimento	Dimensão que mais cresceu
Arraial do Cabo	38.823,84	0,733	Alto	Educação
Cabo Frio	66.108,91	0,735	Alto	Longevidade
Campos dos Goytacazes	120.693,92	0,716	Alto	Educação
Macaé	68.567,01	0,764	Alto	Longevidade
Quissamã	NI	0,704	Alto	Educação
São Francisco de Itabapoana	24.044,67	0,639	Médio	Educação
São João da Barra	212.966,61	0,671	Médio	Educação

Fonte: Censo Demográfico do IBGE. NI: Não informado.

Tabela 3 – Dependência dos Municípios de abrangência do projeto

Município	Dependência Orçamentária	Dependência %
Arraial do Cabo	Royalties do Petróleo	42,9%
Cabo Frio	Royalties do Petróleo	37,4%
Campos dos Goytacazes	Royalties do Petróleo	55,9%
Macaé	Royalties do Petróleo	25%
Quissamã	Royalties do Petróleo	41%
São Francisco de Itabapoana	Royalties do Petróleo	10,6%
São João da Barra	Royalties do Petróleo	58,7%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado - RJ.

Tabela 4 – População e comunidades pesqueira dos Municípios de abrangência do projeto

Município	Nº de comunidades (2015)	População pesqueira	População total do município (%)	Maior Comunidade Pesqueira	Total de Habitantes da maior comunidade
Arraial do Cabo	6	1.096	3,77%	Praia Grande	402 (36,7%)
Cabo Frio	5	1.738	0,83%	Gamboa	588 (33,8%)
Campos dos Goytacazes	8	1.643	0,34%	Farol de São Thomé	743 (45,2%)
Macaé	4	841	0,36%	Barra de Macaé	563 (66,9%)
Quissamã	4	437	1,93%	Barra do Furado	238 (54,5%)
São F. Itabapoana	4	3.055	7,39%	Gargaú	613 (20,1%)
São João da Barra	4	1.272	3,6%	Atafona	800 (62,8%)

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Tabela 5 – questionários aplicados, Estado Civil e Religião dos entrevistados do Censo Pescarte

Município	Questionários Pescarte			Estado Civil		Religião	
	Total	Homens	Mulheres	Casados	Não casados	Católicos	Evangélicos
Arraial do Cabo	389	345 (89%)	44 (11%)	65%	35%	45,9%	39,2%
Cabo Frio	548	496 (90,5%)	52 (9,4%)	64,2%	35,7%	37,2%	33,5%
Campos Goytacazes	580	371 (64%)	209 (36%)	70,2%	29,8%	55,5%	34,6%
Macaé	302	296 (98,0%)	6 (2,%)	68,2%	31,8%	42,3%	49%
Quissamã	150	137 (91%)	13 (8%)	66%	34%	64,9%	29%
São F. de Itabapoana	1.017	754 (74,1%)	263 (25,9%)	68,8%	31,7%	50,4%	47,2%
São João da Barra	476	424 (89,1%)	52 (10,9%)	68,06%	31,93%	75,6%	19,8%

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Tabela 6 – Naturalidade e motivos de permanência dos entrevistados do Censo Pescarte

Município	Naturalidade		Motivos que levaram os indivíduos a permanecerem na comunidade		
	Estado	Próprio Município	1º	2º	3º
Arraial do Cabo	85,3%	35,3%	Estar com a família (33,2%)	Gostar do local onde vive (31,8%)	Oportunidade de trabalho (23,2%)
Cabo Frio	92,5%	52,5%	Estar com a família (45,5%)	Oportunidade de trabalho (23,3%)	Gostar do local onde vive (22,2%)
Campos Goytacazes	97,4%	89,5%	Estar com a família (44,1%)	Oportunidade de trabalho (27%)	Gostar do local onde vive (17%)
Macaé	91,7%	43,4%	Oportunidade de trabalho (57,7%)	Estar com a família (29,5%)	Falta de opção (0,7%)
Quissamã	98,7%	38,3%	Estar com a família (44,6%)	Oportunidade de trabalho (27,7%)	Gostar do local onde vive (23%)
São F. de Itabapoana	92,4%	39,2%	Estar com a família (55%)	Oportunidade de trabalho (18,8%)	Gostar do local onde vive (16,2%)
São João da Barra	97,7%	53,1%	Estar com a família (42,7%)	Gostar do local onde vive (22,6%)	Oportunidade de trabalho (20,1%)

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Para alcançar os objetivos propostos nessa atividade, foi necessário também a identificação das formas de trabalho e trajetória profissional, descritas a seguir.

Trabalho e Trajetória profissional (TTP)

No bloco Trabalho e Trajetória profissional (TTP), do Censo Pescarte, algumas questões foram consideradas relevantes para analisarmos possíveis conflitos de gênero.

Uma primeira informação que pode indicar fontes de conflitos sociais envolvendo a dimensão do gênero é o tipo de relação de trabalho praticada na pesca com embarcações. Foi perguntado ao respondente principal – homem e mulher pescador/a – qual a relação de trabalho mais frequente nas embarcações em que trabalha. A questão só admite uma resposta.

Como se nota na Figura 5, apenas o município de Quissamã apresenta um quadro relativamente equitativo em termos das relações de trabalho praticadas por homens e mulheres na pesca embarcada: a relação definida pelas noções de “acordo, partilha e camaradagem (divisão em partes)” é a mais praticada por 42,1% de mulheres e 46,3% de homens, enquanto a “pesca sozinha” representa a segunda forma de relação mais utilizada

para 36,8% das mulheres e 35,8% dos homens. Em todos os outros municípios, a segunda forma de relação mais utilizada é a “pesca por produção”, que em Quissamã é a terceira mais usada. Esta informação também sugere um quadro de relativa equidade entre homens e mulheres em Quissamã: a “pesca por produção” representa, respectivamente, 5,3% e 6% das relações mais praticadas, o que diverge claramente de todos os outros municípios, nos quais se pode verificar uma predominância da relação laboral de “acordo, partilha e camaradagem (divisão em partes)” entre os homens e da “pesca por produção” entre as mulheres, sugerindo uma associação forte entre tipo de relação laboral e sexo, o que não se observa em Quissamã. Em São Francisco do Itabapoana, por exemplo, 67% dos homens e 25,4% das mulheres respondeu que a relação de “acordo, partilha e camaradagem” é a mais frequentemente praticada; quando olhamos a “pesca por produção” estes percentuais são de 17,2% e 60%, respectivamente.

Figura 5 – Tabela representativa das relações de Trabalho nas Embarcações da Pesca, por sexo e município

Município	Sexo	Outras relações	Acordo, partilha, camaradagem (Partes)	Sociedade	Salário com carteira assinada	Salário sem carteira assinada	Por produção	Pesca sozinho	Total (%)	Total Absoluto
Quissamã	F	5,3	42,1	5,3	5,3	-	5,3	36,8	100,0	19
	M	6,0	46,3	4,5	0,7	0,7	6,0	35,8	100,0	134
	T	5,9	45,8	4,6	1,3	0,7	5,9	35,9	100,0	153
Cabo Frio	F	-	26,2	13,1	-	-	57,4	3,3	100,0	61
	M	1,0	69,5	3,7	1,9	0,4	15,2	8,2	100,0	486
	T	0,9	64,7	4,8	1,6	0,4	19,9	7,7	100,0	547
Arraial do Cabo	F	16,3	48,8	9,3	2,3	2,3	14,0	7,0	100,0	43
	M	1,2	76,1	3,0	-	0,6	11,2	7,9	100,0	330
	T	2,9	72,9	3,8	0,3	0,8	11,5	7,8	100,0	373
São João da Barra	F	-	58,8	8,8	-	2,9	20,6	8,8	100,0	34
	M	1,0	75,8	0,8	-	0,3	4,5	17,7	100,0	396
	T	0,9	74,4	1,4	-	0,5	5,8	17,0	100,0	430
São Francisco do Itabapoana	F	3,6	25,4	4,6	-	0,4	60,0	6,1	100,0	280
	M	1,0	67,0	1,9	0,6	1,0	17,2	11,3	100,0	803
	T	1,7	56,2	2,6	0,5	0,8	28,3	10,0	100,0	1.083
Macaé	F	20,0	40,0	-	-	-	40,0	-	100,0	5
	M	0,7	71,2	3,1	-	0,7	21,5	2,8	100,0	288
	T	1,0	70,6	3,1	-	0,7	21,8	2,7	100,0	293
Campos dos Goytacazes	F	8,2	23,0	17,2	-	-	41,0	10,7	100,0	122
	M	5,3	41,7	9,9	-	0,3	17,9	24,9	100,0	374
	T	6,0	37,1	11,7	-	0,2	23,6	21,4	100,0	496
Total	F	5,1	29,4	8,9	0,4	0,5	47,7	8,0	100,0	564
	M	1,8	65,8	3,5	0,5	0,6	14,4	13,4	100,0	2.811
	T	2,4	59,7	4,4	0,5	0,6	19,9	12,5	100,0	3.375

Fonte: TTP.3. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Uma segunda informação diz respeito aos documentos relacionados à atividade pesqueira. Foi perguntado ao respondente principal - homem ou mulher pescador/a - se

possuía Carteira de Pescador Profissional (CPP), Registro Geral de Pesca (RGP), Registro da embarcação e, inclusive se não possuía documento algum. Como o mesmo indivíduo pode possuir mais de um destes documentos, ou seja, a pergunta admite múltiplas respostas, optamos por analisar a posse da CPP e do RGP, separadamente. O primeiro documento por significar o reconhecimento do próprio indivíduo sobre a sua condição profissional de pescador; o segundo porque é um documento similar à carteira de trabalho que possibilita o acesso a alguns benefícios sociais, como por exemplo o seguro defeso. Para estimarmos o percentual de pescadores e pescadoras que dispõe de cada um dos documentos excluímos, do denominador, a população para a qual a questão ‘não se aplica’². Implicitamente estamos admitindo que aqueles que não responderam à questão – não marcaram esta opção de resposta – não possuem o referido documento. Estes últimos encontram-se incluídos no denominador, para a estimativa do indicador.

Como se pode notar na Figura 6, apenas nas comunidades pesqueiras de Quissamã e de Campos dos Goytacazes há diferenças substanciais entre homens e mulheres, em relação à posse deste documento: em Quissamã, apenas 30% das mulheres declararam possuir a CPP enquanto para homens esse percentual foi de 78,2%; já para Campos dos Goytacazes os resultados para as populações feminina e masculina foram, respectivamente, 41,7% e 96,9%. Nos demais municípios, 100% de homens e mulheres declararam sua posse. Então surge as seguintes questões: por quê em Quissamã e em Campos dos Goytacazes nem todos os pescadores – homens e mulheres – possuem a CPP? Por que entre as mulheres esse percentual é ainda mais baixo?

Figura 6 – Representativo da tabela de disponibilidade de Carteira Profissional da Pesca, por sexo e município

Município Selecionado	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	9	30	30,0	113	126	89,7	122	156	78,2
Cabo Frio	3	3	100,0	243	243	100,0	246	246	100,0
Arraial do Cabo	19	19	100,0	190	190	100,0	209	209	100,0
São João da Barra	22	22	100,0	256	256	100,0	278	278	100,0
São Francisco do Itabapoana	66	66	100,0	469	469	100,0	535	535	100,0
Macaé	2	2	100,0	241	241	100,0	243	243	100,0
Campos dos Goytacazes	73	175	41,7	300	364	82,4	373	539	69,2
Total	194	317	61,2	1812	1889	95,9	2006	2206	90,9

Fonte: TTP.5.1. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

² Esta questão só foi perguntada ao respondente principal. Aos demais indivíduos recenseados ‘não se aplica’.

O segundo documento, o Registro Geral da Pesca (RGP), é de particular importância uma vez que é um dos documentos exigidos para a concessão do seguro defeso, um benefício concedido aos pescadores artesanais profissionais, como forma de garantir sua sobrevivência e de sua família, ao longo do período de reprodução dos peixes, em que os mesmos se encontram proibidos de pescar.

Como se pode notar na Figura 7, do total de pescadores nos municípios selecionados, apenas 47,2% declararam possuir o RGP, ressaltando-se que sua posse é relativamente mais alta entre a população masculina comparativamente à feminina (57,2% dos homens e 27,5% das mulheres declararam sua posse), com exceção dos municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Figura 7 – Representativo da tabela de disponibilidade do Registro Geral da Pesca, por sexo e município

Município Selecionado	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	9	9	100,0	103	103	100,0	112	112	100,0
Cabo Frio	1	41	2,4	0	49	0,0	1	90	1,1
Arraial do Cabo	2	24	8,3	2	48	4,2	4	72	5,6
São João da Barra	1	27	3,7	6	54	11,1	7	81	8,6
São Francisco do Itabapoana	5	118	4,2	4	88	4,5	9	206	4,4
Macaé	0	17	0,0	2	31	6,5	2	48	4,2
Campos dos Goytacazes	75	102	73,5	259	283	91,5	334	385	86,8
Total	93	338	27,5	376	656	57,3	469	994	47,2

Fonte: TTP.5.2. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Outra possível fonte de desigualdades e conflitos de gênero é a experiência com a pesca industrial. Perguntou-se para homens e mulheres pescadores³ se em sua vida profissional tiveram contato com a pesca industrial. Sendo assim, para a estimativa dos indicadores (% de pessoas com experiência com a pesca industrial), Figura 8, consideramos, no numerador, todos os indivíduos que declararam ao recenseador possuírem experiência de trabalho com a pesca e, no denominador, todos os entrevistados que responderam a questão.

Considerando-se apenas aqueles que responderam à pergunta, percebe-se que são relativamente poucos os pescadores artesanais com experiência na pesca industrial. Note-se que o maior percentual de pescadores artesanais que declararam experiência na pesca

³ Essa questão ‘não se aplicou’ para 5.596 incluindo crianças e pessoas que, embora exerçam alguma atividade na cadeia produtiva da pesca não se identificaram como pescadores.

industrial foi verificado em Cabo Frio (21%), Arraial do Cabo (14,7%) e Macaé (10,3%). Observe-se, ainda, que o número de mulheres que declararam alguma experiência de trabalho com a pesca industrial é relativamente menor, comparativamente aos homens, em todos os municípios estudados.

No entanto, como se trata de uma experiência de trabalho que parece não interessar ao pescador artesanal, pressupomos que as diferenças detectadas não refletem desigualdades e conflitos de gênero, mas antes o desinteresse e/ou distanciamento desse profissional pela atividade em questão.

Figura 8 – Representativo da tabela de Experiência de trabalho com a Pesca Industrial, por sexo e município

Município	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	0	21	0,0	103	132	78	10	153	6,5
Cabo Frio	7	87	8,0	0	494	0	122	581	21,0
Arraial do Cabo	6	48	12,5	2	332	1	56	380	14,7
São João da Barra	1	51	2,0	6	415	1	38	466	8,2
São Francisco do Itabapoana	5	355	1,4	4	825	0	48	1180	4,1
Macaé	0	4	0,0	2	287	1	30	291	10,3
Campos dos Goytacazes	1	210	0,5	259	372	70	19	582	3,3
Total	20	776	2,6	376	2857	13	323	3633	8,9

Fonte: TTP.21. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

O acesso ou não acesso a direitos sociais constitui uma das principais dimensões da igualdade/desigualdade social e da conflitualidade social em contextos marcados pela normatividade e pelas instituições da política social moderna. Historicamente, ao longo de boa parte do século XX, as mulheres estiverem excluídas de direitos sociais como seguro desemprego e previdência social. Mesmo em países desenvolvidos e com robustos sistemas de bem-estar social, o *status* da mulher enquanto titular de direitos sociais foi, por muito tempo, tornado dependente do *status* de seu marido enquanto detentor principal destes direitos. O critério ascriptivo de gênero bloqueia o tratamento individual igualitário para as mulheres, vedando a elas o acesso a um tipo de inclusão social e política baseada na dissolução deste tipo de critério. No entanto, por diversas razões, este quadro tem se alterado em muitos países com a dissolução de barreiras jurídico-formais que institucionalizam critério ascriptivo de gênero. Conhecimento como o seguro desemprego do pescador artesanal, o seguro defeso é um benefício financeiro concedido em períodos de proibição da pesca, para preservar o período de reprodução dos peixes, e pode ser

considerado como o mais importante direito social no horizonte de mulheres e homens que exercem esta atividade. Como podemos notar na Figura 9 não existem diferenças significativas entre homens e mulheres inseridos na atividade da pesca quanto ao acesso/não acesso ao seguro defeso: 53,8% do total das mulheres e 51,9% do total dos homens afirmam ter acesso ao seguro defeso, enquanto 46,2% e 48,1% afirmam, respectivamente, não acessar o benefício. Na verdade, a maior variação parece ocorrer por município, e não por gênero: existem diferenças significativas entre os municípios quanto ao acesso direito social para ambos os sexos, mas não se identifica diferença de gênero dentro de nenhum município.

Figura 9 – Representativo da tabela de acesso ao Seguro Defeso, por sexo e município

Município	N	Feminino			Masculino			Total		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Quissamã	Abs.	10	11	21	88	47	135	98	58	156
	%	47,6	52,4	100,0	65,2	34,8	100,0	62,8	37,2	100,0
Cabo Frio	Abs.	30	48	78	164	289	453	194	337	531
	%	38,5	61,5	100,0	36,2	63,8	100,0	36,5	63,5	100,0
Arraial do Cabo	Abs.	8	38	46	82	252	334	90	290	380
	%	17,4	82,6	100,0	24,6	75,4	100,0	23,7	76,3	100,0
São João da Barra	Abs.	23	38	61	191	229	420	214	267	481
	%	37,7	62,3	100,0	45,5	54,5	100,0	44,5	55,5	100,0
São Francisco do Itabapoana	Abs.	195	183	378	464	352	816	659	535	1194
	%	51,6	48,4	100,0	56,9	43,1	100,0	55,2	44,8	100,0
Macaé	Abs.	4	2	6	203	89	292	207	91	298
	%	66,7	33,3	100,0	69,5	30,5	100,0	69,5	30,5	100,0
Campos dos Goytacazes	Abs.	180	67	247	278	107	385	458	174	632
	%	72,9	27,1	100,0	72,2	27,8	100,0	72,5	27,5	100,0
Total	Abs.	450	387	837	1470	1365	2835	1920	1752	3672
	%	53,8	46,2	100,0	51,9	48,1	100,0	52,3	47,7	100,0

Fonte: Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP). TTP.26. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se praticam alguma atividade no período do defeso. De modo geral pode-se dizer que é relativamente baixo o percentual de mulheres que declararam realizar outra atividade profissional nesse período, ressaltando-se que em todos os municípios esse número é menor comparativamente aos percentuais masculinos. Essa diferença pode estar refletindo uma seletividade do mercado de trabalho destes municípios, em relação ao sexo, havendo uma tendência para maior absorção da mão de obra masculina, comparativamente à feminina. Ressalta-se que a seletividade por sexo é um dos problemas clássicos do mercado de trabalho brasileiro.

Assim como o acesso seletivo e regulado a direitos sociais, esta seletividade no mercado de trabalho constitui uma importante dimensão da desigualdade de gênero, podendo se tornar, ou não, fonte de conflitos.

Figura 10 – Representatividade da tabela de outra atividade durante o período do defeso, por sexo e município

Município	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Quissamã	7 36,8%	12 63,2%	19 100,0%	83 64,8%	45 35,2%	128 100,0%	90 61,2%	57 38,8%	147 100,0%
Cabo Frio	16 25,4%	47 74,6%	63 100,0%	162 42,5%	219 57,5%	381 100,0%	178 40,1%	266 59,9%	444 100,0%
Arraial do Cabo	17 41,5%	24 58,5%	41 100,0%	171 54,1%	145 45,9%	316 100,0%	188 52,7%	169 47,3%	357 100,0%
São João da Barra	21 38,9%	33 61,1%	54 100,0%	154 39,7%	234 60,3%	388 100,0%	175 39,6%	267 60,4%	442 100,0%
São Francisco do Itabapoana	69 20,5%	268 79,5%	337 100,0%	284 38,3%	457 61,7%	741 100,0%	353 32,7%	725 67,3%	1078 100,0%
Macaé	2 33,3%	4 66,7%	6 100,0%	61 23,0%	204 77,0%	265 100,0%	63 23,2%	208 76,8%	271 100,0%
Campos dos Goytacazes	36 15,3%	200 84,7%	236 100,0%	130 34,5%	247 65,5%	377 100,0%	166 27,1%	447 72,9%	613 100,0%
Total	168 22,2%	588 77,8%	756 100,0%	1045 40,3%	1551 59,7%	2596 100,0%	1213 36,2%	2139 63,8%	3352 100,0%

Fonte: TTP. 28. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Buscando complementar as informações acima citadas, sintetizou-se na tabela 7 as principais artes de pesca utilizadas no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas.

Tabela 7 - Tipo de Arte de Pesca Principal utilizada pelos respondentes no Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, por sexo

Arte de pesca principal	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Outras artes de pesca	46	10,8	159	58,9	205	29,5
Rede de emalhar fixa	200	47,2	75	27,8	275	39,6
Tarrafa	27	6,4	11	4,1	38	5,5
Rede de arrasto	106	25,0	7	2,6	113	16,3
Espinhel	10	2,4	5	1,9	15	2,2
Catação manual	1	0,2	4	1,5	5	0,7
Pá e Lanterna	1	0,2	3	1,1	4	0,6
Linha de mão	3	0,7	2	0,7	5	0,7
Cerco	2	0,5	2	0,7	4	0,6
Rede de emalhar à deriva	22	5,2	1	0,4	23	3,3
Vara de Pesca/Anzol	1	0,2	1	0,4	2	0,3
Trolha	2	0,5	0	0,0	2	0,3
Mergulho de Arpão	2	0,5	0	0,0	2	0,3
Puçá	1	0,2	0	0,0	1	0,1
Total	424	100,0	270	100,0	694	100,0

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Apresentamos na Tabela 8 os níveis de rendimento com base no valor do salário mínimo relativo ao ano de 2015, segundo a ocupação principal, exercida por homens e mulheres. Em relação a renda dos respondentes principal, a tabela 8, demonstra que o rendimento das mulheres se concentra nas menores faixas de renda.

Tabela 8 - Rendimento na Ocupação Principal com referência no Salário Mínimo, por sexo

Renda	Masculino	Feminino	Total
Até 1/4 sl	35	117	152
	1,2%	18,1%	4,4%
Mais de 1/4 até 1/2 sl	136	143	279
	4,8%	22,1%	8,0%
Mais de 1/2 até 1 sl	1016	201	1217
	35,9%	31,1%	35,0%
Mais de 1 até 1/2 sl	827	164	991
	29,2%	25,4%	28,5%
Mais de 1/2 até 2 sl	357	14	371
	12,6%	2,2%	10,7%
Mais de 2 até 5 sl	404	4	408
	14,3%	,6%	11,7%
Mais de 5 sl	57	3	60
	2,0%	,5%	1,7%
Total	2832	646	3478
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Contrapartida: Para elaboração destes indicadores, se fez necessário o uso do Censo Pescarte (2015-2016), Censo IBGE (2010), bancada de informática e sala de professores do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) do Centro de Ciências do Homem CCH/UENF, bem como Pesquisadores da UENF e FURG inseridos no Projeto.

Resultados Esperados A3.2

Análise dos processos de seletividade no mercado da pesca de cada município a partir do Censo Pescarte (2015-2016)

Coordenação das atividades: Joseane de Souza

Colaboradores: Marco Antônio Marinho e Roberto Dutra Torres Junior.

Resumo do Status: Em andamento.

Atividade A3.2.1 - Identificação das ocupações principais e secundárias, quando for o caso, que homens e mulheres exercem no mercado da pesca.

Atividades: Foram identificadas as ocupações principais e secundárias de homens e mulheres na atividade pesqueira.

Status: Em andamento.

Resultados: Os dados mostram que além das ocupações principais na pesca (Tabela 9), outras ocupações também são importantes para compreender as formas de trabalho/ocupação (Tabela 10) buscadas por essa população, os respondentes principais do Censo Pescarte (2015-2016). De um modo geral, observa-se a predominância dos homens (57,5%) como pescador (camarada) e mulheres (28,8%), para esta ocupação.

Tabela 9 - Ocupação principal

Ocupação Principal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Outras profissões não ligadas a pesca	40 1,4%	9 1,4%	49 1,4%
Pescador(a) (camarada)	1608 57,5%	184 28,8%	1792 52,1%
Mestre(a)	160 5,7%	0 0,0%	160 4,7%
Catador(a)	20 ,7%	29 4,5%	49 1,4%
Aquicultor(a)	3 ,1%	0 0,0%	3 ,1%
Mantenedor(a) de barco	20 ,7%	0 0,0%	20 ,6%
Dono(a) de barco que não pesca	77 2,8%	4 ,6%	81 2,4%
Dono(a) de barco e pescador(a)	281 10,0%	6 ,9%	287 8,4%
Gelador(a)	9 ,3%	0 0,0%	9 ,3%
Marisqueiro(a)	13 ,5%	187 29,3%	200 5,8%
Descascador(a)	6 ,2%	58 9,1%	64 1,9%
Filetador(a)	11 ,4%	44 6,9%	55 1,6%
Cozinheiro(a) de barco de pesca	13 ,5%	1 ,2%	14 ,4%
Pescador(a) de canoa	329 11,8%	60 9,4%	389 11,3%
Atravessador(a)	32 1,1%	4 ,6%	36 1,0%
Mantenedor(a) de petrechos de pesca	31 1,1%	8 1,3%	39 1,1%
Pescador(a) afastado(a) temporariamente da atividade	121 4,3%	34 5,3%	155 4,5%
Serviços Gerais de Comércio de Peixe	21 ,8%	9 1,4%	30 ,9%
Vigia de Maré	1 ,0%	0 0,0%	1 0,0%

Administração da Colônia/Associação	2 ,1%	2 ,3%	4 ,1%
Total	2798 100,0%	639 100,0%	3437 100,0%

Fonte: C.F. Censo Pescarte, 2016.

Tabela 10 – Outra ocupação principal ou profissão

Outra Ocupação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Abertura De Poços	3 ,6%	0 0,0%	3 ,5%
Advogado(A)	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Agricultor(A)	42 8,1%	2 2,0%	44 7,2%
Ajudante De Motorista	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Ajudante De Pedreiro	68 13,2%	0 0,0%	68 11,1%
Aposentado(A)	6 1,2%	0 0,0%	6 1,0%
Artesão	8 1,5%	9 9,2%	17 2,8%
Auxiliar Administrativo	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Auxiliar De Serviços Gerais	23 4,4%	3 3,1%	26 4,2%
Barbeiro	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Bombeiro Hidráulico	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Borracheiro	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Cabeleireira	1 ,2%	1 1,0%	2 ,3%
Calafate	6 1,2%	0 0,0%	6 1,0%
Caminhoneiro	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Carpinteiro	9 1,7%	0 0,0%	9 1,5%
Caseiro(A)	3 ,6%	1 1,0%	4 ,7%
Comerciante	55 10,6%	25 25,5%	80 13,0%
Copeiro	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Costureiro(A)	0 0,0%	7 7,1%	7 1,1%
Cozinheiro(A)	1 ,2%	2 2,0%	3 ,5%

Cuidador(A) De Idosos	0 0,0%	1 1,0%	1 ,2%
Do Lar	1 ,2%	5 5,1%	6 1,0%
Doceira	0 0,0%	2 2,0%	2 ,3%
Eletricista	8 1,5%	0 0,0%	8 1,3%
Eletrotécnico(A)	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Empregado(A) Doméstico(A)	0 0,0%	29 29,6%	29 4,7%
Empresario	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Garçom	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Gari	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Gerente	0 0,0%	1 1,0%	1 ,2%
Guarda	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Guarda Marítimo	3 ,6%	0 0,0%	3 ,5%
Guarda-Vidas	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Guia Turístico	5 1,0%	1 1,0%	6 1,0%
Lanterneiro	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Manicure	0 0,0%	3 3,1%	3 ,5%
Marceneiro(A)	5 1,0%	0 0,0%	5 ,8%
Marinheiro(A)	7 1,4%	0 0,0%	7 1,1%
Mecânico De Barco	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Mecânico(A)	12 2,3%	0 0,0%	12 2,0%
Mergulhador	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Motorista	10 1,9%	0 0,0%	10 1,6%
Operador(A) De Maquinas	2 ,4%	0 0,0%	2 ,3%
Pastor	3 ,6%	0 0,0%	3 ,5%
Pecuarista	1 ,2%	0 0,0%	1 ,2%
Pedreiro(A)	117 22,6%	1 1,0%	118 19,2%
Pesca Esportiva	1	0	1

	,2%	0,0%	,2%
Piloto De Embarcação	2	0	2
	,4%	0,0%	,3%
Pintor(A) Industrial	3	0	3
	,6%	0,0%	,5%
Pintor(A) Residencial	21	0	21
	4,1%	0,0%	3,4%
Pintura Naval	6	0	6
	1,2%	0,0%	1,0%
Profissional De Educação Física	2	0	2
	,4%	0,0%	,3%
Radiologista	1	0	1
	,2%	0,0%	,2%
Reciclador(A)	3	1	4
	,6%	1,0%	,7%
Salgadeira	0	3	3
	0,0%	3,1%	,5%
Salineiro(A)	3	0	3
	,6%	0,0%	,5%
Serralheiro	1	0	1
	,2%	0,0%	,2%
Serviços Diversos	23	1	24
	4,4%	1,0%	3,9%
Servidor(A) Público(A)	9	0	9
	1,7%	0,0%	1,5%
Taifeiro	3	0	3
	,6%	0,0%	,5%
Taxista	1	0	1
	,2%	0,0%	,2%
Trabalha Com Passeio De Barco	1	0	1
	,2%	0,0%	,2%
Triatleta	1	0	1
	,2%	0,0%	,2%
Turismo	4	0	4
	,8%	0,0%	,7%
Vigilante	8	0	8
	1,5%	0,0%	1,3%
Zelador(A)	2	0	2
	,4%	0,0%	,3%
Total	517	98	615
	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Atividade A3.2.2 - Identificação dos rendimentos auferidos por homens e mulheres no mercado da pesca, por idade e por ocupação

Atividade: Foram identificados os rendimentos auferidos por homens e mulheres no mercado da pesca, por idade e por ocupação, com base no Censo Pescarte (2015-2016).

Status: Em andamento.

Resultados: Níveis de rendimento com base no valor do salário mínimo relativo ao ano de 2015, segundo a ocupação principal, exercida por homens e mulheres (Tabela 9), citada na Atividade A3.1.3.

Atividade A3.2.3 - Análise da divisão social do trabalho, no mercado de trabalho da pesca, por gênero

Atividade: Identificação da divisão social do trabalho com base no Censo Pescarte (2015-2016).

Status: Em andamento, a maioria dos indicadores gerais já foi estimado, no entanto como se trata de um aspecto mais amplo da divisão do trabalho, a análise desses resultados ainda encontra-se em elaboração.

Resultados: Esse tópico visa a analisar a divisão do trabalho em toda a cadeia produtiva da pesca. Identificação das ocupações; a hierarquia ocupacional; o acesso aos meios de produção, ao mercado e à distribuição do rendimento, segundo as categorias ocupacionais (formais e informais). Os indicadores gerais estimados encontram-se no texto “Trabalho e Trajetória Profissional” e nas tabelas 7, 8 citados na Atividade A3.1.3. Buscando complementar a análise desse item, apresenta-se a seguir a caracterização da atividade pesqueira.

Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP)

Enquanto as informações do bloco sobre Trabalho e Trajetória profissional (Atividade A3.1.3) se referem a dimensões da desigualdade social (acesso a documentos que garantem a titularidade de certos direitos, status sócio profissional e relações de trabalho) que podem ser fontes de conflitos, embora não necessariamente sejam, as informações do bloco sobre a Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP) tratam mais diretamente de possíveis conflitos.

A primeira informação refere-se à percepção de conflitos com organizações estatais de fiscalização da pesca. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se existem conflitos entre pescadores e os órgãos fiscalizadores. Como podemos notar na (Figura 11 – Representativo da Tabela de Percepção de Conflitos entre Pescadores e Órgãos Fiscalizadores, por sexo e municípios), não há diferenças relativas significativas entre homens e mulheres, mas os resultados apontam uma tendência para relações mais conflituosas entre as mulheres, comparativamente às relações masculinas. Para Macaé

100% das mulheres pescadoras declararam haver conflito, mas note que se trata apenas de 2 pessoas, um número estatisticamente não representativo. Os principais conflitos apontados por homens e mulheres são exatamente os mesmos: abuso de poder, por parte do órgão fiscalizador; fiscalização excessiva no período do defeso; legislação deficiente; e período de defeso errado. Ou seja, embora possam haver eixos de conflitos opondo homens e mulheres, a percepção de conflitos com órgãos fiscalizadores parece indicar a existência de uma identidade ou posição social compartilhada (posição de classe no sentido weberiano de chances relativas de ganho econômico é o que pare indicar os principais conflitos apontados) por ambos.

Figura 11 -Representativo da Tabela de Percepção de Conflitos entre Pescadores e Órgãos Fiscalizadores, por sexo e municípios

Municípios	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Campos dos Goytacazes	45	179	25,1	89	362	24,6	134	541	24,8
Macaé	2	2	100,0	101	254	39,8	103	256	40,2
São Francisco do Itabapoana	54	250	21,6	105	707	14,9	159	957	16,6
São João da Barra	11	46	23,9	96	375	25,6	107	421	25,4
Arraial do Cabo	27	41	65,9	147	282	52,1	174	323	53,9
Cabo Frio	40	65	61,5	198	436	45,4	238	501	47,5
Quissamã	5	17	29,4	32	115	27,8	37	132	28,0
Total	184	600	30,7	768	2531	30,3	952	3131	30,4

Fonte: Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP).53. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

A segunda informação abrange outros tipos de conflitos envolvendo a atividade da pesca. O Censo Pescarte inquiriu os entrevistados sobre outros tipos de conflito, além daqueles envolvendo pescadores e órgãos ambientais, que ocorrem em sua atividade de pesca. 53,4% dos homens entrevistados afirmaram existir conflitos entre os próprios pescadores, mas parecem relevantes os conflitos entre os pescadores e a atividade de exploração de petróleo (ou seria entre pescadores e as empresas produtoras de petróleo?); entre os pescadores e a colônia; com instituições municipais, como as Secretarias de Pesca; e entre os pescadores artesanais e a pesca industrial. Entre as mulheres, as categorias mais declaradas foram os conflitos entre os próprios pescadores e entre os pescadores e as instituições municipais. Neste caso, é preciso aprofundar, através de uma pesquisa qualitativa se o conflito entre os pescadores relatados por homens e, principalmente pelas mulheres, consiste em um conflito de gênero ou não, ou seja, se há conflito de gênero

entre as mulheres e os homens pescadores e, em caso afirmativo, qual o motivo que leva ao estabelecimento da relação conflituosa. (CAP 56)

Uma terceira informação diretamente relacionada a um possível conflito de inegável natureza socioambiental é a percepção sobre a influência da atividade do petróleo na atividade pesqueira. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se a atividade do petróleo influencia na atividade pesqueira. Como podemos notar na Figura 12, há uma não percepção desta influência sobre a pesca encontrada em um número relativamente alto de pescadores, e mais notadamente entre as mulheres. No entanto, esta percepção promove processos de contenção ou neutralização de possíveis conflitos, já que parece resultar de um desconhecimento sobre os impactos negativos da atividade de exploração do petróleo sobre a atividade da pesca e, portanto, sobre o rendimento monetário das famílias envolvidas. A variação desta percepção entre os municípios indica uma possível desigualdade de acesso a informações: por exemplo, enquanto em Macaé 81% dos entrevistados percebem influência da exploração de petróleo na pesca, em São João da Barra apenas 32,5% tem esta percepção.

Figura 12 – Representativo da Tabela de Percepção da Influência da atividade do Petróleo na Atividade Pesqueira, por sexo e município

Municípios	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Campos dos Goytacazes	80	178	44,9	179	361	49,6	259	539	48,1
Macaé	2	3	66,7	223	273	81,7	225	276	81,5
São Francisco do Itabapoana	64	229	27,9	293	714	41,0	357	943	37,9
São João da Barra	13	51	25,5	131	392	33,4	144	443	32,5
Arraial do Cabo	17	39	43,6	152	325	46,8	169	364	46,4
Cabo Frio	53	73	72,6	287	447	64,2	340	520	65,4
Quissamã	7	19	36,8	63	131	48,1	70	150	46,7
Total	236	592	39,9	1328	2643	50,2	1564	3235	48,3

Fonte: CAP.57. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

A quarta informação relevante diz respeito ao caráter da influência da atividade de exploração do petróleo sobre a atividade pesqueira. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – que reconhecem esta influência, se ela é positiva ou negativa. Como se pode notar na Figura 13, a grande maioria dos entrevistados considera que esta influência é negativa (trouxe mais prejuízos que benefícios).

Figura 13 – Representativo da Tabela de Opinião sobre a Influência da Atividade de Petróleo sobre a Atividade Pesqueira, por sexo e município

Municípios	Sexo	Trouxe somente benefícios	Trouxe mais benefícios que prejuízos	Nem prejuízo nem benefício	Trouxe mais prejuízos que benefícios	Trouxe somente prejuízos	Total (%)	Total (Absoluto)
Campos dos Goytacazes	F	2,6	13,0	13,0	35,1	36,4	100,0	77
	M	2,9	7,4	9,1	44,0	36,6	100,0	175
	T	2,8	9,1	10,3	41,3	36,5	100,0	252
Macaé	F	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	2
	M	0,9	3,6	6,8	26,6	62,2	100,0	222
	T	0,9	3,6	6,7	26,3	62,5	100,0	224
São Francisco do Itabapoana	F	1,5	10,8	9,2	61,5	16,9	100,0	65
	M	2,0	6,4	11,9	58,0	21,7	100,0	295
	T	1,9	7,2	11,4	58,6	20,8	100,0	360
São João da Barra	F	7,7	0,0	7,7	69,2	15,4	100,0	13
	M	2,3	5,3	4,6	65,6	22,1	100,0	131
	T	2,8	4,9	4,9	66,0	21,5	100,0	144
Arraial do Cabo	F	0,0	0,0	25,0	25,0	50,0	100,0	16
	M	0,7	7,9	9,2	38,8	43,4	100,0	152
	T	0,6	7,1	10,7	37,5	44,0	100,0	168
Cabo Frio	F	0,0	1,9	0,0	90,4	7,7	100,0	52
	M	0,7	3,2	3,5	69,6	23,0	100,0	283
	T	0,6	3,0	3,0	72,8	20,6	100,0	335
Quissamã	F	14,3	28,6	0,0	42,9	14,3	100,0	7
	M	1,6	9,7	11,3	64,5	12,9	100,0	62
	T	2,9	11,6	10,1	62,3	13,0	100,0	69
Total	F	2,2	8,6	9,1	56,0	24,1	100,0	232
	M	1,5	5,6	7,8	52,2	32,9	100,0	1320
	T	1,6	6,1	8,0	52,8	31,6	100,0	1552

Fonte: CAP.58. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

A quinta informação relevante refere-se à percepção de homens e mulheres sobre a abertura do ramo (atividade da pesca) para a participação feminina nos últimos anos. Como podemos identificar na Figura 14, ao contrário do que se poderia esperar, em praticamente todos os municípios a percepção tanto dos homens quanto das mulheres em relação à abertura desse ramo para a atuação feminina é relativamente elevada. Também foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – a justificativa desta percepção de abertura do ramo. O principal motivo apontado é o fato de tanto os homens quanto as mulheres entrevistadas conhecerem muitas mulheres pescadoras. No entanto, a nosso ver, o fato de também as mulheres perceberem que este mercado de trabalho está se abrindo para a participação feminina pode indicar um dimensão importante de desigualdade (e talvez também de conflitos) intragênero: como o número de mulheres pescadoras é significativamente menor que o número de homens pescadores, e como esta pergunta foi

respondida apenas pelo respondente principal, ou seja, por mulheres e homens já inseridos neste nicho do mercado de trabalho, podemos aventar a hipótese de que a inclusão de algumas mulheres nesta atividade social, ainda que resulte da superação de barreiras sociais e culturais que as colocam em posição de desvantagem em relação aos homens, incentiva, entre os incluídos, o desenvolvimento de uma visão que ignora as desigualdades de gênero.

Os entrevistados que perceberam um fechamento do ramo da pesca para as mulheres, também foram perguntados sobre o que justifica esta percepção. Dentre homens e mulheres as respostas com maior frequência foram: ‘porque a pesca é tarefa de homem’; ‘a pesca é uma atividade muito pesada para ser realizada por mulheres’; ‘porque as mulheres não se interessam pela pesca’; e ‘porque as mulheres não são ensinadas a serem pescadoras’. Para a fase qualitativa da pesquisa pode ser interessante trabalhar com mulheres que almejam algum tipo de inserção não alcançada na atividade da pesca, a fim de verificar se há posição de inclusão ou exclusão influencia na percepção de abertura ou fechamento deste nicho do mercado de trabalho.

Do ponto de vista da produção de conflitos de gênero, cabe notar que a elevada percepção de abertura do ramo tende a ser um fator inibidor de conflitos, já que homens e mulheres incluídos parecem compartilhar uma visão que produz mais solidariedade do que antagonismo entre eles, frustrando, muito provavelmente, também uma possível solidariedade entre mulheres incluídas e excluídas. No entanto, estas são questões que só podem ser respondidas por meio do trabalho de campo.

Figura 14 - Percepção da Abertura da Atividade da Pesca à Participação das Mulheres, por sexo

Municípios	Feminino				Masculino				Total			
	Sim	Não	Total (%)	Abs	Sim	Não	Total (%)	Abs	Sim	Não	Total (%)	Abs
Campos dos Goytacazes	87,6	12,4	100,0	202	70,9	29,1	100,0	381	76,7	23,3	100,0	583
Macaé	66,7	33,3	100,0	6	66,3	33,7	100,0	276	66,3	33,7	100,0	282
São Francisco do Itabapoana	89,5	10,5	100,0	285	80,8	19,2	100,0	757	83,2	16,8	100,0	1042
São João da Barra	78,7	21,3	100,0	61	62,3	37,7	100,0	416	64,4	35,6	100,0	477
Arraial do Cabo	83,0	17,0	100,0	47	85,1	14,9	100,0	329	84,8	15,2	100,0	376
Cabo Frio	81,6	18,4	100,0	103	79,7	20,3	100,0	469	80,1	19,9	100,0	572
Quissamã	78,9	21,1	100,0	19	72,7	27,3	100,0	132	73,5	26,5	100,0	151
Total	86,0	14,0	100,0	723	75,1	24,9	100,0	2760	77,4	22,6	100,0	3483

Fonte: CAP.65. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

A sexta informação relevante para avaliarmos a possibilidade de conflitos de gênero no mercado da pesca diz respeito à percepção de exclusividade de atividades deste mercado para homens e mulheres. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se existem atividades exclusivas para homens e para mulheres. Como se pode notar na Figura 15, com exceção de Macaé, onde 66,7% das mulheres afirmaram acreditar na existência de atividades exclusivas para homens e mulheres, em todos os outros municípios destaca-se a percepção – mais intensa entre as mulheres e menos intensa entre homens – de que não há atividades exclusivas. Novamente ressalta-se que o número de mulheres pescadoras é relativamente baixo e que esta baixa percepção pode se relacionar à experiência das mulheres nesse mercado de trabalho.

Figura 15 – Representatividade da Tabela de Percepção sobre a Exclusividade de Atividades da Pesca para Homens e Mulheres, por sexo

Municípios	Feminino				Masculino				Total			
	Sim	Não	Total (%)	Abs.	Sim	Não	Total (%)	Abs.	Sim	Não	Total (%)	Abs.
Campos dos Goytacazes	18,6	81,4	100,0	204	28,7	71,3	100,0	380	25,2	74,8	100,0	584
Macaé	66,7	33,3	100,0	6	40,2	59,8	100,0	281	40,8	59,2	100,0	287
São Francisco do Itabapoana	42,0	58,0	100,0	286	47,5	52,5	100,0	767	46,0	54,0	100,0	1053
São João da Barra	16,4	83,6	100,0	61	42,8	57,2	100,0	411	39,4	60,6	100,0	472
Arraial do Cabo	15,6	84,4	100,0	45	28,5	71,5	100,0	323	26,9	73,1	100,0	368
Cabo Frio	12,6	87,4	100,0	103	21,8	78,2	100,0	454	20,1	79,9	100,0	557
Quissamã	26,3	73,7	100,0	19	40,5	59,5	100,0	131	38,7	61,3	100,0	150
Total	27,2	72,8	100,0	724	36,6	63,4	100,0	2747	34,7	65,3	100,0	3471

Fonte: CAP.68. Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Para aqueles que responderam que na Pesca existem atividades exclusivas para homens, o Censo Pescarte perguntou quais seriam, então, essas atividades; mais de 70% dos homens e mais de 81% das mulheres identificaram a atividade de pesca, propriamente dita, como uma atividade masculina.

Como complemento, o Censo perguntou, também, quais seriam as atividades específicas para mulheres. Nesse caso, verifica-se maior dispersão entre as respostas, porém tanto na perspectiva masculina quanto feminina destacam-se as atividades de descasque, filetagem e limpeza.

Atividade A3.2.4 – Análise da divisão sexual do trabalho no mercado da pesca e no domicílio, a partir do Censo Pescarte.

Atividades: Identificação da divisão sexual do trabalho na pesca e no domicílio.

Status: Em andamento.

Resultados: Os indicadores apresentados a seguir foram elaborados a partir do Bloco Gênero do Censo Pescarte (2015-2016).

Bloco Gênero (G)

No questionário do Censo Pescarte há um bloco exclusivo sobre gênero. Foram identificados 3.940 questionários cujo bloco gênero foram respondidos por homens e 3.492 respondidos pelas mulheres, embora não todas as questões abranjam este universo em função de suas especificidades e/ou da recusa ou indisponibilidade das entrevistadas. Como nosso objetivo é analisar a situação do cotidiano familiar das mulheres, sua inserção/não inserção no mercado de trabalho da pesca e sua inclusão/exclusão na esfera política (especialmente nas associações e organizações profissionais), buscando identificar as desigualdades de gênero como a principal fonte de conflitos, optamos por analisar apenas os questionários respondidos pelas mulheres.

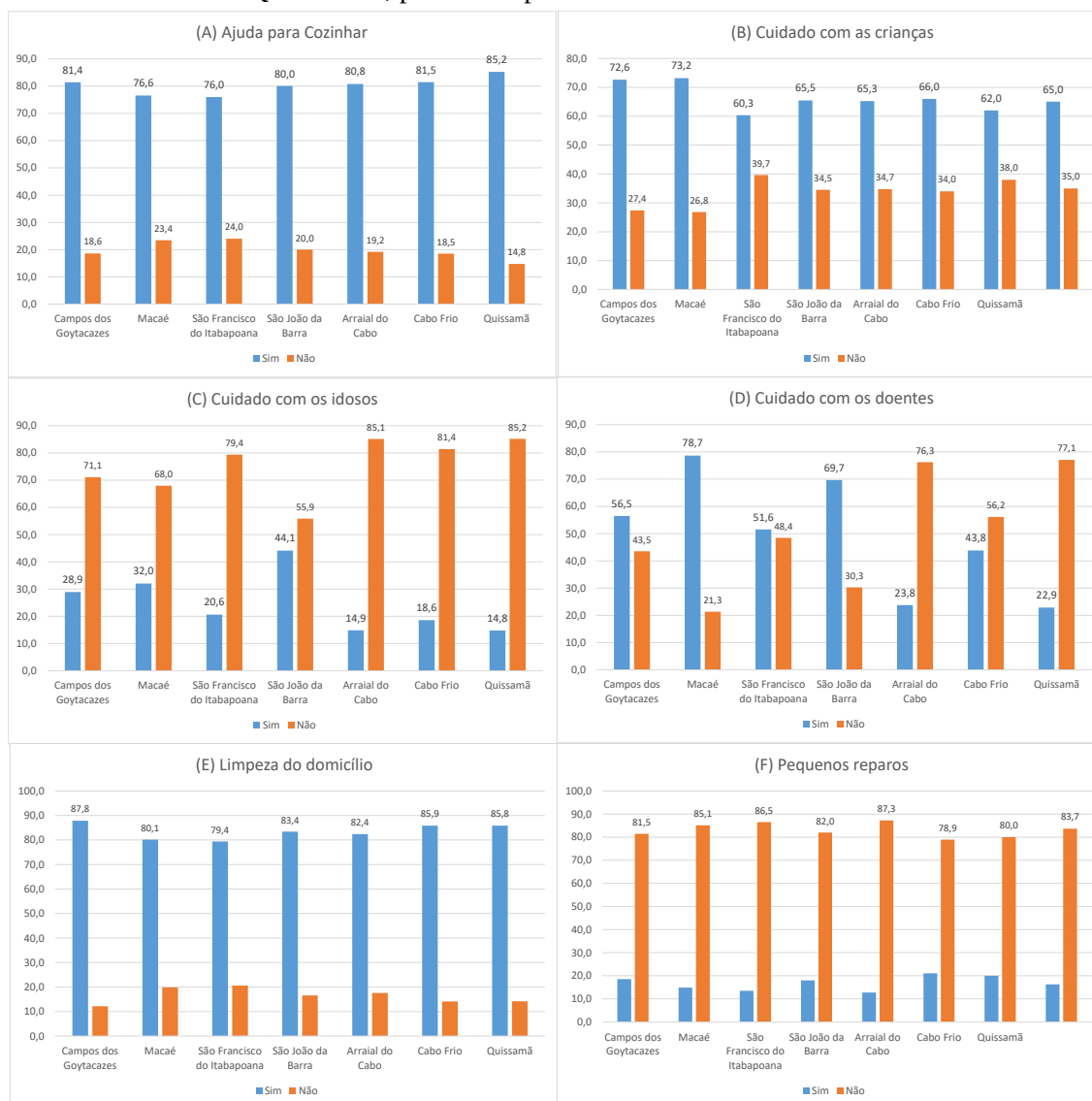
A primeira questão diz respeito à organização das tarefas domésticas. Considerando-se, em conjunto, todas as comunidades pesqueiras dos municípios de abrangência do Pescarte, 79% das mulheres informaram que os demais membros da família se dedicam a cozinhar; 65% informaram que outros membros da família auxiliam nos cuidados com as crianças; 24,7% das mulheres declararam que outros membros da família ajudam a cuidar dos idosos. Como as diferenças entre o percentual de mulheres que declararam que no domicílio outros membros ajudam a cuidar das crianças e dos idosos são bastante expressivas, infere-se que muito provavelmente em um domicílio as crianças mais velhas são responsáveis pelas mais novas, mas não têm condições de cuidar dos idosos. Ainda em relação às tarefas domésticas, 54,9% das mulheres declararam que contam com ajuda de outros membros para os cuidados com os mesmos; 82,8% informaram contar com

ajuda de outros membros para a limpeza do domicílio; e 16,3% que contam com ajuda de outros membros para a realização de serviços de pequenos reparos.

Os resultados para os municípios, individualmente, podem ser apreciados na Figura 16 (Gráficos A a F). Em todos os municípios, a grande maioria das mulheres entrevistadas considerara ter ajuda para cozinhar, para o cuidado com as crianças e para a realização das tarefas relacionadas à limpeza do domicílio. Por outro lado, a maioria informou não contar com ajuda para o cuidado com os idosos nem para a realização de pequenos reparos. Curioso é o caso específico do cuidado com os doentes: em Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra a maioria das mulheres declarou contar com ajuda de outros residentes do domicílio para esta atividade; em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Quissamã, o comportamento foi exatamente oposto, ou seja, a maioria informou não contar com ajuda de outras pessoas residentes do domicílio para esta atividade.

De modo geral, os dados indicam que, no interior dos domicílios, existem formas de divisão do trabalho muito provavelmente estruturadas por sexo e por idade. Sugerem ainda que esta ajuda é seletiva segundo a modalidade de trabalho a ser executada. Seria interessante verificar quem é o responsável, nos domicílios, pela distribuição das tarefas domésticas: se o homem, ou se a mulher; e se esta distribuição é imposta (podendo, portanto, ser conflituosa) ou fruto de algum acordo feito entre os moradores.

Figura 16 – Representatividade do Gráfico (A a F) de Percepção das Mulheres sobre a Divisão de Tarefas Domésticas Quotidianas, por município



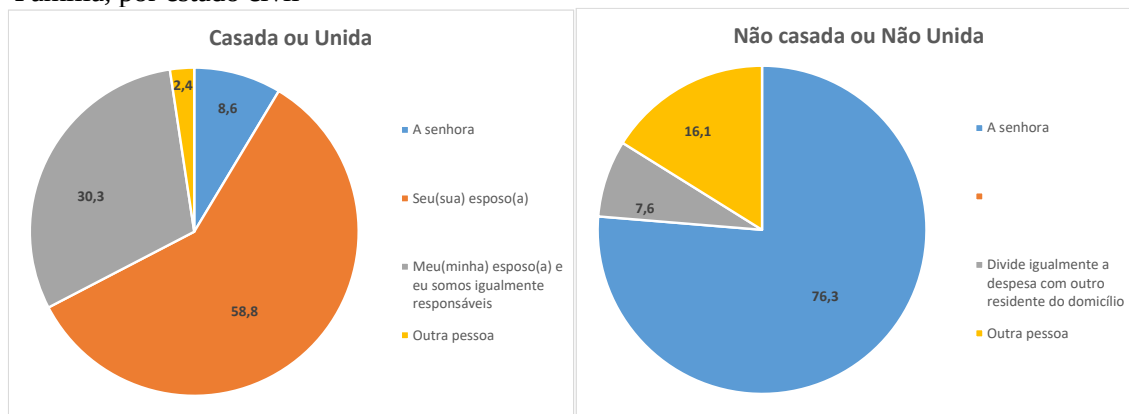
Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Outra questão importante diz respeito a atribuição de responsabilidade pelo sustento da família, que pode ser considerada também uma dimensão importante da igualdade/desigualdade entre homens e mulheres. Foi perguntado quem é o principal responsável pelo sustento da família. Observamos que 61,5% das mulheres que responderam o questionário são casadas⁴; dentre elas 58,75% responderam que o esposo (ou companheiro) é o principal provedor do domicílio; 30,27% que ela e o esposo são

⁴ Considerou-se casadas todas as mulheres que declararam viver em algum regime de União (união consensual, casamento civil e religioso, casamento civil, casamento religioso) e não-casadas (ou não-unidas) as mulheres solteiras, divorciadas/separadas e viúvas.

igualmente responsáveis pelo sustento da família, ressaltando-se que a divisão igualitária das despesas é relativamente maior quando se trata de Uniões consensuais; 8,61% declaram-se provedoras principais; havendo casos em que outra pessoa – como sogro ou sogra, por exemplo, no caso dos domicílios compostos – é o provedor. O bloco gênero foi respondido por 211 mulheres não-casadas (38,5% do total de mulheres respondentes). Dentre elas, 76,3% eram chefes de domicílio; 7,6% informaram dividir igualmente a despesa com outro residente (exclusive marido/companheiro, dado que é não-casada ou não-unida) e 16,1% que outra pessoa residente é responsável pelo provimento financeiro do domicílio. Observa-se que é expressivo o número de mulheres chefes, porém a chefia do domicílio encontra-se relacionada com o estado civil: na maioria dos casos a mulher é chefe na situação de não-casada. Nos casos em que a mulher se encontra em regime de união e é chefe da família – 8,6% - pode haver conflito de gênero, em decorrência da desigualdade econômica entre o marido (ou companheiro) e a esposa (ou companheira).

Figura 17 – Representativo do Gráfico de Percepção sobre a Responsabilidade pelo Sustento da Família, por estado civil

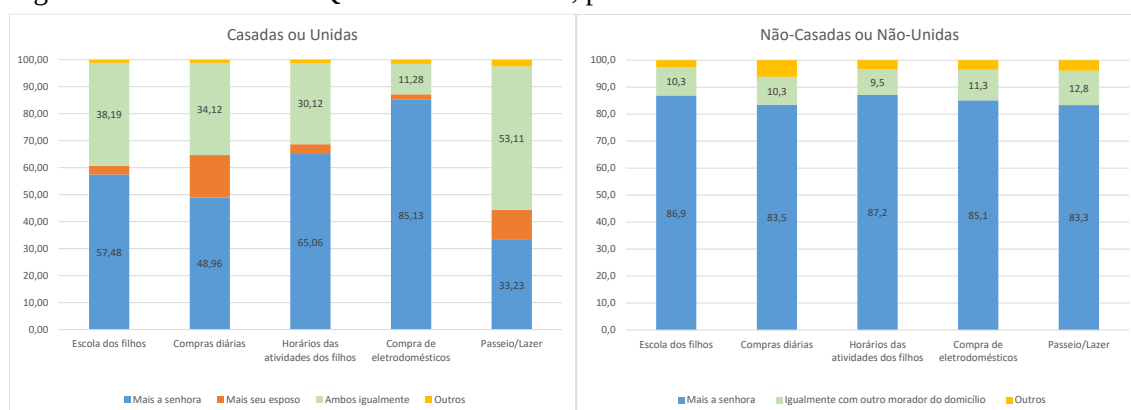


Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Em termos das relações intrafamiliares, uma das principais dimensões da igualdade/desigualdade de gênero é o poder de decisão sobre questões domésticas. Perguntaram-se às mulheres sobre quem toma as decisões sobre as seguintes situações familiares da vida quotidiana: escola e horário das atividades dos filhos, compras diárias e de eletrodomésticos e passeio/lazer. Optou-se por analisar as respostas considerando-se a situação conjugal feminina, pressupondo-se significativa influência desta variável sobre as mesmas.

Dentre as mulheres casadas ou unidas, percebe-se o predomínio da decisão unilateral feminina em relação à escola e definição do horário das atividades dos filhos, e em relação à compra de eletrodomésticos. A decisão sobre passeio e lazer tende a ser tomada em conjunto pelo casal (53,1% das mulheres selecionaram esta opção de resposta), enquanto 49% das mulheres informaram decidirem sozinhas e 34,12% de forma compartilhada sobre as compras diárias para provisão domiciliar. Dentre as não-casadas, há predomínio da decisão unilateral feminina em todas as atividades da vida quotidiana domiciliar.

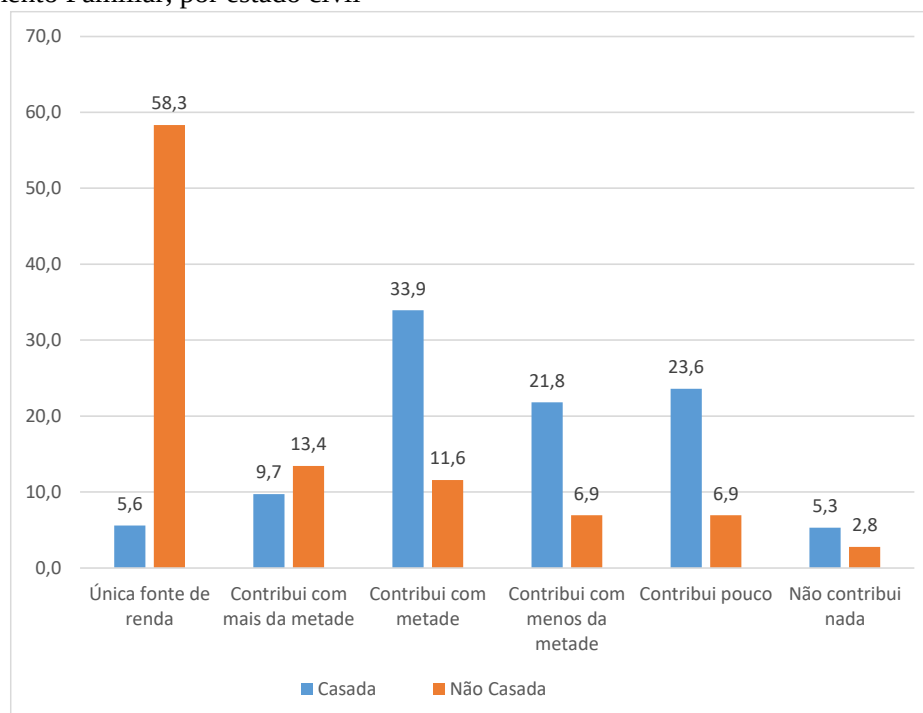
Figura 18 - Decisão sobre Questões Domésticas, por estado civil



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Articulando a esfera doméstica com a esfera econômica, perguntou-se às mulheres em que quantidade o trabalho por ela realizado e a remuneração dele proveniente contribui para o orçamento familiar. De modo geral, pode-se dizer que o rendimento do trabalho feminino é uma importante fonte de rendimento familiar, considerando-se que 62,6% das mulheres entrevistadas que responderam a esta questão informaram contribuir com pelo menos a metade da renda familiar. As variações segundo a situação conjugal podem ser observadas no Figura 19. Observe que 58,3% das mulheres não-casadas/não unidas e apenas 5,6% das mulheres casadas/unidas declararam que o rendimento proveniente do seu trabalho é a única fonte de renda da família; 33,9 das mulheres casadas informaram contribuir com a metade do orçamento familiar, ressaltando-se, ainda, que 23,6% declararam que contribuem pouco para a composição da renda familiar.

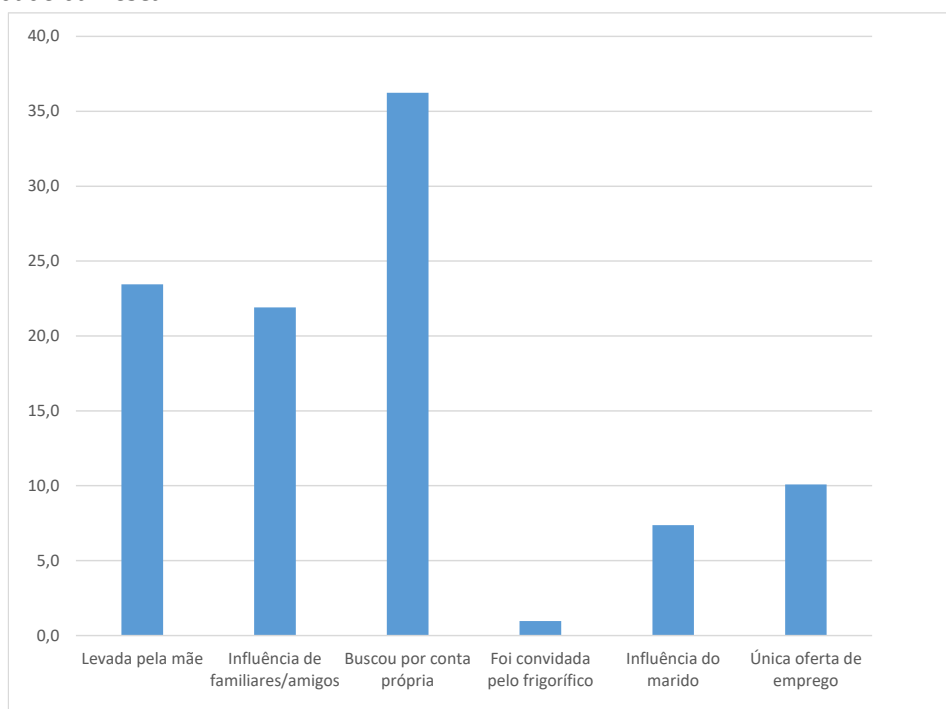
Figura 19 – Representativo do Gráfico da Contribuição do Trabalho das Mulheres para o Orçamento Familiar, por estado civil



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

São diversos os motivos que levaram as mulheres a atuarem na atividade da Pesca: do total de mulheres entrevistadas, 23,4% declararam que estão na atividade por influência da mãe; 21,9% por indicação de amigos e/ou familiares; 36,2% buscaram a atividade por iniciativa própria; 7,4% por influência do marido/companheiro; 10,1% relacionaram sua inserção nas atividades da Pesca porque esta era a única oferta de emprego; e 1% informaram que foram convidadas pelo frigorífico. Os resultados sugerem que a decisão das mulheres é fortemente influenciada pela experiência de outros membros da comunidade havendo, inclusive, uma transferência intergeracional do conhecimento sobre a atividade, talvez como uma estratégia, até mesmo inconsciente, de perpetuação desse capital humano. De um modo geral, 52,6% das mulheres começaram a atuar na atividade pesqueira por indicação de familiares (mãe, familiares, amigos, marido), 36,3% buscou a pesca por conta própria, 10,1% por ser a única oferta de emprego no momento e 1,0% por meio de convite do frigorífico (ver Figura 21 – Representativo da Tabela de Fatores que Influenciaram na Inserção das Mulheres na Atividade da Pesca).

Figura 20 – Representativo do Gráfico dos Fatores que Influenciaram na Inserção das Mulheres na Atividade da Pesca



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Figura 21 – Representativo da Tabela de Fatores que Influenciaram na Inserção das Mulheres na Atividade da Pesca

Como começou a atuar nesta atividade	Casada	(%)	Não Casada	(%)	Total	(%)
Levada pela mãe	81	25,8	40	20,1	121	23,59
Indicação de familiares/amigos	65	20,7	46	23,1	111	21,64
Buscou por conta própria	106	33,8	80	40,2	186	36,26
Foi convidada pelo frigorífico	3	1,0	2	1,0	5	0,97
Por influência/indicação do marido	31	9,9	7	3,5	38	7,41
Única oferta de emprego no momento	28	8,9	24	12,1	52	10,14
Total	314	100,0	199	100,0	513	100,00

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Quanto à participação em alguma instituição associativa, como por exemplo, associações de bairro, colônia etc., percebe-se, pelos resultados (Figura 22 – Representativo da Tabela de Participação em Entidades Associativas), por estado civil, visíveis também na Figura 23, que, de modo geral, a participação política feminina é relativamente baixa: de um total de 383 mulheres que responderam a esta questão, 43,1% informaram participar de alguma instituição associativa, enquanto 56,9% disseram que não participam. Observe, ainda, que a participação política é significativamente maior entre as mulheres casadas (52%) comparativamente às não-casadas (30,4%). É importante destacar que, a maior

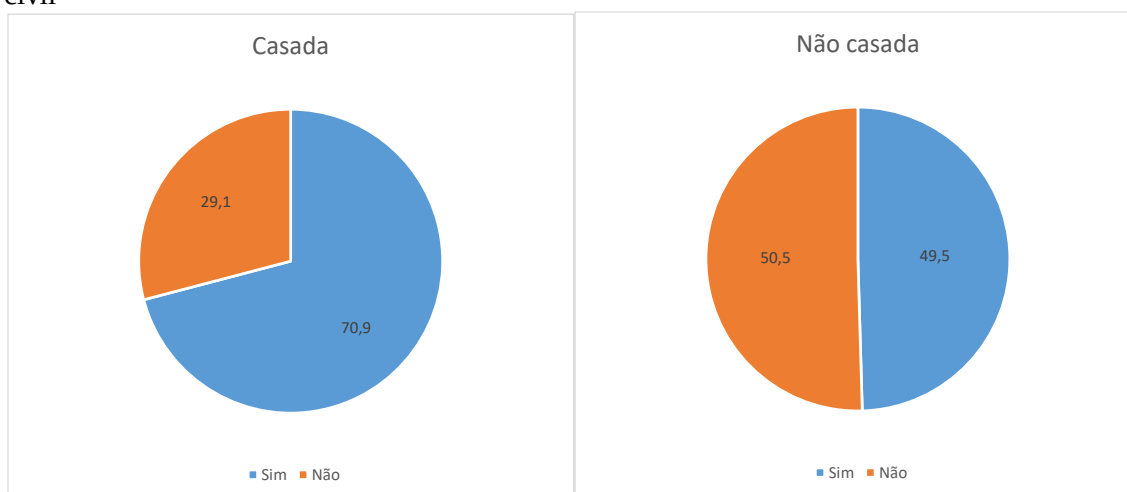
participação das respondentes casadas pode ser meramente como coadjuvante ao acompanhar o marido e não por uma atitude política autônoma. Por outro, a menor participação das não casadas pode estar relacionada à maior carga de trabalho doméstico e de responsabilidades pela manutenção do domicílio assumidas por essas mulheres.

Figura 22 – Representativo da Tabela de Participação em Entidades Associativas, por estado civil

Participa de alguma Instituição Associativa	Casada	%	Não casada	%	Total	%
Sim	117	52,0	48	30,4	165	43,1
Não	108	48,0	110	69,6	218	56,9
Total	225	100,0	158	100,0	383	100,0

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Figura 23 – Representativo do Gráfico de Participação em Entidades Associativas, por estado civil



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Independentemente do estado civil, a Colônia de Pescadores e a Associação de Pescadores são as instituições associativas das quais as mulheres que incluídas da vida associativa responderam participar mais: 95,1% das respondentes desta questão. Sendo que, 3,7% responderam a Cooperativa, 1,2% Partidos Políticos e 0,6% Associação de Moradores e 0,6% a Associação de Marisqueiras/Catadoras.

Como se nota na Figura 24 apesar de 43,1% das mulheres informarem que participam de alguma Instituição Associativa, esta participação dá-se, principalmente, na condição de ouvinte (81,3%). A partir destes resultados é possível inferir que o espaço físico destas

instituições não se encontra fechado à presença feminina, mas, por outro lado, sugerem que o espaço político, no processo de tomada de decisões e participação ativa, é predominantemente masculino. Resta saber porque as mulheres frequentam estas instituições na condição de ouvinte: se por escolha própria ou se por uma imposição – explícita ou implícita – masculina.

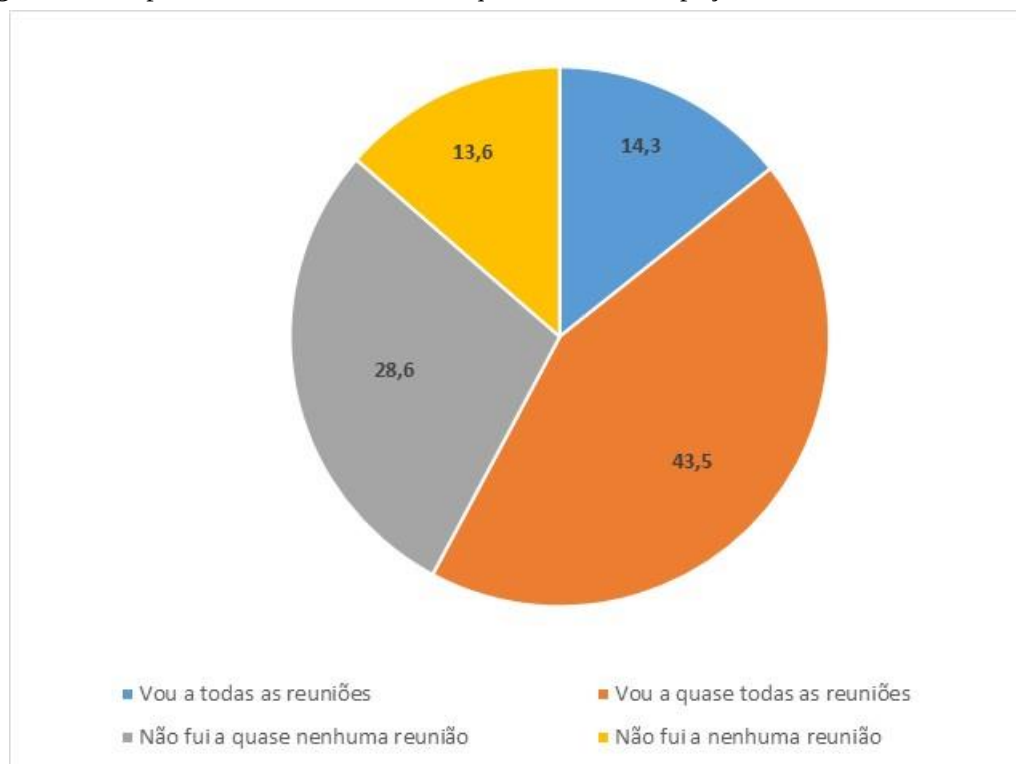
Figura 24 – Representativo da Tabela de Forma da Participação

Participação nas decisões	N	%
Participação direta e ativa	24	17,9
Apenas como ouvinte	109	81,3
Outros	1	0,7
Total	134	100,0

Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Sobre a frequência com que participam das reuniões nas instituições associativas, 57,8% responderam “Vou a todas as reuniões/ ou/ a quase todas as reuniões”, e 42,2% responderam “Não fui a quase nenhuma reunião/ Não fui a nenhuma reunião”. As informações encontram-se detalhadas na Figura 25.

Figura 25 – Representativo do Gráfico Frequência da Participação

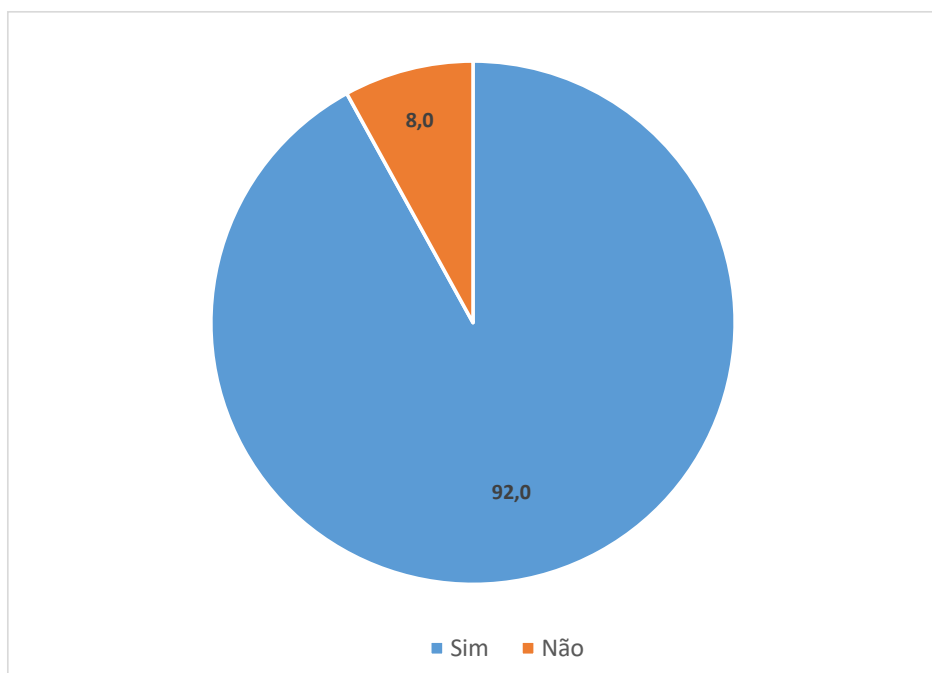


Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Quando questionadas sobre o que seria necessário ser feito para melhorar a vida da mulher na atividade pesqueira, 64,4% responderam a “Melhoria na Infraestrutura” (sem especificar qual melhoria seria essa), 25,4% “Garantia de um mínimo de Planos de Compensação da Atividade Pesqueiras (PCAPs) às mulheres/ Acesso a Políticas Públicas relacionadas à pesca como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Seguro Defeso, Regularização da Documentação /Reconhecimento /Valorização da atividade de pescadora / marisqueiras”.

Outra questão abordada no Bloco de Gênero procurou saber se a entrevistada aceitaria, caso fosse convidada, fazer parte de uma cooperativa/associação/indústria, 92,0% responderam sim e 8,0% responderam que não. O elevado percentual das mulheres que disseram que sim, juntamente com o elevado percentual de mulheres que não participam de nenhuma instituição associativa pode estar relacionada a algum conflito de gênero, onde os homens inibem ou impedem, através de algum instrumento ou meio, a participação política mais ativa das mulheres. Esse resultado reforça a hipótese elaborada através da questão relativa à participação – ativa ou como ouvinte – nas Instituições Associativas.

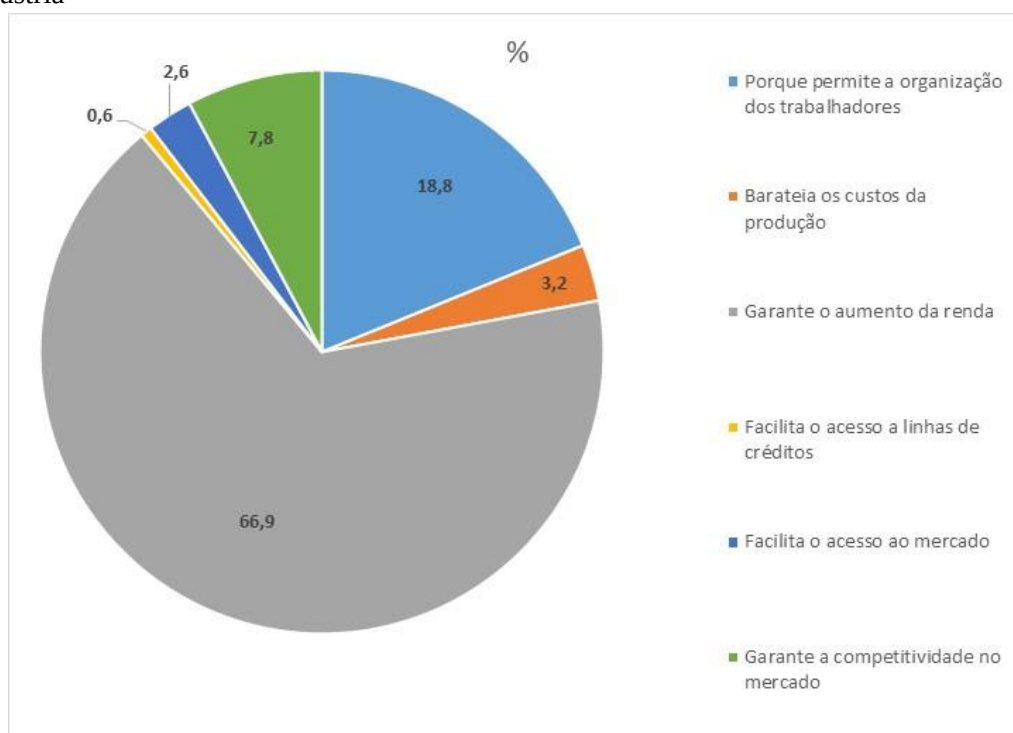
Figura 26 – Representativo do Gráfico de Intenção de Participar de Cooperativa /Associação /Indústria



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Na sequência, para as que responderam que sim, foram questionadas por que aceitariam fazer parte de uma cooperativa/ associação/ indústria. Das respondentes, 66,9% afirmaram “garante o aumento da renda”, para 18,8% “porque permite a organização dos trabalhadores”, 7,8% respondeu que “garante a competitividade no mercado”, 5,8% “barateia os custos da produção/facilita o acesso ao mercado” (Figura 27).

Figura 27 – Representativo do Gráfico das Razões para Participar de Cooperativa /Associação /Indústria

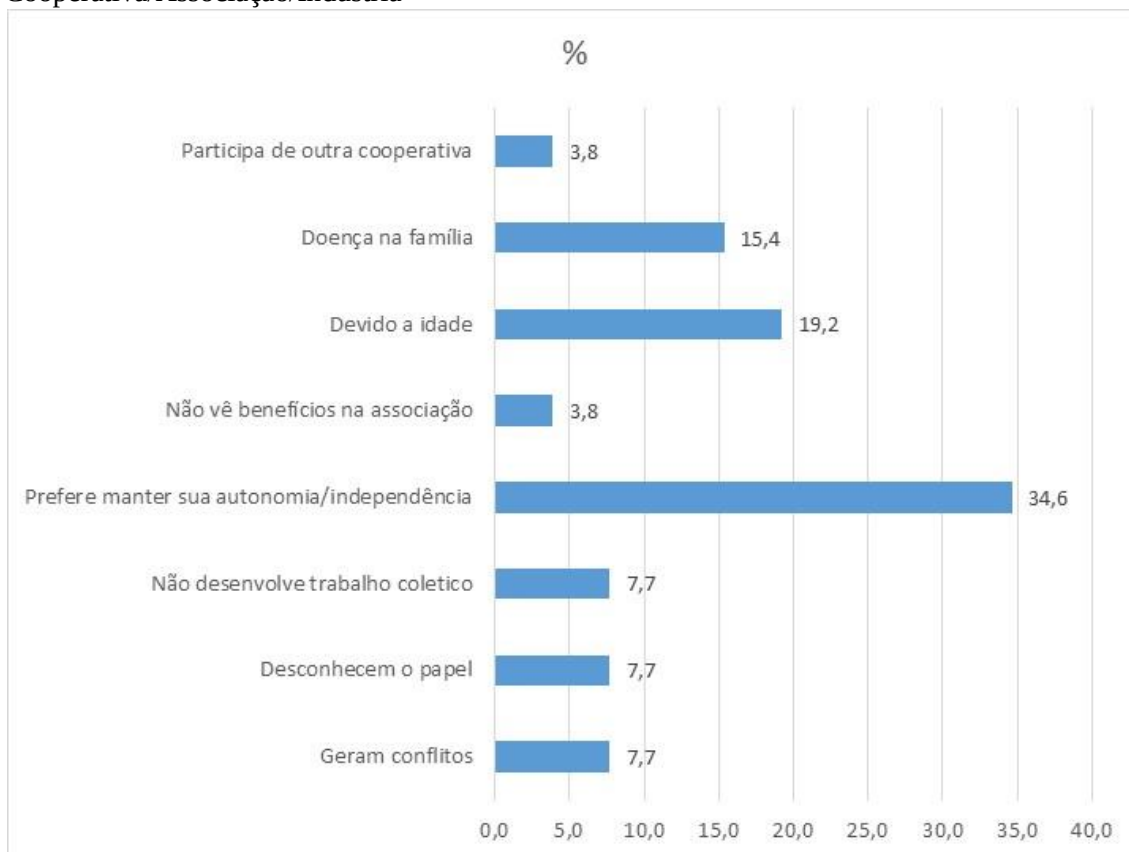


Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Foi também perguntada, para as que disseram não, por que não aceitaria fazer parte desta cooperativa/associação/indústria. Apenas 26 mulheres responderam essa questão, sendo as respostas dispersas entre os seguintes motivos: Porque cooperativa-associação geram conflitos, nesse aspecto consideramos que seria importante, no âmbito desta pesquisa, averiguar essa questão, buscando compreender se estas instituições geram conflitos entre os trabalhadores e, mais importante ainda, a natureza dos mesmos, se existirem; Porque desconhece o papel de uma cooperativa-associação-indústria/ Porque não gosta de desenvolver trabalho coletivo; Porque prefere manter sua autonomia-independência;

Porque não vê benefícios em se associar numa cooperativa-associação-indústria; Devido à idade/Doença na família/Participa de outra cooperativa. (Figura 28).

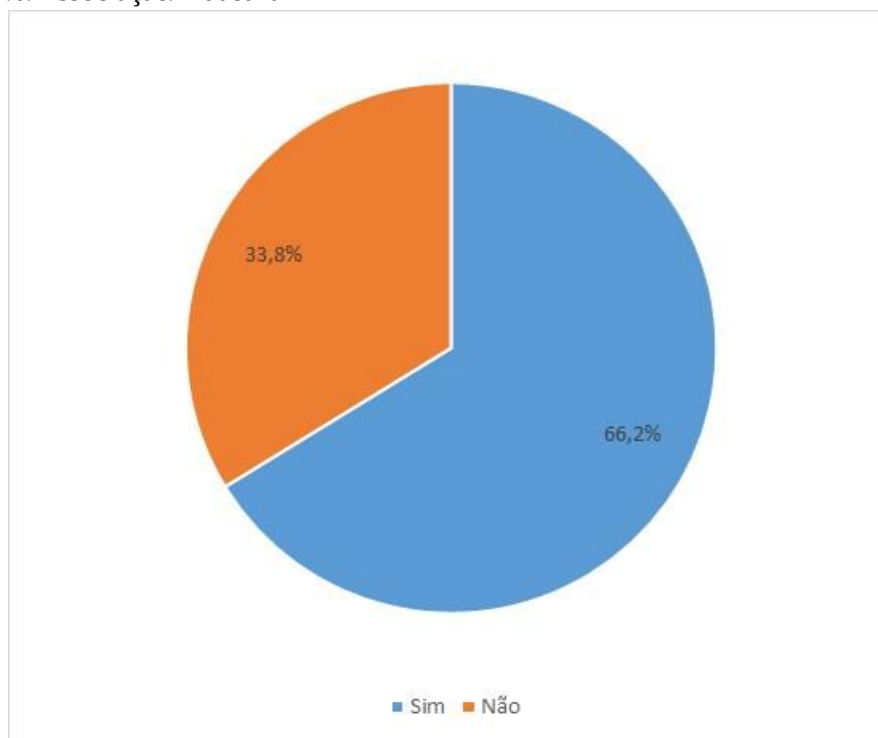
Figura 28 – Representativo do Gráfico das Razões para não Participar de Cooperativa/Associação/Indústria



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Perguntou-se às mulheres se gostariam que seu filho/filha participasse desta cooperativa/associação/pequena empresa/unidade produtiva. 66,2% responderam que sim, e 33,8% responderam que não gostaria que seu filho/filha participasse. Chama atenção que boa parte das mulheres não apenas participa pouco como também gostaria que seus filhos não participassem (Figura 29). Naturalmente surge uma curiosidade em relação ao porquê desse posicionamento feminino frente as instituições associativas ligadas à pesca. Um conflito de natureza política em relação às associações?

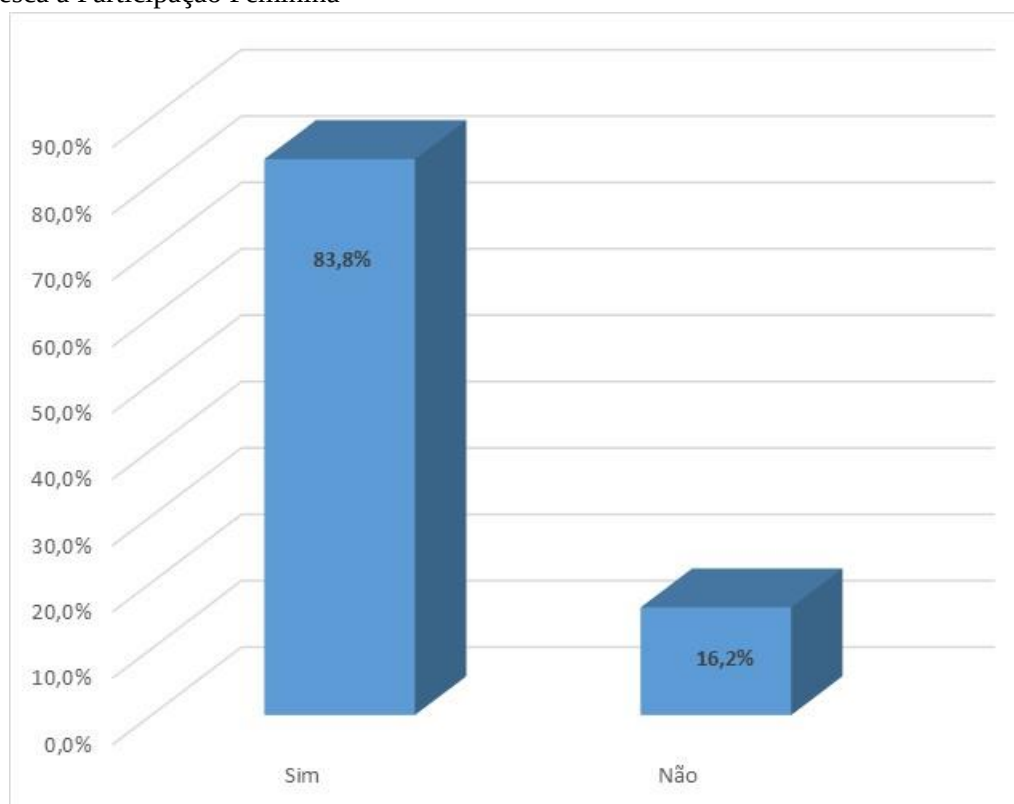
Figura 29 – Representativo do Gráfico de Intenção de que Filho/Filha Participe de Cooperativa/Associação/Indústria



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Foi também levantada a percepção das respondentes quanto ao ramo da pesca, se está aberto ou não à participação das mulheres, 83,8% disseram que sim e, 16,2% delas responderam que o ramo da pesca não está aberto à participação das mulheres. Dentre as que responderam sim, seria interessante verificar, sob a perspectiva das entrevistadas, se há alguma divisão do trabalho explícita e, caso haja, se é de natureza conflitiva (Figura 30).

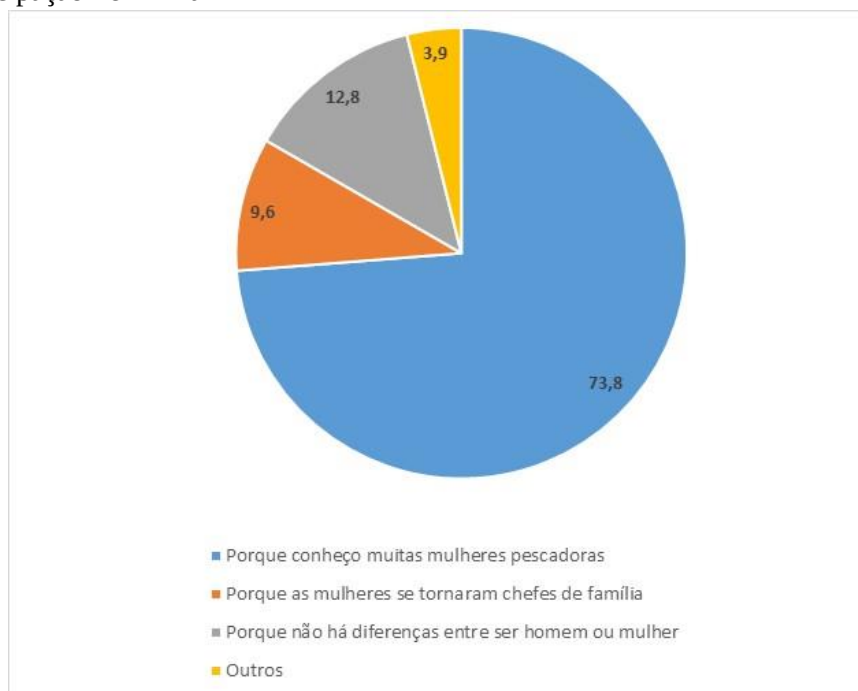
Figura 30 – Representativo do Gráfico de Percepção das Mulheres sobre a Abertura da Atividade da Pesca à Participação Feminina



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Segundo as respondentes que consideraram que o ramo da pesca está aberto à participação das mulheres, 73,8% afirmaram “Porque conheço muitas mulheres pescadoras”, 12,8% “Porque não há diferenças entre ser homem ou mulher”, 9,6% responderam “Porque as mulheres passaram a serem chefes de família tendo que assumir todas as tarefas”, e, 3,9% por outros motivos. Deve-se ressaltar que as respondentes são justamente as mulheres já inseridas na cadeia produtiva da pesca (Figura 31).

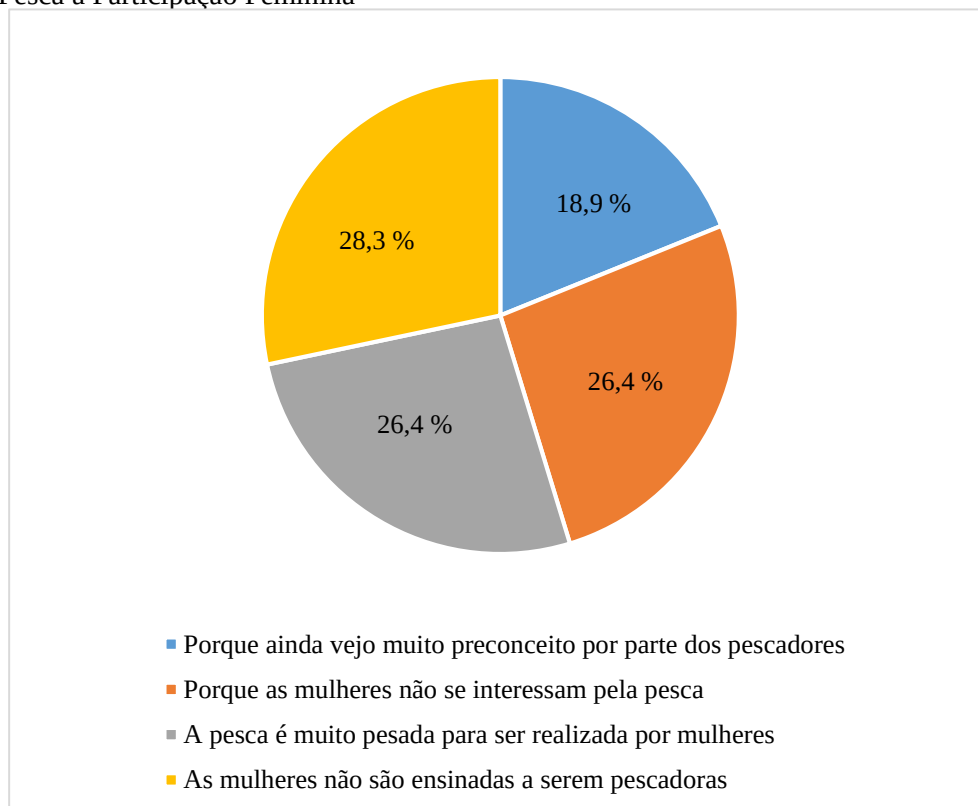
Figura 31 – Representativo do Gráfico de Razões para a Percepção de Abertura da Atividade da Pesca à Participação Feminina



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Entre as respondentes que consideraram que o ramo da pesca não está aberto à participação das mulheres observou-se o seguinte: 28,3% respondeu que “As mulheres não são ensinadas a serem pescadoras”, 26,4% “A pesca é muito pesada para ser realizada por mulheres”, 26,4% “Porque as mulheres não se interessam pela pesca”, e, 18,9% “Porque ainda vejo muito preconceito por parte dos pescadores”.

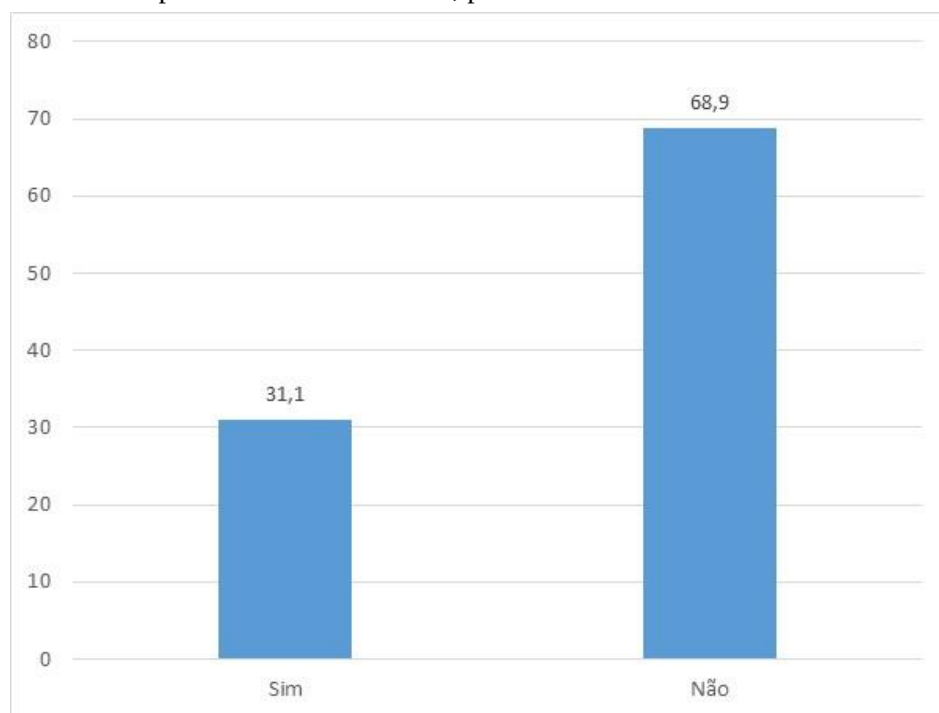
Figura 32 – Representativo do Gráfico de Razões para a Percepção de Não Abertura da Atividade da Pesca à Participação Feminina



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Para 68,9% das respondentes acredita que não existem atividades exclusivas para homens e para mulheres na pesca, e 31,1% acredita que haja atividades exclusivas para homens e para mulheres neste ramo de atividade. 83,3% das mulheres que acreditam que há uma divisão do trabalho bem clara na atividade da pesca informaram que a pesca (captura) é uma atividade exclusivamente masculina e 96% informaram que o beneficiamento, filetagem, descasque e limpeza são atividades exclusivamente femininas.

Figura 33 – Representativo do Gráfico de Percepção das Mulheres sobre a Exclusividade de Atividades da Pesca para Homens e Mulheres, por sexo



Fonte: Elaboração pela equipe de pesquisa a partir do Censo Pescarte (2015-2016).

Resultados Esperados A3.3

Análise de conflitos vinculados à condição feminina no mercado de trabalho da pesca, a partir do Censo Pescarte (2015-2016)

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A3.3.1 - Análise, na perspectiva de gênero, da percepção sobre a participação feminina no mercado da pesca

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A3.4

Construção da estrutura do banco de dados

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A3.4.1 - Construção de um banco de dados com as variáveis e indicadores utilizados na caracterização das condições de vida da população estudada.

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Objetivo Específico 4

Elaborar um banco de dados dos conflitos e um mapa com georreferenciamento de informações levantadas.

Resultados Esperados A4.1

Relação com os principais conflitos socioambientais envolvendo mulheres vinculadas à pesca

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades. No resultado esperado A4.1, referente as atividades (A4.1.1, A4.1.2, A4.1.3): Relação com os principais conflitos socioambientais envolvendo mulheres vinculadas à pesca. Há a necessidade de adiar essas atividades por 3 meses, uma vez que os meses previsto no cronograma (janeiro e fevereiro), não são apropriados para este fim com as comunidades com as quais trabalhamos, devido aos meses de verão.

Atividade A4.1.1 - Apuração dos conflitos junto a informantes-chave, a partir dos dados e informações coletadas, identificados na etapa anterior. (Primeira visita a campo)

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Recurso: Pode-se destacar que a sobra de recursos nesse item ocorreu pelo adiantamento da compra de materiais e equipamentos próprios de audiovisual. Prevista para realização durante o segundo semestre do projeto.

Atividade A4.1.2 - Seleção dos conflitos mais relevantes por município

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Recurso: Estava previsto no primeiro semestre licitar o aluguel de um veículo para uso interno e para saídas de campo. Houve um atraso na locação devido ao processo burocrático licitatório da FAPUR, e que ainda está em andamento. Neste primeiro momento o aluguel do veículo se deu de forma pontual, durante a realização do Seminário, no qual foram alugados dois veículos.

Atividade A4.1.3 - Georreferenciamento dos conflitos mais relevantes identificados em A412. (Primeira visita a campo nos sete municípios)

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A4.2

Aprofundamento da compreensão dos conflitos mais relevantes identificados na etapa anterior.

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades

Atividade A4.2.1 - Realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos nos conflitos e registro fotográfico com autorização dos sujeitos depoentes. (Segunda visita a campo nos sete municípios)

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A4.3

Descrição, caracterização e registro dos casos de conflito mais representativos de cada município.

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.3.1 - Seleção dos casos a serem descritos, caracterizados e documentados em profundidade, com registro audiovisual de depoimentos (Terceira visita a campo nos sete municípios)

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.3.2 - Edição do material e arquivamento digital das entrevistas e dos registros audiovisuais.

Resumo do Status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A4.4

Construção do banco de dados

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.4.1 - Preenchimento do banco de dados

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A4.5

Construção do banco de imagens

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.5.1 - Preenchimento do banco de dados

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A4.6

Elaboração final da Cartografia.

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades

Atividade A4.6.1 - Elaboração da identidade visual do mapa, das representações cartográficas e da Home Page

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.6.2 - Sistematização dos dados sob a forma cartográfica

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.6.3 - Digitalização dos dados cartográficos

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A4.6.4 - Disponibilização eletrônica da cartografia

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Objetivo Específico 5

Elaborar uma síntese analítica.

Resultados Esperados A5.1

Análises textuais para compor o mapa dos conflitos socioambientais relacionados à pesca e envolvendo relações de gênero em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo de status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A5.1.1 - Discussão em grupo de cada caso documentado a fim de estabelecer parâmetros de análise

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A5.1.2 - Elaboração de análises a serem levadas à discussão com a equipe coordenadora e de pesquisadores para aperfeiçoamento e validação

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A5.2

Elaboração, submissão e publicação de artigos científicos, capítulos de livros e coletânea de capítulos com os principais resultados das análises

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades

Atividade A5.2.1 - Escolha dos principais temas e subtemas a serem trabalhados nos artigos e capítulos

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Recurso: Os itens pertinentes a essa atividade (sistema de backup de dados e seguro de vida) estão em fase de contratação.

Atividade A5.2.2 - Elaboração e envio de artigos e capítulos de livro, em sua maioria de autoria coletiva

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A5.3

Relatórios analíticos (parcial e final).

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado

Atividade A5.3.1 - Elaboração de relatórios parcial e final

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Objetivo Específico 6

Divulgar e discutir os resultados alcançados.

Resultados Esperados A6.1

Seminário na Universidade para apresentar e discutir as sínteses analíticas e lançamento do mapa dos conflitos socioambientais relacionados às mulheres na pesca em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A6.1.1- Organização, divulgação e realização do seminário

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A6.2

Publicação de artigos científicos, material fotográfico e audiovisual em congressos e revistas científicas especializadas

Coordenação das atividades: Luceni Hellebrandt, Marcelo Carlos Gantos, Silvia Alicia Martínez.

Colaboradores: Carolina dos S. O. Viana; Deisimara B. P. G. Moraes; Geraldo M. Timóteo; Jéssika Rodrigues de Paula; Joseane de Souza; Marcelo C. Gantos; Marco A. C. Marinho; Mariana Sena Lopes; Roberto Dutra Torres Junior; Sintyque L. de Moraes Servulo; Suelen R. de Souza; Tatiana Walter.

Resumo do Status: Em andamento.

Atividade A6.2.1- Elaboração e preparação para envio e submissão de artigos científicos, material fotográfico e audiovisual.

Atividade: Resumos e trabalhos completos aceitos para a apresentação e publicação.

Status: Em andamento

Resultados: Nos primeiros meses do projeto os participantes submeteram resumos e artigos científicos completos para apresentação e publicação, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Trabalhos apresentados e publicados

Data	Autores	Título	Nome do Evento	Tipo de participação	Publicação	Situação
01/08/2017	Suelen Ribeiro de Souza, Silvia Alicia Martinez e Marcelo Carlos Gantos	Mulheres pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal	13º Mundo de Mulheres-Fazendo Gênero 11 (http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
01/08/2017	Luceni M. Hellebrandt	Contribuições para o campo de estudos sobre Gênero e Pesca a partir das experiências das mulheres da Z3	13º Mundo de Mulheres-Fazendo Gênero 11 (http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
02/11/2017	Suelen Ribeiro de Souza, Luceni M. Hellebrandt, Silvia Alicia Martinez e Marcelo Carlos Gantos	Uma Análise Dos Conflitos Socioambientais Da Comunidade De Pescadores De Farol De São Tome - RJ	VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (http://viconinter.com.br/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
03/11/2017	Deisimara B. P. G. Moraes, Luceni M. Hellebrandt, Silvia Alicia Martínez e Marcelo Carlos Gantos	Relações de Gênero e as condições de trabalho das mulheres em comunidades pesqueiras dos municípios de Quissamã e São João da Barra	VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (http://viconinter.com.br/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
08/11/2017	Joseane de Souza e Marco Antonio Couto Marinho	As águas onde pescam as mulheres	VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. (www.abrasd.com.br)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Aguardando publicação

Resultados Esperados A6.3

Publicação e lançamento em evento específico com debatedor externo de coletâneas com capítulos de livros oriundos da pesquisa

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A6.3.1- Organização das coletâneas e do evento de lançamento, debate e divulgação

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Resultados Esperados A6.4

Participação em eventos científicos

Coordenação das atividades: Silvia Alicia Martínez.

Colaboradores: Carolina dos S. O. Viana, Deisimara B. P. G. Moraes, Jéssika Rodrigues de Paula, Luceni Hellebrandt, Mariana Sena Lopes, Sintyque L. de Moraes Servulo, Suelen Ribeiro de Souza

Resumo do Status: Em andamento.

Atividade A6.4.1- Elaboração e submissão de artigos científicos em congressos relevantes da área (Participação)

Atividade: Participação em eventos.

Status: Em andamento

Resultados: Nos primeiros meses do projeto os participantes submeteram resumos e artigos científicos completos para apresentação e publicação, bem como participaram outros eventos, conforme mostra o quadro 4.

Quadro 4 - Participação em eventos

Data	Autores	Título	Nome do Evento	Tipo de participação	Publicação	Situação
05/07/2017	Suelen Ribeiro de Souza e Marcelo Carlos Gantos	Mulheres Pescadoras: Uma Análise Comparada Das Relações De Gênero No Universo Da Pesca Artesanal No Brasil	II Congresso Fluminense de Pós-Graduação da UENF/UFF/IFF (http://www.iiconpg.iff.edu.br/)	Pôster	Sem Publicação	Apresentado
05/07/2017	Deisimara B. P. G. Moraes e Marcelo Carlos Gantos	Relações de Gênero e a Condição Feminina na Pesca no Brasil no contexto socioambiental: Um Estudo de Caso nos Municípios de Quissamã e São João da Barra	II Congresso Fluminense de Pós-Graduação da UENF/UFF/IFF (http://www.iiconpg.iff.edu.br/)	Pôster	Sem Publicação	Apresentado
01/08/2017	Suelen Ribeiro de Souza, Silvia Alicia Martinez e Marcelo Carlos Gantos	Mulheres pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal	13º Mundo de Mulheres-Fazendo Gênero 11 (http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
01/08/2017	Luceni M. Hellebrandt	Contribuições para o campo de estudos sobre Gênero e Pesca a partir das experiências das mulheres da Z3	13º Mundo de Mulheres-Fazendo Gênero 11 (http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
12 à 14/09/2017	Sintyque L. de Moraes Servulo, Marcelo Carlos Gantos, Luceni M. Hellebrandt	Mostra fotográfica: Cotidiano da Pesca nas Comunidades de Atafona e Gargaú	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Mostra fotográfica	Catálogo	Exposto
14/09/2017	Jéssika Rodrigues de Paula	Caracterização dos municípios de Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
14/09/2017	Luceni M. Hellebrandt	O camarão que “come” as mãos e outras lutas: mulheres da Colônia Z3 - Pelotas/RS	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
14/09/2017	Carolina dos S. O. Viana	Caracterização do Município Quissamã	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea	Apresentado

					sobre o Seminário	
14/09/2017	Sintyque L. de M. Servulo	Caracterização do município de Arraial do Cabo	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
14/09/2017	Suelen Ribeiro de Souza	Uma análise dos conflitos socioambientais das comunidades de pescadores de Campos dos Goytacazes (RJ) descritos no censo Pescarte	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
14/09/2017	Mariana Sena Lopes	Caracterização do município de São João da Barra	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
14/09/2017	Mariana Sena Lopes	Caracterização do município de Macaé	Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil	Apresentação Oral	Capítulo da coletânea sobre o Seminário	Apresentado
02/11/2017	Suelen Ribeiro de Souza, Luceni M. Hellebrandt, Silvia Alicia Martinez e Marcelo Carlos Gantos	Uma Análise Dos Conflitos Socioambientais Da Comunidade De Pescadores De Farol De São Tome - RJ	VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (http://viconinter.com.br/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
03/11/2017	Deisimara B. P. G. Moraes, Luceni M. Hellebrandt, Silvia Alicia Martinez e Marcelo Carlos Gantos	Relações de Gênero e as condições de trabalho das mulheres em comunidades pesqueiras dos municípios de Quissamã e São João da Barra	VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (http://viconinter.com.br/)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Apresentado e aguardando publicação
08/11/2017	Joseane de Souza e Marco Antonio Couto Marinho	As águas onde pescam as mulheres	VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. (www.abrasd.com.br)	Apresentação Oral	Trabalho Completo	Aguardando publicação

13/12/2017	Sintyque L. de Moraes Servulo, Luceni M. Hellebrandt, Marcelo C. Gantos, Silvia Alicia Martinez, Suelen R. de Souza	A mulher sempre mostra sua força! (de trabalho).	IV Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão-CONEPE 2017 (http://conepe.guarus.iff.edu.br/)	Pôster	Resumo	Aprovado para apresentação
13/12/2017	Mariana Sena Lopes, Luceni M. Hellebrandt, Marcelo C. Gantos, Silvia Alicia Martinez, Suelen R. de Souza	Impactos Socioambientais causados pela implementação do Porto do Açú - São João da Barra/ RJ.	IV Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão-CONEPE 2017 (http://conepe.guarus.iff.edu.br/)	Pôster	Resumo	Aprovado para apresentação



Recurso: Houve necessidade de uso desta rubrica, prevista apenas para o segundo ano do Projeto. Conforme pode ser verificado no quadro 4, a equipe vem participando em alguns eventos, e tem previsto a participação em outros. Assim haverá necessidade de remanejamento de rubrica para atender essa atividade.

Resultados Esperados A6.5

Devolutivas com os comunitários.

Coordenação das atividades:

Colaboradores:

Resumo do Status: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

Atividade A6.5.1- Visitas às comunidades para devolver os resultados.

Resumo do status e resultados: Não iniciado, conforme cronograma de atividades.

2. Andamento da execução do projeto

Em relação à execução do projeto, em geral, não houve maiores contratempos, apesar do momento pelo qual atravessa a Universidade Estadual do Norte Fluminense, com a falta de verbas de custeio e de salários de professores e funcionários e pagamento de bolsas.

Em relação à infraestrutura, os membros do projeto dispõem de salas apropriadas e uma sala exclusiva para uso de boa parte da equipe, Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA), tendo sido disponibilizadas as demais salas previstas, como: Biblioteca do centro, Laboratório de Estudo da Educação e Linguagem (LEEL), Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) e Auditório Multimídia do CCH para o “Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil”. Além dos recursos de internet, telefone e veículos, disponibilizados pela Assessoria de Transporte (ASTRAN-UENF), no período do seminário.

Em relação a FAPUR. No que tange a licitação dos veículos, prevista para o primeiro semestre do projeto, não ocorreu por questões burocráticas. Como medida paliativa, solicitou-se ao FUNBIO, conforme Ofício 009/2017, a locação direta dos veículos. Destaca-se que um novo processo licitatório está em andamento. Vale ressaltar que a FAPUR estabeleceu rotinas de trabalho mais eficientes, por meio da contratação de maior número de funcionários e estagiários por parte da Fundação.

3. Relações entre os parceiros do projeto

O modelo concebido para a realização das devolutivas dos resultados do projeto prevê visitas às comunidades uma vez alcançados os resultados centrais do projeto, ou seja, uma vez detectados os principais conflitos socioambientais aos que são expostas ou sofrem as mulheres que se dedicam à atividade pesqueira, identificados por elas ou não. Nesse sentido, se prevê o desenvolvimento de alguma atividade conjunta, por município, em local de ampla circulação do grupo social, como por exemplo, a Colônia de Pescadores.

Entretanto, apesar de prever essa visita no fim do projeto, por ocasião da organização da mostra fotográfica: “Cotidiano da pesca nas Comunidades de Atafona e Gargaú” conforme evidenciado na Fotografia 3, derivada da disciplina Tópicos especiais em Metodologias (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas (LEEA-24003), foram impressas duas cópias de algumas das fotografias tiradas durante a atividade de campo. Dessas, uma foi para a Mostra e

outra foi entregue a cada uma das três mulheres mais diretamente retratadas, por ocasião da solicitação do Autorização de Uso de Imagem.

Sobre a Disciplina ministrada pelo Professor Marcelo (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas (LEEA-24003), descrita na Atividade A2.2.3, pode-se acrescentar que foi planejada com o intuito de dar início à formação de equipe de alunos de IC, mesmo antes da assinatura do Convênio deste projeto.

Além disso, um grupo de mulheres membros do Projeto de Educação Ambiental (PEA) FOCO e algumas do Pescarte, moradoras dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, ambos abrangidos pelo nosso projeto, participaram do Seminário Internacional Mulheres na atividade pesqueira no Brasil, tendo havido algumas intervenções na hora dos debates.

Outra parceria com instituição pública estabelecida, além da FAPUR, é com docentes da FURG, com os quais um Termo de Cooperação está em vias de ser assinado, envolvendo a professora Tatiana Walter e a professora Liandra Caldasso.

Uma parceria não prevista foi com a UESI-UENF, criada pelo prof. Marcelo Gantos, membro do nosso projeto, e atualmente coordenada pela professora Lilian Sagio Cezar, como descrita na Atividade A1.2.1. A parceria consistiu na gravação das palestras durante o Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, e na edição das palestras, para o qual também se conta com a colaboração da bolsista de IC do projeto, Sintyque L. de Moraes Servulo. A divulgação das palestras será realizada tanto na *Home Page* do Projeto Mulheres, como no *site* da UESI-UENF.

Outra parceria foi estabelecida com Edson Vieira, da Foton Soluções, que se disponibilizou a dar suporte à bolsista de IC Carolina dos S. O. Viana, contribuindo com a elaboração da *Home Page*, se constituindo em um novo parceiro do projeto.

4. Comunicação

Foram planejadas 4 estratégias de comunicação das ações e resultados do projeto.

1. Devolutivas dos resultados finais e comunicação de ações ao chegar a campo.

No final do projeto estão previstas visitas às comunidades com a finalidade de realização das Devolutivas, já com os resultados principais sistematizados. O modelo concebido para a realização das devolutivas dos resultados do projeto prevê visitas às comunidades uma vez alcançados os resultados centrais do projeto, ou seja, uma vez detectados os principais conflitos

socioambientais aos que são expostas ou sofrem as mulheres que se dedicam à atividade pesqueira, identificados por elas ou não. Nesse sentido, se prevê o desenvolvimento de alguma atividade conjunta, por município, em local de ampla circulação do grupo social, como por exemplo, a Colônia de Pescadores.

Entretanto, algumas informações estão sendo divulgadas desde o momento de início do campo exploratório, em visita a algumas das colônias de pesca, por meio da comunicação da existência do projeto e alguns dos seus objetivos, evitando dar maiores explicações no momento para não tirar espontaneidade às respostas de eventuais entrevistados.

Ainda, por ocasião da organização da mostra fotográfica: “Cotidiano da pesca nas Comunidades de Atafona e Gargaú” conforme evidenciado na Fotografia 3, derivada da disciplina Tópicos especiais em Metodologias (TEM) - Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas (LEEA-24003), foram impressas duas cópias de algumas das fotografias tiradas durante a atividade de campo. Dessas, uma foi para a Mostra e outra foi entregue a cada uma das três mulheres mais diretamente retratadas, por ocasião da solicitação do Autorização de Uso de Imagem.

Além disso, um grupo de mulheres membros do Projeto de Educação Ambiental FOCO e algumas do PESCARTE, moradoras dos municípios de São Francisco de Itabapoana e São Joao da Barra, ambos abrangidos pelo nosso projeto, participaram do Seminário Internacional Mulheres na atividade pesqueira no Brasil, tendo havido algumas intervenções na hora dos debates.

2. Home Page do projeto.

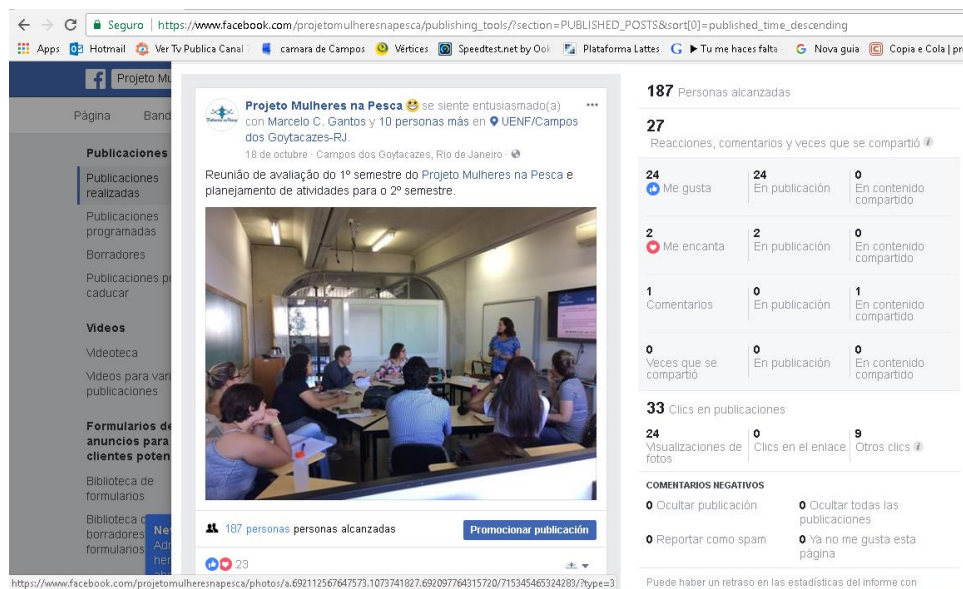
Também está prevista a elaboração de uma Home Page com as principais ações do projeto e resultados, dentre os quais a cartografia a ser elaborada. A respeito da sua concepção, foram realizadas reuniões com alguns dos membros do projeto mais diretamente responsável pela concepção da Home Page, idealizando sua estrutura e os conteúdos mais relevantes a serem divulgados. Entre as informações a serem divulgadas estão as palestras ministradas pelos conferencistas do Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, filmadas e editadas em parceria com a UESI-UENF.

3. Página em Facebook (<https://www.facebook.com/projetomulheresnapesca/?fref=ts>)

Em 17 de agosto de 2017 foi aberta uma página de Facebook com a finalidade de divulgação de ações do projeto.

A modo de exemplo, na matéria postada com a informação acerca da “Reunião de avaliação do 1º semestre do [Projeto Mulheres na Pesca](#) e planejamento de atividades para o 2º semestre” no dia 18 de outubro de 2017 houve 187 pessoas alcançadas.

Fotografia 5 - Demonstrativo do alcance de publicação e página do Facebook



Fonte: Facebook. Acesso em 29 de novembro de 2017 as 18 horas e 17 minutos.

Por este meio também foram divulgadas as ações relativas ao Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, por meio da associação de um Evento à esta página.

4. Elaboração de coletâneas de artigos científicos

Está planejada a elaboração de duas coletâneas de artigos científicos, sendo, a primeira, resultado do Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil já realizado. A organização desta coletânea iniciou ainda no primeiro semestre, com o convite formal aos autores e o envio das Normas de Elaboração.

5. Atividades complementares

Uma atividade originalmente não planejada foi a Mostra fotográfica “O cotidiano da pesca nas comunidades de Atafona e Gargaú” durante o Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil. A ideia da realização dessa atividade surgiu após o trabalho de campo de uma disciplina anteriormente citada, e teve muita aceitação ao longo do Seminário.

Também alguns trabalhos científicos foram produzidos com dados preliminares do projeto, adiantando temporalmente a sistematização e divulgação de alguns resultados.

Outra atividade não originalmente planejada é a participação a uma convocatória do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Universidade de Salamanca, de Residência Artística Fotografia 2018, a qual recebe propostas de projetos fotográficos, cujo conteúdo se relacione com alguma das seguintes linhas temáticas: gênero, natureza, movimentos sociais, espaço urbano e comunidades e grupos étnicos, que apresentem relação direta com o Brasil.

“Partindo do nosso compromisso com o entorno social e cultural, o CEB propõe uma convocatória de residências artísticas para coletivos ou artistas individuais, com a finalidade de selecionar projetos expositivos, cedendo parte de nossas instalações com a intenção de estabelecer vínculos com aquelas iniciativas culturais que melhor transmitam nossas linhas temáticas de promoção da cultura brasileira na Espanha”.

O grupo do Projeto Mulheres na Pesca considera adequado o envio de uma proposta fotográfica com o tema das diferentes atividades que estas mulheres desenvolvem no seu cotidiano.

6. Integração de Gênero

O cuidado com as relações de gênero se sustenta em vários sentidos:

1. Equipe de pesquisa: Por serem as questões de gênero objeto de estudo e análise do projeto, observar a equidade nas relações que se estabelecem entre os membros da equipe não passa despercebido aos olhos dos coordenadores e demais colaboradores. Uma das questões observadas, embora não excludente, foi selecionar um número importante de bolsistas do gênero feminino para o trabalho de campo.
2. Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil: A maioria das palestrantes foram mulheres, já que especialistas no tema geralmente são do gênero feminino. Embora não foi feita análise dos participantes; a simples observação permite destacar um número importante de mulheres também entre o público.
3. Estudo aprofundado desta problemática que com certeza está aportando reflexões significativas nos membros do grupo de pesquisa, especialmente nos mais jovens.
4. Resultados do Projeto: Em termos gerais, pretendemos com os resultados do projeto pode contribuir com a elaboração de políticas públicas que venham favorecer as mulheres que se dedicam às atividades pesqueiras, e que sofrem conflitos socioambientais.

ANEXOS

ANEXO A – Edital 001

EDITAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS/CCH/UENF

PROCESSO SELETIVO PARA BOLSAS

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, por meio do Projeto “Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas”, em parceria estabelecida com a FAPUR e a FUNBIO informa que estão abertas as inscrições para o pleito de Bolsas de Estudo em diferentes níveis, a saber:

DAS VAGAS E BOLSAS

Pós-Doutorado

- Número de vagas: 03 (três).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos coordenadores, ser renovada por mais 12 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).
- Início da vigência: 16 de maio de 2017

1. Requisitos e Perfil Vaga 1:

1.1 Possuir título de Doutor em sociologia, ciência política, ciências sociais, economia ou áreas afins, obtidos em cursos avaliados pela CAPES e/ou reconhecidos pelo CNE/MEC;

1.2 Possuir conhecimentos aprofundados em análise de indicadores e dados quantitativos.

1.3 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de 40 horas semanais para as atividades do projeto.

1.4 Disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq.

2. Requisitos e Perfil Vaga 2:

2.1 Possuir título de Doutor em antropologia, educação, sociologia ou áreas afins, obtidos em cursos avaliados pela CAPES e /ou reconhecidos pelo CNE/MEC;

2.2 Possuir experiência em pesquisa qualitativa e conhecimentos aprofundados em questões de gênero em populações tradicionais ou afins.

2.3 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de 40 horas semanais para as atividades do projeto

2.4 Disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq.

3. Requisitos e Perfil Vaga 3:

3.1 Possuir título de Doutor em antropologia, educação, história, sociologia, comunicação social ou áreas afins, obtidos em cursos avaliados pela CAPES e /ou reconhecidos pelo CNE/MEC;

3.2 Possuir conhecimento e experiência em metodologias de pesquisa audiovisual e pesquisa de campo.

3.3 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de 40 horas semanais para as atividades do projeto.

3.4 Disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq.

Iniciação Científica

- Número de vagas: 06 (seis).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos Coordenadores, ser renovada por mais 12 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 400 reais.
- Início da vigência: 16 de maio de 2017

1. Requisitos e Perfil 1 (Número de vagas: 01)

- 1.1 Estar matriculado em curso de Pedagogia, Ciências sociais, Administração Pública ou áreas afins.
- 1.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.
- 1.3 Ter conhecimentos básicos de fotografia, Word e/ou Excell.
- 1.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

2. Requisitos e Perfil 2 (Número de vagas: 03)

- 2.1 Estar matriculado em curso de Pedagogia, Ciências sociais, Administração Pública ou áreas afins.
- 2.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.
- 2.3 Ter conhecimentos básicos em Word e/ou Excell.
- 2.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

3. Requisitos e Perfil 3 (Número de vagas: 01)

- 3.1 Estar matriculado em curso de Letras ou áreas afins.
- 3.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.
- 3.3 Ter experiência em revisão e editoração de textos e conhecimentos básicos em Word.
- 3.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

4. Requisitos e Perfil 4 (Número de vagas: 01)

- 4.1 Estar matriculado em curso de Ciências da Computação ou afim.
- 4.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.
- 4.3 Ter experiência em suporte de informática, elaboração de Home Page e conhecimentos aprofundados em pacote Microsoft Office.
- 4.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS

Inscrições de **24 de abril a 05 de maio de 2017**, das 14h às 18h, na Sala 101 do Prédio do CCH na UENF, ou por **SEDEX** com envio da documentação até **05 de maio de 2017**, para o endereço:

Projeto Mulheres na Pesca. Centro de Ciências do Homem; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Av. Alberto Lamago, 2000 – sala 101 - Parque Califórnia; Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28013-602 Brasil.

Os candidatos também poderão se inscrever por e-mail, encaminhando em formato digitalizado (PDF) o Currículo Lattes, plano de trabalho e o diploma de doutorado (para os candidatos a bolsa de pós-doutorado).

Endereços eletrônicos para envio da documentação:
projetomulheresnapesca@gmail.com e silvia-martinez@hotmail.com

No ato da inscrição o candidato a **bolsa de pós doutorado** deverá entregar e/ou enviar:

- a) Cópia do diploma de doutorado ou ata de defesa da tese
- b) Cópia de RG e CPF
- c) Currículo Lattes, atualizado nos últimos seis (06) meses
- d) Plano de trabalho, de no máximo duas páginas, elaborado a partir do resumo

do projeto (Anexo) contemplando possíveis atividades no projeto.

Os candidatos selecionados para a entrevista deverão apresentar o diploma de doutorado ou ata de defesa da tese, mais os documentos comprobatórios do Currículo Lattes nessa ocasião.

No ato da inscrição o candidato a **bolsa de IC** deverá entregar e/ou enviar:

- a) Cópia de RG e CPF
- b) Extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5
- c) Currículo Lattes, atualizado nos últimos seis (06) meses
- d) Plano de trabalho, de no máximo uma página, elaborado a partir do resumo do projeto (Anexo) contemplando possíveis atividades no projeto.

DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O processo seletivo a bolsa de pós-doutorado e de iniciação científica a que se refere este edital, será realizado em duas etapas: análise do Plano de Trabalho (que inclui o Plano de Trabalho) apresentado pelo candidato e análise do Currículo Lattes.

Primeira etapa: 8/05/2017 - Avaliação do plano de trabalho e do Currículo.

- O plano de trabalho dos candidatos a ser desenvolvido durante a vigência da bolsa, será avaliado pela comissão coordenadora do projeto.
- O currículo Lattes atualizado do candidato será avaliado e pontuado conforme documentação apresentada de acordo com os seguintes critérios: trajetória acadêmica; experiência profissional e produção científica.

Divulgação do resultado da 1ª etapa: 10/05/2017 no site do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

Segunda etapa: 12/05/2017 – Realização de entrevistas.

Durante a entrevista o candidato será arguido sobre o plano de trabalho.

Para aprovação o candidato deverá obter a nota mínima de 07 (sete) pontos numa pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), somados os pontos das duas etapas. No caso de mais

de um candidato aprovado, será considerada a classificação dos mesmos em ordem de pontuação. No caso de empate, o critério de desempate será a pontuação alcançada pelo candidato no plano de trabalho.

Conforme determinação da comissão coordenadora, as entrevistas para candidatos/as

ainda não residentes na região poderão ser realizadas via Internet.

DA DIVULGAÇÃO

O PPGPS publicará os resultados da seleção no dia **15 de maio de 2017**, no site do PPGPS.

DAS ATRIBUIÇÕES DO CANDIDATO SELECIONADO

- O candidato aprovado iniciará suas atividades em 16 de maio de 2015.
- Durante sua permanência no Programa o pós-doutorando o bolsista deverá participar da vida acadêmica do PPGPS em atividades tais como: seminários, bancas de dissertação e qualificação, palestras, ministrar disciplinas na graduação e/ou pós-graduação, cursos de extensão etc.
- Escrever e publicar artigos científicos em revistas de reconhecida importância para a linha de pesquisa.
- Toda a produção intelectual do pós-doutorando durante sua permanência no Programa deverá fazer referência ao seu vínculo com o Projeto Mulheres na Pesca (Fapur/Funbio/Uenf).

- Posteriormente à sua aprovação e de acordo com o projeto de pesquisa apresentado, a Comissão Coordenadora indicará um docente do projeto como Supervisor do estágio Pós-doutoral.

Campos dos Goytacazes, 20 de abril de 2017.

Comissão Coordenadora

Prof.^a Silvia Alicia Martinez (LEEL) - Coordenadora

Prof.^a Joseane Souza (LGPP)

Prof. Leandro Garcia Pinho (LEEL)

Prof. Marcelo Carlos Gantos (LEEA)

Prof. Roberto Dutra Torres Júnior (LGPP)

**EDITAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS/CCH/UENF
PROCESSO SELETIVO PARA BOLSAS**

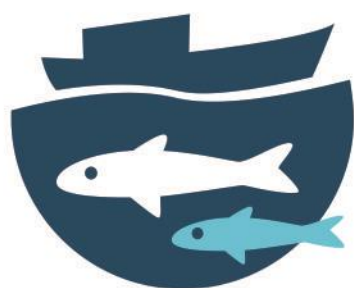
O Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, por meio do Projeto “Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas”, em parceria estabelecida com a Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRJ – FAPUR e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, informa que estão abertas as inscrições para o pleito de Bolsas de Estudo em diferentes níveis, a saber:

DAS VAGAS E BOLSAS

Pós-Doutorado

- Número de vagas: 01 (uma).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos coordenadores, ser renovada por mais 6 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).
- Início da vigência: 23 de outubro de 2017.

Requisitos e Perfil Vaga:



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

1.1 Possuir título de Doutor em antropologia, educação, história, sociologia, comunicação social ou áreas afins incluindo programas interdisciplinares, obtido em curso avaliado pela CAPES e /ou reconhecido pelo CNE/MEC.

1.2 Possuir conhecimento comprovado e perícia em trabalho de campo em comunidades com ênfase em temas de gênero e/ou socioambientais.

1.3 Não possuir vínculo empregatício, passar a residir durante o período de vigência da bolsa, em caso de aprovação, na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de 40 horas semanais para as atividades do projeto.

1.4 Disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq.

2. Iniciação Científica

- Número de vagas: 05 (cinco).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos Coordenadores, ser renovada por mais 6 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).
- Início da vigência: 23 de outubro de 2017.

Requisitos e Perfil 1 (Número de vagas: 04)

2.1 Estar matriculado em curso de Pedagogia, Ciências sociais, Administração Pública ou áreas afins.

2.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

2.3 Ter conhecimentos básicos de fotografia, Word e/ou Excel.

2.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

Requisitos e Perfil 2 (Número de vagas: 01)

2.1 Estar matriculado em curso de Design Gráfico ou afim.

2.2 Ter extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5.

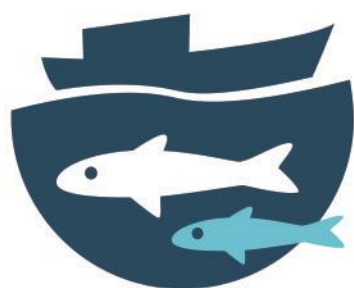
2.3 Ter experiência em suporte de informática, elaboração de Home Page e conhecimentos aprofundados em pacote Microsoft Office, além dos programas específicos de Design Gráfico.

2.4 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais às atividades do projeto.

3. Apoio Técnico

- Número de vagas: 01 (uma).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos coordenadores, ser renovada por mais 6 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).
- Início da vigência: 23 de outubro de 2017.

Requisitos e Perfil (Número de vagas: 01)



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

3.1 Ensino Superior Completo;

3.2 Ter experiência em suporte de informática, elaboração de Home Page e conhecimentos em pacote Microsoft Office (principalmente Word e Excel).

3.3 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de dedicação de 20 horas semanais, (em horário comercial) às atividades do projeto.

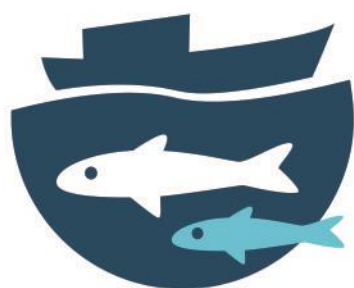
4. Doutorado

- Número de vagas: 01 (uma).
- Período: duração de 12 meses, podendo, a critério dos coordenadores, ser renovada por mais 6 meses.
- Valor Mensal da Bolsa: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).
- Início da vigência: 23 de outubro de 2017.

Requisitos e Perfil (Número de vagas: 01)

4.1 Estar matriculado em curso de Doutorado em Políticas Sociais ou afim, com bom aproveitamento, e possuir título de Mestrado, obtido em curso avaliado pela CAPES e /ou reconhecidos pelo CNE/MEC;

4.2 Possuir conhecimento e experiência em metodologias de pesquisa qualitativa e pesquisa de campo e desenvolver projeto de pesquisa compatível com projeto Mulheres na Pesca;



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

4.3 Não possuir vínculo empregatício, residir na cidade de Campos dos Goytacazes e ter disponibilidade de 40 horas semanais para as atividades do projeto.

4.4 Disponibilizar currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq.

DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTOS

Inscrições de **30 de setembro a 13 de outubro de 2017**, das 14h às 18h, na Sala 101 do Prédio do CCH na UENF, endereço:

Projeto Mulheres na Pesca. Centro de Ciências do Homem; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Av. Alberto Lamago, 2000 – sala 101 - Parque Califórnia; Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28013-602 Brasil.

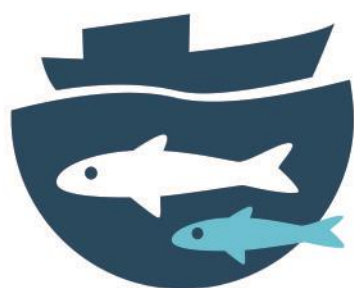
Os candidatos também poderão se inscrever por e-mail, encaminhando em formato digitalizado (PDF) o Currículo Lattes, plano de trabalho e o diploma de doutorado (para os candidatos a bolsa de pós-doutorado).

Endereços eletrônicos para envio da documentação:

projetomulheresnapesca@gmail.com e silvia-martinez@hotmail.com

No ato da inscrição o candidato à **bolsa de pós-doutorado** deverá entregar e/ou enviar:

- e) Cópia do diploma de doutorado ou ata de defesa da tese
- f) Cópia de RG e CPF
- g) Currículo Lattes, atualizado nos últimos seis (06) meses
- h) Plano de trabalho, de no máximo duas páginas, elaborado a partir do resumo



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

do projeto (Anexo) contemplando possíveis atividades no projeto.

Os candidatos selecionados para a entrevista deverão apresentar o diploma de doutorado ou ata de defesa da tese, mais os documentos comprobatórios do Currículo Lattes nessa ocasião.

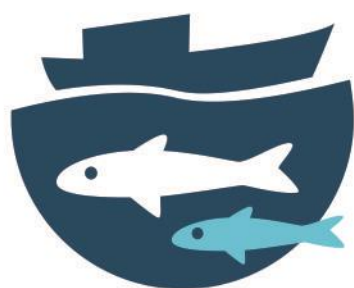
No ato da inscrição o candidato a **bolsa de IC e Apoio Técnico** deverá entregar e/ou enviar:

- e) Cópia de RG e CPF
- f) Extrato escolar do semestre 2016/1, com CR acumulado igual ou superior a 6,5
- g) Currículo Lattes, atualizado nos últimos seis (06) meses
- h) Plano de trabalho, de no máximo uma página, elaborado a partir do resumo do projeto (Anexo) contemplando possíveis atividades no projeto.

No ato da inscrição o candidato a **bolsa de doutorado** deverá entregar e/ou enviar:

- a) Cópia do diploma de mestrado ou ata de defesa da dissertação
- b) Cópia de RG e CPF
- c) Currículo Lattes, atualizado nos últimos seis (06) meses
- d) Plano de trabalho, de no máximo duas páginas, elaborado a partir do resumo do projeto (Anexo) contemplando possíveis atividades no projeto.

Os candidatos selecionados para a entrevista deverão apresentar o diploma de mestrado ou ata de defesa da dissertação, mais os documentos comprobatórios do Currículo Lattes nessa ocasião.



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O processo seletivo a bolsas, a que se refere este edital, será realizado em duas etapas: análise do Plano de Trabalho e Currículo Lattes, e a segunda etapa composta por realização de entrevistas.

Primeira etapa: 16/10/2017 - Avaliação do plano de trabalho e do Currículo.

- O plano de trabalho dos candidatos a ser desenvolvido durante a vigência da bolsa, será avaliado pela comissão coordenadora do projeto.
- O currículo Lattes atualizado do candidato será avaliado e pontuado conforme documentação apresentada de acordo com os seguintes critérios: trajetória acadêmica; experiência profissional e produção científica.

Divulgação do resultado da 1ª etapa: 17/10/2017 no site do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF.

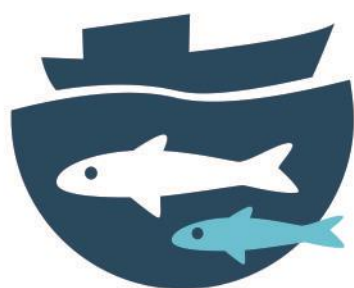
Segunda etapa: 19/10/2017 – Realização de entrevistas.

Durante a entrevista o candidato será arguido sobre o plano de trabalho.

Para aprovação o candidato deverá obter a nota mínima de 07 (sete) pontos numa pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), somados os pontos das duas etapas.

No caso de mais de um candidato aprovado, será considerada a classificação dos mesmos em ordem de pontuação. No caso de empate, o critério de desempate será a pontuação alcançada pelo candidato no plano de trabalho.

Conforme determinação da comissão coordenadora, as entrevistas para candidatos/as ainda não residentes na região poderão ser realizadas via Internet.



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

DA DIVULGAÇÃO

O PPGPS publicará os resultados da seleção no dia **20 de outubro de 2017**, no site do PPGPS.

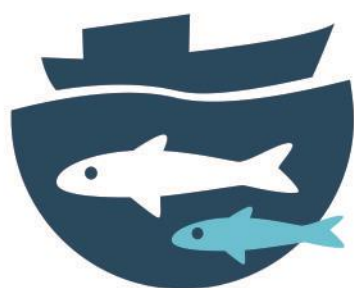
DAS ATRIBUIÇÕES DO CANDIDATO POS-DOUTOR SELECIONADO

- Durante sua permanência no Programa o pós-doutorando o bolsista deverá participar da vida acadêmica do PPGPS em atividades tais como: seminários, bancas de dissertação e qualificação, palestras, ministrar disciplinas na graduação e/ou pós-graduação, cursos de extensão etc.
- Escrever e publicar artigos científicos em revistas de reconhecida importância para a linha de pesquisa em coautoria com o supervisor ou demais membros do Projeto.
- Toda a produção intelectual do pós-doutorando durante sua permanência no Programa deverá fazer referência ao seu vínculo com o Projeto Mulheres na Pesca (FAPUR/FUNBIO/UENF).
- Posteriormente à sua aprovação e de acordo com o projeto de pesquisa apresentado, a Comissão Coordenadora indicará um docente do projeto como Supervisor do estágio Pós-doutoral.

Campos dos Goytacazes, 29 de setembro de 2017.

Comissão Coordenadora

Prof.^a Silvia Alicia Martinez (LEEL) - Coordenadora



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

Prof. Geraldo Timóteo (LEEA)

Prof.^a Joseane Souza (LGPP)

Prof. Leandro Garcia Pinho (LEEL)

Prof. Marcelo Carlos Gantos (LEEA)

Prof. Roberto Dutra (LGPP)



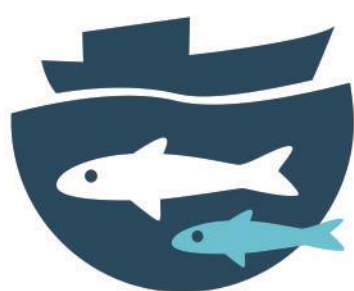
Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

ANEXO

1. **Resumo Executivo do Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.**

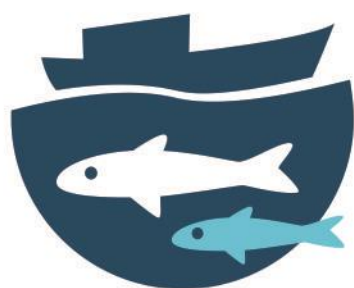
O projeto visa, ao longo de vinte e quatro meses, elaborar e disponibilizar uma cartografia dos conflitos socioambientais que vivem no cotidiano as mulheres das comunidades pesqueiras de sete municípios que compõem as mesorregiões das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. Este mapa contempla o labor científico e técnico de levantamento, caracterização descritiva, representação cartográfica georreferenciada e disponibilização eletrônica dos dados e informações dos principais conflitos socioambientais que envolvem a participação das mulheres. Além do mapeamento, será realizada uma síntese analítica dos casos identificados na área de estudo. Inicialmente, será elaborada revisão bibliográfica e estado da arte sobre a temática do conflito social e socioambiental, relações de gênero e condição feminina na pesca no Brasil, com a finalidade de atualizar a discussão e alcançar um arcabouço conceitual comum que permita discutir e definir as categorias basilares do estudo. Serão analisados, a seguir, dados secundários, tendo como repositório principal o “Censo Pescarte”, *survey* fruto do mapeamento socioeconômico de indivíduos pertencentes à categoria de pescadores artesanais e seus familiares, realizado entre os anos de 2014 e 2016 nos municípios propostos na presente pesquisa (Timóteo, 2014; 2016). A partir desse repositório serão identificadas, caracterizadas e contextualizadas as condições

99



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

de vida das mulheres pescadoras e reconhecidos os principais conflitos vinculados à condição feminina. Complementarmente, serão utilizados os Censos Demográficos do IBGE (anos 1991, 2000 e 2010) e outras fontes secundárias. O conjunto dos dados quantitativos tratados indicará conflitos, os quais serão validados no campo por meio de pesquisa qualitativa em uma segunda etapa do projeto. Por fim, serão selecionados os casos mais representativos de cada município para um aprofundamento em forma de testemunho (audiovisual) para compor a cartografia. Além da construção de um banco de dados temático e a disponibilização eletrônica da representação cartográfica da informação processada, espera-se como produtos: a realização de dois Seminários; a realização e divulgação de uma coletânea de artigos científicos analisando o quadro teórico conceitual, os principais resultados obtidos; e, por último, contribuir com a formação de recursos humanos durante a pesquisa.

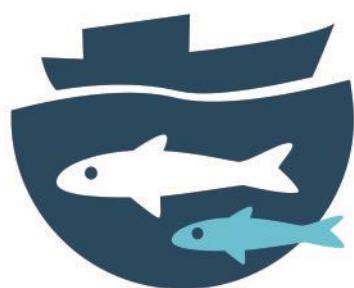


Pesquisa **MARINHA & PESQUEIRA**

ANEXO

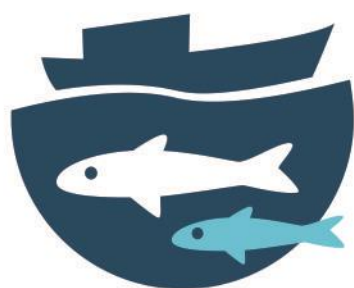
2. **Resumo Executivo do Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas.**

O projeto visa, ao longo de vinte e quatro meses, elaborar e disponibilizar uma cartografia dos conflitos socioambientais que vivem no cotidiano as mulheres das comunidades pesqueiras de sete municípios que compõem as mesorregiões das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. Este mapa contempla o labor científico e técnico de levantamento, caracterização descritiva, representação cartográfica georreferenciada e disponibilização eletrônica dos dados e informações dos principais conflitos socioambientais que envolvem a participação das mulheres. Além do mapeamento, será realizada uma síntese analítica dos casos identificados na área de estudo. Inicialmente, será elaborada revisão bibliográfica e estado da arte sobre a temática do conflito social e socioambiental, relações de gênero e condição feminina na pesca no Brasil, com a finalidade de atualizar a discussão e alcançar um arcabouço conceitual comum que permita discutir e definir as categorias basilares do estudo. Serão analisados, a seguir, dados secundários, tendo como repositório principal o “Censo Pescarte”, *survey* fruto do mapeamento socioeconômico de indivíduos pertencentes à categoria de pescadores artesanais e seus familiares, realizado entre os anos de 2014 e 2016 nos municípios propostos na presente pesquisa (Timóteo, 2014; 2016). A partir desse repositório serão identificadas, caracterizadas e contextualizadas as condições



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**

de vida das mulheres pescadoras e reconhecidos os principais conflitos vinculados à condição feminina. Complementarmente, serão utilizados os Censos Demográficos do IBGE (anos 1991, 2000 e 2010) e outras fontes secundárias. O conjunto dos dados quantitativos tratados indicará conflitos, os quais serão validados no campo por meio de pesquisa qualitativa em uma segunda etapa do projeto. Por fim, serão selecionados os casos mais representativos de cada município para um aprofundamento em forma de testemunho (audiovisual) para compor a cartografia. Além da construção de um banco de dados temático e a disponibilização eletrônica da representação cartográfica da informação processada, espera-se como produtos: a realização de dois Seminários; a realização e divulgação de uma coletânea de artigos científicos analisando o quadro teórico conceitual, os principais resultados obtidos; e, por último, contribuir com a formação de recursos humanos durante a pesquisa.



Pesquisa **MARINHA & PESQUEIRA**

Anexo C – Ata 01		
Projeto: Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas	Data: 2017	Ata: 01/17
Presentes: Profa. Silvia Martínez, Profa. Joseane Souza, Prof. Leandro Pinho, Prof. Marcelo Gantos, Prof. Roberto Dutra	Local: Sala 101	
Pauta: Seleção de bolsistas para atuar no Projeto. Análise documental e entrevistas dos/as candidatos/as à bolsistas de Iniciação Científica (IC) e de Pós-doutorado (Pós-doc)		
Ata: A banca examinadora do processo de seleção a cargo de bolsista de Iniciação Científica e Pós-doutorado teve abertura no dia 09/05/2017, quando se reuniu para a análise dos currículos dos/as candidatos/as. Compuseram a banca os/as profs/as: Silvia Martinez, também coordenadora do projeto, Joseane de Souza, Leandro Pinho, Marcelo Gantos e Roberto Dutra. A análise teve como base a verificação dos currículos, do Coeficiente de Rendimento (para os/as candidatos/as a IC), da titulação (para os/as candidatos/as a Pós-doc) e da coerência dos planos de trabalho propostos com o escopo da pesquisa, com o objetivo de verificar se os/as mesmos/as se apropriaram do resumo do projeto anexo 1 do edital. Foram oferecidas seis (06) vagas para IC, com quatro (04) perfis distintos e três (03) vagas para Pós-doc, com três (03) perfis distintos, com o intuito de abranger todas as análises necessárias para a pesquisa. Foram inscritos/as oito (08) candidatos/as para IC e oito (08) candidatos/as para Pós-doc. Neste momento, foi verificado quais dentre os/as inscritos/as atendiam as solicitações do edital. Concluindo que sete (07) candidatos/as para IC, (um (01) não apresentou o Plano de Trabalho adequado ao projeto), e seis (06) de pós-doc, (dois (02) não atenderam a experiência exigida no edital), seriam convocados/as para a segunda etapa: entrevistas.		
Candidatos inscritos IC:		
1. Carolina dos Santos Oliveira Viana		
2. Caroline Ketelyn		
3. Gilberto Azeredo Gomes		
4. Jéssika Rodrigues de Paula		
5. Luiza Tavares da Silva Fernandes		
6. Mariana Alcantara Vetromille		
7. Mariana Sena Lopes		
8. Síntyque Lemos de Moraes Servulo		
Candidatos inscritos Pós-doc:		
1. Inês Ribeiro Machado		
2. Klenio Veiga da Costa		
3. Lalita Kraus		
4. Luceni Medeiros Hellebrandt		
5. Marcela Fernanda da Paz de Souza		
6. Marco Antônio Couto Marinho		
7. Monique Batista Carvalho		
8. Ricardo Gervásio Bastos Visser		

Candidatos aprovados para a segunda etapa:

IC:

1. Carolina dos Santos Oliveira Viana
2. Gilberto Azeredo Gomes
3. Jéssika Rodrigues de Paula
4. Luiza Tavares da Silva Fernandes
5. Mariana Alcantara Vetromille
6. Mariana Sena Lopes
7. Síntyque Lemos de Moraes Servulo

Pós-doc:

1. Klenio Veiga da Costa
2. Lalita Kraus
3. Luceni Medeiros Hellebrandt
4. Marco Antônio Couto Marinho
5. Monique Batista Carvalho
6. Ricardo Gervásio Bastos Visser

Para a segunda fase a banca se dividiu em duas, considerando a especificidade para cada tipo de bolsa. Desta forma, no dia 11/05 a profa. Silvia Martinez junto ao prof. Leandro Pinho realizaram as entrevistas dos/as candidatos/as para IC, buscando conhecer o interesse dos mesmos para se integrar ao projeto e como compreendiam as ações propostas em seus planos de trabalho se integram à pesquisa. Explicou-se também que os planos de trabalho solicitados foram apenas como um exercício para avaliação e que os mesmos teriam que responder às atividades e demandas do Projeto. Finalizadas as entrevistas, os dois professores fizeram uma análise global dos documentos e perfis dos/as candidatos/as, definindo os/as aprovados/as. O resultado ficou da seguinte maneira: seis (06) aprovados/as e um (01) na lista de espera.

Posteriormente avaliou-se que seria mais interessante chamar a aluna de IC que estava em lista de espera para a mesma não perder a formação do grupo, já que havia recursos suficientes para chamar todos. Sendo assim, a lista de convocação segue conforme tabela abaixo:

CANDIDATOS APROVADOS EM ORDEM ALFABÉTICA	
Carolina dos Santos Viana	Convocada
Gilberto Azeredo Gomes	Convocado
Jéssika Rodrigues de Paula	Convocada
Luiza Tavares da Silva Fernandes	Convocada
Mariana Alcantara Vetromille	Convocada
Mariana Sena Lopes	Convocada
Síntyque Lemos de Moraes Servulo	Convocada

Da mesma forma se deu o processo para a seleção ao cargo para bolsista de Pós-doc, com a diferença da banca examinadora que foi composta pela profa. Silvia Martinez, profa. Joseane de Souza e prof. Roberto Dutra. No dia 12/05 procedeu-se à realização das entrevistas. Quatro dos candidatos foram entrevistados por Skype e dois compareceram pessoalmente. Foram aprovados quatro candidatos, ficando dois aprovados em lista de

espera, e definindo que uma das vagas não será preenchida nesta seleção por não ter candidato/a com o perfil solicitado. Portanto, novo edital será publicado em início do mês de junho.

O resultado final foi divulgado nos mesmos endereços de divulgação do edital no dia 15/05/2017, conforme tabelas a seguir:.

PERFIL 1

CANDIDATOS APROVADOS		
Marco Antônio Couto Marinho	036.550.946-98	Convocado
Klenio Veiga da Costa	047.478.656-08	Lista de Espera
Ricardo Gervásio Bastos Visser	057.377.597-41	Lista de Espera

PERFIL 2

CANDIDATOS APROVADOS POR CPF		
Luceni Medeiros Hellebrandt	803.221.230-20	Convocado
Lalita Kraus	aa2365293	Lista de Espera

PERFIL 3

Sem aprovados -

Em conclusão, por meio desta seleção foram aprovados 7 (sete) alunos de Iniciação Científica e 4 (quatro) pesquisadores de pós doutorado, sendo incorporados à pesquisa os 7 (sete) de IC e 2 (dois) de Pós Doc. E para preenchimento do Perfil de N. 3 será publicado novo Edital com 1 (uma) vaga de pós doutorado.

Lavrou esta ata Michelle Nascimento.

Silvia Alicia Martinez
Coordenadora

Anexo D – Ata 02		
Projeto: Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas	Data: 16/10/2017 à 19/10/201	Ata: 02
Presentes: Cíntia Bach, Luceni Hellebrandt, Marco Antônio Couto Marinho, Silvia Alicia Martinez, Marcelo Carlos Gantos, Joseane Souza e Roberto Dutra	Local: UENF/CCH/Sala 101	
Pauta: Seleção de bolsistas para atuar no Projeto. Análise Documental e entrevistas dos/as candidatos/as a bolsas de Iniciação Científica, Apoio Técnico, Doutorado e Pós-Doutorado, referente ao Edital 02 de 2017.		
Ata: A banca examinadora do processo de seleção a cargo de bolsista de Iniciação Científica, Apoio Técnico, Doutorado e Pós-Doutorado teve abertura no dia 16/10/2017, quando se reuniu para a análise dos currículos dos/as candidatos/as. Compuseram a banca: Cíntia Bach, Luceni Hellebrandt, Marco Antônio Couto Marinho, Silvia Alicia Martinez, Marcelo Carlos Gantos, Joseane Souza e Roberto Dutra. A análise teve como base a verificação dos currículos, do Coeficiente de Rendimento, (para os/as candidatos/as a IC), da titulação (para os/as demais candidatos/as) e da coerência dos planos de trabalho propostos com o escopo da pesquisa, com o objetivo de verificar se os/as mesmos/as se apropriaram do resumo do projeto anexo 1 do edital. Foram oferecidas cinco (05) vagas para IC, com dois (02) perfis distintos, uma (01) vaga para Apoio Técnico, uma (01) vaga de Doutorado e uma (01) vaga de Pós-doutorado com o intuito de abranger todas as análises necessárias para a pesquisa. Foram inscritos/as duas (02) candidatas para Iniciação Científica e uma (01) candidata para Apoio Técnico, uma (01) candidata para Doutorado, e quatro (04) candidatos/as para Pós-Doutorado. Neste momento, foi verificado quais dentre os/as inscritos/as atendiam as solicitações do edital. Concluindo que dois (2) candidatos/as de Pós-doutorado não atenderam o requisito 1.1 do edital. Foram convocados/as para segunda etapa: entrevistas. Candidatas inscritos IC: 7. Simara Leite de Sousa 8. Mayara Silva de Almeida Candidata inscrita Apoio Técnico: 1. Letícia Sanz Barreto Candidata inscrita Doutorado: 1. Suelen Ribeiro de Souza Candidatos inscritos Pós-Doutorado: 1. Suely Fernandes Coelho Lemos		

2. Eliana Monteiro Soares de Oliveira
3. Victor Cesar Torres de Mello Rangel
4. Annabelle de Fátima Modesto Vargas

Candidatos aprovados para a segunda etapa:

IC/PERFIL I:

1. Simara Leite de Sousa
2. Mayara Silva de Almeida

Candidata aprovada para a segunda etapa:

Apoio Técnico:

1. Letícia Sanz Barreto

Candidata aprovada para a segunda etapa:

Doutorado:

1. Suelen Ribeiro de Souza

Candidatos aprovados para a segunda etapa:

Pós-doutorado:

1. Suely Fernandes Coelho Lemos
2. Annabelle de Fátima Modesto Vargas

Para a segunda fase a banca se dividiu em três, considerando a especificidade para cada tipo de bolsa. Desta forma, no dia 19/10/2017 Silvia Martinez junto ao Marcelo Carlos Gantos realizaram as entrevistas dos/as candidatos/as para Pós-Doutorado, buscando conhecer o interesse das mesmas para se integrar ao projeto, como as ações propostas em seus planos de trabalho se integram à pesquisa e a expectativa solicitada para preencher os perfis necessários. Finalizadas as entrevistas, os dois membros da banca fizeram uma análise global dos documentos e perfis dos/as candidatos/as, definindo que não houve aprovados/as, uma vez que nenhum preenchia os requisitos do perfil necessário a vaga.

Da mesma forma se deu o processo para a seleção para bolsista de Doutorado, com a diferença da banca examinadora que foi composta por Joseane de Souza e Roberto Dutra. No dia 19/10/2017 procedeu-se à realização da entrevista, buscando conhecer o interesse da mesma para se integrar ao projeto, como as ações propostas em seu plano de trabalho se integram à pesquisa e a expectativa solicitada para preencher o perfil necessário. Finalizada a entrevista, os dois membros da banca fizeram uma análise global dos documentos e perfil da candidata, definindo a aprovada:

Sendo assim, a lista de convocação segue conforme tabela abaixo:

CANDIDATOS APROVADOS EM ORDEM ALFABÉTICA	
Suelen Ribeiro de Souza	Convocada

O processo para a seleção de bolsistas de Apoio Técnico e Iniciação Científica, contou com a banca examinadora composta por: Cíntia Bach, Luceni Hellebrandt, Marco Antônio Couto Marinho. No dia 19/10/2017 procedeu-se a realização das entrevistas, buscando conhecer

o interesse das mesmas para se integrar ao projeto, como as ações propostas em seus planos de trabalho se integram à pesquisa e a expectativa solicitada para preencher os perfis necessários. Finalizadas as entrevistas, a banca fez uma análise global dos documentos e perfis dos/as candidatos/as.

Sendo assim, a lista de convocação segue conforme tabela abaixo:

APOIO TÉCNICO

CANDIDATOS APROVADOS EM ORDEM ALFABÉTICA	
Letícia Sanz Barreto	Convocada

IC- PERFIL I

CANDIDATOS APROVADOS EM ORDEM ALFABÉTICA	
Mayara Silva de Almeida	Convocada

Em conclusão, por meio desta seleção foram aprovados 1 (uma) aluna de Iniciação Científica e 1 (uma) de Apoio Técnico, 1 (uma) de Doutorado. E para preenchimento das demais vagas de Iniciação Científica e pós-doutorado será publicado um novo Edital .

Lavrou esta ata Cíntia Bach e Luceni Hellenbrandt.

Silvia Alicia Martinez
Coordenadora

ANEXO E – Caracterização Socioeconômica dos Municípios contemplados no projeto

1. Arraial do Cabo

Pretende-se, nesta seção, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Arraial do Cabo está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, sendo pertencente à mesorregião Região das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro. É considerada uma das principais cidades turísticas da Região dos Lagos, sua microrregião.

Conforme o censo do IBGE de 2010, Arraial do Cabo tinha uma população de 27.715 habitantes, correspondente a 3,4% do contingente da Região das Baixadas Litorâneas, com uma proporção de 96,7 homens para cada 100 mulheres

Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 38.823,84. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 26 de 92. Em 2015, tinha 68,5% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

O IDHM de Arraial do Cabo era de 0,733 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181).

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se forte dependência da cidade de Arraial do Cabo dos recursos provenientes das transferências do Estado e da União, além dos royalties do petróleo. De acordo com os Estudos Socioeconômicos do TCE-RJ, a dependência destes recursos em Arraial do Cabo foi de 42,9% e 37,5% respectivamente, apresentando um cenário de pouca autonomia financeira a partir de arrecadação própria.

Comunidades Pesqueiras de Arraial do Cabo

Em Arraial do Cabo há 6 comunidades pesqueiras, a saber: Figueira, Monte Alto, Praia dos Anjos, Praia do Pontal, Praia Grande e Prainha. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1.096 pessoas, o que correspondia a 3,77% da população total do município, naquele período⁵. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a

⁵ A população estimada pelo IBGE, para Arraial do Cabo, para ano de 2015, era de 29.097 habitantes.

maior comunidade pesqueira do município é Praia Grande, com um total de 402 habitantes (36,7% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Figueira	162	126	288
Monte Alto	27	25	52
Praia dos Anjos	69	39	108
Praia do Pontal	15	12	27
Praia Grande	238	164	402
Prainha	120	99	219
Total	631	465	1096
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 0,83 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 5 e 34 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 0-4 e 05- 09 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

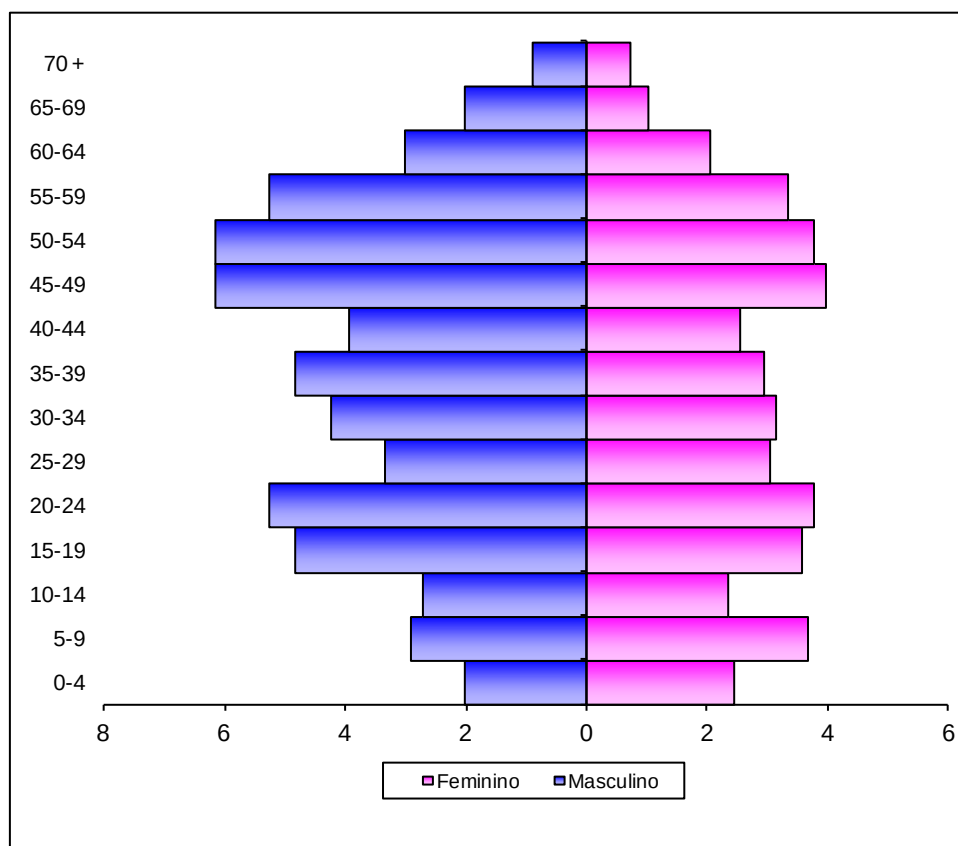
TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	20	24	44	0,83
05 a 09 anos	29	36	65	0,81
10 a 14 anos	27	23	50	1,17
15 a 19 anos	48	35	83	1,37
20 a 24 anos	52	37	89	1,41
25 a 29 anos	33	30	63	1,10
30 a 34 anos	42	31	73	1,35
35 a 39 anos	48	29	77	1,66
40 a 44 anos	39	25	64	1,56
45 a 49 anos	61	39	100	1,56
50 a 54 anos	61	37	98	1,65
55 a 59 anos	52	33	85	1,58
60 a 64 anos	30	20	50	1,50
65 a 69 anos	20	10	30	2,00
70 anos ou mais	9	7	16	1,29
Total	571	416	987	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Arraial do Cabo o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 389 pessoas, dentre os quais 345 homens (89%) e 44 mulheres (11%). Em relação ao estado civil, 65% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 35% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (45,9%) e de evangélicos (39,2%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (85,3%), sendo 35,3%) natural do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Arraial do Cabo são estar com a família (33,2%), por gostar do local onde vive (31,8%), oportunidades de trabalho (23,2%) e por falta de opções (2,4%).

2. CABO FRIO

Pretende-se, nesta seção, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Cabo Frio está localizado na Macrorregião Sudeste do Brasil, sendo pertencente à mesorregião Região das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro. É considerada a principal cidade turística da Região dos Lagos, sua microregião.

Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 186.227 habitantes, apresentando assim 23% do contingente da região das Baixadas Litorâneas. Apresenta uma proporção de 95,2 homens para cada 100 mulheres.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 52,33% para 44,84% e a taxa de envelhecimento, de 4,87% para 7,14%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 57,98% e 3,56%.

Seu Produto Interno Bruto é de R\$ 12.612.721 e o PIB per capita é de R\$ 66.108,91, ainda de acordo com o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cabo Frio é 0,735, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,836.

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se forte dependência da cidade de Cabo Frio dos recursos provenientes dos royalties do petróleo, tendo recebido R\$ 96.432.526,48 destes recursos no período de janeiro a outubro. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, a dependência deste recurso em Cabo Frio está próxima dos 40% (37,4%). Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu 7,1% do total dos royalties e Participações Especiais repassados aos municípios fluminenses em 2013.

Comunidades Pesqueiras de Cabo Frio

Em Cabo Frio há 5 comunidades pesqueiras, a saber: Praia do Siqueira, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1738 pessoas, o que correspondia a 0,83% da população total do município,

naquele período⁶. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Gamboa, com um total de 588 habitantes (33,8% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo.

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Praia do Siqueira	260	230	490
Gamboa	311	277	588
Tamoios	95	96	191
Ponta do Ambrósio	148	123	271
Passagem	121	77	198
Total	935	803	1738
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

Com exceção da comunidade de Tamoios, em todas as outras a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 1,55 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 0 e 44 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 10-14, 20-24 e 40-44 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

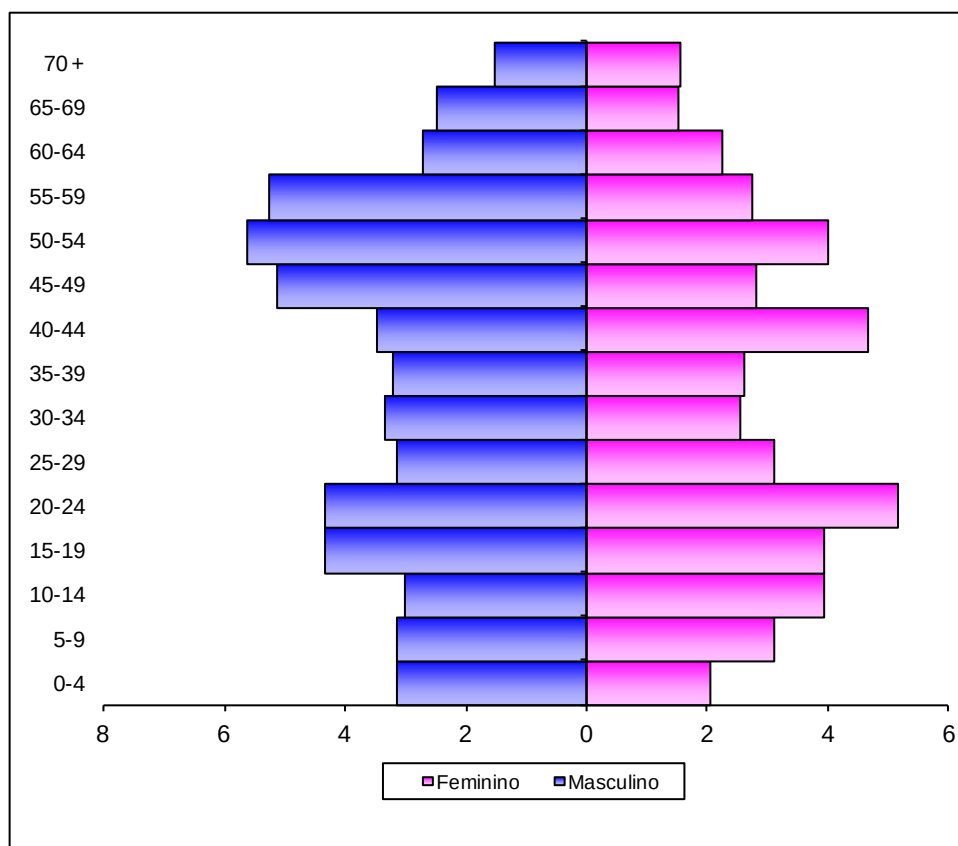
TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

⁶ A população estimada pelo IBGE, para Cabo Frio, para ano de 2015, era de 208.451 habitantes.

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	51	33	84	1,55
05 a 09 anos	51	50	101	1,02
10 a 14 anos	49	63	112	0,78
15 a 19 anos	70	63	133	1,11
20 a 24 anos	70	83	153	0,84
25 a 29 anos	51	50	101	1,02
30 a 34 anos	54	41	95	1,32
35 a 39 anos	52	42	94	1,24
40 a 44 anos	56	75	131	0,75
45 a 49 anos	83	45	128	1,84
50 a 54 anos	91	64	155	1,42
55 a 59 anos	85	44	129	1,93
60 a 64 anos	44	36	80	1,22
65 a 69 anos	40	24	64	1,67
70 anos ou mais	25	25	50	1,00
Total	872	738	1610	-
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)				

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Cabo Frio o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 548 pessoas, dentre os quais 496 homens (90,5%) e 52 mulheres (9,4%). Em relação ao estado civil, 64,2% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 35,7% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (37,2%) e de evangélicos (33,5%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (92,5%), sendo a grande maioria (52%) natural do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Cabo Frio são estar com a família (45,5%), oportunidades de trabalho (23,3%), por gostar do local onde vive (22,2%) e por falta de opções (5,9%).

3. CAMPOS DOS GOYTACAZES

Pretende-se, nesta seção, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Campos dos Goytacazes está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, na mesorregião Norte Fluminense, em uma posição geoeconômica estratégica, tanto do ponto de vista demográfico, fisiográfico, quanto da rede de circulação pelas vias regionais, estaduais ou interestaduais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 463.731 habitantes, apresentando-se assim como o 8º maior contingente populacional do estado do Rio de Janeiro.

É interessante observarmos que, nas últimas décadas, o município tem passado por um acelerado crescimento demográfico, marcado por um intenso esvaziamento da população rural e cada vez maior concentração urbana. Ainda conforme o IBGE, em 1970 Campos dos Goytacazes tinha 318.806 habitantes, sendo destes 176.082 (urbana) e 142.724 (rural). Em 1980, eram 348.542 habitantes: 203.358 (urbana) e 145.184 (rural). Em 1991, 389.109 habitantes: 324.667 (urbana) e 64.442 (rural). Em 2000, 406.989 habitantes, 364.177 (urbana) e 42.818 (rural). Já em 2010, encontrávamos 45.006 habitantes residentes na área rural e 418.725 na área urbana.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência (população com menos de 14 anos e mais de 65 anos) de Campos dos Goytacazes passou de 51,91% para 45,51% e o índice de envelhecimento evoluiu de 6,86% para 8,11%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 59,27% para 51,91%, enquanto o índice de envelhecimento evoluiu de 5,40% para 6,86%.

Em 2010, 48,5% da população de Campos dos Goytacazes se declarou branca, 36,6% parda e 14,1% negra.

Campos dos Goytacazes está entre os 13 maiores PIBs do Brasil, segundo o IBGE, à frente de capitais como Recife, Vitória, Goiânia, São Luís, Belém, e Fortaleza, por exemplo. Em 2013, ocupava a 9ª posição entre os 10 maiores PIBs do Brasil. Seu PIB é de R\$ 58.011.293 e o PIB per capita é de R\$ 120.693,92, ainda de acordo com o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Campos dos Goytacazes é 0,716, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM

entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,145), seguida por Longevidade e por Renda.

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se forte dependência da cidade de Campos dos Goytacazes dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, a dependência deste recurso em Campos dos Goytacazes está próxima aos 60% (55,9%). Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu 30% do total dos royalties e Participações Especiais repassados aos municípios fluminenses em 2013, um total de R\$ 1,3 bilhão.

Comunidades Pesqueiras de Campos dos Goytacazes

Em Campos dos Goytacazes há 8 comunidades pesqueiras, a saber: Farol de São Thomé, Terminal Pesqueiro, Coroa Grande, Parque Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Tocos, Lagoa de Cima e Lagoa do Campelo. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1.643 pessoas, o que correspondia a 0,34% da população total do município, naquele período⁷. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Farol de São Thomé, com um total de 743 habitantes (45,2% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Coroa Grande	20	17	37
Farol de São Thomé	385	358	743
Lagoa de Cima	102	89	191
Lagoa do Campelo	39	28	67
Parque Prazeres	68	61	129
Ponta Grossa dos Fidalgos	128	99	227
Terminal Pesqueiro	56	64	120
Tocos	73	56	129
Total	871	772	1.643

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

⁷ A população estimada pelo IBGE, para Campos dos Goytacazes, para ano de 2015, era de 483.970 habitantes.

Com exceção de Terminal Pesqueiro, em todas as outras comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 1,45 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 5 e 44 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 20-24, 30-34 e 40-44 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

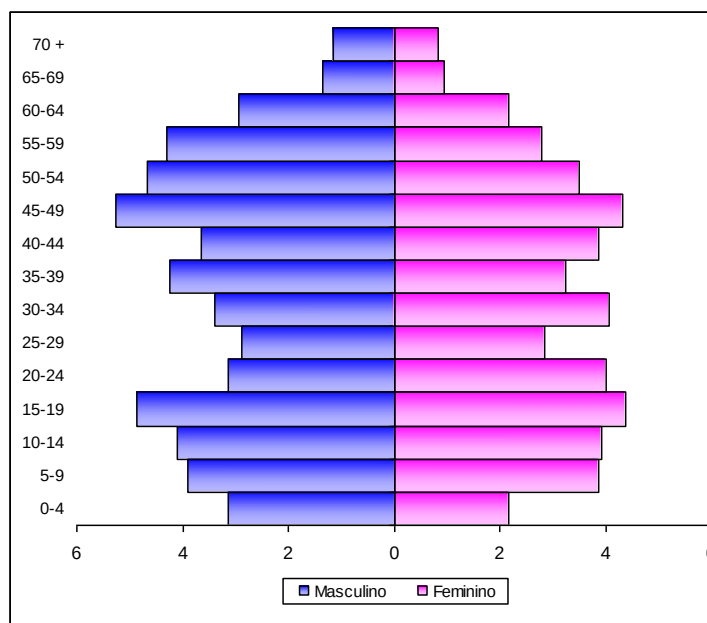
TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	52	36	87	1,45
05 a 09 anos	64	64	128	1,01
10 a 14 anos	67	65	132	1,04
15 a 19 anos	80	72	152	1,11
20 a 24 anos	52	66	117	0,78
25 a 29 anos	47	47	94	1,01
30 a 34 anos	56	67	123	0,83
35 a 39 anos	70	53	123	1,30
40 a 44 anos	60	64	124	0,94
45 a 49 anos	86	71	157	1,22
50 a 54 anos	77	57	134	1,34
55 a 59 anos	71	46	117	1,54
60 a 64 anos	48	36	84	1,36
65 a 69 anos	22	16	38	1,41
70 anos ou mais	19	14	33	1,40
Total	871	772	1643	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Campos dos Goytacazes o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 580 pessoas, dentre os quais 371 homens (64%) e 209 mulheres (36%). Em relação ao estado civil, 70,2% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 29,8% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (55,5%) e de evangélicos (34,6%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (97,4%), sendo a grande maioria (89,5%) natural do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes são estar com a família (44,1%), oportunidades de trabalho (27%), por gostar do local onde vive (17%) e por falta de opções (6,7%).

4. MACAÉ

Pretende-se, neste capítulo, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Macaé está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, na mesorregião Norte-Fluminense, em uma posição geoeconômica estratégica. Destaca-se pela presença de grandes indústrias como a Petrobrás e de outras empresas multinacionais do ramo petrolífero, apresentando, neste sentido, além de um crescimento urbano desordenado, uma série de conflitos ambientais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 206.728 habitantes, apresentando-se assim como o 14º maior contingente populacional do estado do Rio de Janeiro.

Em Macaé, a indústria do Petróleo gerou novos padrões demográficos a partir da intensificação do êxodo rural e da migração e, conseqüentemente, dos processos de urbanização.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 48,32% para 39,02% e a taxa de envelhecimento, de 4,74% para 4,91%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 57,80% e 4,26%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Macaé está entre os 40 maiores PIBs do Brasil, segundo o IBGE, ocupando a 34ª posição. Seu PIB é de R\$ 14.565.895 e o PIB per capita é de R\$ 68.567,01, ainda de acordo com o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Macaé é 0,764, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,828.

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se dependência da cidade de Macaé dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, a dependência deste recurso em Macaé está próxima a ¼ da receita total. Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu em royalties e Participações Especiais um total de R\$ 548.171.100.

Comunidades Pesqueiras de Macaé

Em Macaé há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Barra de Macaé, Nova Holanda, Nova Esperança, Lagoa de Imboassica. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 841 pessoas, o que correspondia a 0,36% da população total do município, naquele período⁸. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Barra de Macaé, com um total de 563 habitantes (66,9% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Barra de Macaé	338	225	563
Nova Holanda	81	57	138
Nova Esperança	65	61	126
Lagoa de Imboassica	8	6	14
Total	492	349	841
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 1,00. (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 4 e 19 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 15-19 e de 20-24 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

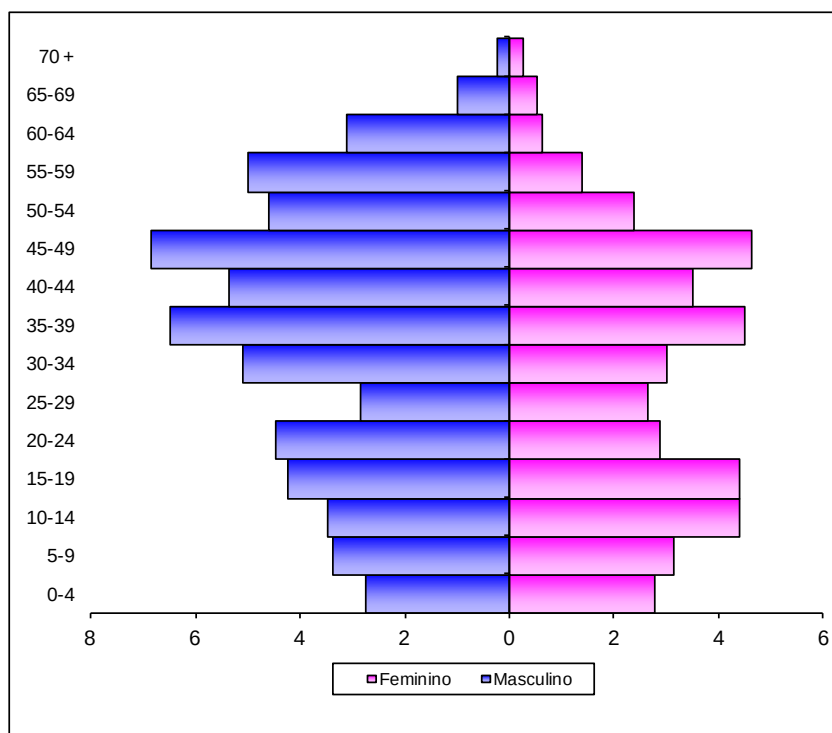
TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

⁸ A população estimada pelo IBGE, para Macaé, para ano de 2015, era de 234.628 habitantes.

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	22	22	44	1,00
05 a 09 anos	27	25	52	1,08
10 a 14 anos	28	35	63	0,80
15 a 19 anos	34	35	69	0,97
20 a 24 anos	36	23	59	1,57
25 a 29 anos	23	21	44	1,10
30 a 34 anos	41	24	65	1,71
35 a 39 anos	52	36	88	1,44
40 a 44 anos	43	28	71	1,54
45 a 49 anos	55	37	92	1,49
50 a 54 anos	37	19	56	1,95
55 a 59 anos	40	11	51	3,64
60 a 64 anos	25	5	30	5,00
65 a 69 anos	8	4	12	2,00
70 anos ou mais	2	2	4	1,00
Total	473	327	800	-
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)				

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Macaé o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 302 pessoas, dentre os quais 296 homens (98,0%) e 6 mulheres (2,0%). Em relação ao estado civil, 68,2% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 31,8% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de evangélicos (49,0%) e de católicos (42,3%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (91,7%), sendo a grande maioria (43,4%) natural do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Macaé são as oportunidades de trabalho (57,7%) e estar com a família (29,5%) e por falta de opções (0,7%).

5. QUISSAMÃ

Pretende-se, neste capítulo, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Quissamã está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, sendo pertencente à mesorregião Norte-Fluminense e da microrregião de Macaé. É antigo distrito de Macaé, tendo se desmembrado em 1989. Destaca-se pela recente tentativa de implantação do Complexo Logístico e Naval Farol-Barra do Furado, que instaurou uma série de conflitos ambientais locais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, Quissamã tinha uma população de 20.242 habitantes, correspondente a 2,4% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 98,5 homens para cada 100 mulheres.

O IDHM de Quissamã era de 0,704 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,216), seguida por longevidade e por renda.

Observando as receitas orçamentárias de 2014, verifica-se forte dependência da cidade de Quissamã dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com os Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, publicado pelo TCE-RJ, a dependência deste recurso em Quissamã é de 41%. Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu 7,1% do total dos royalties e Participações Especiais repassados aos municípios fluminenses em 2013.

Comunidades Pesqueiras de Quissamã

Em Quissamã há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Barra do Furtado, Centro, Ribeira e Caxias. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 437 pessoas, o que correspondia a 1,93% da população total do município, naquele período⁹. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Barra do Furado, com um total de 238 habitantes (54,5% da população total das comunidades pesqueiras).

⁹ A população estimada pelo IBGE, para Quissamã, para ano de 2015, era de 22.700 habitantes.

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Barra do Furado	143	95	238
Centro	75	52	127
Ribeira	2	1	3
Caxias	40	29	69
Total	260	177	437
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

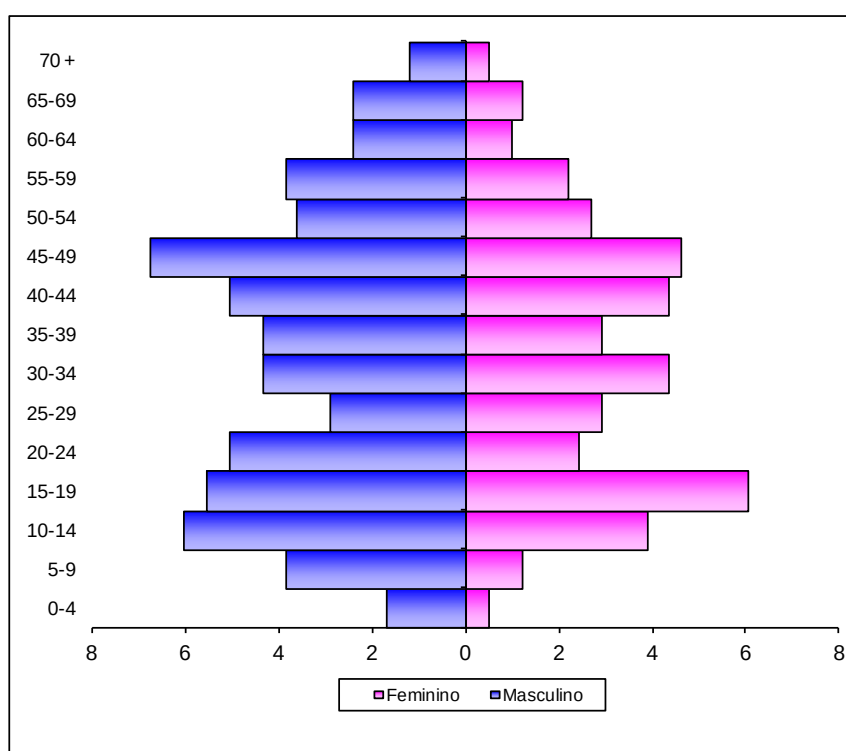
Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 3,05 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 19 e 34 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 no grupo etário de 15-19 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

TABELA 2 - População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	7	2	9	3,50
05 a 09 anos	16	5	21	3,20
10 a 14 anos	25	16	41	1,56
15 a 19 anos	23	25	48	0,92
20 a 24 anos	21	10	31	2,10
25 a 29 anos	12	12	24	1,00
30 a 34 anos	18	18	36	1,00
35 a 39 anos	18	12	30	1,50
40 a 44 anos	21	18	39	1,17
45 a 49 anos	28	19	47	1,47
50 a 54 anos	15	11	26	1,36
55 a 59 anos	16	9	25	1,78
60 a 64 anos	10	4	14	2,50
65 a 69 anos	10	5	15	2,00
70 anos ou mais	5	2	7	2,50
Total	245	168	413	-
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)				

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Quissamã o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 150 pessoas, dentre os quais 137 homens (91%) e 13 mulheres (8%). Em relação ao estado civil, 66% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 34% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (64,9%) e de evangélicos (29,0%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (98,7%), sendo a grande maioria (49,7%) é natural de Campos dos Goytacazes e 38,3% do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Quissamã são estar com a família (44,6%),



oportunidades de trabalho (27,7%), por gostar do local onde vive (23%) e por falta de opções (2%).

6. SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Pretende-se, neste capítulo, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

São Francisco de Itabapoana está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, na mesorregião Norte Fluminense, microrregião de Campos dos Goytacazes. Destaca-se por apresentar o segundo menor índice de Desenvolvimento Humano do estado do Rio de Janeiro, atrás apenas de Varre-Sai.

Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 41.354 habitantes, com um percentual de 49.68% de mulheres e 50.32% de homens ou ainda uma proporção de 101,3 homens para cada 100 mulheres.

Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 24.044.67. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 36 de 92. Em 2015, tinha 91.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

O IDHM de São Francisco de Itabapoana era de 0,639 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,238), seguida por longevidade e por renda.

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se forte dependência da cidade de São Francisco de Itabapoana dos recursos provenientes das transferências do Estado e da União, além dos royalties do petróleo. De acordo com os Estudos Socioeconômicos do TCE-RJ, a dependência destes recursos em São Francisco de Itabapoana foi de 77,7% e 10,6% respectivamente, apresentando um cenário de mínima autonomia financeira a partir de arrecadação própria.

Comunidades Pesqueiras de São Francisco de Itabapoana

Em São Francisco de Itabapoana há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Gargaú, Guaxindiba, Barra de Itabapoana e Lagoa Feia. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 3.055 pessoas, o que correspondia a 7,39% da população total

do município, naquele período¹⁰. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Gargaú, com um total de 613 habitantes (20,1% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Gargaú	613	583	1196
Guaxindiba	349	279	628
Barra de Itabapoana	485	406	891
Lagoa Feia	177	163	340
Total	1624	1431	3055

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 1,19 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 5 e 34 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 10-14 e 25-29 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

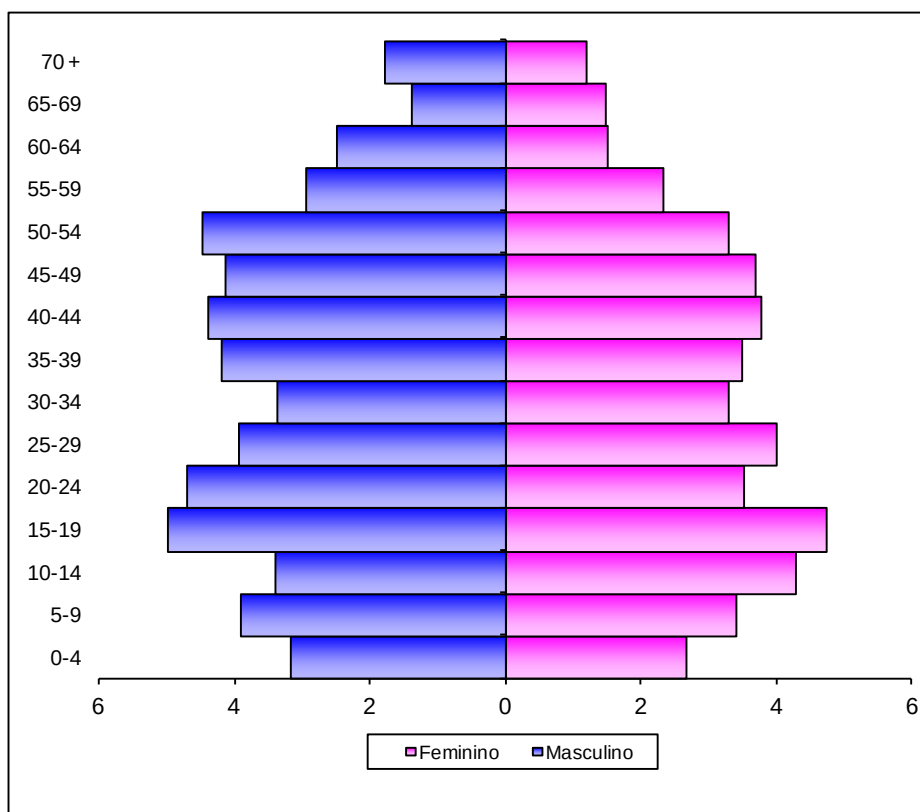
¹⁰ A população estimada pelo IBGE, para São Francisco de Itabapoana, para ano de 2015, era de 41.291 habitantes.

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	93	78	171	1,19
05 a 09 anos	115	100	215	1,15
10 a 14 anos	100	125	225	0,80
15 a 19 anos	147	139	286	1,06
20 a 24 anos	138	103	241	1,34
25 a 29 anos	116	117	233	0,99
30 a 34 anos	99	96	195	1,03
35 a 39 anos	123	102	225	1,21
40 a 44 anos	129	110	239	1,17
45 a 49 anos	122	108	230	1,13
50 a 54 anos	132	96	228	1,38
55 a 59 anos	87	68	155	1,28
60 a 64 anos	73	44	117	1,66
65 a 69 anos	41	43	84	0,95
70 anos ou mais	53	35	88	1,51
Total	1568	1364	2932	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em São Francisco de Itabapoana o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 1017 pessoas, dentre os quais 754 homens (74,1%) e 263 mulheres (25,9%). Em relação ao estado civil, 68,8% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 31,7% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (50,4%) e de evangélicos (47,2%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (92,4%), sendo uma pequena maioria (39,2%) natural do próprio município, com um percentual considerável de nascidos nos municípios de São João da Barra (24,8%) e Campos dos Goytacazes (21,7%), fato possivelmente explicando a partir da carência do município em infraestrutura de saúde, por exemplo. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de São Francisco de Itabapoana são estar com a família (55%), oportunidades de trabalho (18,8%), por gostar do local onde vive (16,2%) e separação familiar (7%).

7. SÃO JOÃO DA BARRA

Pretende-se, neste capítulo, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

São João da Barra está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, sendo pertencente à mesorregião Região Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, microrregião de Campos dos Goytacazes. Destaca-se pelos últimos investimentos relativos à implantação do Complexo Portuário do Super Porto Açú, que instaurou uma série de conflitos sociais e ambientais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, São João da Barra tinha uma população de 32.747 habitantes, correspondente a 3,9% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 98,3 homens para cada 100 mulheres.

Em 2013, tinha um PIB per capita de R\$ 212.966,61, o 9º maior do país.

O índice de Desenvolvimento Humano de São João da Barra era de 0,671 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,184), seguida por renda e por longevidade.

Observando as receitas orçamentárias de 2014, verifica-se forte dependência da cidade de São João da Barra dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com os Estudos Socioeconômicos do TCE-RJ, a dependência destes recursos em São João da Barra foi de 58,7%.

Comunidades Pesqueiras de São João da Barra

Em São João da Barra há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Atafona, Açú, Grussaí e São João da Barra. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1.272 pessoas, o que correspondia a 3,6% da população total do município, naquele período¹¹. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Atafona, com um total de 800 habitantes (62,8% da população total das comunidades pesqueiras).

¹¹ A população estimada pelo IBGE, para São João da Barra, para ano de 2015, era de 34.583 habitantes.

TABELA 1 – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Atafona	477	323	800
Açú	156	120	276
Grussaí	29	16	45
São João da Barra	94	57	151
Total	756	516	1272

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A razão de sexos ao nascer foi estimada em 1,13 (Tabela 2). No entanto, como se trata de um grupo populacional muito pequeno e não consideramos a possibilidade de ocorrência de eventos catastróficos tais como aborto ou infanticídio de crianças do sexo feminino. Percebem-se razões de sexo relativamente baixas entre 0 e 29 anos, apresentando-se, inclusive, menor do que 1 no grupo etário de 15-19 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

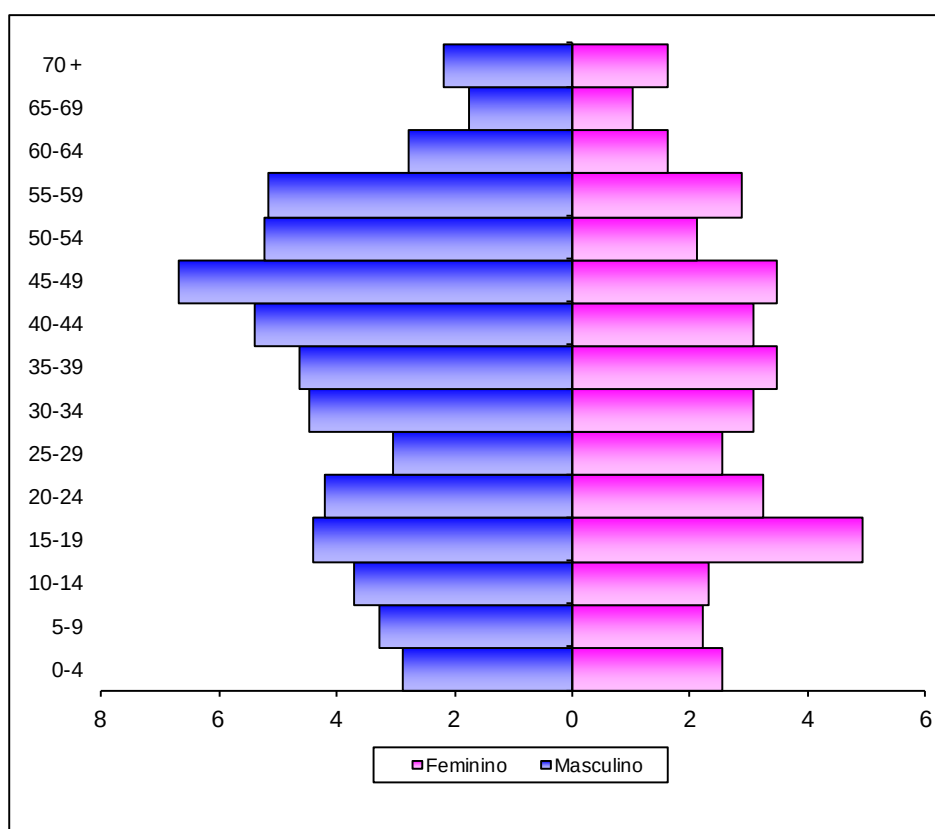
TABELA 2 – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2015

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	34	30	64	1,13
05 a 09 anos	39	26	65	1,50
10 a 14 anos	44	27	71	1,63
15 a 19 anos	52	58	110	0,90
20 a 24 anos	50	38	88	1,32
25 a 29 anos	36	30	66	1,20
30 a 34 anos	53	36	89	1,47
35 a 39 anos	55	41	96	1,34
40 a 44 anos	64	36	100	1,78
45 a 49 anos	79	41	120	1,93
50 a 54 anos	62	25	87	2,48
55 a 59 anos	61	34	95	1,79
60 a 64 anos	33	19	52	1,74
65 a 69 anos	21	12	33	1,75
70 anos ou mais	26	19	45	1,37
Total	709	472	1181	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1 – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em São João da Barra o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 476 pessoas, dentre os quais 424 homens (89,1%) e 52 mulheres (10,9%). Em relação ao estado civil, 68,06% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 31,93% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (75,6%) e de evangélicos (19,8%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (97,7%), sendo a maioria (53,1%) natural do próprio município, com um percentual considerável de nascidos nos municípios de Campos dos Goytacazes (27,7%) e São

Francisco do Itabapoana (8,7%), fato possivelmente explicando a partir da carência do município em infraestrutura de saúde, por exemplo. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de São João da Barra são estar com a família (42,7%), por gostar do local onde vive (22,6%), oportunidades de trabalho (20,1%), por separação familiar (6%) e, valendo destacar, por invasão do mar (4%), fator de mudança de alguns indivíduos que viviam na comunidade de Atafona, para alguma das outras 3 comunidades.



ANEXO F – Resumos/Trabalhos completos apresentados em eventos, conforme sequência descrita no Quadro 3 e 4.

MULHERES PESCADORAS: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO UNIVERSO DA PESCA ARTESANAL

SOUZA, Suelen Ribeiro¹
MARTINEZ, Silvia Alicia²
GANTOS, Marcelo Carlos³

Resumo: O universo laboral das mulheres na pesca artesanal é marcado significativamente pelas desigualdades de gênero que influenciam na manutenção e reprodução de outras desigualdades sociais, bem como dos conflitos socioambientais. No universo desse grupo social, que são os pescadores artesanais, “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012). Percebe-se que a “desigualdade de gênero estrutura as outras desigualdades sociais que afetam aqueles campos que parecem não ter ligação com o gênero” (CONCEIÇÃO, 2009). No ambiente laboral das pescadoras artesanais a questão do gênero é um dos fatores mais marcantes da desigualdade, tornando o trabalho delas desvalorizado e não reconhecido. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo realizar um balanço bibliográfico acerca das mulheres na pesca, visando identificar os estudos acadêmicos que problematizam as desigualdades causadas pelo preconceito de gênero no âmbito do trabalho.

Palavras-chave: Mulher. Pesca artesanal. Gênero. Trabalho.

Introdução

O presente artigo apresenta-se como resultado inicial da pesquisa de doutorado, em Políticas Sociais, onde o universo feminino se caracteriza como unidade de análise, e do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea”⁴. Sendo assim, ao iniciar os estudos sobre “as mulheres na pesca”, visando à preparação do projeto de doutorado, identificou-se a necessidade de realizar uma pesquisa mais substancial sobre as mulheres na pesca. Nesse sentido tem-se por objetivo realizar um balanço

¹ Doutoranda em Políticas Sociais vinculada ao LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, Brasil.

² Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, Brasil.

³ Professor associado do LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, Brasil.

⁴ “A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”. Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

bibliográfico acerca das mulheres na pesca, visando identificar os estudos acadêmicos que problematizam as desigualdades causadas pelo preconceito de gênero no âmbito do trabalho.

A questão mais enfática em alguns textos é a invisibilidade do trabalho feminino atrelado às desigualdades sociais intrínsecas ao universo da pesca. Por isso ao propor um levantamento dos estudos produzidos nas últimas décadas do século XXI sobre as mulheres na pesca, focando na prerrogativa “gênero”, nas comunidades pesqueiras, busca-se apresentar a relevância das atividades por elas realizadas para a manutenção e “reprodução do grupo social” (WOORTMANN. 1992).

Entende-se que os estudos sobre a pesca artesanal são importantes e necessários, visto que os atores sociais, envolvidos nesse processo, tem constantemente sua atividade laboral ameaçada pela “indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários, pelo turismo” (MANESCHY, 1997 apud MELO; LIMA; STADTLER, 2009), aquicultura e outros fatores.

O levantamento bibliográfico apresentando sobre as “mulheres na pesca” está longe de ser completo (ou seja, ter alcançado todas as principais fontes) e exaustivo (ou seja, conter todos, ou a maioria dos títulos existentes). Para realizar esse balanço parcial valeu-se de uma pesquisa no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da análise de levantamentos bibliográficos acerca do tema “mulheres na pesca”, realizados anteriormente, que serviram como ponto de partida para as observações aqui estabelecida, a saber:

- “Pesca de homem/ peixe de mulher (?): Repensando o gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil”, de Maria Angélica Motta-Maués (1999), que expõe um levantamento bibliográfico dos trabalhos acerca das mulheres na pesca nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX (artigo);
- “Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca”, Luceni Medeiros HELLEBRANDT (2017), que expõe ao longo de seu texto as(os) autoras(es) principais, que trabalham com o tema “mulheres na pesca” ao longo das primeiras décadas do século XXI (tese);

Complementar aos trabalhos, acima citados, realizou-se no período de junho de 2017 um levantamento no portal de periódico da CAPES sobre os artigos/dissertações/teses, das últimas décadas do século XXI, que tenham como temática central o universo laboral das mulheres na pesca. Esse levantamento abordou apenas as produções em português, buscando identificar as(os) pesquisadoras(es), as universidades e os principais periódicos que publicam sobre essa temática⁵.

⁵ A referência completa dos artigos/dissertações/teses, citados ao longo do texto, indicando os periódicos e as universidades envolvidas nessas pesquisas estarão expostas no final na seção “Referências Bibliográficas”.

Sendo assim, utilizou-se como palavras-chave, a saber, “mulher* AND pesca”⁶, sendo possível identificar um total de 561 trabalhos, que apresentam a palavra mulher e pesca em seu título, resumo ou desenvolvimento, que serão problematizados na seção “Mulheres na pesca: apontamentos das produções bibliográficas”.

Gênero como categoria de análise

O papel da mulher na manutenção e reprodução da família e do grupo como um todo é muito relevante, entretanto em muitos casos sua atuação não é valorizada. Nesse contexto, a prerrogativa “gênero”, apresenta-se como categoria de análise mais importante. Assim, entende-se por gênero “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [sendo, ainda,] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Na sequência a autora afirma que a análise de gênero implica quatro elementos relacionados entre si.

[...] primeiro - símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas [...], segundo - conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. [...] Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. (SCOTT, 1989, p. 21-22).

A introdução da variável “gênero” adicionou uma outra dimensão à análise dos ambientes, “em virtude das relações de poder entre homens e mulheres em muitas sociedades, relações de poder que estão sujeitas a mudança.” (DI CIOMMO, 2007, p. 153). Nesse sentido, o gênero é constituído de vários domínios, e “é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p. 23).

Nesse campo de análise, alude-se, de maneira implícita, que no universo pesqueiro são relegadas as mulheres atividades complementares - visão de muitos pescadores - e aos homens as atividades produtivas. Nesse caminho Cavalcanti (2010), expõe que na pesca artesanal exercida na Reserva extrativista Acaú-Goiana, embora existam homens e mulheres realizando a atividade de pesca, verificar-se uma maior valorização do trabalho masculino, visto que o resultado de sua captura - peixe, apresenta maior valor comercial no mercado diferente das mulheres que se

⁶ A pesquisa no Portal de Periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) foi realizada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. As palavras-chave utilizadas Mulher* (usando o símbolo para identificar as variações do termo) AND pesca, visando encontrar mulher e pesca.

concentram-se na captura de moluscos. Nesse contexto pode-se destacar também, que as atividades de pré e pós captura, onde as mulheres são a maioria, são mal remuneradas e possuem pouco visibilidade.

Di Ciommo (2007) complementa que culturalmente, os homens estão vinculados ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviços, no entanto, “a sociedade e a cultura atribuem à mulher o papel materno, que reforça os vínculos biológicos e é por eles reforçado, criando os significados simbólicos de proximidade da natureza” (p. 153). É importante destacar também que o gênero é uma construção social, e por isso se tem esta visão que as mulheres estão destinadas às atividades de captura, e não por uma questão biológica (sexo).

Na próxima seção vamos apresentar o levantamento bibliográfico realizado, buscando dar ênfase aos trabalhos que problematizam a questão das relações de gênero no ambiente laboral da pesca artesanal.

Mulheres na pesca: apontamentos das produções bibliográficas

O trabalho de Motta-Maués (1999) “Pesca de homem/ peixe de mulher (?): Repensando o gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil”, apresenta uma problematização da noção de “invisibilidade” da mulher na pesca “colocado em pauta pelas críticas, não só em relação à sociedade, mas, particularmente, aos que estudam a questão” (MOTTA-MÁUES, 1999, p. 379).

Neste artigo, a autora acima citada, empenhou-se em apresentar os trabalhos produzidos nas últimas décadas do século XX, com o intuito de mostrar como a questão da invisibilidade era apresentada pelos pesquisadores e como estes reproduziam o discurso público dessas comunidades, analisando o “lugar, o tipo e a forma do registro sobre a presença da mulher e sobre os papéis sociais do gênero, tomando esse registro como o material etnográfico de referência” (MOTTA-MÁUES, 1999, p. 381). Em síntese pode-se observar que as pesquisas seguiram a seguinte sequência:

[...] 1) na análise dos papéis sexuais, 2) nos estudos de mulher, 3) na “superação” destes pela perspectiva relacional dos estudos de gênero. Numa perspectiva temporal a correspondência seria: antes e até meados dos anos 70, com papéis sexuais; para final desta década até meados da de 80, com mulher; e mais para o final dos 80, “especialmente a partir de 1987”, segundo Machado (1992: 36), com gênero”. (MOTTA-MÁUES, 1999, p. 389).

No que se refere a mulheres, pesca e discurso etnográfico, Motta-Maués (1999), abordou primeiramente a “*tradução* [...] da presença feminina nas comunidades pesqueiras, constantes das etnografias construídas entre os anos 70 e 80” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 390, destaque da autora), identificando os trabalhos de Woortmann (1992); Alencar (1993) e Maneschy (1995).

Em seguida referiu-se a “crítica à ‘invisibilização’ dessa presença dirigida, já nos anos 90, e essas mesmas etnografias, com as ressalvas feitas às sempre existentes (e, no caso, raras) exceções (WOORTMANN, 1992)” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 390, aspas da autora). Para representar esse período, a autora, destaca os estudos de Peirano (1975); Motta-Maués (1993); Furtado (1980) e Diegues (1983).

A pesquisadora acima referenciada apresentou em seu trabalho uma crítica as pesquisas acadêmicas, que privilegiam os homens e seus pontos de vista, causando a reprodução por parte das(os) pesquisadoras(es) do discurso público dessas comunidades, de que a pesca é uma atividade essencialmente masculina, bem como ignoram as atividades por elas realizadas na pesca artesanal⁷. Na mesma visão Bennet (2005) aponta pelo menos três fatores que concorrem para a invisibilização das mulheres na pesca, a saber: gestão focada na captura; postura metodológica de pesquisadores da área; falta de dados desagregados por sexo para a estatística pesqueira. No entanto, essa é uma questão genérica, que não traduz ao certo a realidade das comunidades pesqueiras, pois “numa definição ampliada da pesca – tal como é construída hoje pelos que estudam o problema -, que também elas pescam e, desse modo, são pescadoras” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 395).

Um ponto importante que merece destaque é que em 1999, quando Motta-Maués, apresentou suas considerações acerca das produções sobre o universo da pesca, principalmente envolvendo as mulheres, ela nos alertou sobre a carência da produção bibliográfica da época. No entanto, após dez anos de sua exposição, outro autor apresentou que “estudar as relações de gênero num contexto de pesquisa realizada em comunidades litorâneas é se mover num terreno ainda pouco explorado academicamente” (CAVALCANTI, 2010, p. 29).

Diante desses apontamentos, surgiu a necessidade de analisar, no portal de periódicos da CAPES e no balanço mais recente (HELLEBRANDT, 2017), os estudos produzidos nos últimos anos acerca da atividade pesqueira desempenhada por mulheres, especificamente no período de 2000 a 2017. O levantamento não representa a totalidade de trabalhos produzidos sobre o tema, apenas contribui para identificar o material produzido nos últimos anos, que tenham as relações de

⁷ Trabalhos que defendem que a pesca é uma atividade essencialmente masculina, citados por MOTTA-MAUÉS (1999): “MOTTA-MAUÉS (1993); FURTADO (1980, 1993); DIEGUES (1983)”.

gênero no âmbito do trabalho como objeto de estudo. Nesta pesquisa, utilizando a expressão “mulher* AND pesca”, foi possível encontrar 561 trabalhos produzidos e publicados em diversas áreas de conhecimento.

Deste total identificamos 42 produções acadêmicas, entre artigos, dissertações e teses, que apresentam a questão feminina na pesca, podendo ser caracterizadas da seguinte maneira: a) artigos que apresentam as relações de gênero no universo laboral da pesca artesanal como foco central do estudo (14); b) dissertações e teses que apresentam as relações de gênero no universo laboral da pesca artesanal como foco central do estudo (7); c) artigos que trazem as mulheres como foco central do estudos, mas não abordam a questão das atividades laborais da pesca (5)⁸; d) artigos que caracterizam as atividades da pesca, mas apresentam a participação feminina de maneira secundária (13).

Para esse estudo, como explicitado nos objetivos, os trabalhos mais relevantes são os que problematizam como objetivo central a questão da atividade laboral das mulheres na pesca. Nesse sentido foi possível identificar os seguintes artigos:

- “O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal Marinha: Estudo de uma Comunidade Pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil” (FONSECA et al., 2016);
- “Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil” (MARTINS; ALVIM, 2016);
- “Tecendo as redes entre natureza e sociedade: os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe” (SANTOS et al., 2013);
- “Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento” (MANESCHY et al., 2012);
- “Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha” (DI CIOMMO, 2007);
- “Gênero, Pesca e Cidadania” (ANDRADE LEITÃO, 2013);
- “A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape – BA” (FIGUEIREDO, 2013);
- “Desafios ao protagonismo feminino para a geração de renda em Laguna-SC: gênero, bolsa família e serviço social” (MWEWA; OLIVEIRA, 2013);

⁸ Os temas referentes a esses estudos são: Política para mulheres (PETINELI, 2012); Caracterização da colônia e a participação das pescadoras (FAÇANHA; SILVA, 2017); Saúde das marisqueiras (NOBREGA et al., 2014); Mulheres e a interação com o meio ambiente (CRUZ, 2010; MACHADO, 2007).

- “Os trabalhos femininos e suas representações sociais na Comunidade do Cajueiro (Campos de Baixo) Bragança/PA” (ARAÚJO; VASCONCELOS, 2015);
- “Voz da natureza e da mulher na RESEX de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo” (CARMO et al., 2016);
- “Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica” (SILVA, et al., 2010);
- “Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil” (FREITAS et al., 2012);
- “As mulheres e a construção da Colônia de Pescadoras Z25 em Jaguarão/RS – 2005” (PAIVA, 2016).

Ainda pode-se identificar algumas dissertações e teses que exploram como problemática central as relações laborais das mulheres na pesca, a saber:

- “As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins – AM (DIÓGENES, 2014, Dissertação)”;
- “Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca” (CAVALCANTI, 2010, Dissertação);
- “Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina, Brasil” (GERBER, 2013, Tese);
- “Tipos de trabalho da mulher na pesca do Litoral do Paraná” (MELO, 2013, tese);
- “Pesca artesanal: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB” (SILVA, 2014, Dissertação);
- “Lugar de mulher é em casa?: cotidiano, espaço e tempo entre mulheres de famílias de pescadores” (ANDERSON, 2007, Dissertação);
- “Diálogos entre gênero, gestão e educação ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal” (GALVÃO, 2013, Dissertação);
- “Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA” (SANTOS, 2013, Dissertação).

Em levantamento anterior, realizado por Hellebrandt (2017), a autora destaca a relevância dos trabalhos desenvolvidos nas décadas de 70, 80 e 90, a saber:

- “Trabalhadeiras e ‘camarados’: um estudo do status das mulheres numa comunidade de pescadores” (MOTTA-MAUÉS, 1977, Dissertação);
- “Memória de uma comunidade que se transforma: Canasvieiras” (LAGO, 1983, Dissertação);
- “Mar-De-Dentro: a Transformação do Espaço Social na Lagoa da Conceição” (RIAL, 1988, Dissertação);
- “O mito da terra liberta” (MALDONADO, 1991, Tese);
- “Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste” (WOORTMANN, 1992, artigo);
- “Pescadeiras, Companheiras e Perigosas. Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis” (ALENCAR, 1991, dissertação).

A análise explicitada nessas páginas, como citado anteriormente, não representa a totalidade de trabalhos produzidos sobre o tema, em decorrência das escolhas metodológicas de se privilegiar os periódicos da CAPES, que possui limitações no que tange ao alcance do material produzido sobre o tema, e alguns levantamentos produzidos anteriormente. No entanto ele nos aproxima do tema e nos levar a perceber que as discussões acadêmicas têm se voltado, mesmo que de forma tímida para o universo laboral das mulheres na pesca, buscando dar visibilidade as suas atividades em um contexto onde o próprio Estado, “que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participavam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Atividade Pesqueira” (HELLEBRANDT, 2017, p. 49), contribui para a invisibilidade dessas pescadoras ou trabalhadoras da pesca⁹.

Conclusão

Nesse sentido, ao analisar as questões expostas percebe-se que o processo de reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres pescadoras é uma questão relevante a ser problematizada, principalmente quando se percebe que das produções acerca das pescadoras artesanais poucas são as que abordam o universo pesqueiro do estado do Rio de Janeiro, unidade de análise da pesquisa em curso no doutorado.

⁹ A lei 11.959, de 29 de junho de 2009, “inclui etapas de pré e pós captura, onde as mulheres se fazer presentes em todas as etapas, porém com mais ênfase nas etapas da pré e pós captura [...], passando há “a atividades de apoio à pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017 desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira” (HELLEBRANDT, 2017, p. 47-48, aspas nossa).

Ao observar a realidade das pescadoras ou trabalhadoras da pesca artesanal percebe-se que suas atividades, na maioria das vezes, “são descontinuas e nem sempre traduzem em renda monetária” (MANESCHY, 2013, p. 45), pois sua atuação, bem como dos outros agentes envolvidos nas atividades da cadeia produtiva da pesca, está diretamente ligada a sazonalidade da natureza, bem como a disponibilidade do pescado.

Motta-Maués (1999) discorre acerca de estudos que demonstram como as atividades realizadas pelas mulheres são características da pesca artesanal. Logo, pode-se considerar que elas são pescadoras lançando, assim, uma análise diferenciada dos trabalhos produzidos, que relegaram às mulheres as identidades forjadas a partir do olhar masculino, reafirmando o discurso patriarcal e público, “que a pesca é eminentemente masculina”. Percebe-se, ainda, que o papel das mulheres pescadoras “são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (WOORTMANN, 1992, p. 2), pois elas exercem atividades importantes na cadeia produtiva da pesca, além de contribuírem de maneira significativa no sustento de suas famílias.

Em síntese pode-se perceber que as produções acadêmicas, que problematizam o papel feminino na pesca, são relevantes e diversificadas. Sendo assim, pode-se identificar também uma permanência de algumas estudiosas sobre o tema, que também são constantemente citadas nos trabalhos acadêmicos produzidos com a temática “mulheres na pesca”, a saber, Ellen Woortmann, Edna Alencar, Simone Maldonado, Maria do Rosário Andrade Leitão, Regina Célia Di Ciommo, Maria Cristina Maneschky. Pode-se apontar que a recorrência dessas referências, algumas produzidas nas últimas décadas do século XX, retratam uma realidade que pouco (ou nada) se alterou ao longo dos anos.

Referências

- ALENCAR, Edna F. *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas. Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis*. 1991. (dissertação de mestrado), Brasília, Universidade Federal de Brasília – UnB, 1991.
- ALENCAR, Edna F. Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (eds.). *Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia*, Belém, MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993, 63-81.
- ANDERSON, K. K. S. *Lugar de mulher é em casa?: cotidiano, espaço e tempo entre mulheres de famílias de pescadores*. 2007. (DISSERTAÇÃO), Repositório UFPA. 2007.
- ARAÚJO, S. S. M. P.; VASCONCELOS, J. D. N. *Os trabalhos femininos e suas representações sociais na comunidade do cajueiro (campos de baixo) Bragança/PA*. *Protestantismo em Revista*, v. 37, p. 50-64, 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2641>. Acesso em junho de 2017.
- BENNET, Elizabeth. *Gender, fisheries and development*. *Marine Policy* 29. 2005. p. 451–459.



- CARMO, J. C.; PIRES, M. M.; JÚNIOR, G. J.; CAVALCANTE, A. L.; TREVIZAN, S. D. P. *Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo*. Rev. Estud. Fem. vol.24 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2016.
- CAVALCANTI, D.R.M. *Mulheres na água: um estudo sobre as relações de gênero na pesca*. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.
- CONCEIÇÃO, A.C.L. da. *Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero*. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - RBSE, v, 24, p. 738-757. 2009. Disponível em: http://paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf. Acesso em novembro de 2016.
- CRUZ, T. A. *Mulheres da floresta do Vale do Guapore e suas interações com o meio ambiente*. Revista Estudo Feministas, v.18(3), p. 913(13), 2010.
- DI CIOMMO, R.C. *Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma Reserva Extrativista Marinha*. Ambiente & Sociedade: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan.jun., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10.pdf>. Acessado em 10 outubro de 2016.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática, 1983.
- DIÓGENES, A. M. R. *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins – AM*. 2014. (DISSERTAÇÃO), Universidade Federal do Amazonas, 2014.
- FAÇANHA, C. L.; SILVA, C. J. *Caracterização da Colônia de Pescadores Z2 de Cáceres em Mato Grosso*. Interações, v. 18 (1), p. 129-137, 2017.
- FIGUEIREDO, M. M. *A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA*. Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero, v. 4 (2), p. 77-86, 2013.
- FONSECA, M.; ALVES, F.; MACEDO, M.C.; AZEITEIRO, U.M. *O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal Marinha: Estudo de uma Comunidade Pesqueira no Município de Rio das Ostras, RJ, Brasil*. Journal of Integrated Coastal Zone Management / Revista de Gestão Costeira Integrada, v. 16, n. 2, p. 231-241, 2016.
- FREITAS, S. T.; PAMPLIN, P. A. Z.; LEGAT, J.; FOGAÇA, F. H. S.; BARROS, R. F. M. *Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil*. São Paulo: Ambiente soc. v. 15, n. 2, May/Aug., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000200006. Acesso em junho de 2017.
- FURTADO, Lourdes G. *Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*. 1980. (dissertação de mestrado), São Paulo, USP, 1980.
- GALVÃO, M. C. *Diálogos entre gênero, gestão e educação ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal*. 2013. (Dissertação). Repositório da FURG. Rio Grande do Sul, 2013.
- GERBER, ROSE MARY. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina, Brasil*. 2013. 418 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL: UFSC, Florianópolis.
- HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. *Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.



- LAGO, Mara. *Memória de uma comunidade que se transforma: Canasvieiras*. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.
- LEITÃO, M. R. A. *Gênero, Pesca e Cidadania*. *Amazônica. Rev. Antropologia*. (Online) 5 (1): 98-115, 2013.
- MACHADO, D. *Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira*. *Revista Estudos Feministas*, v. 15(2), p. 485-490, 2007.
- MALDONADO, S. C. *O mito da terra liberta*. 1991. (Tese de Doutorado), Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 1991.
- MANESCHY, M.C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. Cap. 1, p. 41-64.
- MANESCHY, M.C. *Ajuruteua, uma Comunidade Ameaçada*, Belém, UFPa. 167 p., 1995.
- MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. *Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set.-dez., 2012, p713-737. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007>. Acesso em setembro de 2016.
- MARTINS, M. L. S.; ALVIM, R. G. *Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 11(2), p. 379-390.
- MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. *O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher"*. In: *Congresso Brasileiro de economia Doméstica*, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.
- MELLO, Carolina de Andrade. *Tipos de trabalho da mulher na pesca do Litoral do Paraná*. 2012. 194 f. (Dissertação de mestrado), Pontal do Paraná, 2012.
- MOTTA-MAUÉS, M.A. *Trabalhadeiras” & “Camarados”: Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa Comunidade Amazônica*. 1993. (dissertação de mestrado), Belém, UFPa. 1993.
- MOTTA-MAUÉS, M.A. *Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil*. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2016.
- MWEWA, M. C.; OLIVEIRA, P. C. *Desafios ao protagonismo feminino para a geração de renda em Laguna-SC: gênero, bolsa família e serviço social*. *Poiésis*, v. 7 (11), p. 168-182, 2013.
- NOBREGA, G. S.; CARDOSO, R. C. V.; FURTUNATO, D. M. N.; GOES, J. A. W.; FERREIRA, T. C. B.; SANTOS, M. D. F. *Formação para marisqueiras em segurança de alimentos e saúde do trabalhador: uma experiência na comunidade de Ilha do Paty, Bahia, Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19(5), p. 1561-1571, maio 2014.
- PAIVA, K. J. M. *As mulheres e a construção da Colônia de Pescadoras Z25 em Jaguarão/RS – 2005*. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 02, Ed. Especial, dezembro, 2016, p. 275-28.
- PEIRANO, Mariza G. *A Reima do Peixe: Proibições Alimentares numa Comunidade de Pescadores*. 1975. (dissertação de mestrado), Brasília, UnB. 1975.



- PETINELLI, V. *As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010)*. Opinião Pública, v. 17(1), p. 228-250, 2011.
- SANTOS, J. A. S. *Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA*. 2013. (Dissertação). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SANTOS, E. A.; ARAGÃO, M. C. O.; SOUZA, R. M. *Tecendo as redes entre natureza e sociedade: os desafios das mulheres pescadoras em Sergipe*. Fronteiras: Journal of Social, v.1, p. 05-25, 2013.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat, Gender and the politics of history, New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291769/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2016.
- SILVA, S. M. *Pesca artesanal: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB*. 2014. (DISSERTAÇÃO), Universidade Federal da Paraíba.
- SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A. R.; LIMA, L. C.; MALUSCHKE, J. B. *Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica*. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/04.pdf>. Acesso em junho de 2017.
- WOORTMANN, E.F. *Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.

Fishing women: an analysis of bibliographic productions about gender relations in the universe of craft fishing

Abstract: The labor universe of women in artisanal fishing is marked significantly by the gender inequalities that influence the maintenance and reproduction of other social inequalities, as well as of socio-environmental conflicts. In the universe of this social group, which are artisanal fishers, "social constructions of gender impact on the ways in which women and men participate in productive activities, experience the risks arising from historical and hegemonic patterns of development, as well as the repercussions of Confronting the risks" (MANESCHY; SIQUEIRA, ÁLVARES, 2012). It is perceived that "gender inequality structures the other social inequalities that affect those fields that seem to have no connection with gender" (CONCEIÇÃO, 2009). In the work environment of artisanal fishers the gender issue is one of the most striking factors of inequality, making their work devalued and unrecognized. The purpose of this article is to carry out a bibliographic review of women in the fishery, in order to identify the academic studies that problematize the inequalities caused by the gender bias in the work scope.

Keywords: Woman. Artisanal fishing. Genre. Job.

CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E PESCA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DA Z3

Luceni Hellebrandt¹

Resumo: Neste texto apresento contribuições ao campo de estudos sobre Gênero e Pesca a partir de experiências protagonizadas por mulheres da Colônia de Pescadores Z3 (Pelotas / RS). Suas atuações no cotidiano da comunidade promovem a identificação enquanto membros de uma comunidade pesqueira através das atividades que executam, tanto na cadeia produtiva da pesca, como no âmbito doméstico que ampara a pesca. Destas experiências, reflito sobre a atuação das mulheres na oferta de gastronomia na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que levou a um ressignificado desta festividade. Também reflito sobre a luta e resistência para estabelecer a Cooperativa Mulheres da Lagoa (2011 - 2015), formada somente por mulheres, para administrar uma fábrica de gelo na comunidade. Estas experiências, baseadas num aprendizado que se deu pela convivência, reafirmam nestas mulheres a pertença a uma comunidade de pesca, mas encontra barreiras no Estado que estabelece por direito quem pertence à pesca e que confere políticas públicas baseadas em um modelo de gestão antiquado e de visão unicamente produtivista em relação ao recurso pesqueiro.

Palavras-chave: Gênero e pesca. Mulheres na pesca. Políticas publicas para a pesca artesanal.

A proposta da discussão que apresento neste texto parte do questionamento que o Estado coloca ao classificar em categorias relativas à pesca artesanal quem pode ser beneficiário de políticas públicas previdenciárias, excluindo ao acesso quem não é reconhecido como tal nas formas da Lei. Para isto, me oriento no conceito de pertença, trabalhado por Koury (2001; 2010) e analiso o cotidiano de mulheres de uma comunidade pesqueira localizada em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Assim, na primeira parte do texto discuto as categorias “pescador profissional” e “atividade de apoio à pesca”, utilizadas no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e suas implicações para as mulheres na pesca. Na segunda parte do texto, contesto as categorias do RGP, tendo como base o conceito de pertença, ao oferecer elementos que demonstram que a atuação das mulheres nas comunidades pesqueiras é bem mais complexa que as categorias classificatórias do RGP. Categorias que definem - e, por consequência, excluem - acesso aos direitos.

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Brasil. Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea (Fapur/Funbio/Uenf).

Definições, limitações, exclusões

De acordo com a legislação vigente no Brasil, classifica-se como pescador profissional “a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.” Sendo pesca “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (Brasil, 2009, art. 2).

Acontece que parte das mulheres de comunidades pesqueiras exercem outras atividades ao longo da cadeia produtiva que não são especificamente a pesca conforme definida na Lei citada. Diversos estudos² já apontaram que existe uma predominância de mulheres nas atividades desenvolvidas em beira de praia ou terra, próximo ao ambiente doméstico, enquanto os homens - socialmente desobrigados dos cuidados atrelados ao lar - estão mais presentes nas atividades de captura, no mar. Na região de estudo que este texto aborda, Kalikoski; Vasconcellos (2012) identificaram que a maior participação de mulheres se dá nas etapas de pré e pós captura. Estas atividades são reconhecidas legalmente na definição de atividade pesqueira artesanal:

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. (BRASIL, 2009, art. 4)

Porém, quando se analisa a política de seguro desemprego ao pescador artesanal - o seguro defeso - há uma distinção que classifica como pessoa apta a receber o benefício somente quem está legalmente categorizado como pescador profissional. Ou seja, aquele que exerce a pesca. A política exclui as demais ocupações da atividade pesqueira, categorizadas como “atividades de apoio à pesca”, ao definir, no parágrafo 6º que “[a] concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei.” (Incluído dada pela Lei no 13.134, de 2015) (Brasil, 2003, art. 1).

O que esta classificação legal deixa passar é a co-dependência de todas as atividades da cadeia produtiva da pesca e a importância delas para a reprodução social e cultural da comunidade pesqueira. Tampouco tem uma visão ampla sobre a questão econômica para as pessoas dependentes do recurso pesqueiro pois, se quem pesca está em período de defeso, isso implica que tampouco há pescado para ser processado e comercializado, de forma que outras atividades econômicas - além da captura - ficam suspensas.

² Ver como exemplo Alencar, 1993; Maneschy; Siqueira; Alvarez, 2012; Leitão, 2013, entre outros.

Pensando de acordo com o antropólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury, o sentido de pertencer é “fazer parte do local onde se quer elaborar, construir, planejar, modificar ou gerir uma ação ou um produto cultural específico.” (Koury, 2001, p. 131). A partir deste entendimento apresento algumas experiências registradas junto às mulheres da Colônia Z3, comunidade pesqueira artesanal situada às margens da Lagoa dos Patos, no município de Pelotas, Rio Grande do Sul - extremo sul do Brasil (Figuras 1, 2 e 3).

Neste registro destaco que na Colônia Z3 a pertença se concretiza de diferentes formas. Descrevo dois exemplos: Inicialmente apresento a cultura em torno da pesca artesanal em processo de “ressignificação” de uma festividade religiosa por meio do atrativo gastronômico. No segundo exemplo destaco a “resistência” de um grupo de mulheres em torno de uma experiência cooperada para fazer funcionar uma fábrica de gelo com vistas a atender a demanda local e gerar renda às famílias destas mulheres.

Figura 1– Localização do Estuário da Lagoa dos Patos; Localização da Colônia Z3.



Fonte: Adaptado de Walter et al. (2014) e Google Maps (2014)

Figura 2 – Colônia Z3, às margens da Lagoa dos Patos.



Fonte: Ferreira (2010)

Figura 3 – Pórtico de entrada da Colônia Z3.



Fonte: Acervo pessoal (2011)

Ressignificando uma festa religiosa através da gastronomia

Como acontece em diversas cidades litorâneas do Brasil, no dia 2 de fevereiro é comemorado na Colônia Z3 a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. A festa acontece no município de Pelotas desde o ano de 1932, mas somente na 31ª edição, em 1963, que algumas atividades passaram a acontecer na Colônia Z3, migrando definitivamente para a comunidade pesqueira no ano de 1970 (Farinha, 2012). Além da devoção à entidade católica, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes marca a abertura da safra do camarão, espécie de maior valor econômico capturada por pescadores da região.

Desde que começou a ter atividades na Colônia Z3, um atrativo turístico da Festa esteve relacionado à gastronomia a base de pescados. Farinha (2012) destaca que a mídia local já enfatizava a oferta do “almoço beneficente”, cujo prato principal é a tainha assada. Aqui se estabelece uma relação de gênero instigante: as tainhas assadas do almoço beneficente servido na praça de alimentação do festival são preparadas em uma grande churrasqueira, sob o comando de homens da comunidade (Figura 4). Já todas as outras comidas da festa (acompanhamentos à tainha assada, como arroz e salada de batata com peixe e também pastéis, risoles e outros salgados de siri, camarão ou outros pescados) são preparados e comercializados por mulheres da comunidade, que comandam as barracas de alimentação montadas na praça ao lado da igreja Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes (Figura 5).

Figura 4 – Churrasqueira da Festa



Fonte: Acervo pessoal (2017)

Figura 5 – Banca na praça de alimentação



Fonte: Acervo pessoal (2014)

O atrativo gastronômico é responsável por tornar o festival de caráter religioso em algo que extrapola o turismo religioso. Segundo Figueira (2009) há uma interação e também uma distinção

nítidas entre dois grupos que participam da Festa - os moradores da comunidade e os turistas. Estes dois grupos se distinguem no tempo e no espaço, como destaca o autor:

[...] é importante citar que durante este evento o público se divide em duas etapas. No ambiente físico-estrutural do mesmo, pela manhã e tarde, circulam turistas, mas a partir do momento em que inicia, bem quando termina a procissão lacustre dos barcos, através da Lagoa dos Patos, o público predominante do evento é basicamente composto por moradores da Colônia de Pescadores Z3. (FIGUEIRA, 2009, p. 105)

Esta é uma interação que possibilita a convivência entre tradição cultural e ritualística da festividade, com os interesses de mercado e promoção turística da comunidade. Vale destacar que no ano de 2014, segundo os jornais locais noticiaram, pelo menos 6 mil pessoas participaram da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, número que dobra a quantidade de moradores da comunidade (Hellebrandt, 2017). De acordo com IBGE (2010) no último censo, a população da Colônia Z3 era de 3.166 moradores.

A forma como a gastronomia ressignifica a festividade religiosa foi analisada por Siri Gerrard em comunidades pesqueiras norueguesas e pode ser utilizada também para analisar o caso da Colônia Z3:

Os festivais [...] não são somente expressões da construção e reconstrução de gênero e relações de gênero, eles são também expressões da interação entre as identidades das pessoas locais em relação ao mundo de fora. Eles refletem o significado do peixe como uma base para a identidade, mas também como uma meta e um meio para uma vida boa. Desta forma, os festivais tem um aspecto político. [...] Pesca e atividade pesqueira continuam a colocar juntas novas e velhas atividades e mostram como o pertencimento local é criado e recriado quando velhos hábitos alimentares se tornam símbolos e conhecimento local e identidades locais. O fato da comida de todo dia como “mølje” e “boknafisk” ser transformada em comida de festa trauma mudança nos valores das habilidades de mulheres e homens. (GERRARD, 2000, p. 306 - tradução minha)

Assim, esta ressignificação da festa que aponta os valores da comunidade e os identifica ao mundo de fora - dos turistas - é feita através da gastronomia, desenvolvida quase que totalmente pelas mulheres da Z3.

Resistência cooperada

“Um dia a [nome suprimido] nos chamou e disse ‘gurias, quem sabe nós pegar a cooperativa de gelo?’ [N]o pátio o capim era bem alto e asurias disseram assim ‘vamo? Vamo!’ Viemos e limpemos tudo, fizemos a máquina funcionar”.

Este é um trecho do relato de uma das integrantes da Cooperativa Mulheres da Lagoa, durante entrevista que realizei em maio de 2014. Descreve a iniciativa de um grupo de aproximadamente 30 mulheres em utilizar um prédio desativado na Colônia Z3 (Figura 6).

Figura 6 – Prédio da fabrica de gelo



Fonte: Acervo pessoal (2011)

O prédio da fábrica de gelo havia sido inaugurado no ano de 2005 com a instalação da “Lagoa Viva”, um investimento de políticas públicas federais e estaduais que destinou à comunidade uma planta de processamento de pescados, uma fábrica de gelo e automóveis. Porém, em 2010 a Lagoa Viva encerrou suas atividades, algumas das razões citadas foram as divergências políticas e a pouca experiência burocrática de pessoas cujo modo de vida é baseado na atividade pesqueira, restando uma dívida em torno de 1 milhão de Reais (Hellebrandt, 2017, p. 104).

Foi neste contexto que no ano de 2011 um grupo de 30 mulheres se mobilizou para utilizar o prédio e reativar a fábrica de gelo, formando a Cooperativa Mulheres da Lagoa. Além da fabricação e comercialização de gelo, a cooperativa funcionou como espaço de trabalho para o beneficiamento de pescados, expressando nestas duas atividades a proposta econômica de beneficiar a comunidade como um todo.

Neste sentido apresentou duas contribuições: vender o gelo localmente e mais barato para o pescador e empregar mulheres da comunidade gerando renda para sustento familiar, como expresse nos trechos de relatos das entrevistadas:

“[N]ós assim ó, nós aqui nós trabalhamos é pro pescador, não para atravessador. Se o pescador chegar aqui e tiver 15 caixas de gelo e o atravessador quiser por 5 reais³, nós vamos vender é pro pescador, porque o atravessador ganha dinheiro é na conta do pescador.”

³ Na época desta entrevista, em 2014, as cooperadas informaram que vendiam a caixa com 20 kg de gelo a R\$ 2,50 para pescador e R\$ 3,00 para atravessador.

“[E]mprega 30 mulheres e não são 30 mulheres, são 30 famílias que cada mulher tem 4, 5 filhos e umas não tem nem marido e outras o marido pesca [...]. A gente tava fazendo uns 300, 400 reais por semana, todo sábado tu sabia que tinha aquele dinheiro lá.”

Além da importância econômica, no trecho abaixo a entrevistada destaca ainda outro importante efeito da cooperativa em sua vida:

“[P]ra te falar a verdade sempre trabalhei, sempre. Aí eu tinha dado uma parada [...] eu tava estacionada mesmo, só em casa e quando dava camarão eu limpava. Aí as gurias convidaram. Pra mim foi bom sabe, porque a gente assim, conversa todo o dia e é diferente. E nós sem assim, como eu tava conversando eu e as gurias, nós sem assim, como se nós fosse da família, entende? A gente se abre muito uma com as outras, confiando.”

Assim, a iniciativa de reativar a fábrica de gelo em 2011 passou a ser a Cooperativa Mulheres da Lagoa, regularizada e com CNPJ no ano de 2013. Porém, no ano de 2015 as atividades foram novamente interrompidas, por conta das dificuldades de manutenção do prédio e subsequentes safras frustradas de camarão, acarretando em dívidas crescentes (Hellebrandt; Walter; Anello, 2015).

No ano de 2016 voltei a contatar a presidente da cooperativa e esta informou que tinham algumas reuniões agendada com uma Universidade local. Tentariam buscar soluções para reativar a Cooperativa Mulheres da Lagoa, apesar de não expressar muita confiança no futuro da cooperativa.

Discussão

Estes exemplos sobre as mulheres da Z3 destacam como suas atividades são fundamentais ao cotidiano da comunidade pesqueira. São mulheres que, quando questionadas a respeito do envolvimento com a atividade pesqueira não respondem com uma data específica. Ao contrário, pois nasceram em meio ao universo pesqueiro. Aprenderam na “convivência” termo utilizado por uma das minhas interlocutoras.

Convivência reflete no seu âmago o sentimento de identificação e pertencimento à comunidade pesqueira. É a expressão da trajetória iniciada aos 6, 7 anos de idade da criança que “ajuda” na “função de pesca”, que “vive na praia” e também “limpando peixe em casa”, ou mais cedo ainda, quando são criadas no bote e viajam junto com as mães, até chegar na idade escolar. O aprendizado na convivência, pelo simples fato elucidado novamente pelas palavras da interlocutora: “aqui a gente só vive do peixe”.

Na convivência, o saber não sabido de Michel de Certeau (2004) se desenvolve. O corpo aprende através da experiência pessoal destas mulheres. A convivência inscreve aos corpos políticos das mulheres da Z3 uma noção de identidade atrelada ao modo de vida. Ela dialoga com a confiança, elemento que, segundo Koury (2010), é importante para a definição de pertença ao grupo:

Confiança, então, é uma atitude que permite àqueles que a possuem, ou põem em prática, uma espécie de segurança íntima de procedimento: o outro passa a ser visto como uma extensão ou prolongamento do eu. É um lugar de familiaridade, onde os laços afetivos são intensos, onde a crença no valor do grupo parece sobressair ou sobrepor-se aos diversos membros que dele fazem parte, ao mesmo tempo que assegura um espaço de diferenciação de cada membro em relação à sociedade em geral. no processo de integração no coletivo, o indivíduo que se sente pertencendo ao grupo sente-se, também, como que encontrando a sua face no social. Ele se torna membro de um grupo e, nessa transubstanciação, parece adquirir um sentido de individualidade pessoal, tornando-se sujeito de fala e de ação frente aos demais. (KOURY, 2010, p. 31 - 32)

Neste processo, há uma certeza indubitável e, portanto, nem questionada, por elas quanto ao seu envolvimento com a pesca e pertencimento à comunidade. O questionamento vem sempre pelo lado do Estado, que contesta esta certeza e perpetua uma perspectiva que contribui e corrobora com a “síndrome ‘mulheres não pescam’” (Williams, 2010, p. 73), na qual a gestão percebe apenas os homens como agentes produtivos..

Conclusão

O foco das políticas públicas previdenciárias direcionadas à pesca artesanal, quando utiliza o conceito de pescador profissional artesanal, implica em consequências de invisibilidade para as mulheres que participam de outras atividades na cadeia produtiva da pesca. Dentre essas consequências, destaco o alijamento de direitos, do reconhecimento de suas atividades produtivas e a negação de sua importância na manutenção de comunidades cujo modo de vida é a atividade pesqueira artesanal.

Ainda, o que este texto demonstra é a distância entre o Estado e a comunidade pesqueira. Distância explicitada pela dureza delimitadora das Leis que não conseguem englobar a complexidade cultural dada no cotidiano das pessoas cujo modo de vida é a atividade pesqueira artesanal.

Referências

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: Furtado, Lourdes Gonçalves; Leitão, Wilma; Fiuza de Melo, Alex (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81

BRASIL. *Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003*. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

_____. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 8.425, de 31 de Março de 2015*. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 351p.

FARINHA, Alessandra Buriol. *Senhora das águas: memórias da antiga Procissão de Navegantes do Porto de Pelotas – RS*. 2012. 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas. UFPEL, Pelotas.

FERREIRA, Solano. *A pesca da tainha da Lagoa dos Patos: um relato fotoetnográfico*. 2010. 101 f. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social) - Universidade Católica de Pelotas – UCPel, Pelotas.

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural*. 2009. 157 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas.

GERRARD, Siri. The Gender dimension of local festivals: the fishery crisis and women's and men's political action in North Norwegian communities. *Women's Studies International Forum*. Vol. 23, No. 3, pp. 299–309, 2000.

HELLEBRANDT, Luceni. *Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. 173 f. Tese (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.



HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia *As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos - RS*. Relatório de Pesquisa do projeto Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, 2015 (não publicado).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Populacional*. 2010.

KALIKOSKI, Daniela; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. *FAO Fisheries and Aquaculture Circular*. No. 1075. Rome, FAO, 2012.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. *Cronos*, Natal – RN, v. 2, n. 1, p. 131 – 137, jan./jun. 2001.

_____. Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens. *Etnográfica*. [Online], vol. 14 (1), 2010.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Gênero, Pesca e Cidadania. *Amazônica*. Rev. Antropologia. (Online) 5 (1): 98-115, 2013

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro, 2012.

WALTER, Tatiana, et al. Relatório Técnico. *Mecanismos de Proteção Social Frente as Mudanças Climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos/RS*. Rio Grande: FURG, 2014.

WILLIAMS, Meryl J.. Gender Dimensions in Fisheries Management. In: GRAFTON, Quentin et al. (Eds.) *Handbook of Marine Fisheries Conservation and Management*. Oxford, 2010. pp. 72 - 86.

Contributions from Women of Z3 experiences to the Gender and Fisheries field of study

Abstract: In this text I present contributions to the field of studies on Gender and Fisheries from experiences carried out by women from the Z3 Fisheries Colony (Pelotas / RS). Their activities in the daily life of the community promote identification as members of a fishing community through the activities they carry out, both in the fishing productive chain and in the domestic sphere that supports fishing. From these experiences, I reflect on the role of women in the gastronomy offer at the Feast of Nossa Senhora dos Navegantes (Our Lady of the Navigators), which led to a re-signification of this festivity. I also reflect on the struggle and resistance to establish the Cooperativa Mulheres da Lagoa (Women's Lagoon Cooperative) (2011-2015), which is carried out only by women, to run an ice factory in the community. These experiences, based on a lived-in learning, reaffirm in these women the belonging to a fishing community, but find barriers in the State that establishes by right who owns the fishery and that confers public policies based on an old-fashioned management model with a productivist view regarding the fishing resource.

Keywords: Gender and fisheries. Women in fishing. Public policies for artisanal fisheries.

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS
PESCADORAS/ES DE FAROL DE SÃO TOME, CAMPOS DOS GOYTACAZES
- RJ: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

SOUZA, Suelen Ribeiro de - UENF
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em **Políticas Sociais da Universidade Estadual
Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
Bolsista FAPERJ-UENF
E-mail: suelenrs_16@hotmail.com

HELLEBRANDT, Luceni
Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em **Políticas Sociais da Universidade
Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: luceni.hellebrandt@gmail.com

MARTÍNEZ, Silvia Alicia
Professora Associada do LEEL – Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro
de Ciências do Homem da **Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: silvia-martinez@hotmail.com

GANTOS, Marcelo Carlos
Professor associado do LEEA - Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de
Ciências do Homem da **Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**
E-mail: mcgantos@gmail.com

Resumo: A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos socioambientais reconhecidos por pescadoras/es de Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes, por meio do recenseamento do Projeto de Educação Ambiental – Pescarte. Ao longo do processo de recenseamento do PEA pode-se identificar alguns conflitos socioambientais vivenciados pelas(os) pescadoras(es) e seus familiares. Esses conflitos se agravaram na localidade em decorrência dos impactos da extração de petróleo e gás e da instalação e atividade do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA). Na visão de Acseirad (2004) os conflitos ambientais podem ser identificados como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos veem ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados. Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento, ou seja, “os rejeitos [são] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110), fazendo com que essas comunidades ainda sofram as “injustiças ambientais” (HERCULANO, 2002).

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Pesca artesanal. Pescarte. Farol de São Tomé.

Considerações Iniciais

O presente artigo apresenta-se como resultado inicial da pesquisa de doutorado, em Políticas Sociais, onde o universo feminino se caracteriza como unidade de análise, e do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea”¹.

Ao iniciar os estudos sobre o tema algumas pesquisas sobre a participação das mulheres na pesca foram realizadas - artigos, dissertações/teses e capítulos de livros, que são referenciados ao longo do texto - observou-se que os estudos sobre a pesca artesanal são importantes e necessários, visto que os atores sociais, envolvidos nesse processo, tem constantemente sua atividade laboral ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo (MANESCHY, 1997 apud MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Para além das desigualdades de gênero, tanto as pescadoras, quanto os pescadores das comunidades tradicionais, sofrem com as injustiças ambientais (HERCULANO, 2002) – referentes a má distribuição dos impactos e à falta de acesso às políticas públicas específicas - por falta de informação e/ou por não possuírem o registro de pescadoras/es artesanais. O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) deve ser solicitado junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que desde 2009 é responsável por operacionalizar a regularização das/os pescadoras/es para poderem exercer as atividades da pesca. No entanto, as mulheres dificilmente conseguem acessar o registro, e consequentemente as políticas públicas, que dele necessitam, pois não têm acesso direto ao órgão expedidor ou por dependerem da mediação da colônia, que não está muito engajada na defesa dos direitos das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Na visão de Motta-Maués (1999) as pesquisas, que reproduzem os discursos públicos das comunidades privilegiando os pontos de vista masculino, ignoram, também as diversas atividades realizadas pelas mulheres na pesca artesanal. Essas afirmações, na visão da autora, não exprimem a realidade das comunidades pesqueiras, pois numa definição mais “ampliada da pesca – tal como é construída hoje pelos que estudam o

¹ A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”. Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

problema -, [percebe-se] que também elas pescam e, desse modo, são pescadoras” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 395).

Nessa perspectiva o presente artigo tem por objetivo realizar uma análise dos conflitos socioambientais no Distrito de Farol de São Tomé, com base nos dados do recenseamento do Projeto de Educação Ambiental PEA-Pescarte², focando o bloco 6 – caracterização da atividade pesqueira, que aborda a questão dos conflitos socioambientais, especialmente os ligados a atuação da indústria do petróleo na região.

Conflitos Ambientais

A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos ambientais que envolvem o ambiente da pesca artesanal ou a pesca em pequena escala. No universo desse grupo social, que são as/os pescadoras/es artesanais, “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

No entanto a problemática ambiental vai além da desigualdade de gênero, pois as disputas pela apropriação e uso social dos recursos do ambiente, também, abrem espaço para os conflitos ambientais, que na visão de Acsegrad (2004) podem ser vistos como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos veem ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados.

Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento. Nesse caminho, Acsegrad (2010, p. 109), afirma que ao “evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas

² O Projeto Educação Ambiental (PEA) Pescarte, iniciou em junho de 2014, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), desenvolvido no âmbito do “licenciamento oriundo do TAC de Produção, que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de 14 campos petrolíferos da Bacia de Campos, com atuação de 29 plataformas” (TIMÓTEO, 2016, p. 8), sob supervisão e fiscalização do IBAMA. A área de abrangência do PEA Pescarte inclui sete (7) municípios do norte fluminense: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana.

bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros”. O autor, ainda, expõe que “os rejeitos [são] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110).

Segundo Acselrad (2004), a existência da sociedade é produzida com base nas relações sociais e nos modos de apropriação e uso dos recursos do meio ambiente, que geram disputas favorecendo, assim, o surgimento dos conflitos ambientais. Na visão de Quintas (2006) os conflitos ambientais são permeados por disputas de poder, pois no processo de apropriação e uso dos recursos do ambiente está em jogo o interesse da coletividade “e interesses específicos de atores sociais que, mesmo quando legítimos, nem sempre coincidem com os da coletividade” (QUINTAS, 2006, p. 63), sendo responsabilidade do Poder Público a defesa dos interesses coletivo. Percebe-se também que, nessa esfera, os que possuem maior conhecimento/poder sobre determinada ação influenciam na tomada de decisões dos órgãos ambientais, “seja pela via da pressão política direta, seja por meio de divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social do seu empreendimento (geração de empregos é um dos argumentos), ou pelas duas formas” (p. 63). Deste modo, nota-se que o domínio sobre os recursos do ambiente está inerentemente ligado às disputas de poder.

Além da desigualdade histórica de distribuição do poder sobre os recursos naturais, como nos aponta Acselrad (2004), as mulheres pescadoras lutam diariamente para se afirmarem como trabalhadoras da pesca e ter acesso aos direitos sociais. Cabe, ressaltar que as atividades das pescadoras se caracterizam pelo “trabalho produtivo e reprodutivo”, além da manutenção da casa. Nesse sentido, percebe-se que a “capacidade de resistência que essas comunidades [tradicionais] vem demonstrando é, em grande medida, consequência do papel [e] do suporte desempenhado pelas mulheres” (MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 2-3).

Nessa perspectiva percebe-se que as comunidades de pesca artesanal têm sua atividade de pesca constantemente ameaçada e não recebem as vezes o apoio e a proteção dos órgãos fiscalizadores, que hipoteticamente deveriam estabelecer as regras para a apropriação e uso dos recursos do ambiente, privilegiando os interesses da coletividade, no entanto como aponta Quintas (2006) isso nem sempre ocorre. Mesmo com esse cenário os dados do recenseamento PEA-Pescarte mostram que na comunidade pesqueira de farol

de São Tomé em Campos dos Goytacazes/RJ há unanimidade em identificar que não existem conflitos entre as/os pescadoras/es com os órgãos fiscalizadores ambientais, como veremos na próxima seção.

Metodologia

Metodologicamente estuda-se alguns dados do Censo do PEA-Pescarte, que se adequam aos interesses da temática aqui apresentada, a saber no bloco de Caracterização da Atividade Pesqueira – CAP -, especificamente àquelas que demonstram a percepção dos conflitos socioambientais, CAP.53 a CAP.60, pelas pescadoras/es³. As tabelas geradas no software SPSS serão analisadas e discutidas na próxima seção.

Ao longo do processo de recenseamento e da atuação da equipe técnica do PEA Pescarte pode-se identificar alguns conflitos socioambientais vivenciados pelas/os pescadoras/es e seus familiares. Esses conflitos se agravaram em decorrência da atividade turística na região, que é muito forte, e pelos impactos da extração de petróleo e gás na Bacia de Campos. Dentre as problemáticas encontradas a de “gênero” merece grande destaque nessa digressão, visto que as pescadoras, que realizam diversas atividades ligadas à pesca, são identificadas muitas vezes como ajudante de seus companheiros/familiares, bem como seu trabalho é visto de forma completar. No entanto sua atuação e inserção na cadeia produtiva da pesca é fundamental para a manutenção e reprodução do grupo social, conforme Woortmann, 1992.

Percepção dos conflitos ambientais pelas/as pescadoras/es de Farol de São Tomé em Campos dos Goytacazes (RJ)

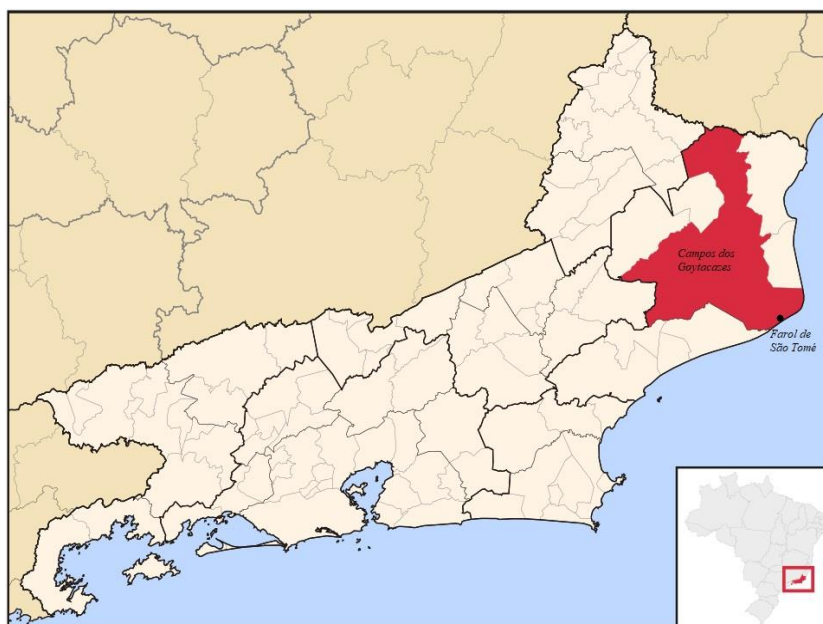
Nas comunidades tradicionais, especificamente aquelas constituídas por pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a

³ Censo PEA-Pescarte, levantamento de dados via survey, aplicado as famílias de pescadores/as artesanais residentes e domiciliados/as em localidades previamente definidas pelo Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos 2011-2012. Tal ação tinha como finalidade a obtenção de amplo conjunto de informações sobre a realidade de vida e trabalho dos/as pescadores/as, visando a constituição de um banco de dados, concluído no início de 2016, atualmente chamado de Censo Pescarte. Para aplicar o inquérito, composto por 748 questões com duração máxima de aplicação de aproximadamente 4 horas. Cumpre destacar que nem todos os dados abordados no inquérito serão apresentados neste trabalho, como explicitado acima.

marginalização da pesca, como: a “especulação imobiliária, a criação de complexos industriais portuários e pólos turísticos, a destruição de áreas de manguezais, a extração mineral do mar, a poluição industrial e doméstica, além dos projetos de aquicultura intensiva” (MANESCHY, 1997 apud MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 3). Constatase, ainda, que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados destas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as(os) pescadoras(es) artesanais, já que essas atividades interferem diretamente na entrada destes grupos ao mar, e ou alteram suas dinâmicas sociais .

Diante disso, nesse artigo vamos analisar as percepções das pescadoras/es sobre os conflitos ambientais vividos na Comunidade pesqueira de Farol de São Tomé no interior em Campos dos Goytacazes interior do Estado do Rio de Janeiro, como se observa na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do Município de Campos, destacando a comunidade pesqueira de Farol de São Tomé



Fonte: Adaptação do mapa do município de Campos dos Goytacazes, disponível na Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes.

Segundo o recenseamento do PEA-Pescarte (2016) foi possível identificar na comunidade pesqueira de Farol de São Tomé outras oito localidades, a saber Centro, Vila do Sol, Xexé, Vila dos Pescadores, Rádio Velho, Gaivotas, Boa Vista e Lagamar, em

termos populacionais é a maior, com um total de 735 habitantes (45,2% da população total das comunidades pesqueiras), como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - População residente nas comunidades pesqueiras de Farol de São Tomé, segundo o sexo⁴

Localidades de Farol de São Tomé	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Centro	81	61	142
Vila do Sol	43	30	73
Xexé	26	17	43
Vila dos Pescadores	162	182	344
Rádio Velho	17	18	35
Gaivotas (Farol de São tomé)	13	11	24
Boa Vista (Farol de São Tomé)	25	23	48
Lagamar (Farol de São Tomé)	15	11	26
Total	382	353	735

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – Censo Pescarte (2016).

Analisando os dados da Tabela 1 percebe-se que a Vila dos Pescadores é a localidade mais povoada e que concentra o maior número de mulheres. Na comunidade pesqueira de Farol de São Tomé o Censo PEA-Pescarte, foi aplicado a 271 pessoas, dentre os quais 151 homens e 120 mulheres. As questões referentes ao bloco CAP foram respondidas por 271 pessoas, que se configuram como respondentes principais. Segundo os dados do recenseamento foi possível identificar de maneira sucinta alguns conflitos entre a comunidade pesqueira e os órgãos fiscalizadores, que na visão de Quintas (2006) deveriam de zelar pelo interesse da coletividade, no entanto nem sempre acontece.

Na primeira questão analisada do bloco de caracterização da atividade pesqueira percebeu-se que muitas/os pescadoras/es não identificavam conflitos entre sua atividade de pesca e os órgãos fiscalizadores, cabendo a uma pequena parcela dos entrevistados a

⁴ Dados do Censo do PEA-Pescarte referente ao Bloco de Identificação Socioeconômica/Caraterísticas Demográficas – I.S. Análises realizadas por JOSEANE DE SOUZA; ROBERTO DUTRA TORRES JUNIOR; MARCO ANTONIO MARINHO; GILBERTO AZEREDO GOMES; membros do grupo de trabalho quantitativo do Projeto Mulheres na Pesca.

identificação dos conflitos, ou seja 35,80% das mulheres e 36,55% dos homens informaram que havia conflito. Na sequência ao serem questionados sobre quais são os motivos dos conflitos existentes entre pescadores e órgãos fiscalizadores as/os pescadoras/es indicaram 15 problemas, descritos na Tabela 2⁵.

Tabela 2 - Conflitos indicados pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

Conflito	Masculino (53)	Feminino (29)
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial	1	2
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial/ fiscalização excessiva no período do defeso		1
Fiscalização excessiva no período do defeso	19	11
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Abusos do poder	1	1
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Período do defeso errado	1	1
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Falta de fiscalização	1	
Abusos do poder	11	2
Abusos do poder/ período do defeso errado		2
Abusos de poder/ Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Abusos do poder/ Falta de Fiscalização	1	
Período de defeso errado	10	3
Período do defeso errado/ Legislação deficiente	1	
Legislação deficiente	2	2
Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Falta de fiscalização	1	1
Total	53	26

Fonte: elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.54 do Censo Pescarte (2016).

Observando a Tabela 2 pode-se identificar no geral que alguns problemas se repetem, como, abusos do poder (9), fiscalização excessiva no período do defeso (6), falta de fiscalização (6) e legislação deficiente (5). No entanto na percepção das mulheres a

⁵ É importante destacar que esses problemas só foram listados pelos que identificaram conflitos na questão anterior.

maior problemática é a fiscalização excessiva no período do defeso (14), que incide diretamente na questão do trabalho e consequentemente na renda familiar, visto que sua atividade laboral, muitas vezes ligada ao beneficiamento, depende da disponibilidade do pescado. Percebe-se também que ocorreram quatro abstenções, que podem ter sido causadas pela insegurança de responder ou outros motivos. Essas ausências foram identificadas, como pode-se identificar na Tabela 2, por parte do público feminino.

Na CAP.55 questionou-se se havia algum outro tipo de conflito na atividade que as/os pescadoras/es exercem na cadeia produtiva da pesca, sendo assim aproximadamente 89% dos homens/mulheres indicaram que não existe um outro tipo de conflito em sua atividade, e apenas 10,39% das mulheres e 10,07% dos homens identificaram que existia. Para os que identificaram haver outro conflito na atividade pesqueira, além dos indicados com os órgãos ambientais, era necessário explicitá-los. Sendo assim, (15 – 10,07%) homens e (8 – 10,39%) mulheres apresentaram os conflitos, que foram sintetizados na tabela 3.

Tabela 3 - Outros conflitos indicados pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

Conflito	Masculino (15)	Feminino (8)
Entre os próprios pescadores	5	3
Entre os pescadores/ Pesca industrial/ Colônia/ Exploração	1	
Entre os próprios pescadores e com a colônia	2	
Entre os próprios pescadores e exploração do petróleo	1	
Com a colônia	2	1
Exploração de petróleo	1	
Com instituições municipais (secretarias de pesca, assistência, obras, etc.)	2	2
Atravessadores/ Frigorífico	1	2
Total	15	8

Fonte: elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.56 do Censo Pescarte (2016).

Observando a Tabela 3 pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como na questão anterior, aqui pode-se identificar unanimemente entre os homens e as mulheres que o maior conflito está entre os pescadores (8), entre as/os pescadoras/es e as

instituições municipais (4) e entre as/os pescadoras/es e a colônia/atravessadores/frigoríficos (3). Um fator que nos chama a atenção é apenas um indivíduo sinalizar o conflito com a indústria do petróleo, haja vista que a região é muito impactada pelos empreendimentos petrolíferos e pela recente instalação e início das atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA).

No entanto, pode-se observar na sequência das questões que a maioria dos entrevistados ($\approx 69\%$), apesar de não ter identificado os conflitos com a indústria do petróleo anteriormente, reconhecem sua influência nas atividades pesqueiras. Na sequência as/os pescadoras/es de Farol de São Tomé, foram questionados a identificarem se havia mais prejuízos ou benefícios, pode-se observar que unanimemente eles reconhecem que ela trouxe mais prejuízos do que benefícios para a comunidade, como exposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Influências da indústria do petróleo na região indicadas pelas/os pescadoras/es de Farol de São Tomé

<i>Legenda</i>	<i>Influência</i>	<i>Masculino (105)</i>	<i>Feminino (49)</i>
A	Trouxe somente benefícios	5	
B	Trouxe mais benefícios que prejuízos	3	7
C	Nem prejuízo, nem benefício	8	7
D	Trouxe mais prejuízos que benefícios	42	15
E	Trouxe somente prejuízos	47	18
Total		105	47

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.58 do Censo Pescarte (2016).

Na questão 58 só participaram os 105 homens e 49 mulheres que indicaram existir alguma influência da indústria petróleo na atividade pesqueira. Ao observar a Tabela 4 percebe-se, como já informado, que aproximadamente 69% dos indivíduos indicaram a influência, mas ao mesmo tempo identifica-se do universo feminino duas entrevistadas, que apesar de reconhecer essa influência, não souberam ou preferiram não informar qual era.

Sendo assim, aos respondentes que identificaram, que a indústria do petróleo trouxe somente benefícios (A) um universo de cinco homens e trouxe mais benefícios

que prejuízos (B) num total de três homens e sete mulheres, era necessário elencar quais eram esses benefícios, sintetizados na Tabela 5.

Tabela 5 - Benefícios da indústria do petróleo na região indicadas pelas/os pescadoras/es

Benefícios	Masculino (8)	Feminino (7)
Programas de compensação	1	
Royalties para o município	2	
Projetos de rentabilidade social	1	
Mais empregos		1
Não souberam/não quiseram identificar	4	6
Total	8	7

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.59 do Censo Pescarte (2016).

Nota-se na Tabela 5 que a maioria dos que identificaram o benefício da indústria do petróleo na região não souberam ou não quiseram identificá-los. E, por fim tiveram os participantes ($\approx 69\%$) que identificaram que trouxe mais prejuízos que benefícios (D) e trouxe somente prejuízos (E), vide Tabela 4, na instalação da indústria petrolífera na região. A Tabela 6 apresenta os principais prejuízos por eles identificados.

Tabela 6 - Principais prejuízos da indústria do petróleo na região indicados pelas/os pescadoras/es⁶

<i>Prejuízos</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Exclusão da área de pesca	64	16
Aumento do tráfego de embarcações	22	5
Acidentes com petrecho de pesca	25	5
Aumento do custo de vida	35	14
Poluição das águas	17	7
Aumento da fiscalização	5	2
Outros prejuízos	5	5

⁶ Nessa questão, CAP.60, os entrevistados tinham a opção de escolher mais de uma alternativa, por isso os valores totais não batem com os 89 homens e 33 mulheres que indicaram que havia mais prejuízo que benefício.

Total	173	54
-------	-----	----

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.60 do Censo Pescarte (2016).

Nessa questão percebe-se que os dois maiores impactos da indústria do petróleo na região, segundo os recenseados, é a exclusão da área de pesca e o aumento do custo de vida, fatores que estão ligados diretamente a manutenção e reprodução do grupo. Essa preocupação também pode ser encontrada em pesquisa anterior realizada por **ZAPPES et al. (2016)** no norte fluminense, que destacou os impactos ambientais que a construção e as atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) trouxeram para as comunidades de pesca ao entorno, a saber Atafona, Barra do Açú e Farol de São Tomé. As informações obtidas por meio de entrevistas que relevam que os pescadores e seus familiares tiveram sua área de pesca delimitada pelas zonas de exclusão pesqueira, afetando assim seu modo de vida.

Os pescadores artesanais de Farol de São Tomé destacam que o CLIPA pode vir a ser o único responsável pela escassez de pescado na região. Ademais as/os pescadoras/es “mencionaram sua desconfiança sobre a qualidade do pescado, que seria afetada pelos poluentes lançados no ambiente costeiro a partir da construção e das atividades do CLIPA” (**ZAPPES et al, 2016, p. 80**). Outra questão destacada pelas mulheres é que “de que o tráfego de navios afugentará a fauna marinha costeira e interferirá na localização das áreas de pesca” (p. 80).

Considerações Finais

A análise dos dados apresentados anteriormente indicam, que apesar das/os pescadoras/es terem sua atividade constantemente ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo, poucos entrevistados reconhecem esse impacto. Destaca-se que esse não reconhecimento pode acontecer em decorrência das/os pescadoras/es não se sentirem seguros em expor suas ideias sobre esse tema ou até mesmo por receio de se comprometer, pois apesar dos impactos-conflitos vivenciados a relação entre as/os pescadoras/es e os órgãos ambientais é constante.

Outro ponto que merece destaque é a teoria de conflito ambiental do Acseirad (2004), que apesar de apontar os grupos que ficam a margem, como as comunidades de

pesca, sofrendo injustiças ambientais, não aponta especificamente a questão de gênero. Nesse sentido a pesquisa desenvolvida pelo “Projeto Mulheres na Pesca” busca suprir essa demanda ao identificar os conflitos ambientais que envolvem as relações de gênero na pesca artesanal.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2016.
- HERCULANO, Selene. Pesca e petróleo no litoral Fluminense. Revista Nordestina de Ecoturismo, n5 v. 1, p. 01-14, 2012. Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/PESCA_E_PETR%C3%93LEO_NO_LITORAL_FLUMINENSE.pdf.
- MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set.-dez., 2012, p713-737.
- MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.
- MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, 1999, pp. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2016.
- QUINTAS, J.S. Introdução a Gestão Ambiental Pública. 2.ed. MMA/IBAMA: Brasília, DF, 2006. 102 p.
- TIMÓTEO, G.M. Apresentação. In: TIMÓTEO, G.M (organizador). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016. Recurso online/ versão impressa (PDF). p. 814.

WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.

**RELAÇÕES DE GÊNERO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS
MULHERES EM COMUNIDADES PESQUEIRAS DOS MUNICÍPIOS DE
QUISSAMÃ E SÃO JOÃO DA BARRA, RJ.**

MORAES, Deisimara Barreto Peixoto Gomes – UENF

Bolsista CAPES

E-mail: deiseminha@yahoo.com.br

GANTOS, Marcelo Carlos-UENF

E-mail: mcgantos@gmail.com

MARTÍNEZ, Silvia Alicia- UENF

E-mail: silvia-martinez@hotmail.com

HELLEBRANDT, Luceni- UENF

E-mail: Luceni.hellebrandt@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a pesca artesanal enquanto atividade econômica produtiva e como se estabelecem as relações de gênero na categoria do trabalho. O objetivo consiste em identificar como as mulheres se apropriam do trabalho e que posição elas exercem nesse contexto. O recorte espacial foi delimitado a partir dos municípios de atuação do Projeto de Educação Ambiental Pescarte. Os dados qualitativos foram imprescindíveis para definição metodológica, a partir dos relatos colhidos através do Diagnóstico Participativo e Grupos Focais nos debruçamos sobre a realidade vivenciada pelas mulheres.

Palavras chave: Trabalho, Pesca, Relações de Gênero

Introdução

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto Presidencial 6.040 de 2007 considera a pesca artesanal como meio de subsistência em comunidades tradicionais que “possui formas próprias de reprodução cultural social, religiosa, ancestral, econômica utilizando conhecimentos e práticas transmitidos por tradição”, estando os pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhas, caiçaras, praiheiros entre os povos e comunidades tradicionais.(BRASIL , 2007).

Em seus estudos sobre Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Diegues (1983) define a pesca artesanal desenvolvida no Brasil como “complexa e com especificidades ligadas a fatores políticos, sociais, institucionais, econômicos e ambientais inerentes a cada local”, utilizando seus usuários diversos meios de produção tais como petrechos, embarcações, estratégias para captura de recursos muitas vezes escassos. (DIEGUES, 1983)

A Lei nº11.959 de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, regula a atividade pesqueira e revoga a Lei nº7.679 de 1998 e dispositivos do Decreto Lei 221 de 1967 e dá outras providências em seu artigo, segundo inciso terceiro a pesca como “toda operação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. O artigo oitavo classifica a pesca artesanal “quando praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar , com meios de produção próprios ou mediante parcerias podendo utilizar embarcações de pequeno porte.”(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm).

Nossa proposta é refletir sobre a temática das relações de gênero e as condições de trabalho das mulheres em comunidades pesqueiras, a partir de experiências de atuação de projetos de educação ambiental sem a pretensão de esgotar o tema em questão. Há estudos consolidados na temática, conforme Hellebrandt (2017) e Souza et al (2017) demonstram. Para tal precisamos identificar: quem são essas mulheres? De onde elas estão falando? Quais são as relações de trabalho estabelecidas a partir da perspectiva do gênero? Compreender essas questões, refletir sobre os mais variados papéis desempenhados pelas mulheres, sobre as correlações de forças estabelecidas na sociedade é revelar novos indicadores das mais diversas situações às quais as mulheres ligadas à pesca artesanal estão vinculadas.

O presente trabalho tem por objetivo identificar como as mulheres se apropriam do trabalho e que posições elas exercem nesse contexto. Os dados qualitativos foram imprescindíveis para definição metodológica, a partir dos relatos colhidos por meio do diagnóstico participativo e grupos focais, nos quais nos debruçamos buscando entender a realidade vivenciada pelas mulheres.

O texto está dividido em três partes. A primeira traz uma breve reflexão sobre a literatura relacionada as relações de gênero e trabalho na perspectiva da pesca artesanal, a segunda parte trata-se de uma compreensão das fontes de dados “Projeto Pescarte” e “Diagnóstico Participativo”. Na terceira e última parte trata-se de uma análise dos resultados produzidos pelos instrumentos do “Diagnóstico Participativo e Grupos Focais” realizados com mulheres no projeto Pescarte nos anos de 2014 a 2016 nos municípios circunscritos nas ações do projeto.

As relações de gênero e trabalho na perspectiva da pesca artesanal

Estudos e pesquisas têm mostrado uma crescente tentativa de visibilização dos trabalhos que as mulheres executam nas atividades da cadeia da pesca desempenhando os mais variados papéis. A luta das mulheres por transformações e melhorias em suas relações de trabalho já era evidenciada na década de 1970 por Motta-Maués (1977) em seus estudos sobre o status da mulher em uma comunidade pesqueira.

As construções sociais de gênero refletem nos modos pelos quais mulheres e homens participam das atividades produtivas, repercutindo de forma assimétrica em políticas de enfrentamento dos riscos. (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p.740)

Em seus estudos sobre a definição de trabalho a partir do conceito de Marx, Zarifian e Hirata (2009) consideram que noção moderna de trabalho foi formalizada pela economia política clássica com uma definição antropológica a qual “o trabalho se constitui como uma característica geral e genérica da ação humana, um ato onde homem transforma a natureza, a matéria dando-lhes formas útil a vida”. Nesse sentido, “as trocas entre homens e natureza reproduzem condições sociais de assalariado à medida que o assalariado trabalha sob controle do capitalista ao qual pertence o produto do seu trabalho”. (ZARIFIAN, HIRATA, 2009, p.252).

Scott (1996) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Nesse sentido, compreender a categoria trabalho nos estudos das relações de gênero é importante, para identificar como se estabelecem socialmente as relações entre homens e mulheres dentro da pesca artesanal.

Kergoat (2009) em seus estudos sobre a Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais de sexo considera “as condições em que vivem homens e mulheres não são determinados por fatores biológicos, mas sobretudo por construções sociais a medida que a divisão social do trabalho é determinada por dois princípios organizadores”. O princípio da separação que considera a existência de trabalhos específicos para homens e outros para mulheres e o princípio da hierarquização onde o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher. Essa escala de divisão prioriza o trabalho realizado pelo homem em detrimento do trabalho realizado pela mulher.

Alencar (1991) aponta a valorização da diferenciação do trabalho de acordo com gênero a partir da sociedade hegemônica onde “mulheres desempenham papéis socialmente entendidos como de coadjuvantes na tradição da pesca e reforçam a divisão socioespacial reproduzida pelo modelo dominante”.

Em suas análises sobre a temática Sorj (2010) considera que “as desigualdades e diferenças de gênero associam o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”. Esta invisibilidade da mulher no plano profissional legitima a presença masculina e contribui para não participação das mulheres em espaços de representatividade na pesca.

Conhecendo as fontes de dados: Diagnóstico Participativo e Projeto Pescarte

Nessa parte a proposta é identificar e caracterizar as fontes de dados para compreensão das análises finais propostas no trabalho.

O Diagnóstico Participativo, constitui-se um procedimento metodológico exigido pela Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010, como parâmetro para elaboração de Projetos de Educação Ambiental executados no âmbito do Licenciamento Ambiental. Nos anos de 2011 e 2012 foi realizado o Diagnóstico Participativo em 14 municípios da Bacia de Campos¹ realizado pela empresa de consultoria em Meio Ambiente Soma, que criou, planejou e realizou o trabalho com apoio dos agentes locais, poder público municipal e fiscalização do IBAMA.

O procedimento corresponde a um “conjunto de recursos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento”. O mesmo garante que os Projetos de Educação Ambiental a serem implementados tenham consonância com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais afetados pelas atividades que as indústrias do ramo petrolíferos realizam em alto-mar. (Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010.).

Os principais objetivos do diagnóstico foram: identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico; identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa .

As propostas apresentadas pelo diagnóstico foram estruturadas em cinco etapas que dialogam com as premissas da educação ambiental preconizada pelo IBAMA. A primeira proposta foi Análises dos Grupos Sociais através de dados secundários entre os meses de julho a agosto de 2011, a segunda proposta foram Oficinas Municipais ocorridas entre os meses de setembro a outubro de 2011, a terceira proposta foi Levantamento de Campo para o Diagnóstico entre os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, a quarta proposta foram as Devolutivas Municipais ocorridas entre os meses de março a abril de 2012 e a quinta etapa a proposta foi a Integração Regional que ocorreu em março de 2012. (Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010.).

No ano de 2013 a partir de discussões fomentadas pelos docentes do programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)², técnicos do IBAMA e Petrobras surge o Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, pautado na Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010 linha “A” do Diagnóstico participativo do PEA-BC.

O Projeto Pescarte, tem por objetivo “fortalecer a organização social dos pescadores, pescadoras e seus familiares para que os mesmos possam ser sujeitos participativos no processo da gestão ambiental pública por meio de ações relacionadas ao âmbito da educação ambiental. ” O Projeto Pescarte foi formado por uma equipe multidisciplinar para acompanhar o projeto de trabalho social, estudo socioeconômico censitário através de questionários semiestruturados e utilização de metodologias participativas tais como: mapas rápidos participativos, grupos focais, oficinas entre outros. (TIMÓTEO, 2016, p. 36).

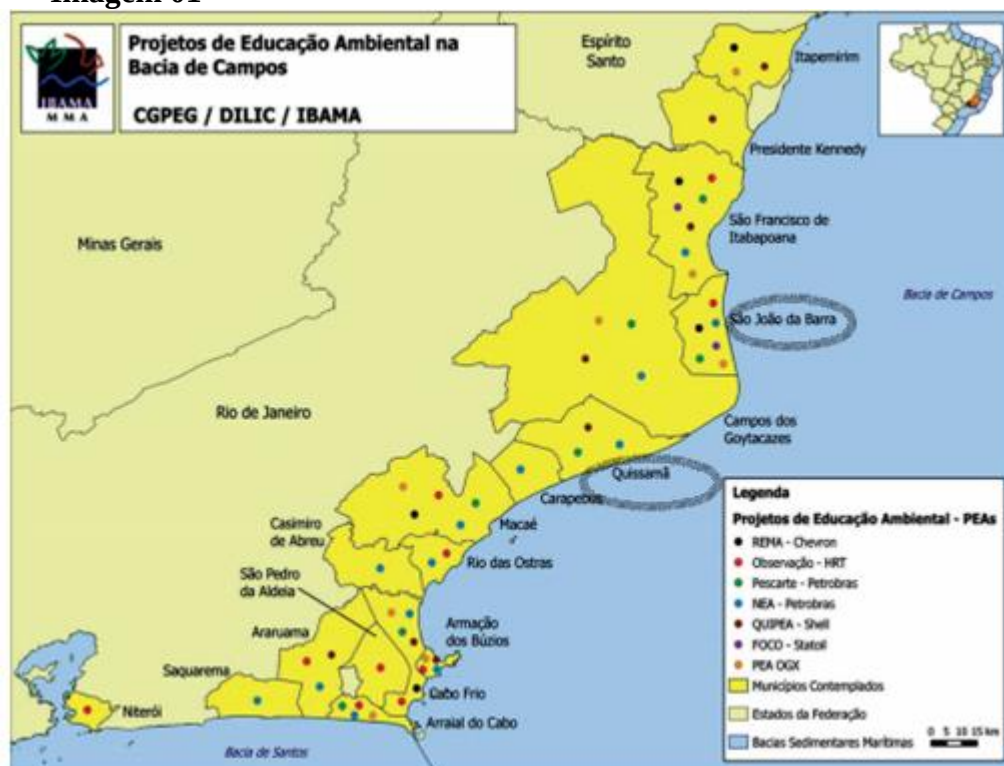
¹ A Bacia de Campos “é uma bacia sedimentar, uma formação natural com formato de bacia composta por substâncias químicas e restos de animais vegetais que acumulados centenas de anos deram origem a minerais como petróleo e gases naturais. ”. (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012. p.08).

² Este Programa “possui um caráter interdisciplinar e atua na produção e gestão do conhecimento social sobre os impactos e transformações em curso na região norte e noroeste fluminense” (MARTINS et al, 2016 p.15).

Os municípios inseridos no Projeto de Educação Ambiental Pescarte são as comunidades de pescadores artesanais circunscritas em sete municípios da bacia, no Estado do Rio de Janeiro: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Quissamã e fazem parte da região 5, assim definida pela Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA Nº01/2010. Essa região abrange os municípios litorâneos do Rio de Janeiro, indo de Saquarema a São Francisco de Itabapoana. Esses sete municípios acima supracitados estão inseridos em uma área que é considerada a maior reserva petrolífera do Brasil. (TIMÓTEO, 2016, p.08).

Mapa dos Projetos de Educação Ambiental realizados na Bacia de Campos

Imagem 01



Fonte: CEGPEG/Dilic/Ibama.

O presente trabalho se propõe analisar as devolutivas do Diagnóstico Participativo e grupos focais realizados nos municípios de Quissamã e São João da Barra - destacados na imagem. Com o objetivo de quantificar o universo das mulheres respondentes do censo Pescarte destacaremos alguns dados relacionados a população. Cabe ressaltar que os grupos focais realizados pelo Pescarte não contemplaram todo o universo de mulheres. De acordo com critérios estabelecidos na metodologia, os grupos foram realizados com grupos entre 5 a 14 pessoas.

Com o objetivo de mensurar a população alcançada pelo mapeamento do Projeto Pescarte apresentamos o resultado quantitativo do Censo realizado nos sete municípios. O censo, teve como objetivo buscar informações que descrevessem a realidade da pesca. No período de novembro de 2014 a janeiro de 2016 foram entrevistadas as famílias dos indivíduos envolvidos na pesca artesanal pela equipe responsável pela coleta de dados foi previamente treinada para mobilização e aplicação do instrumento.

Inicialmente a equipe de técnicos sociais do projeto mapeou as residências e realizou esclarecimentos sobre a pesquisa através de reuniões na comunidade e todo um trabalho de mobilização. Posteriormente, aplicou o questionário por meio de entrevista individuais em local e horário marcado pelos entrevistados. Ao final da pesquisa foram entrevistadas 3480 famílias envolvidas com a cadeia da pesca, sendo compostas por 10082 pessoas (Tabela 3). (MESQUITA, 2016, p.213).

Imagem 02

Tabela 3 - Total populacional

Município de Estudo	Nº de famílias	Nº de pessoas
Campos dos Goytacazes	586	1643
Macaé	303	841
São Francisco de Itabapoana	1020	3055
São Joao da Barra	481	1272
Arraial do Cabo	391	1096
Cabo Frio	548	1738
Quissamã	151	437
Total	3480	10082

Fonte: PEA Pescaste, 2016.

No Pescarte a coleta de dados secundários se concentrou na análise documental dos relatórios de atividades, reuniões com comunidades de pescadores e lideranças, análise dos relatórios e áudios dos grupos focais realizados com pescadores, mulheres pescadoras e jovens filhos de pescadores, nas sete cidades que compõe o projeto. “A análise documental é um instrumento que complementa dados obtidos por meio de outras fontes, revelando por vezes aspectos que não foram desvelados pelas técnicas aplicadas anteriormente.” A identificação e classificação dessas unidades permitem agrupar dados e variáveis por categoria, que abordam o mesmo tema. (PEIXOTO, CAVALHAR; NOGUEIRA, 2016, P.202).

Como estratégia para atualizar os resultados do Diagnóstico Participativo o Projeto Pescarte realizou Grupos Focais nos 7 municípios de abrangência das ações do Projeto. O objetivo primordial da técnica de grupo focal “é revelar as percepções dos participantes sobre os assuntos em discussão com objetivo de aprofundar opiniões, percepções comportamentos e sentimentos dos participantes”. (PEIXOTO, CAVALHAR; NOGUEIRA, 2016, P.202). O número de participantes e a seleção dos mesmos de acordo com suas características viabilizam na resposta das questões propostas.

Em seus estudos sobre o trabalho com a técnica dos grupos focais Kind (2004) aponta que “os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e insights que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo” Os dados obtidos, consideram o processo do grupo, mais que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo, adequado, a priori, para investigações qualitativas.

As questões foram conduzidas a partir de três eixos temáticos sendo esses divididos em: trabalho e renda, organização social e avaliação de projetos. Para elaboração desse trabalho consideramos as análises relacionadas aos eixos trabalho e renda que continha as seguintes perguntas geradoras: O pescador e sua família conseguem

viver somente da pesca? Quais atividades as senhoras exercem na pesca? Qual a rotina de trabalho das senhoras? Durante o ano as senhoras desenvolvem outras atividades fora da pesca (do trabalho do lar)? Quais? Como as senhoras administram o dinheiro/renda da família? No eixo temático sobre organização social continha as seguintes perguntas geradoras: As senhoras participam da Colônia ou de alguma associação ligada à pesca? Como e por que participam? E se não participam, por que não participam? As organizações que as senhoras pertencem incentivam ou pedem a sua participação? Como (passando informações, marcando reuniões de eventos etc.)? Existe algum grupo que as senhoras gostariam de participar e não participam? Por que? As senhoras acreditam que os pescadores/pescadoras se ajudam, que são solidários uns com ou outros? Existe ou já existiu alguma experiência de trabalho coletivo (cooperativa) que envolvesse os pescadores? Vocês acham que seria possível realizar hoje algum trabalho coletivo entre os pescadores da região? Quais são as dificuldades que impediram a concretização deste trabalho coletivo? (Roteiro de perguntas geradoras para os grupos focais com mulheres do Projeto Pescarte)

Os grupos foram subdivididos em subgrupos de Pescadores, Mulheres, Jovens e Misto. Desses grupos consideramos as análises apenas dos grupos focais realizados com mulheres cuja temática contemplam os objetivos do trabalho em questão. Ao iniciar as atividades os mediadores tiveram como procedimento: agradecer a presença dos participantes, informar os procedimentos de gravação da reunião, recolher termos de autorização de uso e imagem seguido do pedido para que todos se apresentassem e ao término realizaram novos agradecimentos e informaram sobre as ações do Projeto no município.

Resultados e Discussão

Os critérios de escolha para análises de Quissamã e São João da Barra foram aleatórios no universo dos sete municípios.

Quissamã - É um município jovem, pertencia a Macaé e emancipou-se em 1989. Segundo censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Quissamã contava com 20.242 habitantes. A população estimada em 2017 é de 23.535. O recebimento de royalties possibilitou que a prefeitura investisse em serviços, saúde e educação. Antes da exploração de petróleo na Bacia de Campos Quissamã se destacava por sua produção sucroalcooleira. Até o meado do século XX Quissamã teve um crescente desenvolvimento, mas a partir da crise de 1929 vários fazendeiros sofreram as consequências da crise. A estagnação durou até a década de 70, com a criação do programa Proálcool e com a descoberta de petróleo na bacia de campos. (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012, P. 22).

São João da Barra - Em 1995, foi desmembrado e três de seus distritos passaram a fazer parte de um novo município: São Francisco de Itabapoana. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a população em 2010 estava estimada em 32.747 habitantes. A estimativa de 2017 é de 35.174. Entre as principais atividades econômicas estão: turismo, agropecuária, olericultura e fruticultura nativa, pesca, indústria de bebidas e usina de açúcar. Mais da metade da arrecadação municipal vem dos royalties do petróleo. Desde 2007, estão sendo implementadas obras do Porto do Açúcar e do distrito industrial. (Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos- Versão Resumida - PEA-BC 2011-2012. p 24).

O Diagnóstico participativo sobre a realização da atividade pesqueira no município de Quissamã apontou: baixa organização social entre os pescadores derivada da desmotivação e irregularidade da renda pesqueira. O município de São João da Barra apontou a tradição e identidade produtiva dos pescadores, apesar das dificuldades enfrentadas pela modificação dos ambientes naturais, baixa organização social entre os pescadores derivadas da desmotivação e irregularidade da renda pesqueira. (Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC- Rev.01).

No Grupo Focal de mulheres realizado em Quissamã as mesmas apontaram as artes de pesca utilizadas, em destaque tarrafa e puçá. Apontaram a filetagem, limpeza de peixe, cata de marisco e venda como atividades exercidas. Também relataram a escassez do pescado, inadequação do período do defeso, a necessidade de realizar atividade extra para complementar a renda da pesca. Frisaram a falta de união entre os pescadores, baixa solidariedade e a descrença em cooperativas e empreendimentos coletivos devido a experiência negativa vivenciada no passado. (Relatórios da Atividade “Grupo Focal em Quissamã”. Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.)

No município de São João da Barra as mulheres apontaram a atividade da pesca como auxílio ao trabalho dos seus respectivos esposos, a impossibilidade de sobreviver da pesca devido à escassez do volume do pescado e baixo custo da mão de obra. As mesmas também destacaram a necessidade de realizar atividades extras para complementar a renda (Relatórios da Atividade “Grupo Focal em São João da Barra”. Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.).

Os resultados dos grupos focais realizados com as mulheres de Quissamã e São João da Barra revelam um quantitativo de mulheres que exercem a atividade da pesca com baixa remuneração em relação ao valor recebido pelos homens. Apontam o não reconhecimento enquanto classe trabalhadora, a reprodução do trabalho como complementação atividade exercida pelo marido, e a baixa participação nos espaços decisórios e representativos da classe tais como Associação de Pescadores (as), Colônia de Pesca entre outros. Essas evidências e análises construídas a partir desse trabalho podem compartilhar realidades latentes em outros municípios ainda não identificados.

Considerações finais

Este é um estudo preliminar, no qual os resultados indicam como prosseguir na investigação no trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Projeto Mulheres na Pesca.³, que tem como principal objetivo elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais presente em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do Norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado as mulheres pescadoras. Cabe ressaltar que as respostas das questões colocadas pelos Grupos Focais que não foram apresentadas nos relatórios serão investigadas na pesquisa em andamento.

Em seus estudos sobre Cadeia produtiva do pescado e a invisibilidade feminina Santos (2016) considera que a invisibilidade feminina na cadeia produtiva do pescado foi reconfirmada em duas frentes: uma externa e outra interna. A externa alinha-se aos elementos estruturais patriarcais da própria sociedade, que repercute nas ações dos órgãos públicos e até mesmo dos órgãos de representação de classe, outra interna, em que as

³ “A realização do Projeto Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo brasileiro de Biodiversidade – FUMBIO”.

famílias e as próprias mulheres, não se dão conta da importância do seu trabalho e de sua própria incorporação na cadeia produtiva como pescadoras. Os resultados do Diagnóstico Participativo e das relatorias dos Grupos Focais apontam similaridade de problemas enfrentados nos municípios em destaque: o pouco valor agregado a atividade laboral exercida pelas mulheres, a baixa organização social, escassez de matéria prima para realização do trabalho, baixa participação em instituições representativas entre outros, além de revelar o contexto de invisibilidade, a forma como as mesmas se apropriam do trabalho. Os seus relatos definem o lugar de onde elas falam e apontam informações pertinente para realização das mais variadas investigações relacionadas à temática, além de elaboração e reformulação de políticas públicas de inclusão dessas mulheres.

Referências

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

BRASIL. **Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/111959.htm (acesso em 29/09/2017).

_____. Nota Técnica CGPEG/ DILIC /IBAMA nº01/10. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

DIEGUES, A.C.S.1983. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo. Ed. Ática. 30.p.

HELLEBRANDT, Luceni: Mulheres da Z3- O camarão que “come”as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca, 2017. 173f. Tese (Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

HIRATA, Helena, e ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (Conceito de) in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata... {et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.252-257.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata...{et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. In **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. Pescadoras: **subordinação de gênero e empoderamento Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 pp713-737.

MARTINS, Paula Mousinho, MARTINEZ, Silvia Alicia, Azeredo, Luana dos S. A Educação Ambiental no Processo de Licenciamento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 15-34.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior, Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia de Campos – RJ: Confiabilidade da Pesquisa. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 207-222.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. **Trabalhadeiras e Camarados: um estudo sobre os status da mulher numa comunidade de pescadores**. Dissertação (Mestrado) - UnB, Departamento de Antropologia, Brasília, 1977.

PEIXOTO, Vitor, CAVALHAR, Diego, NOGUEIRA, Murilo. Análise Quali-Quantitativa e Produção de Indicadores do Projeto PEA-Pescarte. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 191-206.

RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS – Versão Resumida- PEA-BC- 2011-2012. p 08.

RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-BC- Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA –BC REV.01, Soma, 2012.

RELATÓRIOS DA ATIVIDADE “GRUPO FOCAL EM QUISSAMÃ”. Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.

RELATÓRIOS DA ATIVIDADE “GRUPO FOCAL EM SÃO JOÃO DA BARRA”. Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, 2015.

SANTOS, Valdir Junio dos. Cadeia Produtiva do pescado e a invisibilidade feminina: prática, representação e apropriação. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 139-154.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. 3. ed. Recife:Ed. SOS Corpo, 1996.

SORJ, Bila. 2010. **Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. Albertina Costa; Maria

Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, pp. 57 - 65.

SOUZA, Suelen Ribeiro; MARTINEZ, Silvia Alícia, GANTOS, Marcelo Carlos. Mulheres Pescadoras: uma análise das produções bibliográficas acerca das relações de gênero no universo da pesca artesanal. Comunicação Oral em 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11. Florianópolis SC, Brasil. 31 de julho – 04 de agosto de 2017.

TIMÓTEO, Geraldo. Metodologia de Intervenção Social Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 35-56.

Texto apresentado ao GT: 14. IGUALDADE/DESIGUALDADE, INCLUSÃO/EXCLUSÃO E AMÉRICA LATINA

As águas onde pescam as mulheres ¹

Joseane de Souza²
Marco Antônio Couto Marinho³:

Resumo

O presente trabalho propõe uma análise da desigualdade em um campo específico das relações sociais de trabalho, a atividade pesqueira realizada na Bacia de Campos dos Goytacazes/RJ. Não se trata de uma análise exclusiva focada em relações de gênero, embora conflua para tal debate pois busca situar a posição das mulheres no conjunto da atividade pesqueira, nosso objetivo é de atingir um espectro mais amplo dos estudos sociais a partir de diferentes características que configuram o exercício deste tipo de atividade econômica. O trabalho tem como fonte principal de dados o Censo Pescarte (2016), tendo como foco de discussão a invisibilidade feminina na pesca a partir das relações de trabalho que expressam as hierarquias sociais estruturantes de relações de inclusão/exclusão e igualdade/desigualdade

Palavras chave: Pesca artesanal; Mulheres pescadoras; Invisibilidade; Desigualdade.

Introdução

O presente trabalho propõe uma análise sobre a desigualdade e conflitos sociais por meio de dados que expressam condições e relações de trabalho de mulheres na atividade pesqueira classificada como *artesanal/não industrial* realizada atualmente na Bacia de Campos dos Goytacazes/RJ. Não se trata de uma análise exclusiva focada em

¹ O presente trabalho é um produto do Projeto *Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixadas litorâneas*, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense –Darcy Ribeiro – UENF, com amparo das seguintes agências e órgãos públicos FAPUR, MPF, IBAMA, ANP, FUNBIO. Sendo que: “A realização do Projeto Mulheres Pesca é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta e responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal-MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO”.

² Economista, Mestre e Doutora em Demografia pelo CEDEPLAR/FACE/UFMG. Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Docente nos cursos de Graduação em Administração Pública e Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e Políticas Sociais.

³ Geógrafo, Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela PUC Minas, possui experiência em realização e coordenação de pesquisas socioespaciais no ambiente urbano e metropolitano, atualmente faz Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- PPGPS/UENF.

relações de gênero, embora conflua para tal debate, pois, busca caracterizar e situar a posição de indivíduos que denominamos aqui por *mulheres pescadoras* no conjunto da atividade de pesca não-industrial na referida região.

A pesca artesanal e a pesca em geral é um tipo de trabalho que esteve e ainda está associado simbolicamente pela tradição de nossa cultura patriarcal como um tipo de ação *viril* e por isso, *masculina*. Estudos sociais recentes sobre a pesca no Brasil mostram que a visão masculinizante é sustentada também pelas representações culturais reducionistas que concebem/ confundem a pesca com o ato da captura/caça do peixe em si mesmo (WOORTMANN, 1992; GOES, 2008). A bibliografia indicou que a atividade pesqueira extrapola e muito o ato da captura do pescado, é muito mais complexa que isso, embora os discursos vigorantes no *senso comum* e na cultura insistam em afirmar o contrário ao considerarem como pescador (a) somente quem realiza a etapa de *captura do peixe*. Essa concepção equivocada rege também a atual legislação brasileira destinada a regular as relações políticas e de produção pesqueira no Brasil, (AZEVEDO, 2012). Nesse sentido, a legislação tende a assumir como natural os sentidos/significados masculinizantes culturalmente estabelecidos, ou seja, a produção de Leis criadas para regular tal atividade tendeu *implicitamente* a reconhecer a pesca como *coisa de homem*. Essa afirmação pode ser sustentada nas categorias ocupacionais relativas à pesca presentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO que utiliza uma categoria masculina na representação identitária para a ocupação, a de número 50. *Pescador Profissional*.

Quanto à legislação e classificação da CBO, notamos na literatura sobre o tema das mulheres na pesca uma defesa de forma explícita ou implícita da ideia de que a ausência da presença do artigo feminino “a” na construção das categorias profissionais da CBO traz prejuízos concretos e econômicos para as mulheres. Por outro lado, sabemos que tal situação é notada em geral noutras categorizações presentes na *Listagem das Profissões Regulamentadas*, ou seja, não é exclusiva da pesca, é estrutural na CBO. Por exemplo, há diversas ocupações onde as mulheres estão bem integradas profissionalmente e/ou culturalmente na sociedade, embora sejam nomenclaturas de gênero masculino tais como 9. Bibliotecário; 10. Biomédico; 11. Biólogo; 22. Empregado Doméstico; 23. Enfermagem; 2394-15 Pedagogo, entre muitas outras. Ao expormos isso, problematizamos um pouco a discussão: até que ponto é a presença do artigo “a” é em si um determinante da integração jurídica e do acesso a direitos das mulheres ocupadas na pesca? Sabemos que a pesca se trata de um campo específico das relações sociais e produtivas, e que tal colocação da literatura também possa ser compreendida como

militância, como bandeira de luta política. Não queremos aqui questionar a causa de luta, mas sim, problematizar a questão de gênero no campo jurídico que rege a pesca.

Ao mesmo tempo, a literatura indicou que a participação das mulheres é, e tem sido, de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade pesqueira não industrial no Brasil (DIEGUES, 1995; WOORTMANN, 1992; GOES, 2008). Desta maneira, por “mulheres na pesca” reconhecemos todos os tipos de participação feminina nas diversas etapas da produção pesqueira, envolvendo desde a captura do peixe propriamente dita até armazenamento, o beneficiamento, a comercialização e a distribuição do pescado. O conhecimento já produzido indicou que socialmente essa importância não é reconhecida e, por isso, as mulheres são tratadas como meras coadjuvantes/*ajudantes de pescador* e sua participação pesca configura-se como sendo de *invisibilidade social* (ZHAO, TYZACK, ANDERSON, 2012).

Reconhecendo que essa condição *paradoxal* experimentada pelas mulheres não pode ser concebida como algo natural e sim como resultante de relações de poder assimétricas e culturalmente sedimentadas apresentaremos aqui, ao longo deste trabalho, aspectos que expressam *assimetrias sociais* hierarquizantes dentro da estrutura sócio-ocupacional pesqueira tendo com foco de discussão a participação das mulheres. Sem com isso cair em determinismos, em pseudociência, a análise social sobre essas relações exige cautela, pois, tais assimetrias não podem ser correlacionadas mecanicamente como causa/efeito/resultantes de relações sociais conflitantes. Por outro lado, não se pode negar a possibilidade de conflitos iminentes nessas relações à medida que a presença das mulheres é marcante na pesca, tanto como produtoras como reprodutoras das circunstâncias e contextos sociais que dão concretude a essa atividade, ou seja, reconhecer que elas não são *passivas* e sim *agentes da ação social* (GIDDENS, 1989; 1991).

Tendo como objeto a condição feminina na pesca não industrial buscamos aqui compreender ou lançar luz sobre os processos sociais que sustentam esse *paradoxo* impresso nessa *condição de invisibilidade*: pois como podem ser invisíveis se exercem atividades fundamentais em todas as etapas da cadeia produtiva pesqueira? Como as *mulheres pescadoras* podem ser classificadas como *invisíveis* se atuam como *agentes*? Quais os *fatores* contribuem para produzir e para manter essa *invisibilidade*? Em parte, a resposta encontra-se relacionado ao fato de as mulheres assumirem simultaneamente o gerenciamento de *dois mundos*, pelo acúmulo e centralidade feminina no desempenho e gestão das atividades domésticas, elas conciliam de forma mais radical que os homens posições fundamentais nessas duas esferas: no lar e na atividade pesqueira em geral. A

partir dos argumentos expostos reitera-se que a busca por compreensão do paradoxo da *importância invisível* experimentada por mulheres na pesca tem como princípio epistemológico o reconhecimento delas enquanto *agentes da ação social* (Giddens, 1989; 1991) não representa a negação do efeito gerado pelas desigualdades sociais estruturais sobre as relações de gênero que Bourdieu (2002) classificou como *dominação masculina*, e sim, compreendê-las a partir do contexto pesqueiro.

Enfim, apresentaremos aqui uma discussão neste campo específico de atividades econômicas e culturais que é denominada na literatura por *pesca artesanal/não-industrial* com o intuito analítico de lançar luz sobre processos e conjunturas que produzem e reproduzem a *invisibilidade* da mulher neste campo. Para tanto, partimos do recorte sócio-geográfico regional, de uma análise em conjunto de sete municípios que compõem as mesorregiões das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. São analisados aqui os microdados do “Censo Pescarte”, *survey* fruto do mapeamento socioeconômico de indivíduos pertencentes à categoria de pescadores artesanais e seus familiares nos referidos municípios, realizado entre os anos de 2014 e 2016. Por meio desta Base de Dados, proporemos uma leitura socioeconômica e política da condição das mulheres que atuam na atividade pesqueira. Tendo como objetivo geral lançar luz sobre processos sociais que edificam na sociedade relações de desigualdade/exclusão social, em uma sociedade na qual a escravatura está entre suas raízes históricas.

A fonte de dados: o Censo Pescarte

O Censo Pescarte foi desenvolvido entre 2014 e 2016 no âmbito do Projeto de Educação Ambiental (PEA), um projeto de mitigação socioambiental desenvolvido por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do IBAMA, em cumprimento a uma exigência legal do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na Bacia de Campos dos Goytacazes. A primeira edição, e até agora única, do Censo Pescarte abrangeu um total de 10.082 pessoas cadastradas durante sua realização entre 2015 e 2016. Desta população produziu-se dados sobre idade, sexo, cor-raça. Já outras questões e as relativas a atividade de pesca foram respondidas por um número menor de pessoas, 3.478 pessoas - classificados na Base Pescarte como *respondentes principais* - residentes em localidades

e/ou comunidades pesqueiras situadas em algum dos sete municípios integrantes da Bacia de Campos: Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Macaé, Arraial do Cabo, Quissamã e Cabo Frio. Diferentemente do IBGE que utiliza dois tipos de questionário, básico e amostral, o Censo Pescarte estruturou-se em um único questionário contendo um bloco de caracterização familiar no qual abrangeu informações sobre os familiares dos *respondentes principais*.

O Censo Pescarte (2015-2016)⁴ trata-se de um trabalho pioneiro de levantamento demográfico realizado junto a uma população de indivíduos pescadores, ou seja, desenvolvido em um *campo social* específico e marcado por contextos de conflitos socioambientais complexos. A literatura e a nossa experiência de trabalho tem nos indicado que tais contextos de conflitos são propícios às desistências, às dificuldades de operacionalização da pesquisa, pela insegurança, e pela imprevisibilidade quanto ao preenchimento completo das questões dos questionários. Em função das limitações impostas pelo *campo*, de tratar-se de territórios de conflitos, o número de respostas válidas variou bastante entre as variáveis da Base Pescarte. Em outras palavras, em muitos casos o preenchimento completo de um único questionário demandou várias visitas por parte da equipe de recenseadores, pois, nem sempre os respondentes encontravam-se disponíveis e dispostos a responder. Tais dificuldades refletiram no preenchimento das questões, sem com isso, invalidar estatisticamente tal Censo. O levantamento das informações, o preenchimento dos questionários em campo foi realizado a partir de equipamentos eletrônicos, o Tablet, com transmissão direta de dados, on-line, durante a pesquisa.

Tendo os objetivos já descritos apresentamos em seguida os resultados alcançados com os microdados do Pescarte (2015-2016) tendo como foco lançar luz sobre a situação e condição de trabalho, social e política das mulheres respondentes.

Resultados e discussão

Uma das formas de diferenciação estrutural das relações de trabalho na pesca refere-se aos tipos de relação de trabalho frequentes nas embarcações utilizadas pelos

⁴ Maiores informações metodológicas sobre tal pesquisa da qual originou estes dados, o Censo Pescarte, Ver: TIMÓTEO, Geraldo M. *Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016. 1 recurso online (243 p.)*

pescadores(as). Considerando as diferenças entre homens e mulheres respondentes do Censo Pescarte(2015-2016) em termos das relações de trabalho praticadas na pesca embarcada: a relação definida pelas noções de “acordo, partilha e camaradagem (divisão em partes)” é a mais praticada, correspondente a 42,1% das mulheres respondentes e a 46,3% dos homens respondentes. A modalidade de “pesca sozinha” representou o segundo tipo de relação mais frequente para 36,8% das mulheres e 35,8% dos homens.

Considerando as diferenças observadas entre os municípios, destaca-se a “pesca por produção”, que em Quissamã é a terceira mais usada. Esta informação também sugere um quadro de relativa equidade entre homens e mulheres em Quissamã: a “pesca por produção” representa, respectivamente, 5,3% e 6,0% das relações mais praticadas, o que diverge claramente das observadas noutros municípios, nos quais se pode verificar uma predominância da relação laboral de “acordo, partilha e camaradagem (divisão em partes)” entre os homens e da “pesca por produção” entre as mulheres, sugerindo uma associação forte entre tipo de relação laboral e sexo, o que não se observa em Quissamã. Em São Francisco do Itabapoana, por exemplo, 67% dos homens e 25,4% das mulheres respondeu que a relação de “acordo, partilha e camaradagem” é a mais frequentemente praticada; quando olhamos a “pesca por produção” estes percentuais são de 17,2% e 60%, respectivamente.

Tabela 1: MUNICÍPIOS– Relações de Trabalho nas Embarcações da Pesca, por sexo (2015)

Município	Sexo	Outras relações	Acordo, partilha, camaradagem (Partes)	Sociedade	Salário com carteira assinada	Salário sem carteira assinada	Por produção	Pesca sozinho	Total (%)	Total Absoluto
Quissamã	F	5,3	42,1	5,3	5,3	-	5,3	36,8	100,0	19
	M	6,0	46,3	4,5	0,7	0,7	6,0	35,8	100,0	134
	T	5,9	45,8	4,6	1,3	0,7	5,9	35,9	100,0	153
Cabo Frio	F	-	26,2	13,1	-	-	57,4	3,3	100,0	61
	M	1,0	69,5	3,7	1,9	0,4	15,2	8,2	100,0	486
	T	0,9	64,7	4,8	1,6	0,4	19,9	7,7	100,0	547
Arraial do Cabo	F	16,3	48,8	9,3	2,3	2,3	14,0	7,0	100,0	43
	M	1,2	76,1	3,0	-	0,6	11,2	7,9	100,0	330
	T	2,9	72,9	3,8	0,3	0,8	11,5	7,8	100,0	373
São João da Barra	F	-	58,8	8,8	-	2,9	20,6	8,8	100,0	34
	M	1,0	75,8	0,8	-	0,3	4,5	17,7	100,0	396
	T	0,9	74,4	1,4	-	0,5	5,8	17,0	100,0	430
São Francisco do Itabapoana	F	3,6	25,4	4,6	-	0,4	60,0	6,1	100,0	280
	M	1,0	67,0	1,9	0,6	1,0	17,2	11,3	100,0	803
	T	1,7	56,2	2,6	0,5	0,8	28,3	10,0	100,0	1.083
Macaé	F	20,0	40,0	-	-	-	40,0	-	100,0	5
	M	0,7	71,2	3,1	-	0,7	21,5	2,8	100,0	288
	T	1,0	70,6	3,1	-	0,7	21,8	2,7	100,0	293
Campos dos Goytacazes	F	8,2	23,0	17,2	-	-	41,0	10,7	100,0	122
	M	5,3	41,7	9,9	-	0,3	17,9	24,9	100,0	374
	T	6,0	37,1	11,7	-	0,2	23,6	21,4	100,0	496
Total	F	5,1	29,4	8,9	0,4	0,5	47,7	8,0	100,0	564
	M	1,8	65,8	3,5	0,5	0,6	14,4	13,4	100,0	2.811
	T	2,4	59,7	4,4	0,5	0,6	19,9	12,5	100,0	3.375

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Outro aspecto que reflete a condição de *invisibilidade* das mulheres na atividade pesqueira refere-se à questão do acesso aos documentos relacionados fundamentais na regulação jurídica desta atividade, tais como: *Carteira de Pescador Profissional (CPP)*, *Registro Geral de Pesca (RGP)*, *Registro da Embarcação*⁵. Destaca-se que, além da dimensão prática - jurídica e profissional similar à carteira de trabalho que possibilita o acesso a alguns benefícios sociais como o Seguro Defeso – a posse dessas documentos acarreta também a *posse de capitais* no sentido bourdiano, pois, implica a consciência do indivíduo do porte de uma carga simbólica, de um *status*, de representação social da identidade de pescador, do reconhecimento subjetivo e comunitário desta identidade.

⁵ Esta questão só foi perguntada ao respondente principal. Aos demais indivíduos recenseados ‘não se aplica’. Para estimarmos o percentual de pescadores e pescadoras que dispõe de cada um dos documentos excluímos, do denominador, a população para a qual a questão ‘não se aplica’. Implicitamente estamos admitindo que aqueles que não responderam a questão – não marcaram esta opção de resposta – não possuem o referido documento. Estes últimos encontram-se incluídos no denominador, para a estimativa do indicador.

Como se pode notar na Tabela 2, apenas nas comunidades pesqueiras de Quissamã e de Campos dos Goytacazes observa-se diferenças substanciais em relação à posse deste documento entre homens e mulheres. Em Quissamã observa-se que 30% das mulheres declararam possuir a CPP, por outro lado, para os homens esse percentual foi relativamente maior, 78,2%; já para Campos dos Goytacazes os resultados para as populações feminina e masculina foram, respectivamente, 41,7% e 96,9%. Nos demais municípios, 100% de homens e mulheres declararam sua posse. Então surge as seguintes questões: por que em Quissamã e em Campos dos Goytacazes nem todos os pescadores – homens e mulheres – possuem a CPP? Por que entre as mulheres esse percentual é ainda mais baixo?

Tabela 2: MUNICÍPIOS– Disponibilidade de Carteira Profissional da Pesca, por sexo (2015)

Município Selecionado	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	9	30	30,0	113	126	89,7	122	156	78,2
Cabo Frio	3	3	100,0	243	243	100,0	246	246	100,0
Arraial do Cabo	19	19	100,0	190	190	100,0	209	209	100,0
São João da Barra	22	22	100,0	256	256	100,0	278	278	100,0
São Francisco do Itabapoana	66	66	100,0	469	469	100,0	535	535	100,0
Macaé	2	2	100,0	241	241	100,0	243	243	100,0
Campos dos Goytacazes	73	175	41,7	300	364	82,4	373	539	69,2
Total	194	317	61,2	1812	1889	95,9	2006	2206	90,9

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Quanto ao acesso ao Registro Geral da Pesca (RGP), documento de particular importância uma vez que é um dos documentos exigidos para a concessão do seguro defeso, benefício concedido aos pescadores artesanais profissionais como forma de garantir sua sobrevivência e de sua família ao longo do período de reprodução dos peixes em que os mesmos se encontram proibidos de pescar, observa-se o seguinte: apenas 47,2% declararam possuir o RGP, ressaltando-se que sua posse é relativamente mais alta entre a população masculina comparativamente à feminina (57,2% dos homens e 27,5% das mulheres declararam sua posse), com exceção dos municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Tabela 3: MUNICÍPIOS – Disponibilidade do Registro Geral da Pesca, por sexo (2015)

Município Selecionado	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	9	9	100,0	103	103	100,0	112	112	100,0
Cabo Frio	1	41	2,4	0	49	0,0	1	90	1,1
Arraial do Cabo	2	24	8,3	2	48	4,2	4	72	5,6
São João da Barra	1	27	3,7	6	54	11,1	7	81	8,6
São Francisco do Itabapoana	5	118	4,2	4	88	4,5	9	206	4,4
Macaé	0	17	0,0	2	31	6,5	2	48	4,2
Campos dos Goytacazes	75	102	73,5	259	283	91,5	334	385	86,8
Total	93	338	27,5	376	656	57,3	469	994	47,2

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Outra esfera possível das desigualdades e conflitos pode estar presente na relação com a pesca industrial. Entre homens e mulheres pescadores artesanais⁶, 8,9% deles declararam sim terem tido algum contato com a pesca industrial⁷. Neste íterim, percebemos que o número é relativamente baixo de pescadores artesanais com *experiência pesqueira industrial*. Na prática, trabalhar na indústria pesqueira representa tornar-se operária(o) industrial e deixar de ser pescadora(o). Entre os municípios da Bacia de Campos abrangidos pelo Pescarte esse tipo de experiência representou 21,0% para os respondentes de Cabo Frio, 14,7% em Arraial do Cabo (14,7%) e 10,3% em Macaé.

Tabela 4: MUNICÍPIOS – Experiência de trabalho com a Pesca Industrial, por sexo (2015)

Município	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Total	%	Sim	Total	%	Sim	Total	%
Quissamã	0	21	0,0	103	132	78	10	153	6,5
Cabo Frio	7	87	8,0	0	494	0	122	581	21,0
Arraial do Cabo	6	48	12,5	2	332	1	56	380	14,7
São João da Barra	1	51	2,0	6	415	1	38	466	8,2
São Francisco do Itabapoana	5	355	1,4	4	825	0	48	1180	4,1
Macaé	0	4	0,0	2	287	1	30	291	10,3
Campos dos Goytacazes	1	210	0,5	259	372	70	19	582	3,3
Total	20	776	2,6	376	2857	13	323	3633	8,9

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Em todos os municípios abrangidos o número de mulheres que declararam alguma experiência de trabalho com a pesca industrial é relativamente menor comparativamente aos homens. No entanto, como se trata de uma experiência de trabalho que parece não interessar aos pescadores e pescadoras artesanais, pressupomos que as

⁶Essa questão ‘não se aplicou’ para 5.596 incluindo crianças e pessoas que, embora exerçam alguma atividade na cadeia produtiva da pesca não se identificaram como pescadores.

⁷ Considerando no numerador todos os indivíduos que declararam ao recenseador possuírem experiência de trabalho com a pesca e, no denominador todos os entrevistados que responderam a questão.

diferenças detectadas refletem as diferenças estruturais notadas na desigualdade de participação na pesca segundo o gênero. A integração na pesca industrial pode representar, simbolicamente, a transformação do *pescador* em *operário*, o que explica o desinteresse e/ou distanciamento destas populações pesqueiras em relação ao trabalho industrializado.

O acesso ou não acesso a direitos sociais constitui uma das principais dimensões da igualdade/desigualdade social e da conflitualidade social em contextos marcados pela normatividade e pelas instituições da política social moderna. Historicamente, ao longo de boa parte do século XX, as mulheres estiveram excluídas de direitos sociais como seguro desemprego e previdência social (DIEGUES, 1995). A literatura também indicou que, mesmo em países desenvolvidos e com robustos sistemas de bem-estar social, o *status* da mulher enquanto detentora de direitos sociais foi, por muito tempo, tornado dependente do *status* de seu marido enquanto titular principal destes direitos. Nesse sentido, o critério ascriptivo de gênero nas relações sociais estabelecidas bloqueia o tratamento individual igualitário no tempo presente para as mulheres, vedando hoje seu acesso às políticas públicas neste ramo de atividade produtiva. Por outro lado, observa-se uma tendência política, no Brasil e noutros países, de superação de barreiras jurídico-formais que institucionalizam *critérios ascriptivos* nas relações de gênero.

Consideramos a correlação prática entre reconhecimento social a partir do acesso que os indivíduos têm às políticas públicas como, por exemplo, o seguro desemprego do pescador artesanal, o seguro defeso, como indicador relevante na discussão sobre a *invisibilidade*. Este seguro não é acessível a todas as pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca, é pago aos *pescadores profissionais* durante os meses nos quais a atividade é tornada *proibida* pelos órgãos governamentais tidos como responsáveis em exercer o controle do uso do espaço marinho e costeiro brasileiro. Sobre isso, a literatura indicou a existência de conflitos em torno da definição do período de tempo que será destinado à preservação da reprodução dos peixes, e pode ser considerado como o mais importante direito social no horizonte de mulheres e homens que exercem esta atividade (DIEGUES, 1995). Como podemos notar na

Tabela 5: MUNICÍPIOS – Acesso ao Seguro Defeso, por sexo (2015) não existem diferenças significativas entre homens e mulheres inseridos na atividade da pesca quanto ao acesso/não acesso ao seguro defeso: 53,8% do total das mulheres e 51,9% do total dos homens afirmam ter acesso ao seguro defeso, enquanto 46,2% e 48,1% afirmam, respectivamente, não acessar o benefício. Na verdade, a maior variação parece ocorrer

por município, e não por gênero: existem diferenças significativas entre os municípios quanto ao acesso direito social para ambos os sexos, mas não se identifica diferença de gênero dentro de nenhum município.

Tabela 5: MUNICÍPIOS – Acesso ao Seguro Defeso, por sexo (2015)

Município	N	Feminino			Masculino			Total		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Quissamã	Abs.	10	11	21	88	47	135	98	58	156
	%	47,6	52,4	100,0	65,2	34,8	100,0	62,8	37,2	100,0
Cabo Frio	Abs.	30	48	78	164	289	453	194	337	531
	%	38,5	61,5	100,0	36,2	63,8	100,0	36,5	63,5	100,0
Arraial do Cabo	Abs.	8	38	46	82	252	334	90	290	380
	%	17,4	82,6	100,0	24,6	75,4	100,0	23,7	76,3	100,0
São João da Barra	Abs.	23	38	61	191	229	420	214	267	481
	%	37,7	62,3	100,0	45,5	54,5	100,0	44,5	55,5	100,0
São Francisco do Itabapoana	Abs.	195	183	378	464	352	816	659	535	1194
	%	51,6	48,4	100,0	56,9	43,1	100,0	55,2	44,8	100,0
Macaé	Abs.	4	2	6	203	89	292	207	91	298
	%	66,7	33,3	100,0	69,5	30,5	100,0	69,5	30,5	100,0
Campos dos Goytacazes	Abs.	180	67	247	278	107	385	458	174	632
	%	72,9	27,1	100,0	72,2	27,8	100,0	72,5	27,5	100,0
Total	Abs.	450	387	837	1470	1365	2835	1920	1752	3672
	%	53,8	46,2	100,0	51,9	48,1	100,0	52,3	47,7	100,0

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Como solução alternativa ou complementar ao seguro defeso, sempre existe a possibilidade de exercer outra atividade laboral no período de proibição da pesca. Foi perguntado aos pescadores – homens e mulheres – se praticam alguma atividade no período do defeso. De um modo geral, pode-se dizer que é relativamente baixo o percentual de *mulheres pescadoras* que declararam realizar outra atividade profissional nesse período, ressaltando-se que em todos os municípios esse número é menor comparativamente aos percentuais masculinos. Essa diferença pode estar refletindo uma seletividade do mercado de trabalho destes municípios, em relação ao sexo, havendo uma tendência para maior absorção da mão de obra masculina, comparativamente à feminina. Ressalta-se que a seletividade por sexo é um dos problemas clássicos do mercado de trabalho brasileiro. Assim como o acesso seletivo e regulado a direitos sociais, esta seletividade no mercado de trabalho constitui uma importante dimensão da desigualdade de gênero, podendo se tornar, ou não, fonte de conflitos.

Tabela 6: MUNICÍPIOS –Outra Atividade durante o Período do Defeso, por sexo (2015)

Município	Feminino			Masculino			Total		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Quissamã	7	12	19	83	45	128	90	57	147
	36,8%	63,2%	100,0%	64,8%	35,2%	100,0%	61,2%	38,8%	100,0%
Cabo Frio	16	47	63	162	219	381	178	266	444
	25,4%	74,6%	100,0%	42,5%	57,5%	100,0%	40,1%	59,9%	100,0%
Arraial do Cabo	17	24	41	171	145	316	188	169	357
	41,5%	58,5%	100,0%	54,1%	45,9%	100,0%	52,7%	47,3%	100,0%
São João da Barra	21	33	54	154	234	388	175	267	442
	38,9%	61,1%	100,0%	39,7%	60,3%	100,0%	39,6%	60,4%	100,0%
São Francisco do Itabapoana	69	268	337	284	457	741	353	725	1078
	20,5%	79,5%	100,0%	38,3%	61,7%	100,0%	32,7%	67,3%	100,0%
Macaé	2	4	6	61	204	265	63	208	271
	33,3%	66,7%	100,0%	23,0%	77,0%	100,0%	23,2%	76,8%	100,0%
Campos dos Goytacazes	36	200	236	130	247	377	166	447	613
	15,3%	84,7%	100,0%	34,5%	65,5%	100,0%	27,1%	72,9%	100,0%
Total	168	588	756	1045	1551	2596	1213	2139	3352
	22,2%	77,8%	100,0%	40,3%	59,7%	100,0%	36,2%	63,8%	100,0%

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015-2016).

Considerações

Enfim, apresentamos aqui alguns aspectos das desigualdades estruturais neste campo específico de atividades econômicas e culturais denominado por *pesca artesanal/não-industrial*. Nosso objetivo não foi o de esgotar a discussão, mas sim de lançar luz sobre processos e conjunturas que produzem e reproduzem a *invisibilidade*, de alcançar aqui uma percepção mais ampla das questões que envolvem as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade a partir do contexto pesqueiro do norte fluminense representada pelo título de *águas nas quais pescam as mulheres* como um esforço teórico que objetivou a superação dessas representações simbólicas reducionistas que atualmente orientam a reprodução da cultura e a produção da política representada no trabalho das mulheres neste ramo da atividade pesqueira não-industrial.

Referências

- AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional Para o Setor Pesqueiro no Brasil** (2003-2011). 2012, 349f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática**: precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras, Celta Editora, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática**: precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras, Celta Editora, 2000.
- DIEGUES, A.C.S. 1995. Povos e Mares: Leitura em sócio-antropologia marítima. Ed. São Paulo: NUPAUB-USP. 269p.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOES, L.O. Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal. (Dissertação de Mestrado): Recife, 2008.
- HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- PLATTEAU, J.P. 1989. The dynamics of fisheries development in developing countries: a general overview. *Development and Change*, 20(4): 565-597.
- TIMÓTEO, Geraldo M. Educação ambiental com participação popular : avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ : FUNDENOR, 2016. 1 recurso online (243 p.).
- WOORTMANN, Ellen F. "Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-60, 1992.
- ZHAO, M.; TYZACK, M.; ANDERSON, R. Estera Onoakpovike. Women as visible and invisible workers in fisheries: A case study of Northern England. *Marine Policy*, Volume 37, January 2013, Pages 69–76. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2012.04.013>.



Mulheres Pescadoras: uma Análise Comparada das Relações de Gênero no Universo da Pesca Artesanal no Brasil (Campos dos Goytacazes e São Lourenço do Sul).

Suelen Ribeiro de Souza (UENF), Marcelo Carlos Gantos (UENF – orientador).

Introdução

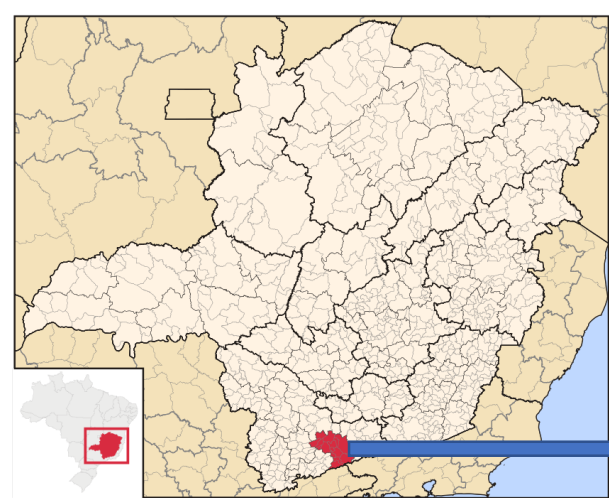
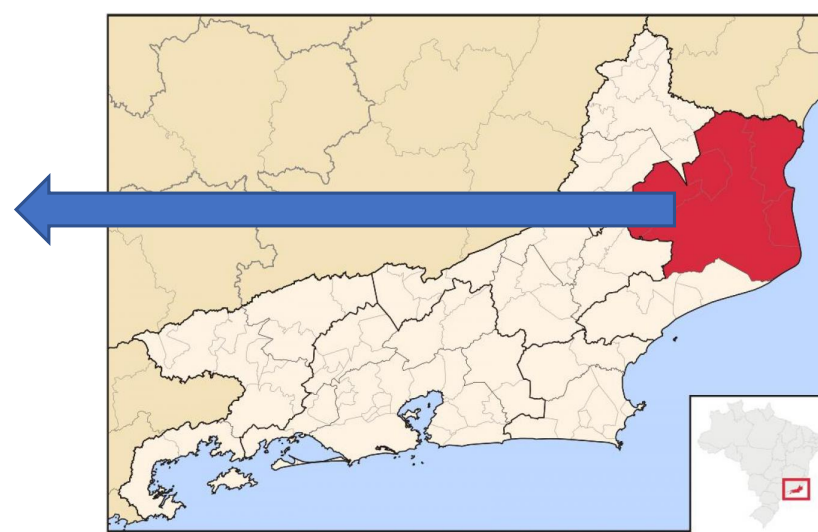


O presente estudo se insere no “Projeto de Pesquisa Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea”, desenvolvida por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Sendo assim, o objeto de análise é o universo laboral e o cotidiano das mulheres da pesca artesanal de duas regiões do Brasil. O cenário previsto é caracterizado por desigualdades de gênero, que influenciam na manutenção e reprodução de outras desigualdades sociais e por conflitos socioambientais.

Áreas de Pesquisa

Campos dos Goytacazes, RJ.

- Atuação das mulheres no beneficiamento do pescado;
- Atuação das “descascadeiras” de camarão;
- Problemas socioambientais causados pela indústria do petróleo.



São Lourenço do Sul, RG

- Atuação das mulheres no beneficiamento do pescado;
- Atuação das “descascadeiras” de camarão;

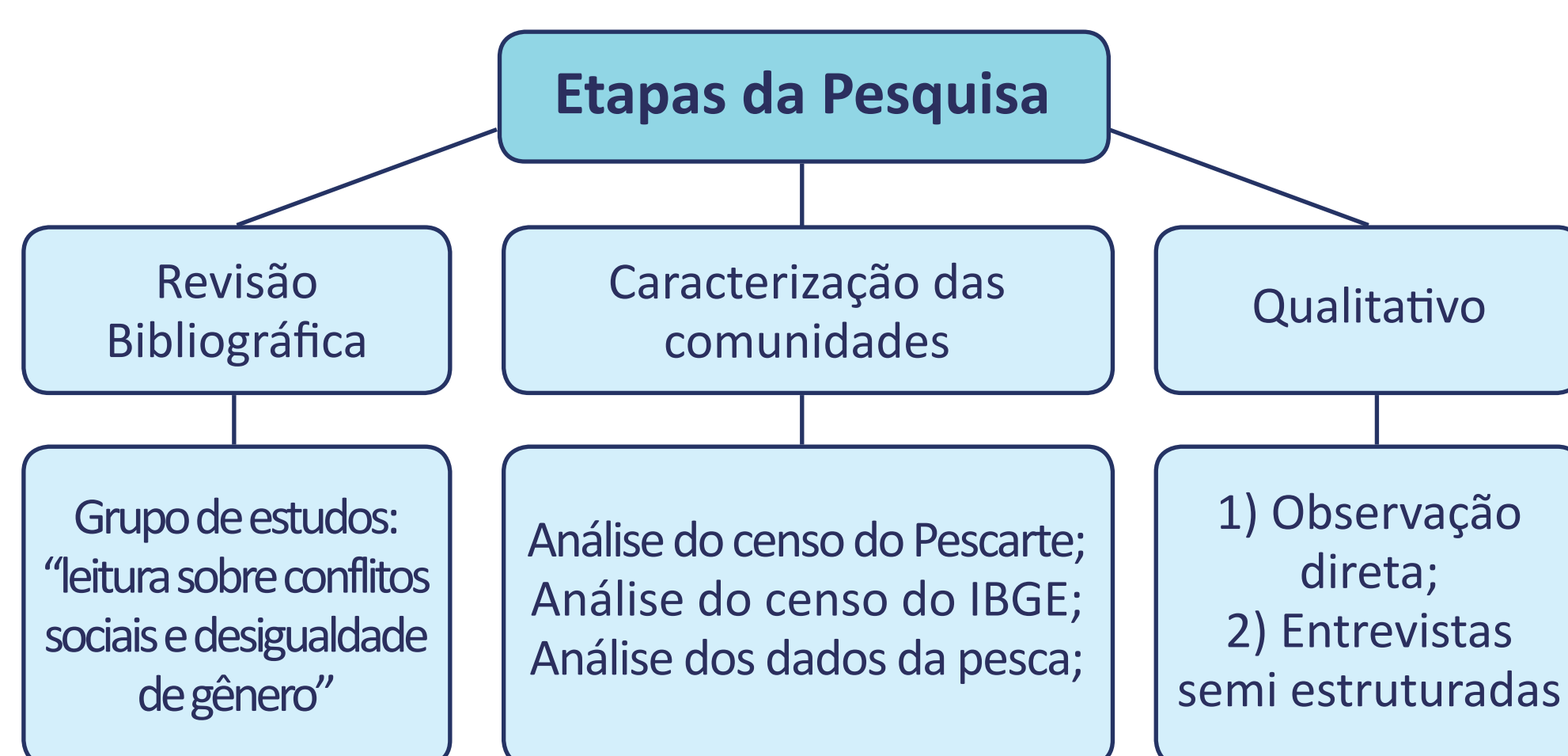
Objetivo

Analisar comparativamente a condição e o papel da mulher assim como as relações de poder reproduzidas no mundo do trabalho da pesca, entre mulheres pescadoras habitantes das comunidades de Farol de São Tomé - RJ e São Lourenço do Sul – RS.

Principais Conceitos

- Gênero como categoria de análise - Joan Scott (1989);
- Divisão Sexual do Trabalho - Hirata (2002, 2007);
- Conflitos Socioambientais/ Racismo ambiental - Acselrad (2004/2010);
- Condição feminina na pesca - Motta-Máues (1999); Woortmann (1992); Maneschy (2004, 2012); Andrade Leitão (2012; 2013).

Metodologia



Resultados Parciais

Da leitura comparativa previa da realidade dessas comunidades, nota-se que são parecidas – pois, ambas estão inseridas na cadeia produtiva da pesca – e distintas – pois, possuem características sociais, políticas e históricas próprias, bem como um “habitus” (BOURDIEU, 2003) do meio onde vivem. Assim, se pretende dilucidar as experiências descritas e analisar os pontos convergentes e divergentes da organização social pesqueira das comunidades problematizando as questões que concorreram para as semelhanças/ diferenças e verificar os níveis de cidadania atingidos.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu: São Paulo, (17/18) 2001/02: pp.139-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.
_____; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set.-dez., 2012, p713-737.
MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, 1999, pp. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2016.
SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Gender and the politics of history, New York, Columbia University Press, 1989.
WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.

Instituições de Fomento:



“A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”.



MULHERES PESCADORAS: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO UNIVERSO DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL

Suelen Ribeiro de Souza, Marcelo Carlos Gantos

Esta pesquisa de doutorado tem por objeto de análise o universo laboral e o cotidiano das mulheres da pesca artesanal de duas regiões do Brasil. O cenário previsto é caracterizado por fortes conflitos sócio-ambientais e desigualdades de gênero que influenciam na manutenção e reprodução de outras desigualdades sociais. Diante disso, se objetiva analisar, comparativamente a condição e o papel da mulher assim como as relações poder de reproduzidas no mundo do trabalho, em especial, focando a organização social e política das mulheres pescadoras habitantes das comunidades de Farol de São Tomé - RJ e São Lourenço do Sul - RS. Nesse contexto, a prerrogativa “gênero”, apresenta-se como categoria central de análise proposta. Entende-se por gênero “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [sendo, ainda,] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Para tal, busca-se identificar as práticas e as relações sociais do processo laboral das pescadoras, bem como identificar como elas são percebidas pelos pescadores e membros das colônias, pontuando as esferas, níveis e graus de participação política e organização social comunitária. O olhar meticuloso sobre a vida cotidiana, e as atividades laborais e as relações sociais busca ~~procura~~ identificar, reconhecer e valorizar a participação feminina na pesca, construindo, assim, uma contra-análise dos estudos ~~realizados~~ e interpretações consagradas na literatura do país sobre a condição feminina das pescadoras. Metodologicamente, pretende-se analisar o banco de dados do senso PEA – Pescarte e, após a construção do quadro teórico-conceitual e análise quantitativo destas informações, iniciar a pesquisa qualitativa de caráter etnográfica amparada na, “Sócio-Antropologia Marítima” (DIEGUES, 1999). Nesta fase serão privilegiadas as técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da investigação. Da leitura comparativa previa da realidade dessas comunidades, nota-se que são parecidas – pois, ambas estão inseridas na cadeia produtiva da pesca – e distintas – pois, possuem características sociais, políticas e históricas próprias, bem como um “*habitus*” (BOURDIEU, 2003) do meio onde vivem. Assim, se pretende dilucidar as experiências descritas e analisar os pontos convergentes e divergentes da organização social pesqueira das comunidades problematizando as questões que concorreram para as semelhanças/diferenças e verificar os níveis de cidadania atingidos.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Cidadania. Gênero. Desigualdades. Mulheres pescadoras. Feminismo.

Instituição de fomento: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF - FAPERJ



Relações de gênero e a condição feminina na pesca no Brasil no contexto socioambiental: um estudo de caso nos municípios de Quissamã e São João da Barra, RJ.

Deisimara Barreto Peixoto Gomes Moraes (UENF), Marcelo Carlos Gantos (UENF – orientador).

Introdução



As construções sociais de gênero refletem nos modos pelos quais mulheres e homens participam das atividades produtivas, repercutindo de forma assimétrica em políticas de enfrentamento dos riscos. Essas diferenças são perceptíveis no não reconhecimento da profissão, jornada laboral e remuneração diferenciadas, dentre as mais notáveis questões.

Objetivos



Investigar os papéis desempenhados pelas mulheres na atividade da pesca artesanal nos municípios de Quissamã e São João da Barra no interior do Estado do Rio de Janeiro e a partir dessas percepções indagarmos sobre:

- a)** os papéis que elas desempenham no seio de suas comunidades;
- b)** as percepções e representações elaboradas e veiculadas nas comunidades sobre elas.

Tendo em vista o conflito social e socioambiental decorrente do diagnóstico atual da atividade na região de estudo, busca-se estabelecer um diálogo com a literatura que aborda as questões inerentes a pescadores e pescadoras a partir da dinâmica de gênero e ponderar seus impactos na leitura dessa realidade.

Metodologia

A construção desse objeto de trabalho e sua metodologia integram o projeto de pesquisa “Mulheres da Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixada litorânea” que tem como principal objetivo elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado às mulheres pescadoras.

A pesquisa constituir-se-á como uma pesquisa qualitativa, para compreensão dos fenômenos, os dados serão produzidos e organizados de acordo com os seguintes passos e instrumentos: levantamento bibliográfico e análise de dados secundários do “Censo Pescarte”, survey fruto do mapeamento socioeconômico de indivíduos pertencentes à categoria de pescadores artesanais e familiares, realizado entre os anos de 2014 e 2016 nos municípios propostos na pesquisa, e outras fontes secundárias além de entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa.

Resultados Parciais

O Projeto mulheres da pesca esta em fase inicial, estruturando as atividades previstas no Plano de Trabalho, haja vista que as atividades propostas são sucessivas e constituem as etapas para realização dos objetivos.

Referências

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 6. ed. São Pauli: Cortez, 2003. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 16).
MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 pp713-737.

Instituições de Fomento:



“A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”.



Relações de gênero e condição feminina na pesca no Brasil no contexto socioambiental: um estudo de caso nos municípios de Quissamã e São João da Barra, RJ.

*Deisimara Barreto Peixoto Gomes Moraes
Marcelo Carlos Gantos*

A luta das mulheres por transformações e melhorias em suas relações de trabalho é antiga. As construções sociais de gênero refletem nos modos pelos quais mulheres e homens participam das atividades produtivas, repercutindo de forma assimétrica em políticas de enfrentamento dos riscos. Essas diferenças são perceptíveis no não reconhecimento da profissão, na jornada laboral e remuneração diferenciadas, dentre as mais notáveis questões. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é investigar os papéis desempenhados pelas mulheres na atividade da pesca artesanal nos municípios de Quissamã e São João da Barra no interior do Estado do Rio de Janeiro e a partir dessas percepções: indagarmos sobre a) os papéis que elas desempenham no seio de suas comunidades b) as percepções e representações elaboradas e veiculadas nas comunidades sobre elas. Tendo em vista o conflito social e socioambiental decorrente do diagnóstico atual da atividade na região de estudo, busca-se estabelecer um diálogo com a literatura que aborda as questões inerentes a pescadores e pescadoras a partir da dinâmica de gênero e ponderar seus impactos na leitura dessa realidade. A construção desse objeto de trabalho e sua metodologia integram o projeto de pesquisa intitulado “Mulheres da Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e baixada litorânea” que tem como principal objetivo elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o sujeito privilegiado às mulheres pescadoras. Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritiva, tipificação e publicização dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica. A pesquisa constituir-se-á como uma pesquisa qualitativa, para compreensão dos fenômenos e não a sua simples descrição, os dados serão produzidos e organizados de acordo com os seguintes passos e instrumentos: levantamento bibliográfico e análise de dados secundários do “Censo Pescarte”, survey fruto do mapeamento socioeconômico de indivíduos pertencentes à categoria de pescadores artesanais e seus familiares, realizado entre os anos de 2014 e 2016 nos municípios propostos na pesquisa, e outras fontes secundárias além de entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa. O Projeto mulheres da pesca esta em fase inicial, estruturando as atividades previstas no Plano de Trabalho, haja vista que as atividades propostas são sucessivas e constituem as etapas para realização dos objetivos.



Palavras Chave: Pesca Feminina, Relações de Gênero, conflito socioambiental

Instituição de fomento: FAPERJ.



Seminário Interdisciplinar

MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

MOSTRA FOTOGRÁFICA:

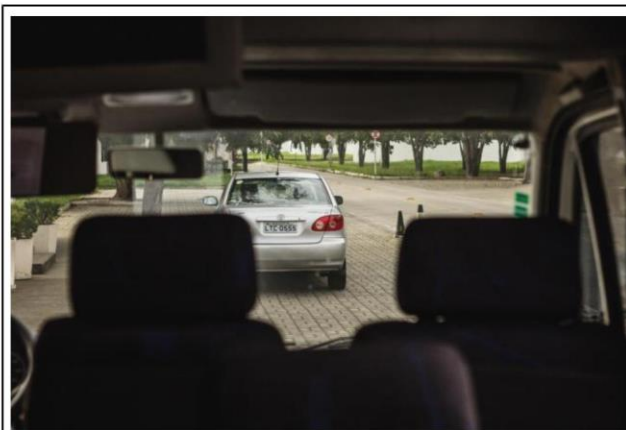
COTIDIANO DA PESCA NAS COMUNIDADES DE ATAFONA E GARGAÚ



"A realização do Projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio".



Prefeitura da UENF
Síntyque Servulo
Campos dos Goytacazes - UENF



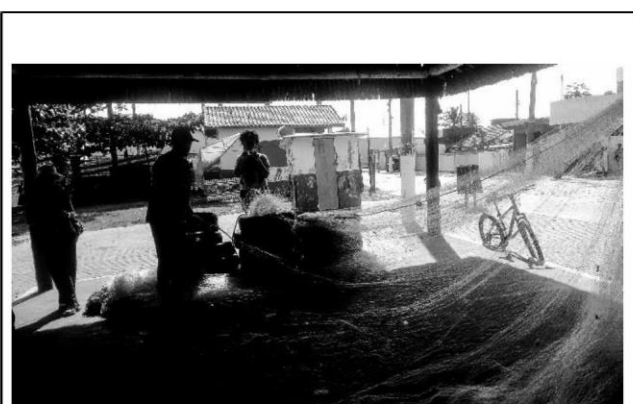
O transporte do grupo (van) no pátio da UENF
Síntyque Servulo
Campos dos Goytacazes - UENF



Barco Amistad II
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Detalhe do barco Amistad II
Síntyque Servulo
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Homem costurando rede de pesca
Suelen Souza
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Rede de pesca e pneus
Síntyque Servulo
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Homem entre barcos
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Grupo observando acessórios de pesca
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona, cais da CEHAB



Descascadora de camarão I
Deisemara Barreto
São João da Barra – Atafona



Descascadora de camarão II
Deisemara Barreto
São João da Barra – Atafona



Sede da Colônia de Pescadores Z2
Deisemara Barreto
São João da Barra – Atafona



Anúncio de passeio de barco
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona



Praça de Nossa Senhora da Penha
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona



Entrada do Mercado de Peixe de Atafona SJB I
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Atafona



Entrada do Mercado de Peixe de Atafona SJB II
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Atafona



Mulher descascando camarão
Deisemara Barreto
São João da Barra – Atafona



Descascadora de camarão
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona



Dona de banca no Mercado de Peixe de Atafona SJB
Sintyque Servulo
São João da Barra – Atafona



Homens em banca no Mercado de Peixe de Atafona SJB
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Atafona



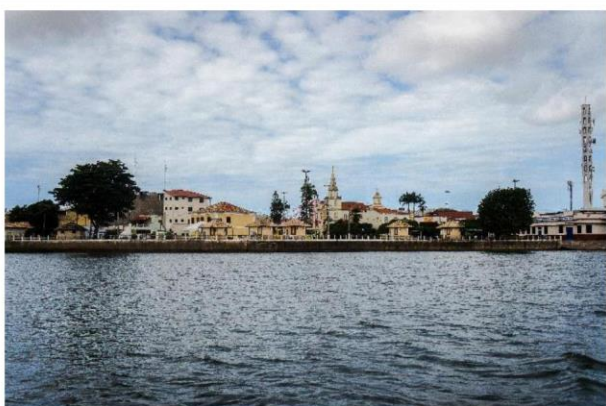
Homem guiando barco pelo rio
Sintyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Teto do barco de travessia
Sintyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Motorista do barco e alguns integrantes do grupo
Sintyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



São João da Barra vista de dentro do barco
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Crianças no barco de travessia
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Rio, banco de areia e céu
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Homem jogando rede de pesca
Luceni Hellebrandt
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Barco e canoas
Síntyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Ave no barco
Síntyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Detalhe de pintura de barco
Síntyque Servulo
São João da Barra – Rio Paraíba do Sul



Homens em barco em Gargaú
Síntyque Servulo
Gargaú – Rio Paraíba do Sul



Ponte
Luceni Hellebrandt
Gargaú – Rio Paraíba do Sul



Caixas e outros acessórios de pesca
Síntyque Lemos
Gargaú – Rio Paraíba do Sul



Torres de energia eólica
Síntyque Lemos
Gargaú – Rio Paraíba do Sul



Barco no Rio Paraíba do Sul
Síntyque Lemos
Gargaú – Rio Paraíba do Sul



Igreja Matriz São João Batista enfeitada para
festa do Divino Espírito Santo
Luceni Hellebrandt
São João da Barra



Grupo de alunos e pesquisadores
São João da Barra – Cais do imperador

SOBRE O PROJETO

O projeto “**Mulheres na Pesca: Mapa dos conflitos socioambientais em Municípios do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas**” visa elaborar e disponibilizar uma cartografia dos conflitos socioambientais presentes em sete municípios da mesorregião das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro (São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo), tendo como foco e sujeito privilegiado as mulheres pescadoras. Este mapa consiste no levantamento, caracterização descritiva, tipificação e publicização dos conflitos evidenciados na região, acompanhado de uma síntese analítica.

SOBRE O PASSEIO FOTOGRÁFICO

As fotografias da **Mostra Fotográfica – O cotidiano da pesca nas comunidades de Atafona e Gargaú**, foram feitas durante um passeio fotográfico que fez parte da disciplina ‘TEM: Métodos de Pesquisa e Imagem em Ciências Humanas’ do Centro de Ciências do Homem – UENF, ministrada pelo professor Marcelo Gantos. O passeio tinha como tema ‘A identificação do cotidiano da pesca nas comunidades de Atafona e Gargaú através da fotografia participativa’. O objetivo era observar, identificar e narrar fotograficamente a partir da perspectiva da subjetividade de cada participante, cenas do “mundo da pesca” e seu entorno. O grupo composto por alunos da disciplina e pesquisadores do projeto Mulheres na Pesca saiu da UENF na manhã do dia x de x deste ano em direção à São João da Barra, mais precisamente no distrito de Atafona, conhecendo um pouco daquela área e da colônia Z2, fizeram a travessia de barco, pelo Rio Paraíba do Sul, até Gargaú e depois mais um pouco pelo rio até visualizar as torres de energia eólica.

SOBRE O SUPORTE

O suporte desta mostra é uma rede de pesca Grilon® cedida pela Geralda Alves Rodrigues, de 49 anos (esta da foto ao lado), pescadora na comunidade Beira da Lagoa, no município de Quissamã.

Geralda pesca há 7 anos e utiliza esta rede à 4. Com essa rede, ela captura espécies como: tilápia, robalo, bagre, tainha, etc.

Ela participa do grupo gestor do projeto Pescarte.



FICHA TÉCNICA

Coordenação do projeto: Silvia Alicia Martinez.

Coordenação da mostra: Marcelo Gantos.

Consultoria de informação territorial: Mariana Sena.

Curadoria: Síntyque Servulo.

Diagramação: Luceni Hellebrandt, Síntyque Servulo.

Fotografias: Deisemara Barreto, Luceni Hellebrandt, Síntyque Servulo, Suelen Ribeiro.

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CABO FRIO E SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

PAULA, Jéssika Rodrigues de

Resumo: Esse resumo foi apresentado com foco na caracterização dos municípios de Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana. Como metodologia foram feitas leituras do Diagnóstico Participativo e Relatórios dos Grupos Focais realizados no 1º ciclo de atuação do PEA Pescarte; pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos CAPES e pesquisa de dados do IBGE, além da análise de dados do Censo do PEA Pescarte.

Palavras-chaves: Cabo Frio. São Francisco de Itabapoana. Pesca.

Na caracterização do município de Cabo Frio foi apresentado que de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 186.227 habitantes, ou seja, 23% do contingente da região das Baixadas Litorâneas, apresentando ainda uma proporção de 95,2 homens para cada 100 mulheres. Voltada a questão financeira, Cabo Frio tem uma forte dependência dos recursos provenientes dos royalties do petróleo, tendo recebido R\$ 96.432.526,48 destes recursos no período de janeiro a outubro de 2015. Seu Produto Interno Bruto é de R\$ 12.612,721 e o PIB per capita é de R\$ 66.108,91. Seu índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,735 no ano de 2010. O município encontra-se situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,836.

Em relação aos dados obtidos através do Censo do PEA Pescarte em Cabo Frio existem 5 comunidades pesqueiras, a saber: Paria do Siqueira, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1738 pessoas, ou seja, 0,83% da população total do município, naquele período. A população estimada pelo IBGE, para Cabo Frio, para ano de 2015, era de 208.451 habitantes. Em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Gamboa, com um total de 588 habitantes (33,8% da população total das comunidades pesqueiras).

Pode-se observar na tabela abaixo, referente a população residente nas comunidades pesqueiras segundo sexo, que o número de mulheres é

relativamente mais baixo que de homens, tendo uma diferença em Tamoios em que o número de mulheres é mais alto, porém com muito pouca diferença.

TABELA 1: CABO FRIO – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo.

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Praia do Siqueira	260	230	490
Gamboa	311	277	588
Tamoios	95	96	191
Ponta do Ambrósio	148	123	271
Passagem	121	77	198
Total	935	803	1738

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

Na tabela 2 é possível observar que as razões de sexo são relativamente baixas entre 0 e 44 anos, e apresentam-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 10-14, 20-24 e 40-44 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população que pode ser considerada jovem.

TABELA 2: CABO FRIO – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2016

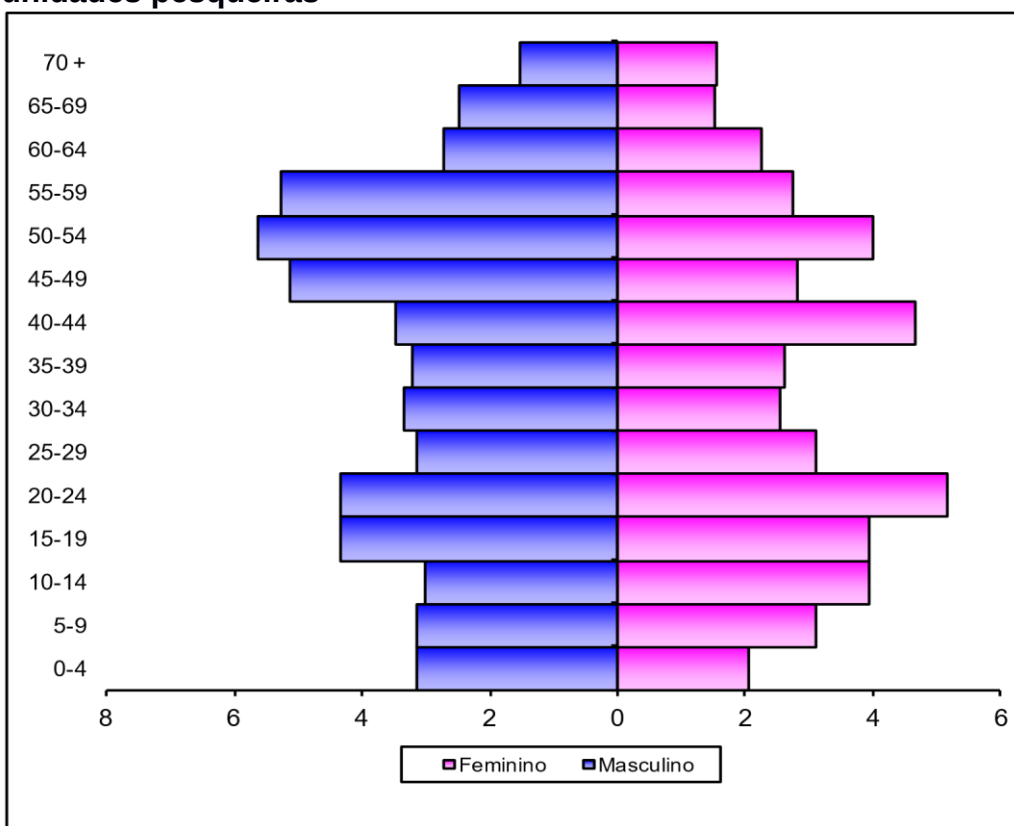
Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	51	33	84	1,55
05 a 09 anos	51	50	101	1,02
10 a 14 anos	49	63	112	0,78
15 a 19 anos	70	63	133	1,11
20 a 24 anos	70	83	153	0,84
25 a 29 anos	51	50	101	1,02
30 a 34 anos	54	41	95	1,32
35 a 39 anos	52	42	94	1,24

40 a 44 anos	56	75	131	0,75
45 a 49 anos	83	45	128	1,84
50 a 54 anos	91	64	155	1,42
55 a 59 anos	85	44	129	1,93
60 a 64 anos	44	36	80	1,22
65 a 69 anos	40	24	64	1,67
70 anos ou mais	25	25	50	1,00
Total	872	738	1610	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

A estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1: CABO FRIO – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

Segundo a análise feita sobre a base de dados do censo do PEA Pescarte, o questionário foi respondido por 548 pessoas (respondente principal), sendo 496 homens (90.5%) e 52 mulheres (9.4%); além ter levantado outros dados como estado civil, em que 64,2% são casados (casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual) e 35,7% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos); Católicos (37,2%) e evangélicos (33,5%); naturais do estado do Rio de Janeiro (92,5%), sendo a grande maioria (52%) natural do próprio município.

Ainda de acordo com os dados levantados pelo Censo Pescarte as principais razões levantadas que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Cabo Frio é de 45,5% em estar com a família; 23,3% oportunidades de trabalho; 22,2% gostar do local onde vive e 5,9% por falta de opções.

Com relação aos grupos focais realizados no primeiro ciclo do PEA Pescarte tiveram por objetivo atualizar os resultados do diagnóstico participativo. Os temas abordados investigaram questões ambientais, econômicas, organização social e gênero na pesca. Segundo a análise feita a partir dos relatórios do grupo focal, as questões apontadas pelas mulheres foram: divisão do trabalho; necessidade de realizar atividades extras para complementar a renda; alta participação em instituições representativas da classe pesqueira.

Na coleta de textos no Portal de Periódicos da CAPES, realizada no mês de julho, foram utilizados para a busca a associação dos termos *pesca* AND *“cabo frio”* no qual retornaram 142 resultados. Optando-se por utilizar, neste primeiro momento, somente textos em Português e que atendessem à categoria “Texto completo disponível”, constituiu um corpus de análise de 1 texto (*A festa dos royalties: um estudo exclusivo mostra como prefeituras mal preparadas ou corruptas desperdiçam a riqueza do petróleo e comprometem o futuro das cidades*), texto esse que não trouxe informações relevantes para a caracterização do município de Cabo Frio. O texto aborda no geral, cidades as quais recebem os royalties provenientes da retirada de petróleo, sendo essa verba repassada de forma a beneficiar a cidade de acordo com sua demanda; porém nem sempre esse dinheiro é repassado e investido de forma devida, fazendo com que haja uma certa instabilidade nas áreas mais necessitadas.

Na caracterização do município de São Francisco de Itabapoana foi apresentado de acordo com censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 41.354 habitantes, com um percentual de 49.68% de mulheres e 50.32% de homens - proporção de 101,3 homens para cada 100 mulheres. Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se forte dependência da cidade de São Francisco de Itabapoana dos recursos provenientes das transferências do Estado e da União, além dos royalties do petróleo; em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 24.044,67. Em 2015, tinha 91.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,639 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano médio; entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,238), seguida por longevidade e por renda.

Em relação aos dados analisados através do PEA Pescarte existe em São Francisco de Itabapoana quatro comunidades pesqueiras, a saber: Gargaú, Guaxindiba, Barra do Itabapoana e Lagoa Feia. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 3.055 pessoas, o que correspondia a 7,39% da população total do município, naquele período. Em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Gargaú, com um total de 613 habitantes, ou seja, 20,1% da população total das comunidades pesqueiras. A população estimada pelo IBGE, para São Francisco de Itabapoana, para ano de 2015, era de 41.291 habitantes.

TABELA 1: SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Gargaú	613	583	1196
Guaxindiba	349	279	628
Barra de Itabapoana	485	406	891
Lagoa Feia	177	163	340
Total	1624	1431	3055

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

Razões de sexo relativamente baixas entre 5 e 34 anos, apresentam-se, inclusive, menor do que 1 nos grupos etários 10-14 e 25-29 anos. Esses resultados podem estar refletindo além da maior mortalidade masculina, uma maior emigração desta população.

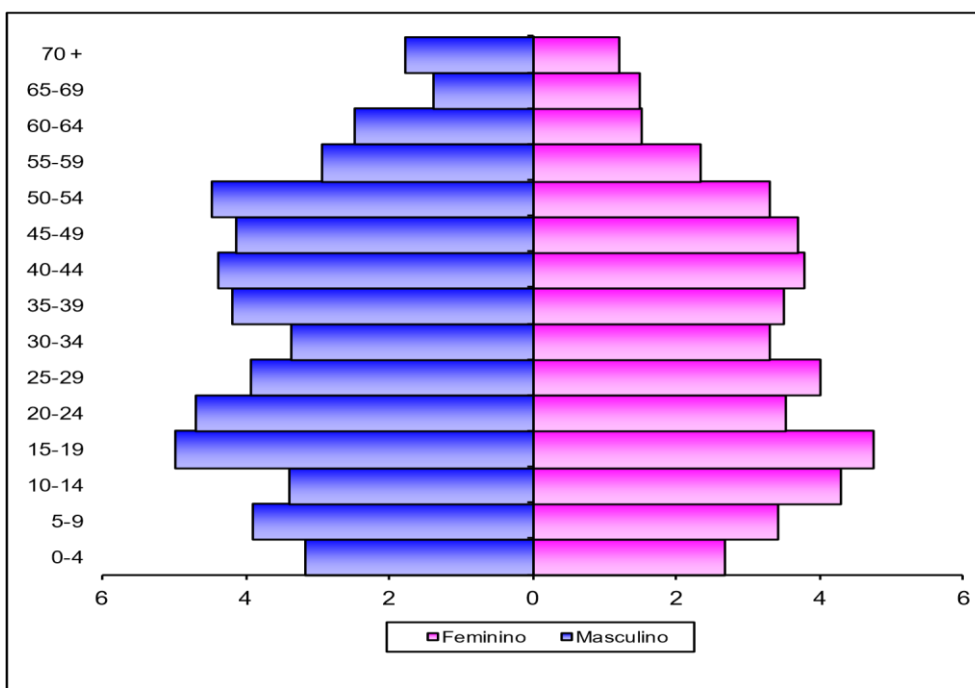
TABELA 2: SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – População residente e Razão de Sexo, segundo a faixa etária - 2016

Faixa etária	Sexo		Total	RS
	Masculino	Feminino		
0 a 04 anos	93	78	171	1,19
05 a 09 anos	115	100	215	1,15
10 a 14 anos	100	125	225	0,80
15 a 19 anos	147	139	286	1,06
20 a 24 anos	138	103	241	1,34
25 a 29 anos	116	117	233	0,99
30 a 34 anos	99	96	195	1,03
35 a 39 anos	123	102	225	1,21
40 a 44 anos	129	110	239	1,17
45 a 49 anos	122	108	230	1,13
50 a 54 anos	132	96	228	1,38
55 a 59 anos	87	68	155	1,28
60 a 64 anos	73	44	117	1,66
65 a 69 anos	41	43	84	0,95
70 anos ou mais	53	35	88	1,51
Total	1568	1364	2932	-

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF – Censo Pescarte (2016)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos.

GRÁFICO 1: SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

Segundo a análise feita sobre a base de dados do censo do PEA Pescarte o questionário foi respondido por 1017 pessoas (como respondente principal), sendo 754 homens (74,1%) e 263 mulheres (25,9%); além disso foram levantados dados como estado civil, em que 68,8% são casados (casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual) e 31,7% não casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos); religião predomínio de católicos com (50,4%) e de evangélicos (47,2%); 92,4% naturais do estado do Rio de Janeiro, sendo uma pequena maioria 39,2% natural do próprio município, com um percentual considerável de nascidos nos municípios de São João da Barra (24,8%) e Campos dos Goytacazes (21,7%). Foi analisado também as principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de São Francisco de Itabapoana, a saber: estar com a família (55%); oportunidades de trabalho (18,8%), gostar do local onde vive (16,2%), separação familiar (7%).

Os temas abordados nos grupos focais investigaram questões ambientais, econômicas, organização social e gênero na pesca. Segundo a análise feita a partir dos relatórios do grupo focal, as questões apontadas pelas mulheres foram: baixa prática de trabalhos coletivos; necessidade de realizar atividades extras para complementar a renda; baixa participação em instituições representativas da classe pesqueira e escassez do pescado.

Na coleta de textos no Portal de Periódicos da CAPES, realizada no mês de julho, foram utilizados para a busca a associação dos termos *pesca AND "sao francisco de itabapoana"* no qual retornaram 3 resultados, sendo eles não correspondentes aos critérios estabelecidos.

Contudo percebe-se que em ambas comunidades a população masculina é maior que a feminina e há similaridade de problemas enfrentados nos municípios. Destaca-se o pouco valor agregado a atividade laboral exercida pelas mulheres; a baixa organização social e escassez de matéria prima para realização do trabalho; diferindo-se na relação da participação das mulheres em instituições representativas da classe pesqueira.

O camarão que “come” as mãos e outras lutas: mulheres da Colônia Z3 - Pelotas/RS

Luceni Hellebrandt¹

Resumo

O presente texto corresponde a uma comunicação preparada por ocasião da realização do Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, ocorrido na UENF, em Campos dos Goytacazes - RJ, em setembro de 2017. Assim, a escrita do texto reflete o tom oral da comunicação. A comunicação foi dividida em dois momentos: o primeiro momento retoma autoras que explicitam a questão da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira; o segundo momento faz referência ao título da fala, com algumas reflexões da autora, buscando relacionar a participação de mulheres em espaços de gestão pesqueira e a questão dos conflitos de gênero, apresentando trechos de pesquisa realizada na Colônia Z3 em Pelotas - RS.

Palavras-chave: mulheres na pesca; pesca e gênero; invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira; Colônia Z3 - Pelotas/RS

Introdução

Vou dividir a fala em 2 momentos: o primeiro, mais curto, só para dar uma aprofundada sobre a questão da invisibilidade das mulheres na atividade pesqueira, no qual acabarei por repetir muito do que já foi dito aqui nesta semana. É uma discussão relacionada à forma de fazer pesquisa sobre pesca.

Vou denominar esta parte tal como utilizei na tese: “Entendendo a invisibilidade das mulheres na pesca”.

No segundo momento, vou fazer a referência ao título da fala, com algumas reflexões que buscam relacionar a participação de mulheres em espaços de gestão pesqueira e a questão dos conflitos de gênero, apresentando trechos da minha pesquisa na Colônia Z3 em Pelotas - RS.

Primeira parte: “Entendendo a invisibilidade das mulheres na pesca”

¹ Doutora em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). É integrante do Projeto “Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea”, cujo a realização é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

E-mail para contato: luceni.hellebrandt@gmail.com

Minha principal referencia para falar sobre isso é um artigo curto de Elizabeth Bennet publicado em 2005 na *Marine Policy: Gender, fisheries and development*. Bennet é pesquisadora de uma organização Britânica especializada em economia pesqueira, políticas pesqueiras e sistemas de gestão da pesca. IDDRA Ltda / UK. Neste artigo a autora atribuiu a três fatores o motivo das questões de gênero permanecerem marginalizadas na pesquisa pesqueira e nas tomadas de decisões. O primeiro fator pode ser atribuído ao foco da gestão na produção pesqueira e nos estoques sobrexplotados, com a atenção de pesquisadores voltada principalmente ao setor da captura - dominado por homens, em detrimento de pesquisas sobre processamento e comércio, que são setores onde as mulheres estão mais presentes.

O segundo fator que Bennet aponta é que as pesquisas com o propósito de serem neutras a respeito de gênero (gender-neutral) frequentemente são de fato cegas quanto a gênero (gender-blind), e assim falham em ver os modos de vida em uma perspectiva mais ampla. Estas pesquisas “são desenvolvidas por pesquisadores que frequentemente não incluem mulheres nas entrevistas e discussões, por razões culturais, ou porque familiares homens ‘falam’ por elas” (BENNET, 2005, p. 451).

Uma forma de fazer pesquisa que ignora as mulheres: Ellen Woortmann e Edna Alencar (orientada por Woortmann) já alertavam sobre isso em seus trabalhos no início da década de 1990:

“Em alguns casos, a análise que se sobressai obscurece a importância das atividades femininas, seja no mar ou na terra, pois não considera sua relação orgânica com a pesca. Assim, muito da “invisibilidade” da mulher em atividades de pesca decorre da ótica do pesquisador na construção etnográfica e interpretativa do seu objeto de estudo. Na construção, certos aspectos da realidade são privilegiados, de acordo com o “recorte” realizado para alcançar os objetivos do estudo. (ALENCAR, 1993, p. 66)

O terceiro fator que Bennet destaca é a questão dos dados nacionais sobre pesca. A forma como a estatística pesqueira não desagrega dados por sexo. Neste sentido, também ainda na década de 1990 temos o trabalho de Sarah Gammage. Pesquisadora de gênero e empoderamento econômico do ICRW (International Center for Research on Women), criticou a forma com que as estatísticas contribuem para invisibilizar o trabalho das mulheres na pesca. No artigo referido, a autora aponta como instrumentos de coleta de dados quantitativos são cegos em relação às questões de gênero (gender-blind), portanto falham em capturar a diversidade de gênero na economia pesqueira e subestimam os papéis das mulheres nesta atividade. A consequência disso é que “a contribuição das

mulheres permanece sem reconhecimento e tomadores de decisão falham em considerar os papéis das mulheres no planejamento ambiental e no desenvolvimento.” (GAMMAGE, 1996 (2004), p. 36).

Segunda parte: a pesquisa na Z3

Embora os estudos sobre gênero e pesca já tenham uma produção considerável, e também pesquisas em andamento, como exemplo este evento e os Simpósios Temáticos que ocorrem no Fazendo Gênero, propostos pela professora Rosário, quando buscamos esta discussão sobre mulheres na pesca dentro da gestão pesqueira, os estudos são escassos e as mulheres continuam invisíveis.

Assim, tendo em vista a lacuna de pesquisas que marquem os lugares das mulheres na gestão pesqueira, apontando a importância dos papéis que desenvolvem nas comunidades pesqueiras, decidi me debruçar sobre uma comunidade que era próxima fisicamente a mim, a “Z3” e entender este local através das mulheres que daí vivem.

“Z3” é como as pessoas que ali vivem denominam este local no 2º Distrito de Pelotas, cujo nome oficial é Colônia São Pedro. “Z3” é um termo curto para “Colônia Z3”, que algumas vezes é utilizado também por moradores da “cidade” e até como nome para a linha de ônibus, embora uma colônia de pesca seja um espaço institucional e não uma área física.

Mas as razões da minha escolha por este local vão além da proximidade física. Hoje entendida como um bairro da cidade, com diversas “facilidades” urbanas (água, luz, internet, posto de saúde, escola secundária, transporte público com horários regulares, mas também usuários de crack e aumento de criminalidade) não é a única comunidade pesqueira de Pelotas, mas é a que concentra a maior parte dos mais de 1.000 Registros Gerais da Pesca - RGPs ativos no município. (1.121 - MPA, 2014 / 1.326 - MPA, 2012).

Além disso, a Colônia de Pescadores Z3, fundada no início do Século XX, visando estratégias de defesa nacional de acordo com o artigo 73 da Lei no. 2.544 de 1912, tem sua história em torno da pesca.

De colonização açoriana, e grande contribuição dos “catarinenses”, relação que se mantém explícita atualmente, quando observamos a cadeia produtiva do camarão-rosa, principal recurso pesqueiro ali explorado. 80% do camarão capturado na Z3 tem como primeiro destino empresas Catarinenses de

Laguna e Palhoça, seguindo dali tanto para o Mercado Público de Florianópolis, como para os Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e para o exterior.

Outro fator está relacionado ao meu desejo de trabalhar com este tema das mulheres na gestão pesqueira. A Z3 tem uma considerável participação no Fórum da Lagoa dos Patos. Este Fórum, criado em 1996 é uma reconhecida experiência de co-gestão de recursos costeiros. Agrega 21 instituições com o intuito de gerir a região estuarina da Lagoa dos Patos. Tal área é propícia a diversos conflitos que vão além do valor econômico do camarão capturado ali. Por exemplo, compartilham as margens da região estuarina 4 municípios com importantes atividades costeiras (São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul) e geralmente com maior poder econômico que a pesca artesanal (pesca industrial, atividades portuárias, construção naval, etc.).

O Fórum funciona como espaço de discussão que acaba repercutindo em diversas normativas que ordenam a pesca na Lagoa dos Patos. No ano de 2011, as mulheres das comunidades pesqueiras da região estuarina da Lagoa dos Patos tiveram o seguro defeso suspenso. Esta é uma política pública garantida aos pescadores, pescadoras e trabalhadoras na pesca da região desde a década de 1990. Assim, uma parte da minha pesquisa foi entender porque algo que vinha acontecendo há duas décadas foi interrompido no ano de 2011 e utilizei o Fórum para isso.

Desde 2010 acompanhei diversas reuniões do Fórum, que acontecem mensalmente e de forma itinerante entre as 4 cidades que citei anteriormente. Também como recurso metodológico, analisei um conjunto de 78 documentos que correspondem às atas das reuniões ocorridas entre 2007 e 2015, além de entrevistas com mulheres da Z3 que foram afetadas por esta decisão. A descrição detalhada do que ocorreu naquele momento em 2011 e algumas estratégias e reações destas mulheres pode ser lida num artigo na Vivência: Revista de Antropologia da UFRN e uma análise deste material do Fórum da Lagoa dos Patos também já foi apresentado em outros eventos de gestão pesqueira, mas em resumo o que aconteceu foi o seguinte:

Por trás de uma preocupação constante com o colapso dos estoques, traduzida na expressão de que “a pesca está acabando”, um dos objetivos do Fórum é fazer a gestão de forma a evitar safras frustradas, e o principal recurso utilizado para isso é pensar a capacidade de suporte da Lagoa traduzido no número de licenças de pesca concedidos. Através de estudos técnicos definiu-se que a capacidade de suporte permitia 4 mil licenças de pesca, ou seja, 4 mil pessoas pescando na Lagoa. A licença ambiental de pesca é um dos documentos que identifica que a pessoa desenvolve atividade pesqueira, ficando assim habilitada a acessar políticas públicas como o seguro defeso. As

discussões do Fórum tentavam achar uma solução para ajustar as quase 6 mil licenças distribuídas para o que se estipulou como limite da capacidade de suporte, as 4 mil licenças.

A medida adotada, em reuniões onde pescadoras ou trabalhadoras na pesca eram apenas 3% de quem se manifestava, decidiu que a solução era retirar as licenças das mulheres, pois “mulheres não vão pro mar”, já que perdura o entendimento de que o papel das mulheres da Lagoa dos Patos na pesca é a ajuda através de reparo das redes e processamento do pescado.

Por outro lado, a ideia que se tinha quando desta decisão era a de que isso nada afetaria, pois até 2011 mesmo as mulheres que não tinham licença de pesca podiam apresentar a de um familiar (marido ou filho, por exemplo). Mas em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão que na época era responsável pela liberação do seguro defeso, decidiu que somente teria acesso ao benefício quem tivesse licença ambiental de pesca nominal.

Depois de muita discussão, protesto, e recursos, o Ministério Público Federal ordenou que o pagamento de seguro defeso às mulheres fosse realizado naquele ano.

Bem, depois de entender o que aconteceu lá em 2011, um dos elementos que eu passei a investigar foi os papéis que as mulheres da Z3 desenvolvem na atividade pesqueira. Embora alguns autores enfatizem que os estudos de gênero e pesca devem ultrapassar esta fase de identificação de papéis, avançando nas contribuições delas para a sustentabilidade ambiental, por exemplo, ainda considero que este primeiro passo é necessário para trazer reflexões importantes. Por exemplo, a ideia da divisão sexual do trabalho, de quem vai ao mar e quem processa / beneficia o pescado.

Analisando as entrevistas, as quais eu geralmente iniciava com o questionamento explorando a história de vida, de como a interlocutora se envolveu com a pesca, percebi que não se trata de uma simples divisão sexual previamente estabelecida e constantemente reproduzida (na literatura e sobretudo na interpretação dos órgãos governamentais) de que homem pesca e mulher processa. Passei a pensar, com base nos relatos das minhas interlocutoras, é que o que também define quem vai ao mar e quem processa pescados é a disponibilidade (como uma categoria analítica).

A disponibilidade de se distanciar da casa, e a disponibilidade de peixe na safra, por exemplo.

[A]:

“Saí da vida que eu levava com meu pai e entrei na vida com pescador igual.

Na época do meu pai, no caso, ele que pescava e a gente é que limpava né. Aí quando eu casei eu comecei a acompanhar. Aí ia a gente a botar rede aqui fora mesmo, depois do canal, saía em torno de 5 e meia, 6 horas, safar as redes, lá por 1 e meia, 2 horas da tarde, tá voltando.

Eu pescava direto, mas como eu ainda tinha a minha mãe , a minha mãe me ajudou a criar o meu filho mais velho, mas depois, grávida do meu mais novo, aí perdi a minha mãe com 2 meses, tinha 2 meses que ele nasceu, e aí quer dizer, eu tive que parar de ir pro mar. Mas eu passava a semana toda e voltava só fim de semana porque a minha mãe cuidava do filho, entendesse? [...] Mas conforme ela faleceu, eu tive que assumir a casa.”

[L]

“Eu tenho 56 anos, mas eu trabalho na pesca desde os 14 anos, eu sempre pesquei, eu sempre andei a Lagoa a fora. Agora, dois anos pra cá, por causa da minha coluna que eu não posso ir mais, mas de vez em quando eu ainda vou no camarão. No camarão eu vou.

Eu criei meus 2 filhos embaixo de uma barraca. Meu primeiro filho mesmo, ele já foi com 3 meses pra dentro de um bote [...] porque não tinha com quem deixar né, e eu pesquei aí Lagoa a fora, pesquei na Mirim, na Lagoa Mirim, quando era permitido os daqui pescar lá, eu acampava lá 3, 4, 6 meses, passei fome, passei frio, quase morri. [...] Já fui pescar lá no Oceano e fui a primeira mulher que saiu lá no Oceano pra fora.

Eu comecei assim com a minha mãe, que a minha mãe a gente ia pescar o camarão assim de cair na água, que agora é proibido né, mas antes não era. Aí depois eu me casei aos 15 anos e o meu marido era pescador, aí eu segui pescando junto.”

[C]

“Com 12 anos comecei a trabalhar na salga, na Solisa, a gente descascava peixe, limpava peixe, salgava, gelava, sabe? Daí foi aquela coisa de envolvimento com peixe, aí eu casei, meu marido começou a pescar daí eu comecei com ele, sabe, pra não botar outro pra pescar junto. Eu ia com ele, aí quando os guris nasceram, aí eu parei.”

[S e N]

“Muitas vão com o marido.

Eu acho que tem umas 30, mas realmente na safra tem mais, na safra do camarão mesmo elas vão direto e elas vão até acampar com eles lá.

Na época da safra que aumenta a pescaria, vão e ajudam, mas na época que é pouco assim não, imagina se só pra um homem ir lá no mar pescar já ganha pouco, daí é pra onde elas vão pra faxina, vão fazer os serviços nas fábricas ou pra outras coisas.

[Pergunta] *Vocês tinham comentado que até tem homem que faz a limpeza do camarão né?*

Ah, a maioria é criança, guri também.

Tem, mas sabe como é que é, os que limpam o camarão eles meio que se escondem, fica em casa, ajudam a mulher, aquela coisa. Na salga mesmo é raro, é poucos que vão.

Na salga mesmo se tu entrar tu vai ver guri de 12, 11 anos.

Eles também não podem ir pra fora pescar né.

Eles não podem ir pescar, daí eles ficam aqui. Daí homem mesmo, na salga, vai ser difícil tu ver.

Em casa todos ajudam as mulheres.”

As mulheres na atividade pesqueira e a legislação brasileira

Art. 1o Este Decreto regulamenta a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça sua atividade, exclusiva e ininterruptamente, de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie, de que trata a [Lei no 10.779, de 25 de novembro de 2003](#).

[...]

§ 4o O benefício será devido ao pescador profissional artesanal inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e com licença de pesca concedida que exerça a pesca como atividade exclusiva, nos termos da legislação.

[...]

§ 6o A concessão do benefício não será extensível aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal, assim definidos em legislação específica, e nem aos componentes do grupo familiar do pescador profissional artesanal que não satisfaçam, individualmente, os requisitos e as condições estabelecidos neste Decreto.

Esta outra categoria, utilizada para fins de inscrição no Registro Geral da Pesca, “trabalhadores de apoio à pesca” fica assim conceituada no Decreto 8.425 de 31 de março de 2015:

VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal;

Porém é revogado pelo Decreto no 8.967, de 23 de janeiro de 2017 (ver situação atual?)

Estas atividades passam a serem legalmente denominadas de “atividades de apoio à pesca” em 2015, e com o Decreto de 2017 desaparecem enquanto categoria de inscrição no Registro Geral da Pesca.

Com o texto revogado, o Estado que antes denominava as etapas da atividade pesqueira onde as mulheres mais participam de “apoio à pesca”, agora sequer reconhece como categoria existente no Registro Geral da Pesca. Este processo torna legalmente invisível parte das mulheres da pesca.

Considerações finais

Bem, é justamente nestes trabalhos de “apoio” à pesca artesanal que encontramos a maioria das mulheres da Z3, concordando com o observado em “Estado da pesca e aquicultura no mundo” (FAO, 2014) de que mulheres são 90% das pessoas que exercem atividades de processamento de pescados.

Na Z3 elas fazem isso nas salgas - peixarias que carregam este nome como herança dos tempos em que o único método de conservação disponível era o sal. Nas salgas, o trabalho é informal e o pagamento é por produtividade (também sujeito à disponibilidade de peixe/camarão na safra). Dentre as diversas implicações que esse regime de trabalho traz, vou destacar apenas as relacionadas à saúde:

O trabalho é executado em pé, em torno de uma mesa, em constante contato com água. Quando a salga é legalizada e recebe fiscalização (poucos casos), as mulheres usam botas e um avental para proteger a roupa. Muitas das salgas da Z3 são peixarias pequenas, sem qualquer processo de fiscalização, e ali as mulheres utilizam equipamentos de proteção individual se quiserem ou tiverem:

[Pergunta] *Tentam proteger a roupa com avental?*

[E1] *Sim.*

[E2] *Isso não é um avental, isso é uma sacolinha!*

Como o camarão é muito delicado e a remuneração para o que foi produzido é o peso de camarão descascado, elas não utilizam nada para proteger as mãos, caso contrário acabariam deixando produto na casca. Como o crustáceo é escorregadio e solta uma gosma que afina a mão, utilizam um produto proibido para executar o descasque, a pedra ume, que é um composto de sulfato de alumínio e potássio comercializado em farmácias:

[Pergunta] *tu trabalha com a mão pura assim, ou tu usa alguma coisa nas mãos?*

[L] *não, no camarão tem que ser pura, e pisa. Pisa, pisa, pisa, que tem dias que tu acha que nem vai poder trabalhar. E dói muito porque ele come, ele come, ele gasta a pele, sabe?*

[Pergunta] *mas é alguma coisa que tem no camarão mesmo?*

[L] *é o próprio camarão, que ele tem uma água assim, é o próprio camarão mesmo, da casca, não adianta, não tem, por mais que tu descasque debaixo da água, ele sempre vai comer teus dedos.*

[Pergunta] *e aí como é que faz se tá com a mão toda detonada?*

[L] *aí tu tem que chegar em casa, botar remédio, no outro dia botar um esparadrapozinho e ir de volta, seguir em frente. Aí se tu não descascar 20 quilos, vai descascar 15, conforme dá, até curar de novo.*

[N] *Não se põe no camarão, mas tu enfia a mão pra, sabe, a tua mão ficar áspera pra conseguir do camarão não resvalar da tua mão, tem todo esse processo né que é proibido, salga legalizada não pode usar de jeito nenhum.*

A gente compra entre 5, 6, cada um pega um pano, põe ali e faz uma trouxinha, põe aquela trouxinha na água, aí quando tu vê que a água tá boa, tu tira a trouxinha que é pra render, que a pedra úmida vai desmanchando.

Destaco também que com todas as mulheres com quem conversei, nenhuma recebeu em qualquer momento qualquer orientação de saúde relacionada aos tipos de atividades que desenvolvem na pesca. Além disso, lembrando que como as relações de trabalho nas salgas são informais, elas ficam alijadas de qualquer possibilidade de acessar a Previdência Social ou requerer qualquer direito por problemas de saúde ocupacional.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Edna F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81

BENNET, Elizabeth. Gender, fisheries and development. Marine Policy 29. 2005. p. 451–459.

FLP – Fórum da Lagoa dos Patos. Atas de reunião. Disponível em <<<http://forumlagoadospatos.furg.br/index.php/atas-das-reunioes.html>>> acesso em 20 - Mai - 2015.

GAMMAGE, Sarah. (1996) The tattered net of statistics. In: KUMAR, K. G. Gender Agenda - Women in Fisheries: a Collection of Articles from SAMUDRA Report. Published by International Collective in Support of Fishworkers (ICSF), India, p. 36–40. 2004.

HELLEBRANDT, Luceni; RIAL, Carmen; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca e Gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas / RS - Brasil). Vivência: revista de antropologia. UFRN/DAN/PPGAS v. I., N 47 (jan/jun. de 2016),- Natal: UFRN. 2016.p. 123 - 136.

HELLEBRANDT, Luceni; WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia. As mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos-RS. Relatório de Pesquisa do projeto Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, 2015 (não publicado).

WALTER, Tatiana, et al. Relatório Técnico: Mecanismos de Proteção Social frente às Mudanças Climáticas: uma análise sobre os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos/RS. Rio Grande: FURG, 2014.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

VIANA, Carolina dos S. O

Resumo: Este trabalho foi apresentado no I Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil com foco na caracterização do município de Quissamã. Como metodologia foram feitas leituras do Diagnóstico Participativo e Relatórios dos Grupos Focais realizados no 1º ciclo de atuação do PEA Pescarte; pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos CAPES e pesquisa de dados do IBGE, além da análise de dados do Censo do PEA Pescarte.

Palavras-chaves: Quissamã. Pesca.

1. Introdução - Dados Gerais - IBGE

O município de Quissamã está situado no litoral norte do estado do Rio de Janeiro, fazendo assim parte da Bacia de Campos. É um município jovem, ele pertencia a cidade de Macaé, e emancipou-se em 1989.

No ano de 2010 o município possuía uma população de 20.242 habitantes. Em 2017, temos uma população estimada em 23.535 habitantes. Sua área territorial em 2016 foi estimada em 712,867 km², com uma densidade demográfica de 28,40 hab/km² no ano de 2010. O gentílico é quissamaense, e a prefeita eleita em 2014 é Maria de Fátima Pacheco (PTN).

Na área da educação o município possui nota 5 no IDEB anos iniciais (posição 48 de 92), possui também nota 4.7 no IDEB dos anos finais (posição 10 de 92) e uma taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) de 98.5% em 2010 (posição 21 de 92).

Na Economia o município representa o 2º maior PIB do estado, 9º maior PIB do país, com um PIB per capita de R\$ 205.560,24 (2014)

De acordo com análise feita pelos pesquisadores do projeto mulheres na pesca:

“Observando as **receitas orçamentárias de 2014**, verifica-se **forte dependência** da cidade de Quissamã dos recursos provenientes dos **royalties do petróleo**. De acordo com os Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, publicado pelo TCE-RJ, a dependência deste recurso em Quissamã é de **41%**. Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu 7,1% do total dos royalties e Participações Especiais repassados aos municípios fluminenses em 2013. ”

2. Metodologia

Foram utilizadas três fontes de pesquisa: Portal da CAPES, Censo Pescarte e Grupos Focais realizados pelo Projeto Pescarte, Diagnóstico Participativo

2.1 - Portal CAPES

Busca no Portal da CAPES com o termo “pesca AND quissama”. De seis textos encontrados, somente um foi relevante a pesquisa (figura 1).

	Nome do artigo	Ano	Autores
1	Caracterización preliminar de los invertebrados bentónicos capturados accidentalmente en la pesca de camarones en el norte del estado de Rio de Janeiro, sudeste de Brasil	2009	Igor David da Costa; Ana Paula Madeira Di Benedetto.
2	Influence of a shipwreck on a near shore-reef fish assemblages off the coast of Rio De Janeiro, Brazil/Influencia de un buque sumergido sobre agregaciones de peces asociados a un arrecife somero de la costa nordeste de Rio de Janeiro, Brasil	2011	Eduardo Barros Fagundes-Netto, Luiz Ricardo Gætzler, Ricardo Coutinho, and Ilana R. Zalmon.
3	Reproductive biology of the bat <i>Sturnira lilium</i> (Chiroptera, Phyllostomidae) in the Atlantic Forest of Rio de Janeiro, southeastern Brazil/Biologia reprodutiva do morcego <i>Sturnira lilium</i> (Chiroptera, Phyllostomidae), na Floresta Atlântica do Rio de Janeiro, sudeste do Brasil	2014	Godoy, M S M ; Carvalho, W D ; Esbérard, C E L
4	Feeding habits of the sea turtles <i>Caretta caretta</i> and <i>Lepidochelys olivacea</i> in south-eastern Brazil	2015	Di Benedetto, Ana ; Fulgencio De Moura, Jailson ; Siciliano, Salvatore
5	Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder	2008	Nelson De Luca Pretto ; Sérgio Amadeu Da Silveira
6	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS, PASSIVOS E DANOS AMBIENTAIS EM ZONAS COSTEIRAS DO BRASIL: REGIÃO DO LITORAL NORTE FLUMINENSE.	2016	de Freitas, Victor Guida ; de Almeida, Josimar Ribeiro ; Vitória, Flávia Constantino da ;

Figura 1 – Artigos encontrados na busca do portal da CAPES.

O município teve um crescimento populacional acentuado entre 2000 e 2010, devido a implantação de empresas de tecnologia do setor petrolífero nas cidades ao redor.

Tabela 3. Comparação populacional do litoral Norte Fluminense entre 1996 e 2010

Litoral Norte Fluminense	1996		2000		2010		
	Total	Urbana %	Total	Urbana %	Total	Urbana %	Densidade (Hab/km ²)
Quissamã	12.583	55,47	13.674	56,30	20.242	64,20	28,4
São João da Barra	63.939	53,31	27.682	70,92	32.747	78,46	71,96
Macaé	121.095	90,87	132.461	95,13	206.728	98,13	169,89
Campos	389.547	85,94	406.989	89,48	463.731	90,29	115,16

Fonte: Censo Geográfico - IBGE

A população era composta em sua maior parte por pescadores artesanais e trabalhadores da área agropecuária (2000). Esse quadro mudou com a chegada das empresas petrolíferas na região. Mudou completamente a característica do município.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2014) – IDHM: 55ª posição (de um total de 92 municípios).

“O município de Quissamã é o que apresenta **melhor saneamento básico** dentre os quatro municípios avaliados neste trabalho; e, **desde 2014, trata 100% do esgoto coletado na área urbana** (HOFFMANN e CARMO, 2014). Os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes possuem majoritariamente esgoto por fossa ao invés de rede de esgoto. A coleta diária de lixo domiciliar é superior a 90% em todos os municípios. ” (Freitas *et al*, 2016, p. 114)

2.2 - Dados Censo Pea Pescarte

Dados analisados pelos pesquisadores do projeto (Joseane, Roberto, Marco e Gilberto).

O município de Quissamã possui 4 comunidades pesqueiras: Barra do Furado, Centro, Ribeira e Caxias. As 437 pessoas identificadas, correspondem a 1,93% da população total do município, naquele período.

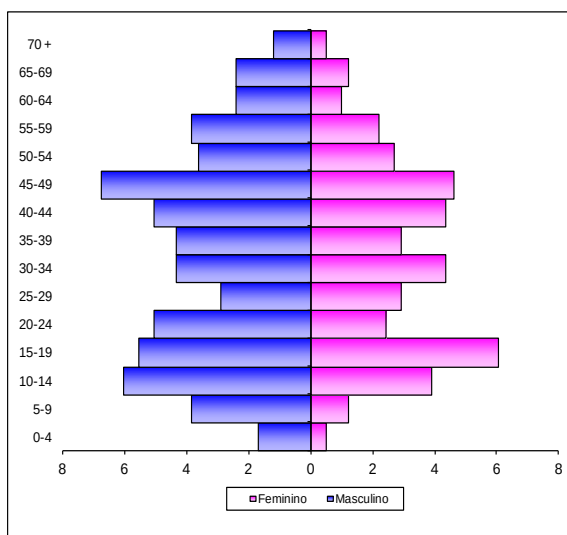
A maior comunidade pesqueira do município é Barra do Furado, com um total de 238 habitantes (54,5% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1: QUISSAMÃ – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Barra do Furado	143	95	238
Centro	75	52	127
Ribeira	2	1	3
Caxias	40	29	69
Total	260	177	437
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

Em todas as comunidades a população masculina é maior que a feminina. A estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

QUISSAMÃ – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2016)

O questionário do Censo foi respondido por 150 pessoas, dentre elas 137 homens (91%) e 13 mulheres (8%). Em relação ao estado civil, 66% são casados (casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual) e 34% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos). Sobre religião, predomínio de católicos (64,9%) e de evangélicos (29,0%). Naturais do estado do Rio de Janeiro (98,7%) sendo a grande maioria (49,7%) natural de Campos dos Goytacazes e 38,3% do próprio município.

As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Quissamã são: Estar com a família (44,6%); Oportunidades de trabalho (27,7%); Por gostar do local onde vive (23%); Por falta de opções (2%).

2.3 - Grupo Focal

Os grupos focais realizados no primeiro ciclo do Projeto Pescarte tiveram por objetivo atualizar os resultados do diagnóstico participativo. Foi identificado nesses grupos focais:

- Artes de pesca utilizadas: Tarrafa e puçá.
- Atividades exercidas: Filetagem, limpeza de peixe, cata de marisco e venda
- Também foi relatado: Escassez do pescado; Inadequação do período do defeso; Necessidade de realizar atividade extra para complementar a renda da pesca; Falta de união entre os pescadores; Baixa solidariedade; Descrença em cooperativas e empreendimentos coletivos devido a experiência negativa vivenciada no passado

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO

LEMOS, Sintyque

Resumo: Este presente trabalho traz uma caracterização do município de Arraial do Cabo – RJ, focalizando os aspectos socioeconômicos, os *royalties* e a atividade pesqueira em geral. Os dados apresentados foram obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (2012) e informações pesquisadas pela Daniela Kalikoski.

Palavras-chaves: Arraial do Cabo. Pesca



Fotografia 1 - Mulheres pescando camarão com rede na Praia de Tambaú em João Pessoa (PB).
Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=411078&view=detalhes>

Esta fotografia foi feita em 1957 por Tibor Jablonsky e possui o título: Mulheres pescando camarão com rede na Praia de Tambaú em João Pessoa (PB).

Ela pertence à Biblioteca do IBGE e está disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411078>.
Acesso em 12/09/2017 às 22h49min.

Coloquei esta foto como abertura da apresentação, pois considero que ela soma às discussões que estamos construindo aqui nesses dias, só que de um modo diferente: através da imagem. Sua relação é mais estreita com o tema do Seminário que com o objeto desta apresentação, a saber, uma caracterização do município de Arraial do Cabo.



Mapa 1 – Municípios que compõem a bacia de campos (RJ).
Fonte: PEA Pescarte.

Na geografia, um **cabo**, é uma massa de terra que se estende por um oceano ou mar. Como podemos ver neste mapa (Mapa 1), é em um cabo que o município de Arraial do Cabo se localiza. Justamente por isso recebeu este nome.

Conforme o censo do IBGE de 2010, Arraial do Cabo tinha uma população de 27.715 habitantes. E em 2014, possuía um PIB *per capita* de R\$38.823,84.

Em 2015, tinha 68.5% do seu orçamento proveniente de fontes externas (transferências do Estado e da União, além dos *royalties* do petróleo).

Com essa informação podemos verificar forte dependência deste município em relação a esses recursos.

Segundo Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (2012), dois temas foram apontados pelos pescadores como interferências em suas realidades:

1) Ocupação do espaço físico (Porto do Forno): pescadores marítimos.

O Porto do Forno possui uma estrutura bastante expressiva e sua relação com a indústria do petróleo e gás é forte, pois serve de base para navios que exploram petróleo

nas bacias de Campos e Santos – sua localização é, portanto, estratégica, pois Arraial do Cabo é o limite das duas bacias.

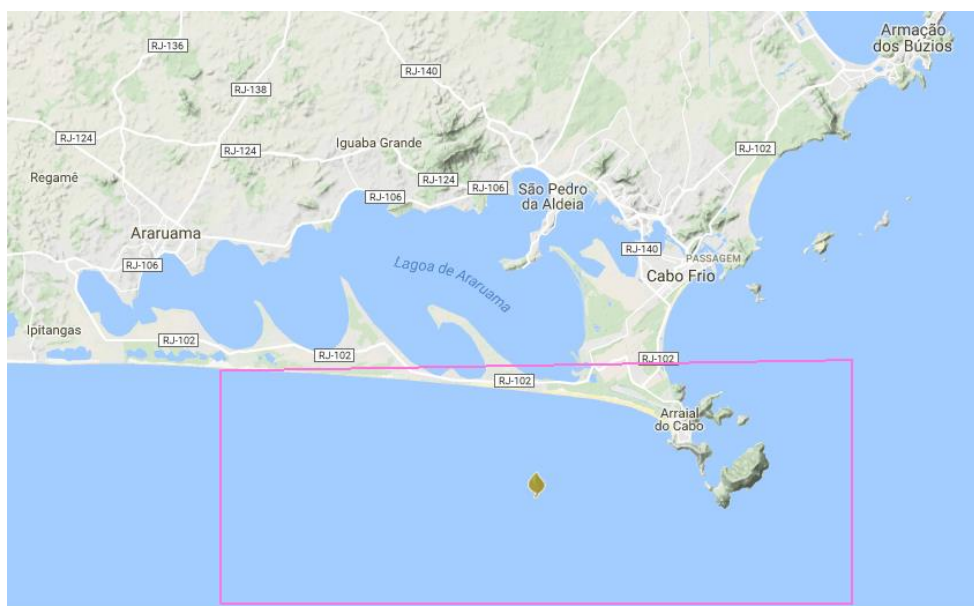
2) Ordenamento pesqueiro e fiscalização da pesca industrial na Lagoa de Araruama: pescadores de águas interiores.

Pois a Lagoa de Araruama é o principal pesqueiro do grupo ouvido.

“O ano de 2011 foi um marco para Arraial do Cabo, pois a região foi incluída na zona de produção principal de petróleo do Estado do Rio de Janeiro, passando a receber R\$ 3,5 milhões provenientes dos *royalties*, quando até então recebia cerca de R\$ 400 mil.”

“Outro marco para Arraial do Cabo, mas que não tem relação com a indústria petrolífera, foi a criação da RESEX Marinha de Arraial do Cabo, em 1997, com o objetivo de preservar a identidade cultural da pesca, assim como garantir o uso racional e sustentável dos recursos pesqueiros na região.”

Segundo o SNUC (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO) - lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000: “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.”



Mapa 2 - Fonte: Instituto Socioambiental <https://uc.socioambiental.org/mapa>

Segundo dados do Censo Pescarte, Arraial do Cabo possui 6 comunidades pesqueiras, são elas: Figueira, Monte Alto, Praia dos Anjos, Praia do Pontal, Praia Grande e Prainha.

Neste município o questionário do Censo PESCARTÉ foi respondido por 389 respondentes principais, dentre os quais 345 homens (89%) e 44 mulheres (11%).

Ainda segundo o Censo Pescarte, destes 389 respondentes principais, 65% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 35% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos).

Católicos correspondem a 45,9% e evangélicos a 39,2%.

85,3% são naturais do estado do Rio de Janeiro, sendo 35,3% nasceram no próprio município.

De acordo com JENTOFT (2003 *apud* SEIXAS *et al*, 2011, p.23), “Gestão compartilhada é um processo que envolve participação dos usuários dos recursos nas tomadas de decisão regulatórias, compartilhamento de poder e responsabilidades, e parcerias entre representantes de grupos de usuários, agências governamentais, instituições de pesquisa, e outros atores sociais”.

GESTÃO COMPARTILHADA DO USO DE RECURSOS PESQUEIROS NO BRASIL: ELEMENTOS PARA UM PROGRAMA NACIONAL (SEIXAS *et al*.,2011).

- A oficina “Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros no Brasil.”

- Fatores impulsionadores e as dificuldades enfrentadas na gestão compartilhada na ResexMar de Arraial do Cabo:

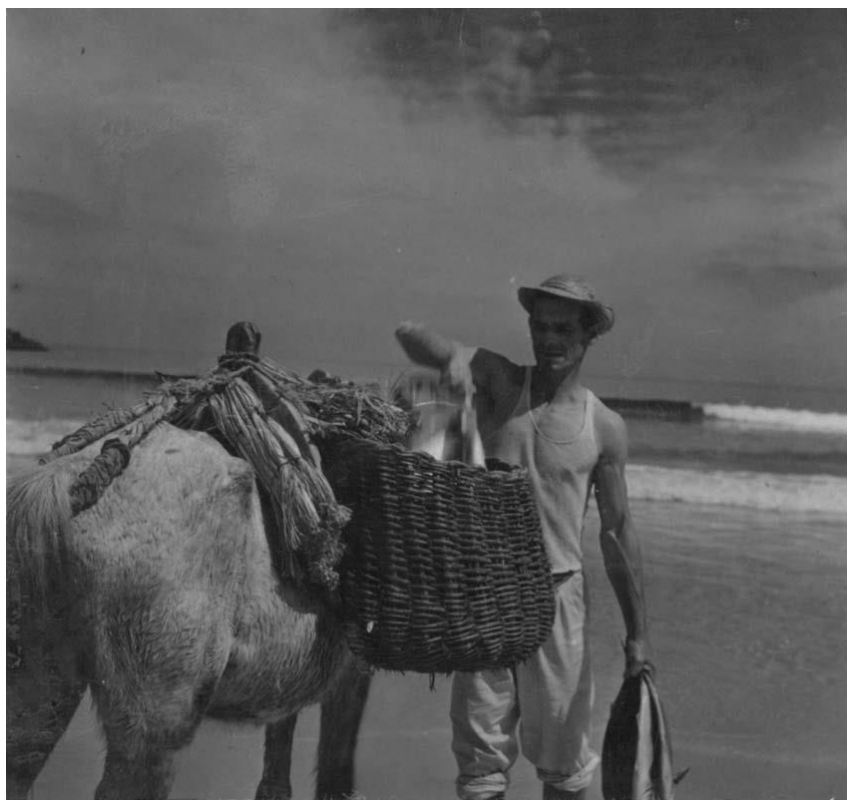
Fatores que favoreceram na gestão compartilhada:

- Aumento da organização e capacitação das comunidades e suas instituições;
- Existência de um espaço de negociação que reúne os diversos interesses envolvidos na pesca ou recursos naturais em geral;
- Envolvimento das principais instituições atuantes na área.

Dificuldades enfrentadas na gestão compartilhada:

- Fiscalização deficiente e/ou injusta;
- Presença de conflitos entre os diferentes grupos de interesse;
- Incongruência entre as políticas e instituições atuantes e a dinâmica dos recursos pesqueiros;
- Conciliar os interesses dos diversos grupos de usuários.

Finalizo a apresentação também com uma fotografia, esta foi feita em Cabo Frio na área de Arraial do Cabo e é um pescador transportando peixes. Ela também pertence à Biblioteca do IBGE.



Fotografia 2 – Cabo Frio, na área de Arraial do Cabo: pescador, transportando peixes (RJ).
Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=418580&view=detalhes>

UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) DESCRITOS NO CENSO PESCARTE

SOUZA, Suelen Ribeiro¹

Resumo: A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos socioambientais reconhecidos por pescadoras(es) das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, por meio da análise do banco de dados do Projeto de Educação Ambiental – Pescarte (TIMÓTEO, 2016). O referencial teórico utilizado como aporte de conflito ambiental são os estudos de Henri Acselrad (2004). Percebe-se que nesse município os conflitos se agravaram em decorrência da atividade turística e as atividades de extração de petróleo e gás, principalmente pela posição de destaque que Campos dos Goytacazes ocupa, que segundo Souza et al. (2016), se encontra na primeira posição no ranking nacional, com valor – absoluto e relativo – das rendas petrolíferas percebidas em 2014 de R\$ 1.104.719.630.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Pesca. Mulheres na Pesca.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta-se como resultado inicial da pesquisa de doutorado em Políticas Sociais, onde o universo feminino se caracteriza como unidade de análise, e da conferência proferida no Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil, fruto do Projeto de Pesquisa “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e Baixada Litorânea”².

Ao iniciar os estudos sobre as mulheres na atividades pesqueira no Brasil algumas pesquisas foram realizadas em artigos, dissertações/teses e capítulos de livros, que são referenciados ao longo do texto, observou-se que os estudos sobre a pesca artesanal são importantes e necessários, visto que os atores sociais, envolvidos nesse processo, tem constantemente sua atividade laboral

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bolsista do Projeto de Pesquisa Mulheres na Pesca, financiada pelo Fundo Brasileiro da Biodiversidade (FUNBIO) e administrada pela FAPUR. E-mail: suelenrs_16@hotmail.com.

² “A realização do Projeto Mulheres na pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e da baixada litorânea é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”. Desenvolvido por professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo (MANESCHY, 2000).

Nesse sentido, houve a necessidade de se privilegiar, nesse momento, os conflitos socioambientais que afetam as comunidades de pesca, buscando identificar principalmente os que mais afetam o universo feminino. Além do mais o projeto de pesquisa, acima referenciado, busca analisar os conflitos de gênero na pesca artesanal.

Sendo assim, percebe-se que para além das desigualdades de gênero, tanto as pescadoras, quanto os pescadores das comunidades tradicionais, sofrem com as injustiças ambientais (HERCULANO, 2002) – referentes a má distribuição dos impactos e à falta de acesso às políticas públicas específicas - por falta de informação e/ou por não possuírem o registro de pescadoras(es) artesanais³. Nota-se, no universo da pesca, que dificilmente as mulheres conseguem acessar o registro, e conseqüentemente as políticas públicas, que necessitam deste, pois não possuem acesso direto ao órgão expedidor ou por dependerem da mediação da colônia, que não está muito engajada na defesa dos direitos das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca (MELO; LIMA; STADTLER, 2009).

Na visão de Motta-Maués (1999) as pesquisas, que reproduzem os discursos públicos das comunidades privilegiando os pontos de vista masculino, ignoram, também as diversas atividades realizadas pelas mulheres na pesca artesanal. Essas afirmações, na visão da autora, não exprimem a realidade das comunidades pesqueiras, pois numa definição mais “ampliada da pesca – tal como é construída hoje pelos que estudam o problema -, [percebe-se] que também elas pescam e, desse modo, são pescadoras” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 395).

Diante disso, o presente levantamento se faz importante. É necessário identificar a percepção das mulheres inseridas na cadeia produtiva das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes sobre os conflitos socioambientais, principalmente àqueles ligados à indústria do petróleo.

³ O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) deve ser solicitado junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que desde 2009 é responsável por operacionalizar a regularização das(os) pescadoras(es) para poderem exercer as atividades da pesca.

METODOLOGIA

Inicialmente, como informado na introdução, buscou-se o aporte teórico de estudiosas da questão feminina na pesca artesanal, como, Manschey (2000, ANO), Leitão (ANO), Di Ciommo (Ano), Melo (Ano) e outras. No que tange aos conflitos socioambientais, buscou-se amparar o conceito na visão de Acseirad (2004), que utiliza o termo “conflito ambiental”, pois entende que na relação do homem com o meio ambiente o social já está intrínseco. No entanto, adotou-se para esse trabalho e os demais a expressão “Conflito Socioambiental”, buscando um alinhamento com o projeto.

Em seguida, buscando complementar a pesquisa acima referenciada, realizou-se um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Capes, a coleta de textos foi realizada no dia 15 de agosto de 2017, entre as 15:00h e 17:15h. Foram utilizados para a busca a associação dos termos *pesca AND “Campos dos Goytacazes”* no qual retornaram 62 resultados. Fez-se uma primeira filtragem dos resultados a fim de selecionar textos pertinentes à pesquisa, ou seja, aqueles que abordavam a temática da pesca no município e fossem da área de ciências humanas. Optou-se por utilizar, neste primeiro momento, somente textos em Português e que atendessem à categoria “Texto completo disponível”, o que constituiu um *corpus* de análise de 4 artigos publicados em periódicos.

Na parte quantitativa analisou-se as informações do banco de dados, do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte⁴ (TIMÓTEO, 2016), no que tange aos conflitos socioambientais reconhecidos por pescadoras(es) das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes, para tanto foi necessário estabelecer uma estratégia de trabalho. Primeiramente elaborou-se pelo grupo de pesquisa do “Projeto Mulheres na Pesca” um levantamento de dados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, buscando identificar as especificidades socioeconômicas do município, como,

⁴ O PEA Pescarte, iniciou em junho de 2014, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), desenvolvido no âmbito do “licenciamento [ambiental] oriundo do TAC de Produção” (TIMÓTEO, 2016, p. 8), sob supervisão e fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Sua área de abrangência inclui sete (7) municípios do norte fluminense e das Baixadas Litorâneas, a saber, Arraial do Cabo, Cabro Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana.

contingente populacional, dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Em seguida, a equipe de pesquisa do Projeto “Mulheres na Pesca”, estruturou uma análise das informações constantes do banco de dados PEA Pescarte, mapeando as comunidades pesqueiras dos municípios que compreendem a área de estudo, amparando-se inicialmente no Bloco Identificação Socioeconômica / Características Demográficas (I.S)⁵.

Essas informações iniciais são relevantes para se entender conhecer um pouco as comunidades pesqueiras do município. Por fim, analisou-se as questões de conflitos socioambientais, inseridas no Bloco de Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP), especificamente àquelas que demonstram a percepção das/os pescadoras/es sobre os conflitos socioambientais, CAP. 53 a CAP.60.

Características socioeconômicas de Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes, está localizado na mesorregião Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Segundo censo do IBGE (2010), a cidade tinha aproximadamente 463.731 habitantes nesse período, apresentando-se assim como o 8º maior contingente populacional do estado do Rio de Janeiro, além de ser o maior em extensão territorial, como se observa na Figura 1. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,716, em 2010, situando-se na faixa de IDHM Alto (entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,145), seguida por Longevidade e por Renda.

⁵ O banco de dados do Pescarte é composto de informações referentes as 748 questões, divididas em 10 blocos, - a saber, Identificação Socioeconômica/Caracterização Demográfica (IS); Caracterização Familiar (CF); Avaliação de Serviços públicos (ASP); Avaliação de Serviços e Equipamentos Públicos (ASEP); Trabalho e Trajetória Profissional (TTP); Caracterização da Atividade Pesqueira (CAP); Capital Social e Laços Fracos (CSLF); Gênero (G); Educação Ambiental (EA); Inquérito Alimentar para Pescadores (IAP) -, realizadas por meio de um levantamento via survey.

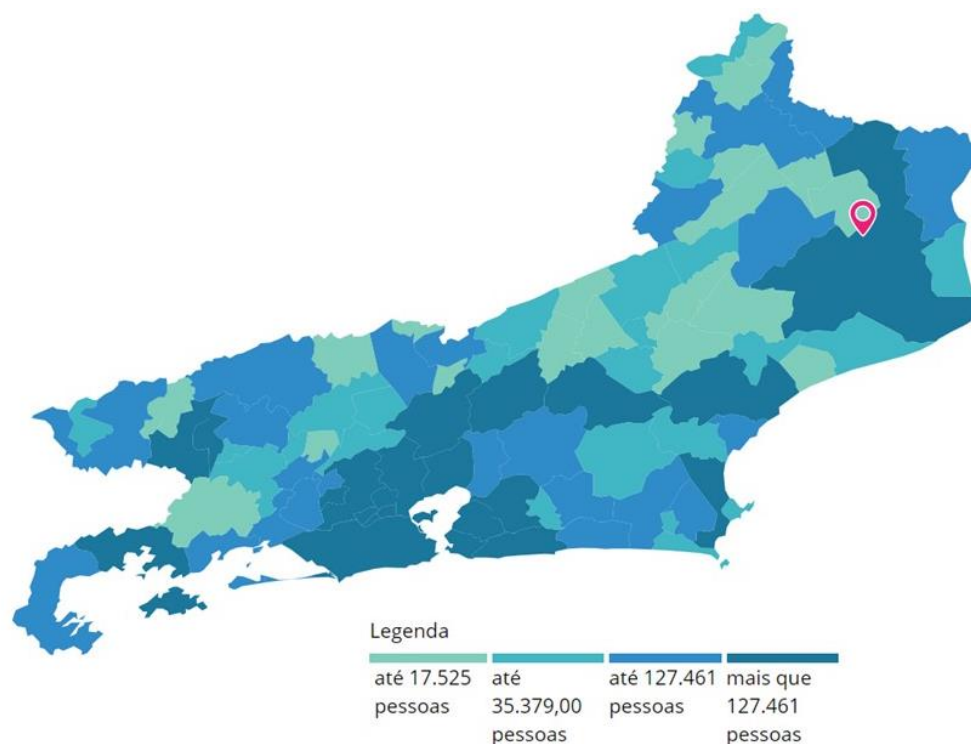


Figura 1 – Mapa do Município de Campos dos Goytacazes.

Fonte. IBGE Cidades. Disponível em: <file:///C:/Users/suele/Downloads/mapa.svg>.

Sua história começa atrelada a Capitania de Pero de Góis da Silveira, conforme consta na Carta de Doação de 28 de agosto de 1536, segundo informações do IBGE cidades. Desde o século XIX o município já apresentava grande desenvolvimento econômico, como nos aponta Martínez e Boynard (2012),

Em 1880, Campos era uma cidade que se modernizava rapidamente. Possuía diversificado comércio, hospitais, bibliotecas, teatros, muitas escolas primárias e uma importante rede ferroviária particular: as usinas de açúcar da região dispunham de linhas férreas próprias, locomotivas importadas, oficina de reparos, técnicos e operários especializados." (MARTÍNEZ, BOYNARD, 2012, p. 13.).

Segundo Mesquita (2016) a economia de Campos e dos demais municípios do Norte Fluminense esteve pautada nas “atividades tradicionais como a pesca e o cultivo da cana-de-açúcar até meados da década de 1970” (MESQUITA, 2016, p. 207). Nos anos de 1960 a economia estava estagnada em decorrência da crise da produtividade sulcroalcooleira, por causa da “depreciação das máquinas e equipamentos, e da perda de competitividade

frente ao desenvolvimento de tal atividade econômica no interior de São Paulo” (p. 207).

Na década seguinte a produção de açúcar recebeu um estímulo com a elevação dos preços e pelos incentivos do Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool), no entanto a produção voltou a declinar nos anos de 1980 e 1990, segundo Mesquita (2016) o a crise só não se intensificou devido à instalação da Petrobras em Macaé, iniciando as atividades de exploração de petróleo na região da Bacia de Campos, um dos municípios mais beneficiados foram Campos dos Goytacazes e Macaé, como nos aponta Freitas et al. (2016).

Após o início das atividades petrolíferas na região na década de 90, nota-se um crescimento econômico nos municípios em torno da Bacia de Campos gratificados com [*royalties*], principalmente nos municípios de Macaé e Campos, e assim tornando o norte fluminense um importante polo petrolífero e destacando-o pela influência na economia nacional e estadual. (FREITAS et al, 2016, p. 115).

A Bacia de Campos, que recebe o nome do município de estudo - localizada na região que vai do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul do Estado do Espírito Santo -, é responsável por aproximadamente 80% da produção nacional de petróleo⁶. E, conseqüentemente, pelas numerosas riquezas transferidas aos municípios cinco municípios mais ricos do petróleo, a saber, “Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Quissamã, em ordem decrescente” (MIRANDA; ROCHA, 2011, p. 88).

Campos dos Goytacazes é o primeiro dos municípios que mais recebem royalties do petróleo, sendo considerado rico por ocupar esta posição “desde 1999, quando iniciaram os pagamentos de royalties e participações especiais advindos da exploração de petróleo offshore” (MIRANDA; ROCHA, 2011, p. 88),

⁶ “A Bacia Sedimentar de Campos ocupa uma área marinha de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, localizada na região que vai do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul do Estado do Espírito Santo, e é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil. A indústria de petróleo na Bacia de Campos está baseada nas operações *offshore* de exploração e produção em águas profundas (entre 400 e mil metros de profundidade) e ultraprofundas (a partir de mil metros de profundidade), incluindo atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento. Os municípios mais ou menos afetados pela indústria são, no Estado do Rio de Janeiro (lagos e centro norte fluminense): São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá e Niterói. No sul do Espírito Santo, os municípios afetados são Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha. (DP/PEA-BC).” (MARTINS et al., 2016, p. 28).

se mantendo na primeira posição no ranking nacional por mais de 10 anos, com renda petrolífera percebidas, em 2014, de R\$ 1.104.719.630, valor – absoluto e relativo, segundo Souza et al. (2016), o que.

Ademais, o município está entre os maiores Produto Interno Bruto (PIBs) do Brasil, em 2013, ocupando a 9ª posição entre os 10 maiores PIBs do Brasil. Seu PIB naquele ano era de R\$ 58.372.358 e o PIB per capita é de R\$ 122.320,58, de acordo com o IBGE (2013). Apesar disso, o município apresenta grandes problemas de infraestrutura, como observa-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Condições de infraestrutura em Campos dos Goytacazes

Serviço	Cobertura
Esgoto	79% fossa 21% rede
Coleta diária de lixo domiciliar	> 90%
Rede de água	59,1 %
Educação (IDEB)	2,6

Fonte: Elaboração livre com base nas informações de Freitas et al. (2016); DPBC (2014); IDEB/INEP.

Observando os dados da tabela 1 percebe-se uma deficiência em serviços básicos, que deveriam ser priorizados pela administração municipal, principalmente por estar entre um dos municípios brasileiros que mais recebe royalties do petróleo.

Ademais, observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se uma forte dependência dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses (2013), a dependência deste recurso está próxima aos 60% (55,9%). Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu 30% do total dos royalties e Participações Especiais repassados aos municípios fluminenses em 2013, um total de R\$ 1,3 bilhão.

Nas últimas décadas, o crescimento demográfico acelerado do município, em decorrência da atividade petrolífera, tem marcado um intenso esvaziamento da população rural e cada vez maior concentração urbana que chega “acerca de 90%” (FREITAS et al., 2016) do contingente populacional. Conforme observa-se na Tabela 2. Além deste crescimento está na contramão do desenvolvimento, não havendo melhorias significativas relativas a infraestrutura urbana

Tabela 2 - Demonstrativo do crescimento populacional - urbano e rural - de Campos dos Goytacazes

	1970	1980	1991	2000	2010
População total	318.806	348.542	389.109	406.989	463.731
Urbana	176.082	203.358	324.667	364.177	418.725
Rural	142.724	145.184	64.442	42.818	45.006

Fonte: IBGE cidades. Elaboração dos membros do grupo de trabalho quantitativo do Projeto Mulheres na Pesca.

Segundo Freitas et al. (2016) as atividades de extração de petróleo na região impulsionaram o crescimento econômico e populacional, no entanto esse avanço veio acompanhado de danos ambientais e sociais, contribuindo para uma maior degradação do meio ambiente, de seus ecossistemas e população. A pesca artesanal, atividade tradicional no município e região, de acordo com Mesquita (2016), é uma das atividades econômicas mais impactadas pela indústria do petróleo, seja no campo social ou ambiental.

Aspectos teóricos: os conflitos socioambientais e as questões de gênero na pesca

A perspectiva de discussão deste trabalho são os conflitos socioambientais que envolvem o ambiente da pesca artesanal⁷, principalmente os que envolvem as mulheres. No universo desse grupo social, que são os pescadores artesanais, “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

No entanto a problemática ambiental vai além da desigualdade de gênero, pois as disputas pela apropriação e uso social dos recursos do ambiente⁸, também, abrem espaço para os conflitos ambientais, que na visão de Acseirad

⁷ Entende-se como pesca artesanal a atividade que contempla tanto as capturas de espécies aquáticas cujo objetivo é comercial associado à subsistência das famílias dos participantes, quanto àquelas capturas com objetivo essencialmente comercial. Pode, inclusive, ser uma alternativa sazonal ao praticante que se dedica durante parte do ano à agricultura (pescador/agricultor) ou a outras atividades econômicas, tais como construção civil ou turismo (DIEGUES, 1995). (WALTER, 2010, p. 11).

⁸ “Da relação (em diferentes épocas e lugares) dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural emerge o que se denomina neste trabalho de meio ambiente”. (QUINTAS, 2006, p. 20).

(2004) podem ser vistos como aqueles envolvendo grupos sociais com diferentes modos de apropriação, uso e significação do território, causados quando um dos grupos veem ameaçada a continuidade das atividades que desenvolvem por impactos indesejados.

Ademais, a desigual distribuição dos impactos ambientais, acirra essas questões, pois alguns grupos sociais conseguem escapar dos efeitos nocivos de determinado empreendimento, deixando os “rejeitos [serem] alocados nos espaços comuns onde residem os mais pobres, eximindo os que decidem de sofrer os danos ambientais localizados” (p. 110).

A existência da sociedade é produzida com base nas relações sociais e nos modos de apropriação e uso dos recursos do meio ambiente, que geram disputas favorecendo, assim, o surgimento dos conflitos ambientais, na visão de Acselrad (2004). Segundo Quintas (2006) os conflitos ambientais são permeados por disputas de poder, pois no processo de apropriação e uso dos recursos do ambiente está em jogo o interesse da coletividade “e interesses específicos de atores sociais que, mesmo quando legítimos, nem sempre coincidem com os da coletividade” (QUINTAS, 2006, p. 63), sendo responsabilidade do Poder Público a defesa dos interesses coletivo.

Percebe-se também que, nessa esfera, os que possuem maior conhecimento/poder sobre determinada ação influenciam na tomada de decisões dos órgãos ambientais, “seja pela via da pressão política direta, seja por meio de divulgação à sociedade sobre a importância econômica e social do seu empreendimento (geração de empregos é um dos argumentos), ou pelas duas formas” (QUINTAS, 2006, p. 63). Deste modo, nota-se que o domínio sobre os recursos do ambiente está inerentemente ligado às disputas de poder.

Os anos de 1990 apontaram para mudanças de dominação do meio biofísico, com a “manutenção e acentuação das desigualdades de poder sobre os recursos ambientais” (ACSERALD, 2004, p. 23). Nas comunidades de pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a marginalização da pesca, como, a especulação imobiliária, a criação de complexos industriais portuários e polos turísticos, a destruição de áreas de manguezais, a extração mineral do mar, a poluição industrial e doméstica, além dos projetos de aquicultura intensiva, segundo Maneschy (1997); Melo; Lima; Stadtler (2009). Ademais, quando se pensa nas mulheres inseridas na cadeia

produtiva da pesca, percebe-se que elas são mais afetadas, pois tem menos força política para disputar o território. Constata-se, ainda, que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados destas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as(os) pescadoras(es) artesanais, já que essas atividades interferem diretamente na entrada destes grupos ao mar, e ou alteram suas dinâmicas sociais⁹.

Além da desigualdade histórica de distribuição do poder sobre os recursos naturais, como nos aponta Acselrad (2004), as mulheres pescadoras lutam diariamente para se afirmarem como trabalhadoras da pesca, bem como para ter acesso aos direitos sociais, visto que seu trabalho, que está mais diretamente ao pré e pós captura, - como confecção e reparos de petrechos da pesca, coleta de mariscos e beneficiamento do pescado, entre outros - e sua atuação como membros das comunidades não são valorizados e reconhecidos pelos outros atores sociais (homens) envolvidos na cadeia produtiva, mesmo diante de sua forte atuação. Cabe, ressaltar que as atividades das mulheres se caracterizam pelo “trabalho produtivo e reprodutivo”, além da manutenção da casa, Maneschy (2000, 2013); Melo, Lima e Stadtler, (2009); Fonseca et al. (2016).

Nesse sentido, percebe-se que a “capacidade de resistência que essas comunidades vêm demonstrando é, em grande medida, consequência do papel [e] do suporte desempenhado pelas mulheres” (MELO; LIMA; STADTLER, 2009, p. 2-3). Pode-se inferir, então, que a desigualdade de gênero influencia muito na geração de outras desigualdades. No ambiente da pesca artesanal a questão do gênero é um dos fatores mais marcantes da desigualdade, tornando o trabalho delas desvalorizado e não reconhecido.

Sendo assim, percebe-se que as comunidades de pesca artesanal tem sua atividade de pesca constantemente ameaçada e não recebem as vezes o apoio e a proteção dos órgãos fiscalizadores, que hipoteticamente deveriam estabelecer as regras para a apropriação e uso dos recursos do ambiente, privilegiando os interesses da coletividade, no entanto, na visão de Quintas (2006), isso nem sempre ocorre. Na próxima seção apresenta-se os dados sobre a percepção das/os pescadoras/es sobre os conflitos socioambientais.

⁹ Os autores Walter (2010); Herculano (2012); Costa (2016) afirmam que as comunidades de pescadoras(es) são as mais afetadas pelos impactos ambientais desses empreendimentos.

Percepção dos conflitos socioambientais pelas/os pescadoras/es das comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes

Nas comunidades de pescadoras/pescadores, uma gama de externalidades vem contribuindo para a marginalização da pesca. Constatase, ainda, como apontando anteriormente que os segmentos sociais mais vulneráveis e que sofrem mais diretamente com os impactos derivados destas atividades, principalmente da indústria do petróleo e gás natural, são as/os pescadoras/es artesanais. Diante disso, nessa seção vamos analisar as percepções das/os pescadoras/es sobre os conflitos socioambientais vividos nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes interior do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo informações do banco de dados do PEA Pescarte, foi possível identificar em Campos dos Goytacazes oito (8) comunidades pesqueiras, a saber, Farol de São Tomé, Terminal Pesqueiro, Coroa Grande, Parque Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Tocos, Lagoa de Cima e Lagoa do Campelo. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1.643 pessoas, o que correspondia a 0,34% da população total do município, naquele período¹⁰. Como se pode notar na Tabela 3, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Farol de São Thomé, com um total de 743 habitantes (45,2% da população total das comunidades pesqueiras). Com exceção de Terminal Pesqueiro, em todas as outras comunidades a população masculina é maior que a feminina. Deste contingente populacional identificado nas comunidades apenas 580 pessoas responderam ao questionário do PEA Pescarte, dentre os quais 371 homens (64%) e 209 mulheres (36%).

¹⁰ A população estimada pelo IBGE, para Campos dos Goytacazes, para ano de 2015, era de 483.970 habitantes.

Tabela 3 - População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo.

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Coroa Grande	20	17	37
Farol de São Tomé	385	358	743
Lagoa de Cima	102	89	191
Lagoa do Campelo	39	28	67
Parque Prazeres	68	61	129
Ponta Grossa dos Fidalgos	128	99	227
Terminal Pesqueiro	56	64	120
Tocos	73	56	129
Total	871	772	1.643

Fonte: elaboração livre com base nas informações do banco de dados do PEA Pescarte (2016).

Mesmo com o cenário de intensa desigualdade e conflitos, como indicados na seção anterior, os dados do PEA Pescarte mostram que nas comunidades pesqueiras de Campos dos Goytacazes há unanimidade em identificar que não existem conflitos entre as/os pescadoras/es com os órgãos fiscalizadores ambientais (407), representando 70,17% e os que afirmam existir conflito (134), representam 23,10%¹¹. Questão que caracteriza a primeira pergunta privilegiada do questionário do PEA Pescarte sobre os conflitos socioambientais.

É importante destacar que na sequência perguntou-se ao pescador/a os motivos dos conflitos existentes entre esse grupo e órgãos fiscalizadores. Nessa questão só respondem os homens (89) e mulheres (45) que disseram sim na alternativa anterior (CAP.54). Sendo assim, na Tabela 4 observa-se os motivos elencados pelos 134 (23,10%) indivíduos que afirmaram existir conflitos entre os órgãos fiscalizadores ambientais e as/os pescadoras/es.

¹¹ Em Campos o número de respondentes principais são 580, sendo assim, os 6,73% representam os que (16) não souberam responder e (23) os não respondentes. As não respostas podem estar ligadas a insegurança do respondente em afirmar haver conflitos ou não com os órgãos de fiscalização ambiental ou até mesmo por erro na transposição dos dados do questionário para o SPSS, programa estatístico utilizado para tabular e codificar as respostas.

Tabela 4 - Conflitos indicados pelas/os pescadoras/es e/ou trabalhadoras/es da pesca

<i>Conflito</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial	3	2
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial/ fiscalização excessiva no período do defeso		1
Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial/ Abuso do poder		1
Fiscalização excessiva no período do defeso	31	18
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Abusos do poder	3	2
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Abusos do Poder/ Período do defeso errado	1	
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Abusos do Poder/ Falta de Fiscalização	1	
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Período do defeso errado	1	1
Fiscalização excessiva no período do defeso/ Falta de fiscalização	1	
Abusos do poder	2	5
Abusos do poder/ período do defeso errado		2
Abusos de poder/ Legislação deficiente	1	2
Abusos de poder/ Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Abusos do poder/ Falta de Fiscalização	1	
Período de defeso errado	10	3
Período do defeso errado/ Legislação deficiente	1	
Legislação deficiente	4	2
Legislação deficiente/ Falta de fiscalização	2	
Falta de fiscalização	4	2
Total	89	41

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.54 do banco de dados do PEA Pescarte (2016).

Observando a Tabela 4 pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como, abusos do poder (9), fiscalização excessiva no período do defeso (6), falta de fiscalização (6) e legislação deficiente (5). Percebe-se também que ocorreram 4 abstenções, que podem ter sido causadas pela insegurança de responder ou outros motivos, as ausências de resposta identificadas foram por parte do público feminino.

Na sequência questiona-se há outro tipo de conflito na atividade pesqueira, englobando novamente os 580 respondentes principais de Campos dos Goytacazes. Sendo assim, foi possível identificar que 498 (85,86%) participantes informaram que não existe outro tipo de conflito em sua atividade, apenas 55 (9,48%) indivíduos identificaram que existe. Destacando que os outros 27 (4,66%) caracterizam o universo dos que não souberam (10) e não responderam (17), por algumas possíveis razões que já foram destacadas anteriormente. Para os que identificar haver outro tipo de conflito buscou-se

sintetizá-los, por meio da pergunta seguinte (CAP.56). Nessa questão só participaram os homens (40) e mulheres (15) que responderam sim para a existência de outros tipos de conflito (CAP.55). A tabela 5 representa uma síntese dos outros conflitos identificados pelas/os pescadoras/es entrevistados/as.

Tabela 5 - Outros conflitos indicados pelas/os pescadoras/es e/ou trabalhadoras/es da pesca

<i>Conflito</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Entre os próprios pescadores	26	5
Entre os pescadores/ Pesca industrial/ Colônia/ Exploração	1	
Entre os próprios pescadores e com a colônia	2	
Entre os próprios pescadores/ Com a Colônia/ Com a associação/ Exploração de petróleo/ Com instituições municipais	1	
Entre os próprios pescadores com a associação	1	
Entre os próprios pescadores e exploração do petróleo	1	
Com a colônia	3	1
Com a associação		1
Exploração de petróleo	1	
Com instituições municipais (secretarias de pesca, assistência, obras, etc.)	3	5
Barcos de turismo	1	
Atravessadores/ Frigorífico	1	2
Total	41	14

Fonte: elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.56 do banco de dados Pescarte (2016).

Observando a Tabela 5 pode-se identificar que alguns problemas se repetem, como, conflitos entre as/os pescadoras/es (6), entre as/os pescadoras/es e a colônia/associação (7) e entre as/os pescadoras/es e a exploração de petróleo (4)¹². Um ponto que merece destaque é a indicação das/os pescadoras/es para os conflitos dentro do grupo, ou seja, as disputas que existem no ambiente da pesca, por questões territórios e gênero, por exemplo.

Um outro fator que nos chama a atenção é que poucos indivíduos (4) sinalizar o conflito com a indústria do petróleo, haja vista que a região é muito impactada pelos empreendimentos petrolíferos, principalmente a comunidade

¹² Ao contabilizar os dados dessa questão pode-se identificar um erro de codificação e/ou tabulação, pois na CAP.55 os respondentes homens são 40 e as mulheres são 15, já nessa questão aparecem 41 homens e 14 mulheres, provavelmente uma resposta do sexo feminino foi computada com as do masculino

pesqueira de Farol de São Tomé, em decorrência da recente instalação e início das atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA).

Na sequência das questões, pode-se observar, que uma parcela significativa dos entrevistados (259 – 44,66%) reconheceram a influência da indústria do petróleo nas atividades pesqueiras, apesar de não identificarem conflitos com a mesma na sentença anterior. Em seguida foi solicitado aos pescadoras/es que identificassem se havia mais prejuízos ou benefícios. Unanimemente eles reconhecem que esta atividade trouxe mais prejuízos do que benefícios para a pesca, como exposto na Tabela 6.

Tabela 6 - Influências da indústria do petróleo indicadas pelas/os pescadoras/es

<i>Influência</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Trouxe somente benefícios	5	2
Trouxe mais benefícios que prejuízos	13	10
Nem prejuízo, nem benefício	16	10
Trouxe mais prejuízos que benefícios	77	27
Trouxe somente prejuízos	64	28
Total	175	77

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.58 do Censo Pescarte (2016).

A próxima questão contou com a participação dos 179 homens e 80 mulheres que indicaram existir alguma influência da indústria petróleo na atividade pesqueira. Ao observar a Tabela 6 percebe-se, como já informado, que aproximadamente 69% dos indivíduos indicaram a influência, mas ao mesmo tempo identifica-se do universo feminino duas entrevistadas, que apesar de reconhecer essa influência, não souberam ou preferiram não informar qual era.

Sendo assim, aos respondentes que identificaram, que a indústria do petróleo trouxe somente benefícios (A) um universo de cinco homens e trouxe mais benefícios que prejuízos (B) num total de três homens e sete mulheres, era necessário elencar quais eram esses benefícios, sintetizados na Tabela 7.

Tabela 7 - Benefícios da indústria do petróleo indicadas pelas/os pescadoras/es

<i>Benefícios</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
	<i>()</i>	<i>()</i>
Programas de compensação	1	
Royalties para o município	3	1
Projetos de rentabilidade social	1	
Melhorias na infraestrutura local	1	
Mais empregos	2	2

Total	8	3
-------	---	---

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.58 do Censo Pescarte (2016).

Nota-se na Tabela 7 que a maioria dos que identificaram o benefício da indústria do petróleo na região não souberam ou não quiseram identificá-los. E, por fim tiveram os participantes (≈69%) que identificaram que trouxe mais prejuízos que benefícios (D) e trouxe somente prejuízos (E), vide Tabela 6, na instalação da indústria petrolífera na região. A Tabela 8 apresenta os principais prejuízos por eles identificados.

Tabela 8 - Principais prejuízos da indústria do petróleo indicados pelas/os pescadoras/es¹³

Prejuízos	Masculino	Feminino
Exclusão da área de pesca	64	16
Aumento do tráfego de embarcações	22	5
Acidentes com petrecho de pesca	25	5
Aumento do custo de vida	35	14
Poluição das águas	17	7
Aumento da fiscalização	5	2
Outros prejuízos	5	5
Total	173	54

Fonte: Elaboração da autora com base nas respostas da questão CAP.60 do Censo Pescarte (2016).

Nessa questão percebe-se que os dois maiores impactos da indústria do petróleo na região, segundo os recenseados, é a exclusão da área de pesca e o aumento do custo de vida, fatores que estão ligados diretamente a manutenção e reprodução do grupo. Essa preocupação também pode ser encontrada em pesquisa anterior realizada por Zappes et al. (2016) no norte fluminense, que destacou os impactos ambientais que a construção e as atividades do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) trouxeram para as comunidades de pesca ao entorno, a saber, Atafona, Barra do Açú e Farol de São Tomé. As

¹³ Nessa questão, CAP.60, os entrevistados tinham a opção de escolher mais de uma alternativa, por isso os valores totais não batem com os 89 homens e 33 mulheres que indicaram que havia mais prejuízo que benefício.

informações obtidas na pesquisa, por meio de entrevistas, relevam que os pescadores e seus familiares tiveram sua área de pesca delimitada pelas zonas de exclusão pesqueira, afetando assim seu modo de vida.

Os pescadores artesanais de Farol de São Tomé, maior comunidade pesquisa de Campos, destacam que o CLIPA pode vir a ser o único responsável pela escassez de pescado na região. Ademais as/os pescadoras/es “mencionaram sua desconfiança sobre a qualidade do pescado, que seria afetada pelos poluentes lançados no ambiente costeiro a partir da construção e das atividades do CLIPA” (ZAPPES et al, 2016, p. 80). Outra questão destacada pelas mulheres é que “o tráfego de navios afugentará a fauna marinha costeira e interferirá na localização das áreas de pesca” (p. 80). A diminuição do pescado afeta consideravelmente as atividades produtivas das mulheres, visto que na maioria dos casos suas funções na pesca se concentram na pré e pós captura.

Considerações Finais

A análise dos dados apresentados anteriormente indicam, que apesar das/os pescadoras/es terem sua atividade constantemente ameaçada pela indústria da pesca e do petróleo, pelos empreendimentos imobiliários e pelo turismo, poucos entrevistados reconhecem esse impacto. Destaca-se que esse não reconhecimento pode acontecer em decorrência das/os pescadoras/es não se sentirem seguros em expor suas ideias sobre esse tema ou até mesmo por receio de se comprometer, pois apesar dos impactos-conflitos vivenciados a relação entre as/os pescadoras/es e os órgãos ambientais é constante.

Observando atentamente o banco de dados do PEA Pescarte percebe-se que a maioria dos respondentes principais são homens e que muitas vezes as respostas das mulheres seguem a mesma linha de raciocínio deste grupo. No entanto, inicialmente não foi possível identificar as razões para esse convergência, mas estudos apontam que muitas vezes as mulheres sentem-se, principalmente nas comunidades tradicionais, inibidas com a presença dos homens, deixando ocultas informações importantes. Paulilo (ANO) indicou que as mulheres por ela pesquisadas só falaram abertamente dos problemas da sua atividade produtiva em um ambiente onde só haviam mulheres. Por isso esse e

outros trabalhos que privilegiam o discursivo feminino é importante, pois elas muitas vezes podem falar, mas não são ouvidas, como indica Spivak (ANO).

Outro ponto que merece destaque é a teoria de conflito ambiental do Acselrad (2004), que apesar de apontar os grupos que ficam a margem, como as comunidades de pesca, sofrendo injustiças ambientais, não aponta especificamente a questão de gênero. Nesse sentido a pesquisa desenvolvida pelo “Projeto Mulheres na Pesca” busca suprir essa demanda ao identificar os conflitos ambientais que envolvem as relações de gênero na pesca artesanal.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2016.

BRASIL. Panorama do município de Campos dos Goytacazes. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

HERCULANO, Selene. Pesca e petróleo no litoral Fluminense. Revista Nordestina de Ecoturismo, n5 v. 1, p. 01-14, 2012. Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/PESCA_E_PETR%C3%93LEO_NO_LITORAL_FLUMINENSE.pdf.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set.-dez., 2012, p713-737.

MELO, M.F.M. de; LIMA, D.E.S.; STADTLER, H.H.C. O Trabalho das pescadoras artesanais: "Coisa de mulher". In: Congresso Brasileiro de economia Doméstica, XX, 2009, Fortaleza - CE, Anais Grupo de Trabalhos GT 01 - Desenvolvimento humano, família e relações de gênero, Fortaleza - CE, 2009, p. 1-11. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No

Brasil. Etnográfica, v. 3, n. 2, 1999, pp. 377-399. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2016.

QUINTAS, J.S. Introdução a Gestão Ambiental Pública. 2.ed. MMA/IBAMA: Brasília, DF, 2006. 102 p.

TIMÓTEO, G.M. Apresentação. In: TIMÓTEO, G.M (organizador). Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2016. Recurso online/ versão impressa (PDF). p. 814.

WOORTMANN, E.F. Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 18, 1992. p. 1-31.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

LOPES, Mariana Sena

Resumo: Este trabalho está dentro do “Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Tem como objetivo apresentar a caracterização geral do município de São João da Barra/RJ, dentro do “Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil” realizado na UENF pelo Projeto Mulheres na Pesca. Os dados para realização deste trabalho foram obtidos através de levantamento bibliográfico junto ao Portal de Periódicos da CAPES, IBGE cidades e dados do PESCARTE.

Palavras-chaves: São João da Barra. Pesca

Pretende-se, neste capítulo, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

São João da Barra está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, sendo pertencente à mesorregião Região Norte-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, microrregião de Campos dos Goytacazes. Destaca-se pelos últimos investimentos relativos à implantação do Complexo Portuário do Super Porto Açú, que instaurou uma série de conflitos sociais e ambientais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, São João da Barra tinha uma população de 32.747 habitantes, correspondente a 3,9% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 98,3 homens para cada 100 mulheres.

Em 2013, tinha um PIB per capita de R\$ 212.966,61, o 9º maior do país.

O índice de Desenvolvimento Humano de São João da Barra era de 0,671 em 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,184), seguida por renda e por longevidade.

Observando as receitas orçamentárias de 2014, verifica-se forte dependência da cidade de São João da Barra dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com os Estudos Socioeconômicos do TCE-RJ, a dependência destes recursos em São João da Barra foi de 58,7%.

Comunidades Pesqueiras de São João da Barra

Em São João da Barra há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Atafona, Açú, Grussaí e São João da Barra. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 1.272 pessoas, o que correspondia a 3,6% da população total do município, naquele período¹. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Atafona, com um total de 800 habitantes (62,8% da população total das comunidades pesqueiras).

TABELA 1: SÃO JOÃO DA BARRA – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

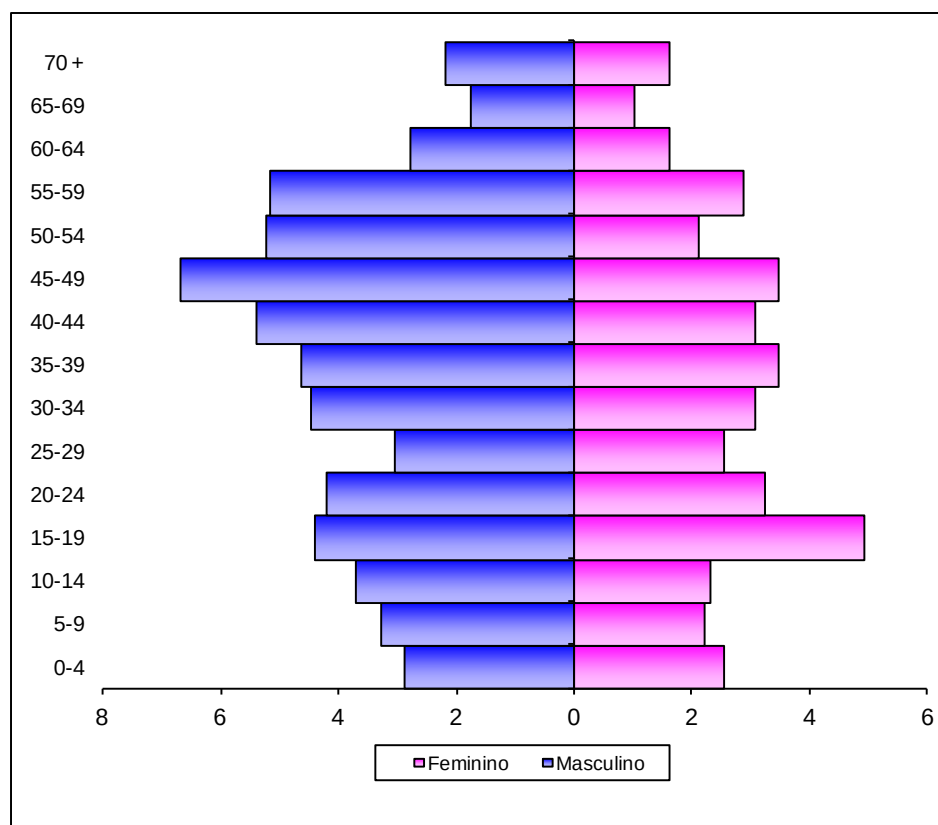
Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Atafona	477	323	800
Açú	156	120	276
Grussaí	29	16	45
São João da Barra	94	57	151
Total	756	516	1272

Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

¹ A população estimada pelo IBGE, para São João da Barra, para ano de 2015, era de 34.583 habitantes.

GRÁFICO 1: SÃO JOÃO DA BARRA – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em São João da Barra o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 476 pessoas, dentre os quais 424 homens (89,1%) e 52 mulheres (10,9%). Em relação ao estado civil, 68,06% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 31,93% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de católicos (75,6%) e de evangélicos (19,8%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (97,7%), sendo a maioria (53,1%) natural do próprio município, com um percentual considerável de nascidos nos municípios de Campos dos Goytacazes (27,7%) e São Francisco do Itabapoana (8,7%), fato possivelmente explicando a partir da carência do município em infraestrutura de saúde, por exemplo. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de São João da Barra são estar com a família (42,7%), por gostar do local onde vive (22,6%), oportunidades de trabalho (20,1%), por separação familiar (6%) e, valendo destacar, por invasão do mar (4%), fator de mudança de alguns indivíduos que viviam na comunidade de Atafona, para alguma das outras 3 comunidades.

Implementação do Porto do Açú – Conflito socioambiental

Entre os anos de 2007 e 2008, deu-se início a construção do Complexo Portuário do Açú na localidade do Açú, distrito do município de São João da Barra. Sua inauguração ocorreu no ano de 2014. Diante da construção desse grande empreendimento, foi constatada a existência de conflitos entre a atividade da pesca artesanal no município e a implantação do Porto devido utilização da área para a pesca. Segundo Souza e Oliveira (2010), “80% dos pescadores acreditam que o empreendimento será bom para o desenvolvimento econômico da região e geração de emprego, mas se mostram preocupados em relação à pesca, pois acreditam que o porto trará prejuízos enormes para o setor, e alguns até mesmo declaram acreditar que causará o fim da atividade da pesca artesanal na região”.

Tal preocupação por parte dos pescadores ocorre devido aos impactos gerados pelas atividades portuárias que por sua vez, modificam o ambiente na área do empreendimento e afeta diretamente a atividade de pesca nessa região.

O Órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental do Porto do Açú é o INEA (Instituto Estadual do Ambiente).

Abertura de Barra na lagoa de Iquipari.

Com o objetivo de promover o incremento pesqueiro em lagoas costeiras, no ano de 1996 ocorreu a abertura de barra na lagoa de Iquipari – localidade do município de São João da Barra.

- Algumas das justificativas para a abertura de barra na região foram:

- Entrada de espécies marinhas;
- Melhoria da qualidade da água;
- Redução do nível das águas que inundam as residências construídas às suas margens.
- Remoção de macrófitas e algas que dificultam a atividade da pesca.

Estudo feito no ano de abertura da barra (1996), aborda em seu artigo “Atividade de pesca durante a abertura da Barra da lagoa de Iquipari, São João da Barra, RJ” que,

Grande parte dos pescadores da barra achou que a abertura era boa, principalmente por promover a entrada de espécies marinhas, dividindo-se entre aqueles que concordavam com abertura anual e aqueles que não sabiam precisar sobre a

frequência ideal da abertura da lagoa. Somente na região da barra observaram-se pescadores que opinaram ser prejudicial a abertura de barra devido à mortandade de espécimes dulciaquícolas ocorrida. (LIMA, 2001)

- Aspecto conflituoso:

A atividade de pesca realizada em áreas próximas à barra na época de sua abertura, atraiu uma quantidade excessiva de pescadores de ocasião que, tornaram-se uma espécie de oportunistas uma vez que, aproveitam-se dessa época somente e não dependem economicamente das lagoas costeiras e da pesca. Porém, “ao contrário destes, a maioria dos pescadores que promoveram a abertura estava preocupada em preservar o processo de entrada das espécies marinhas para uma futura pesca profissional ou de subsistência”. (LIMA, 2001)

“O conflito de interesses dos grupos de pescadores que atuaram durante a abertura realizada em setembro de 1996 provavelmente resultou num baixo incremento pesqueiro”. (LIMA, 2001)

“Observaram que as espécies marinhas coletadas após a abertura e fechamento da barra representaram menos de 10% do total de 36 táxons encontrados na lagoa. O número de espécimes marinhos capturados também foi relativamente baixo”. (LIMA, 2001)

Com o objetivo de minimizar alguns dos impactos citados, a sugestão foi “que as aberturas ocorram somente a cada dois anos, durante o período em que as espécies marinhas de importância comercial estiverem próximas à costa”. (LIMA, 2001)

- A respeito dos pescadores de ocasião:

“No sentido de reduzir o impacto dos pescadores de ocasião sobre o processo de imigração das espécies marinhas seria necessário veicular através da imprensa e divulgar em setores da comunidade informações acerca dos efeitos negativos causados pela prática da pesca inadequada”. (LIMA, 2001)

Diagnóstico Participativo e Relatórios dos Grupos Focais pelo PESCARTE

O diagnóstico participativo realizado na comunidade aponta que o município de São João da Barra apontou “a tradição e identidade produtiva dos pescadores, apesar das dificuldades enfrentadas pela modificação dos ambientes

naturais, baixa organização social entre os pescadores derivadas da desmotivação e irregularidade da renda pesqueira”.

Análise do grupo focal realizado com as mulheres no município:

“No município de São João da Barra as mulheres apontaram a atividade da pesca como auxílio ao trabalho dos seus respectivos esposos, a impossibilidade de sobreviver da pesca devido à escassez do volume do pescado e baixo custo da mão de obra. As mesmas também destacaram a necessidade de realizar atividades extras para complementar a renda”.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

LOPES, Mariana Sena

Resumo: Este trabalho está dentro do “Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Tem como objetivo apresentar a caracterização geral do município de Macaé/RJ, dentro do “Seminário Interdisciplinar Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil” realizado na UENF pelo Projeto Mulheres na Pesca. Os dados para realização deste trabalho foram obtidos através de levantamento bibliográfico junto ao Portal de Periódicos da CAPES, IBGE cidades e dados do PESCARTE.

Palavras-chave: Macaé. Pesca

Pretende-se, neste trabalho, abordar as questões gerais do Município, buscando identificar suas especificidades socioeconômicas, como base para a leitura dos dados que serão apresentados logo em seguida.

Macaé está localizada na Macrorregião Sudeste do Brasil, na mesorregião Norte-Fluminense, em uma posição geoeconômica estratégica. Destaca-se pela presença de grandes indústrias como a Petrobrás e de outras empresas multinacionais do ramo petrolífero, apresentando, neste sentido, além de um crescimento urbano desordenado, uma série de conflitos ambientais.

Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tinha 206.728 habitantes, apresentando-se assim como o 14º maior contingente populacional do estado do Rio de Janeiro.

Em Macaé, a indústria do Petróleo gerou novos padrões demográficos a partir da intensificação do êxodo rural e da migração e, conseqüentemente, dos processos de urbanização.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 48,32% para 39,02% e a taxa de envelhecimento, de 4,74% para 4,91%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 57,80% e 4,26%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Macaé está entre os 40 maiores PIBs do Brasil, segundo o IBGE, ocupando a 34ª posição. Seu PIB é de R\$ 14.565.895 e o PIB per capita é de R\$ 68.567,01, ainda de acordo com o IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Macaé é 0,764, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,828.

Observando as receitas orçamentárias de 2015, verifica-se dependência da cidade de Macaé dos recursos provenientes dos royalties do petróleo. De acordo com o anuário Finanças dos Municípios Fluminenses, a dependência deste recurso em Macaé está próxima a ¼ da receita total. Ainda de acordo com o anuário, a cidade recebeu em royalties e Participações Especiais um total de R\$ 548.171.100.

Comunidades Pesqueiras de Macaé

Em Macaé há 4 comunidades pesqueiras, a saber: Barra de Macaé, Nova Holanda, Nova Esperança, Lagoa de Imboassica. A população total residente nestas comunidades, em 2015, era de 841 pessoas, o que correspondia a 0,36% da população total do município, naquele período¹. Como se pode notar na Tabela 1, em termos populacionais a maior comunidade pesqueira do município é Barra de Macaé, com um total de 563 habitantes (66,9% da população total das comunidades pesqueiras).

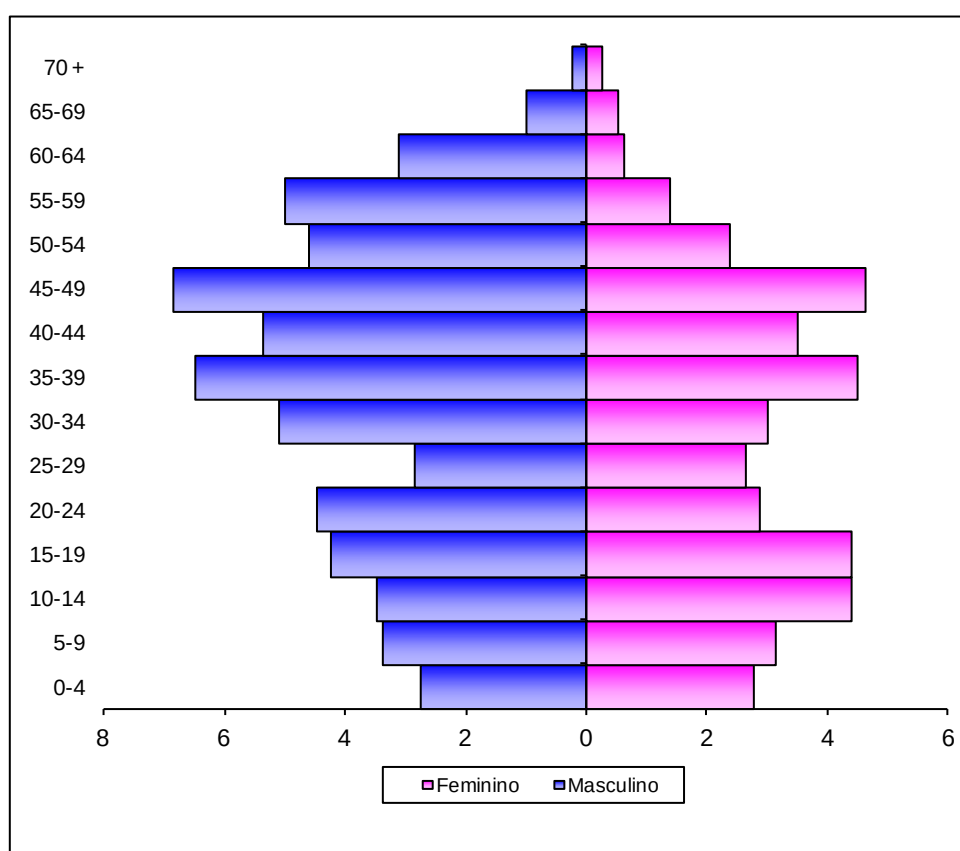
TABELA 1: MACAÉ – População residente em comunidades pesqueiras, segundo o sexo

Comunidade Pesqueira	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Barra de Macaé	338	225	563
Nova Holanda	81	57	138
Nova Esperança	65	61	126
Lagoa de Imboassica	8	6	14
Total	492	349	841
Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)			

¹ A população estimada pelo IBGE, para Macaé, para ano de 2015, era de 234.628 habitantes.

Na realidade, a estrutura etária, com características de uma população mais envelhecida, sugere uma emigração significativa de jovens de ambos os sexos. Como se trata de comunidades pesqueiras, esta pode ter sido para outro município ou para o próprio município, neste caso como uma estratégia de inserção em ocupações em outros setores de atividade do mercado de trabalho local. Significa dizer que pode estar ocorrendo uma fuga de jovens da atividade pesqueira.

GRÁFICO 1: MACAÉ – Estrutura etária (%) da população residente em comunidades pesqueiras



Fonte: PETROBRAS/IBAMA/UENF - Censo Pescarte (2015)

Em Macaé o questionário do Censo PESCARTE foi respondido por 302 pessoas, dentre os quais 296 homens (98,0%) e 6 mulheres (2,0%). Em relação ao estado civil, 68,2% são casados – casados no civil e/ou na igreja ou vivem em regime de união consensual - e 31,8% não-casados (solteiros, divorciados, separados, desquitados ou viúvos), havendo predomínio de evangélicos (49,0%) e de católicos (42,3%) e de naturais do estado do Rio de Janeiro (91,7%), sendo

a grande maioria (43,4%) natural do próprio município. As principais razões que levaram estes indivíduos a permanecerem ou fixarem residência nas localidades pesqueiras de Macaé são as oportunidades de trabalho (57,7%) e estar com a família (29,5%) e por falta de opções (0,7%).

Alguns aspectos sobre a instalação da Petrobrás

O município de Macaé é majoritariamente urbano. Apresenta um percentual mínimo de 90% de habitação urbana segundo o censo do IBGE de 2010. (FREITAS et al, 2016, p. 112).

- Houve um crescimento de 36% entre os anos de 2000 e 2010 no município. (FREITAS et al, 2016, p. 112).
- Esse crescimento se dá sobretudo devido atividade de exploração petrolífera. (FREITAS et al, 2016, p. 113).

Diante desse aumento populacional, é constatado que o município ainda necessita de um melhoramento em termos de infraestrutura.

A população de Macaé é formada em sua maioria por trabalhadores da área industrial e petroleira. (DIEGUES e ROSMAN, 1998, VALPASSOS e NETO, 2006, 2006, PONCIANO et al, 2004 apud FREITAS et al, 2016, p. 113).

“A Petrobrás se instalou em Macaé em 1978, em uma forma considerada arrogante pelos locais, pois decidiu unilateralmente que se instalaria no Porto de Imbetiba, na praia mais linda e abrigada, e trouxe para a cidade o impacto de 700 carretas/dia atravessando seu centro. A instalação de uma base da Petrobrás na Cidade de Macaé, no final da década de 1970, para exploração das descomunais reservas de petróleo e gás natural existentes na plataforma continental da região norte do Estado do Rio de Janeiro, produziu um abrupto impacto na economia, na sociedade e na cultura de uma cidade até então com feições ainda interioranas e sem estrutura para receber o colossal afluxo de pessoas à procura de emprego e de técnicos dos mais variados pontos do Brasil e do exterior.” (Herculano, 2012, p. 44)

“Os dados sobre os pescadores de Macaé também são discrepantes: segundo a SEMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) eles totalizariam quatro mil, dos quais 1800 associados, com uma produção mensal de 700 toneladas em 2010, dispondo de 500 barcos. A Secretaria Executiva da Pesca da Prefeitura de

Macaé arrolou em 2011 um total de apenas 250 pescadores para receber o seguro-defeso (R\$ 540).” (Herculano, 2012, p. 46)

Até o final da década de 70, a pesca era considerada a principal atividade socioeconômica na região. Porém, a partir de 1978, com a instalação da sede regional da PETROBRAS para exploração de petróleo nas águas profundas da bacia de Campos, esse quadro mudou radicalmente. (SOLTEC, 2006)

- Dentro do contexto apresentado, há impactos positivos e negativos. Segundo Addor (2006), dentre eles destacam-se:
 - Organização regional;
 - População e concentração urbana;
 - Infraestrutura;
 - Violência Urbana;
 - Mercado de trabalho;
 - Ambiente.

A mulher sempre mostra sua força (de trabalho!)

Este trabalho se inscreve no escopo das pesquisas vinculadas ao projeto “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido no âmbito do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte-Fluminense (CCH – UENF). O recorte da pesquisa tem como objetivo reconhecer e distinguir através do uso da fotografia os tipos de ocupações que as mulheres exerciam desde o século XX até o presente século no Brasil. O foco concentra-se em discutir a partir da representação fotográfica a(s) forma(s) de ocupação desses espaços produtivos e as estratégias de resistência das mulheres, já que o trabalho é um dos aspectos centrais da luta pela emancipação e igualdade de gênero. A premissa é que as fotografias têm grande valor iconográfico como fonte histórica dessas lutas, pois evidenciam a permanência no tempo das mesmas, assim como as desigualdades, que também permanecem. Se busca explicitar a importância das imagens para caracterização dos diferentes momentos históricos dessa experiência. Para tanto o estudo se fundamenta no levantamento e análise de fontes provenientes da Biblioteca do IBGE e Brasileira Fotográfica. As imagens identificadas serão catalogadas segundo as informações já disponíveis nesses bancos. O Portal de Periódicos da CAPES será o repositório bibliográfico usado para levantamento, leitura e análise de publicações sobre a temática das mulheres e sua relação com o trabalho. Se busca contribuir através dos dados e imagens à trajetória das mulheres na ocupação, ainda que tímida e progressiva, dos espaços de trabalho. A hipótese é que estes espaços de conquista se dão fora dos lares – onde durante muito tempo foram confinadas – e fora das atividades domésticas – que em sua maioria são de cuidado e proteção. Ou seja, os espaços de conquista se dão entre as atividades que se referem mais à produção e participação social na manipulação da natureza e do espaço para benefício próprio e/ou de outros.

A mulher sempre mostra sua força (de trabalho!)

Síntyque Lemos; Luceni Hellebrandt; Suelen Souza; Sílvia Martinez; Marcelo Gantos
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

INTRODUÇÃO

Este trabalho se inscreve no escopo das pesquisas vinculadas ao projeto “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido no âmbito do Centro de Ciências do Homem da UENF. A pesquisa tem como objetivo reconhecer e distinguir através do uso da fotografia alguns tipos de ocupações que as mulheres exerciam desde o século XX até o presente século no Brasil. Os tipos de ocupações analisados nesta pesquisa são categorizadas como “forma (s) de ocupação dos espaços produtivos”, que se realizam nos espaços onde ocorre a “produção de bens e serviços” (MARUANI, 2009, p. 85). Estudar a ocupação e a produção das mulheres nesses espaços é relevante porque desde sempre, “em diferentes épocas e sociedades as mulheres vêm desenvolvendo algum tipo de trabalho” (DINIZ, 2016, p. 340), e conforme Maruani (2009, p.85)

[...] o acesso ao emprego contribui fortemente para a construção das hierarquias sociais, para a produção de mecanismos de diferenciação, classificação e segregação. Pois, de fato, ter um emprego significa ter trabalho e salário, mas também significa ter um espaço na sociedade (MARUANI e REYNAUD, 1993).

METODOLOGIA

O estudo se fundamenta no levantamento e análise de fontes provenientes da Biblioteca do IBGE e Brasileira Fotográfica. O Portal de Periódicos da CAPES é o repositório bibliográfico usado para levantamento, leitura e análise de publicações sobre a temática. Após o levantamento das imagens, essas foram organizadas com as informações que os bancos de imagem trazem. As imagens escolhidas atenderam o critério: ter mulher/mulheres ocupando espaços produtivos. Essas fotografias foram categorizadas e codificadas, como pode ser visto no quadro 1. A análise consistiu na observação dos seguintes pontos: atividade desenvolvida; condições de trabalho; condições do espaço onde a atividade é realizada; e instrumentos utilizados na produção. Além disso, foram colocadas no quadro as informações complementares: título, autor, ano, local, banco de imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As fotografias (1, 2, 3) nos permitem observar que as mulheres sempre estiveram presente nos espaços produtivos, no entanto, segundo Perrot (1988), a dificuldade de se fazer história a partir de arquivos provenientes do olhar dos senhores, tornou a história das mulheres ainda mais excluída, sendo assim, a mulher "trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante é [foi] observada e descrita pelo homem" (p. 186). Por isso trabalhos como este são importantes, pois mostram a presença feminina em vários espaços produtivos, como pode-se observar no quadro 1.



Fotografia 1 – Casal trabalhando em plantação de milho. Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2118>



Fotografia 2 – Engarrafamento de vinho: Fábrica Viti-Vinícola Caçador S/A (SC). Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=423124>



Fotografia 3 – Comércio de frutas no mercado dos caipiras. Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2103>

Fotografia	1	2	3
Título	Casal trabalhando em plantação de milho	Engarrafamento de vinho: Fábrica Viti-Vinícola Caçador S/A (SC)	Comércio de frutas no mercado dos caipiras
Autor	Vincenzo Pastore	Tomas Somlo; Maurício Coelho Vieira	Vincenzo Pastore
Ano	1910 circa	1957	1910 circa
Local	São Paulo, SP	Sem Informação	São Paulo, SP
Banco de imagens	Brasileana Fotográfica	Biblioteca IBGE	Brasileana Fotográfica
Atividade	Roçagem de plantação de milho	Engarrafamento de vinho	Comerciante de frutas
Condições de trabalho	Exposta ao tempo; Em pé; Descalça; Contato direto com a terra; Acompanhada; Em movimento	Em pé; Sozinha	Exposta ao tempo; Sentada; Acompanhada
Condições do espaço	Espaço privado (plantação); Espaço aberto (sem cobertura); Espaço ‘fixo’	Espaço privado (fábrica); Espaço fechado (com cobertura); Espaço ‘fixo’	Espaço público (comércio); Espaço aberto (sem cobertura); Espaço ‘fixo’
Instrumentos	Enxada	Máquina manual	Saco

Quadro 1 - Forma (s) de ocupação dos espaços produtivos

CONCLUSÃO

Os resultados aqui apresentados representam uma pequena parte da diversidade de ocupações exercidas por mulheres no Brasil. Através da análise das fotografias dos bancos de imagens pesquisados, foi possível identificar atividades, condições de trabalho e espaço, bem como instrumentos utilizados por mulheres em diferentes atividades, evidenciando a ocupação delas em diferentes espaços de trabalho produtivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Sara Nascimento. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, p. 339-346, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321149304034>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MARUANI, Margaret. Verbete Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (organizadoras). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 85-90.

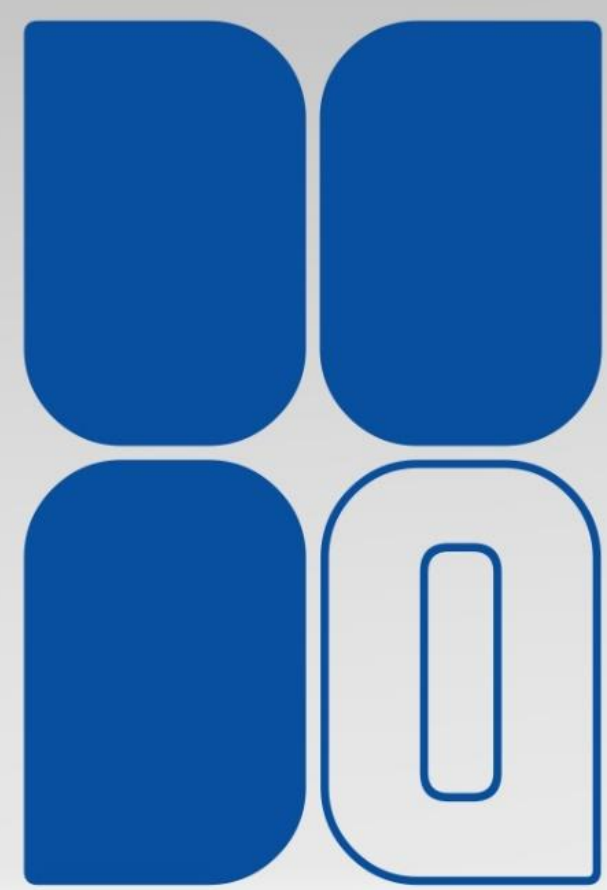
PERROT, Michelle. A mulher popular rebelde. In: PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 185-212.



“A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ**, com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**”.

Impactos Socioambientais causados pela implementação do Porto do Açú – São João da Barra/RJ.

Este trabalho está dentro do “Projeto Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem como objetivo apontar os principais impactos ambientais sofridos devido a implementação do Complexo Portuário do Açú, localizado no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro. A construção do Complexo Portuário do Açú teve início no ano de 2007, porém, sua inauguração aconteceu no ano de 2014. Está localizado de maneira estratégica para a indústria do petróleo uma vez que, encontra-se na Bacia de Campos – uma bacia sedimentar situada na costa norte do estado do Rio de Janeiro estendendo-se até o sul do estado do Espírito Santo. Os dados para realização deste trabalho foram obtidos através de levantamento bibliográfico junto ao Portal de Periódicos da CAPES e observação de participante no “Encontro de Formação dos PEAs, Pescarte e Territórios do Petróleo: Teoria e prática em mediação de conflitos” ocorrido em Campos dos Goytacazes em agosto de 2017. De acordo com esses dados, a atividade portuária interfere no meio ambiente e consequentemente na vida e rotina dos moradores da região. Por exemplo, a desapropriação dos moradores e perda de um dos maiores pesqueiros na região. De acordo com Henri Acselrad, em seu livro “Conflitos Ambientais no Brasil” (2004), mesmo que não seja reconhecido pelo poder público em seus debates, essa questão ambiental está intimamente relacionada à conflitos. Segundo essa ótica, é notório que há de fato uma grande disputa de interesses que envolvem fatores de riscos grandiosos como inúmeros danos ambientais causados à região, assim como também as intervenções diretas na vida dos pescadores artesanais do município. Os estudos realizados até aqui apontam os impactos ambientais e as formas de resistência da comunidade diante da implementação do Complexo Portuário do Açú.



CONEPE 2017

IV CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



INSTITUTO
FEDERAL
Fluminense
Campus
Campos Guarus

ISSN 2525-975X

Impactos Socioambientais causados pela implementação do Porto do Açú – São João da Barra/RJ

Mariana Sena; Luceni Hellebrandt; Suelen Souza; Sílvia Martinez
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNEF)

INTRODUÇÃO

Este trabalho está dentro do projeto “Mulheres na Pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas”, desenvolvido na UENF. Tem como objetivo apontar os principais impactos socioambientais do Complexo portuário do Açú, (São João da Barra/ RJ) cuja construção teve início no ano de 2007, porém sua inauguração aconteceu no ano de 2014.

METODOLOGIA

Os dados para realização deste trabalho foram obtidos através de levantamento bibliográfico junto ao Portal de Periódicos da CAPES. Os termos pesquisados foram “açú AND sao joao da Barra AND pesca”. Foram encontrados 5 artigos nas áreas de ciências humanas e biológicas que contribuíram para a realização deste trabalho. Também foi feita a observação participante no “Encontro de Formação dos PEAs, Pescarte e Territórios do Petróleo: Teoria e prática em mediação de conflitos” ocorrido em Campos dos Goytacazes/RJ em agosto de 2017. Outra fonte de pesquisa utilizada foi o site oficial do Porto do Açú.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados levantados na pesquisa percebeu-se que a atividade portuária traz inúmeros aspectos positivos e negativos. Dentre os impactos socioambientais mais evidentes levantados até o momento, podemos destacar:

Positivos

- Aquecimento no comércio local;
- Aumento no setor de construção civil;
- Vias pavimentadas;
- Geração de empregos;
- Impostos acrescidos aos orçamentos municipais.

Negativos

- Crescimento populacional acelerado;
- Sobrecarga nos serviços de saúde e educacionais;
- Desapropriações de populações rurais de suas devidas terras;
- Redução da população rural no município de São João da Barra;
- Saída de agricultores e pescadores de seus trabalhos rurais para trabalhar no Porto;
- Crescimento do índice de gravidez na adolescência na região;
- Aumento do transporte de caminhões, modificando a vida dos moradores das comunidades;
- Entre os anos de 2011 e 2012, ocorreu em São João da Barra o maior desmatamento na vegetação para a implantação do Porto;
- Aumento de ocupação populacional nas margens de Grussaí;
- Ocupação de áreas de preservação ambiental e áreas impróprias para moradia;
- Modificação da dinâmica marinha local e na morfologia da costa;
- Restrição da área de pesca e proibição da atividade pesqueira próximo ao local das obras do Porto;
- Falta de sinalização;
- Afugentamento dos peixes, bem como supressão de vida vegetal e animal;
- Falta de incentivo e acompanhamento por parte de representantes do empreendimento junto aos pescadores;
- Poluição.



“A realização do Projeto **Mulheres na Pesca** é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa **Chevron**, conduzido pelo **Ministério Público Federal – MPF/RJ**, com implementação do **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio**”.

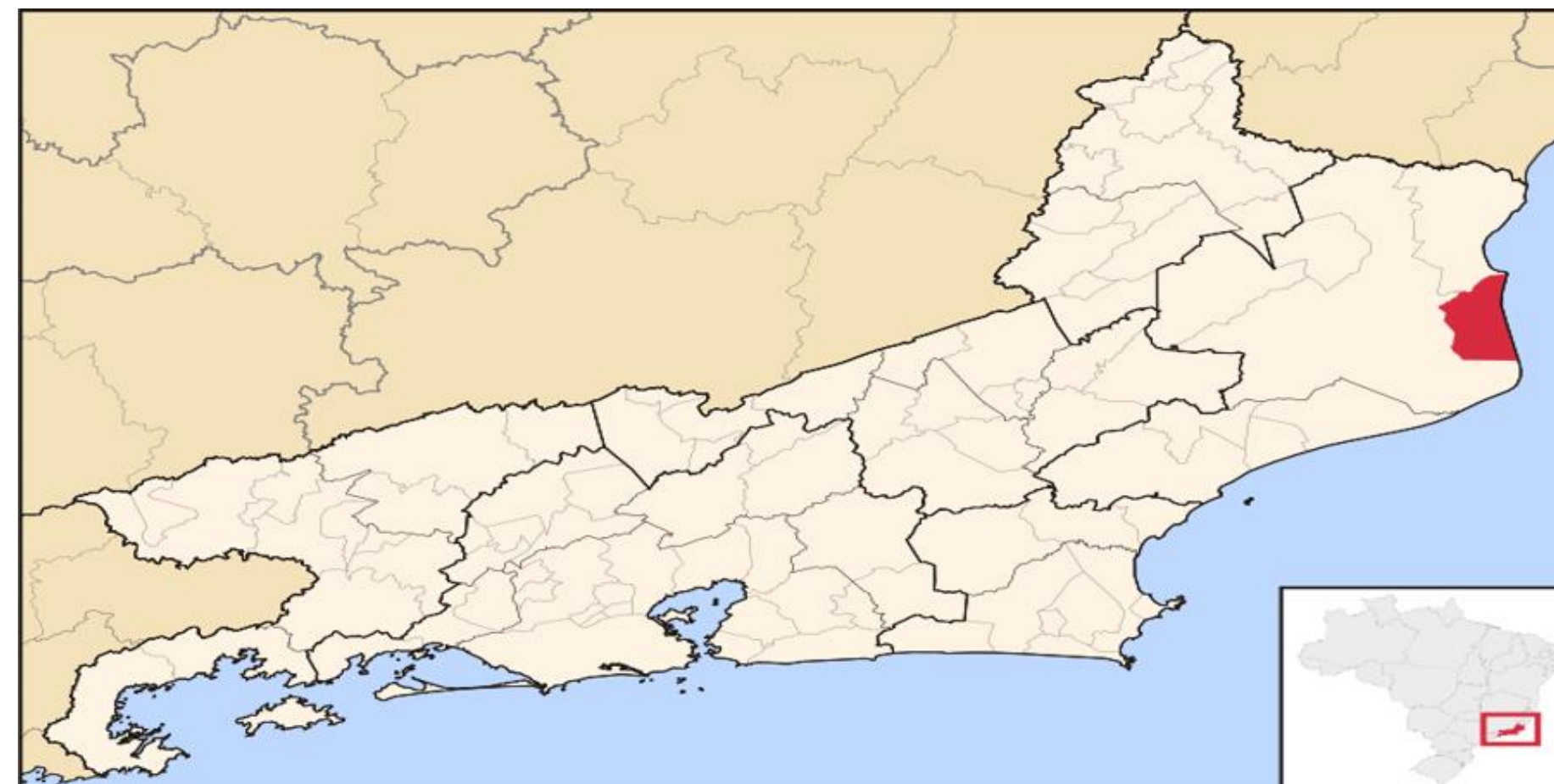


Figura 1 – Mapa de localização do Município de São João da Barra dentro do Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/São_João_da_Barra



Figura 2 – Mapa de localização do Complexo Portuário do Açú. Fonte: <http://www.robertomoraes.com.br/2011/09/alguns-apontamentos-sobre-as.html>

Figura 3 – Complexo Portuário do Açú. Fonte: http://www.metalica.com.br/images/stories/ld3668/Superporto_Acu_01.jpg



CONCLUSÃO

Os estudos apontam os impactos ambientais diante da implementação do Complexo Portuário do Açú. É notório que essa implementação trouxe alguns resultados positivos, porém acarretou uma série de impactos socioambientais que alterou a vida de moradores da região assim como também de seu meio ambiente e ecossistemas. Para obter algum resultado na tentativa da redução de tais impactos, é fundamental o investimento em políticas públicas para que assim seja possível alcançar uma infraestrutura devida em todo município, que por sua vez ainda necessita de melhorias, principalmente no que tange ao saneamento básico e estrutura, para acompanhar o crescimento acelerado da população com a chegada do Complexo Portuário do Açú.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- FREITAS, Victor Guida; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; VITÓRIA, Flávia Constantino da. Avaliação De Impactos, Passivos E Danos Ambientais Em Zonas Costeiras Do Brasil: Região Do Litoral Norte Fluminense. **Revista SUSTINERE**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 105-116, jan-jun, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/24634>. Acesso em 27 de novembro de 2017.
- PRADO, Felipe; ROCHA, Betty Nogueira. Territórios em Disputa: resistência e luta no processo de implantação do Complexo Industrial Superporto do Açú. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, julho/dezembro 2015, p. 329 a 349. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Territorios-em-Disputa-resistencia-e-luta-no-processo-de-implantacao-do-Complexo-Industrial-Superporto-do-Acu.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2017.
- PIQUET, Rosélia Perisset da Silva; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: as expectativas quanto aos impactos do Porto do Açú, Rio de Janeiro. **Revista Política e Planejamento Regional** (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 121-137, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/De-bracos-abertos-As-expectativas-quanto-aos-impactos-do-Porto-do-Acu-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2017.
- SOUZA, Thaís Nacif; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos de. Conflito Socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório ambiental Alberto Ribeiro Lamengo** (IFF-Fluminense), Campos dos Goytacazes-RJ, v. 4, n. 2, jul./dez., 2010. p. 219-229. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/1720>. Acesso em 27 de novembro de 2017.
- XAVIER, Luis Gustavo de Souza; QUINTO JÚNIOR, Luiz de Pinedo. Os núcleos urbanos no entorno imediato do Complexo Industrial do Porto do Açú: alterações na paisagem. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamengo** (IFF-Fluminense), Campos dos Goytacazes/RJ, v. 7 n. 2, p. 119-145, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20130018/3005>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

